Ano 2021

SOCIOLOGIE:

ORDEM E POLÍTICAS SOCIAIS NA ATUALIDADE

2

MARCELO MÁXIMO PURIFICAÇÃO
MARIA FILOMENA RODRIGUES TEIXEIRA
SILVÂNIA MARIA ROSA
(ORGANIZADORES)

Atena
Editora
Ano 2021

SOCIOLOGIE:

ORDEM E POLÍTICAS SOCIAIS NA ATUALIDADE

2

MARCELO MÁXIMO PURIFICAÇÃO
MARIA FILOMENA RODRIGUES TEIXEIRA
SILVÂNIA MARIA ROSA
(ORGANIZADORES)

Editora chefe
Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Editora executiva
Natalia Oliveira
Assistente editorial
Flávia Roberta Barão
Bibliotecária
Janaina Ramos
Projeto gráfico
Camila Alves de Cremo
Daphynny Pamplona
Gabriel Motomu Teshima
Luiza Alves Batista
Natália Sandrini de Azevedo
Imagens da capa
iStock
Edição de arte
Luiza Alves Batista

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Ano 2021

Sociologie: ordem e políticas sociais na atualidade 2

Diagramação: Daphynny Pamplona
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Marcelo Máximo Purificação
Maria Filomena Rodrigues Teixeira
Silvânia Maria Rosa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S678 Sociologie: ordem e políticas sociais na atualidade 2 / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Maria Filomena Rodrigues Teixeira, Silvânia Maria Rosa. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-680-2
DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.802212911

1. Sociologia. I. Purificação, Marcelo Máximo (Organizador). II. Teixeira, Maria Filomena Rodrigues (Organizadora). III. Rosa, Silvânia Maria. IV. Título.
CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce,* ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Prezado leitor, saudação.

Colocamos à sua disposição a obra - “Sociologie: Ordem e política sociais na atualidade”, organizada em dois volumes. Uma obra que nasceu marcada pela força e expansão de seus discursos no campo das ciências sociais e áreas afins, requerendo diálogo e reflexão sobre questões que nos são caras, necessárias e urgentes nesta nova ordem social. Uma obra editada em várias mãos e idiomas, envolvendo pesquisadores de vários países, comprometidos com a reflexão permeada por ordens políticas e sociais que emergem em contextos sociais ao redor do mundo. Neste primeiro volume, os textos apresentam grande diversidade e estabelecem vínculos com as seguintes palavras-chave: Anatomia do idoso; Atualidades; Comunidade marginada; Desenvolvimento socioêconômico e humano; Desenvolvimento urbano; Engajamento; Estudo comparativo; Família; Feminismo; Gênero; Jornalismo colaborativo; Licenciatura; Liderança comunitária; Mediação da informação; Movimento Social; Mulher; Organizações; Pandemia; Política de cotas; Políticas sociais; Prática docente; Preconceito; Sociedade; Sociedade civil; Sociologia. Desejamos a todos você uma excelente leitura.

Marcelo Máximo Purificação
Elisângela Maura Catarino
Cinara Miranda Chaves

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

O PENSAMENTO CULTURAL KAINGANG SOBRE SAÚDE

Data de aceite: 01/11/2021

Alice do Carmo Jahn
UFSM

Gabriela Manfio Pohia
UFSM

Elaine Marisa Andriolli
UFRGS

Marta Cocco da Costa
UFSM

Ethel Bastos da Silva
UFSM

Antonio Joreci Flores
UFSM

RESUMO: No Brasil existem 305 povos indígenas, e o Kaingang é o grupo mais numeroso do Brasil Meridional. Falantes da língua Jê esse grupo pertence ao grande tronco macro-Jê e habita Territórios nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Essa diversidade étnica consiste em uma das maiores riquezas culturais do país, e também significa desafios na elaboração e implementação de políticas públicas, com uma proposta diferenciada de atenção à saúde para atendê-los. Neste estudo, o objetivo é o de refletir sobre o pensamento cultural Kaingang e seus saberes sobre saúde. Os atores sociais desta reflexão habitam a Terra Indígena do Inhacorá, município de São Valério, Rio Grande do Sul. A fundamentação parte da problematização e entendimento de saúde elaborada pelos indígenas, aliada à produção de autores que estudam culturas, em especial a etnia Kaingang. No convívio com os atores sociais, mais os elementos da cartografia e rodas de conversa, o pensamento coletivo em saúde surge na inter-relação dos saberes e prática cultural que emana do "Kuiã, Kofá e parteiras". Defendem que sem as conexões dos saberes tradicionais destes sábios no campo biomédico, uma proposta de atenção à saúde fica distante da realidade indígena. Para os Kaingang, a vida e os elementos da natureza fazem parte de uma mesma interface, onde são mantidas relações simbólicas e de reciprocidade que dão sentido ao jeito de ser e estar indígena em coletividade, e também assegura a manutenção e a preservação de saberes tradicionais repassados de geração para geração.
PALAVRA-CHAVE: Cultura; Saúde; Kaingang.

ABSTRACT: In Brazil, there are 305 indigenous peoples and the Kaingang one is the largest group in Southern Brazil. This Jê-speaking group belongs to the great macro-Jê family and it lives in Territories from the states of São Paulo, Paraná, Santa Catarina and Rio Grande do Sul. This ethnic diversity is one of the country`s biggest cultural richness, thus it implies challenges in the elaboration and implementation of public policies with a differentiated proposal to provide it with health care. This study aims at reflecting over the Kaingang cultural thinking and its knowledge on health. The social actors of this reflection inhabit the indigenous Inhacorá Land, in the municipality

of São Valério, Rio Grande do Sul. The foundation of this study starts by raising questions in the attempt to understand health as elaborated by the indigenous subjects in connection to the production of authors who study cultures, especially the Kaingang ethnicity. Upon the interaction with the social actors in addition to mapping elements and rounds of conversation, the collective thinking about health raises from the inter-relations of knowledge and cultural practice that emanate from the "Kuiã, Kofá and midwives". In their point of view, without connecting with the traditional biomedical knowledge of these wise members, any health care proposal will be far from the indigenous reality. For the Kaingang people, life and nature elements belong to the same interface where symbolic and reciprocal relations are kept and give sense to the indigenous way of to be and being within a collectivity while it also ensures the maintenance and preservation of traditional knowledge transmitted across generations.
KEYWORDS: Culture; Health; Kaingang.

1 I INTRODUÇÃO

O povo Kaingang faz parte das Sociedades Jê e constituem um dos grupos indígenas mais numerosos do Brasil Meridional. Estima-se uma população em torno de 37 mil habitantes, conforme dados do Censo demográfico de 2010. Estão entre os cinco povos indígenas com maior contingente populacional no país. Ocupam Terras Indígenas (TI), acampamentos e centros urbanos que se espalham em territórios localizados nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (RS). Pertencem à família Jê, inserida em um grande tronco linguístico designado Macro-Jê.

O Rio Grande do Sul (RS) é o Estado que possui aproximadamente 18.000 pessoas indígenas, sendo que a visibilidade quantitativa é composta pela etnia Kaingang. A estimativa populacional dos indígenas nas reservas é de difícil precisão. Na organização social do povo Kaingang são conservadas as características peculiares de seu modo de ser e agir. Dentre as características culturais, mantêm como costume a não permanência por muito tempo na mesma reserva, vivendo em constante mudança entre as aldeias, acampamentos e centros urbanos (ARESI, 2008; TOMMASINO, 2003; VEIGA, 1994). Esse movimento é explicado por Tommasino (1997), considerando que está nas bases do modo de vida do Kaingang e que persiste como uma prática cultural (JAHN, 2015).

A concentração de famílias indígenas Kaingang verificada nas regiões Norte e Noroeste do estado do RS, territórios adjacentes a Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Campus de Palmeira das Missões-RS. A referida universidade, em 2006, aderiu à proposta do Ministério da Educação e optou pela expansão e interiorização do Ensino Público Federal de qualidade, visando contribuir para diminuir as assimetrias regionais e impulsionar o desenvolvimento no território Norte e Noroeste do Estado gaúcho.

Considerando as singularidades regionais e o seu contexto geográfico, a UFSM vem explorando e envidando esforços nas potencialidades regionais mediante a inserção de docentes e estudantes em atividades de ensino, pesquisa e extensão em territórios, tais

como os caracterizados pela diversidade cultural e étnica, por exemplo, a Kaingang. Um dos vínculos acadêmicos vem acontecendo com os atores sociais da TI Inhacorá, pertencente ao município de São Valério do Sul-RS, o qual possui 2.647 habitantes, segundo o Censo de 2010, e apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0.642.

Em sua trajetória histórica, o povo Kaingang sobreviveu a diferentes estilos de vida impostos no processo de colonização, entre os quais a expropriação de seus territórios que, na atualidade, configura, junto com a saúde, como uma de suas maiores lutas para que o Estado proceda a (re)demarcação das Terras Indígenas (TI), conforme preconizado na Constituição Federal 1988. A terra para as sociedades indígenas não representa só um meio de subsistência, mas o suporte da vida social vinculada diretamente ao sistema de crença e conhecimento (RAMOS, 2001).

Os índios vivenciaram e resistiram às diferentes adversidades decorrentes do contato interétnico. Dentre os desafios destacam-se os profundos impactos no quadro sanitário ao contraírem todo tipo de agravos e epidemias, tornando-os mais vulneráveis e suscetíveis às doenças. Para Ribeiro (1996), os índios vivenciaram e resistiram às diferentes adversidades decorrentes do contato interétnico, mas as doenças contraídas nesse contato denotariam um dos principais fatores intervenientes na queda demográfica das populações indígenas no país. Outras consequências geradas à saúde dos índios relacionam-se aos espaços que habitam e convivem. Com o aldeamento, os Kaingang passaram a morar em territórios cada vez mais delimitados, e o maior número de pessoas circulando no mesmo espaço levou-os a assimilarem outras formas e arranjos na saúde e dinâmica de vida.

Apesar das adversidades, os Kaingang buscaram manter as bases culturais, os saberes e práticas de sua medicina, organização social e cosmovisão dual Kaingang, Kamé e Kanhru. Essa nova conformação pode ser observada na escassez de ervas e plantas para diferentes usos em sua medicina, carência de alimentos, matéria-prima para confeccionar o artesanato entre outros elementos da cultura. A realidade dos moradores da TI Inhacorá depende dos recursos naturais remanescentes para a sustentabilidade das famílias.

Nas relações e contato interétnico, os indígenas sofreram violações de sua cultura, impulsionando-os a outras necessidades e arranjos para a “continuidade na vivência cultural”, conforme Cipriano (2014). Isso não significa que os Kaingang abdicaram de suas práticas de cuidado e de sua medicina tradicional, mas buscam revitalizá-la e difundi-la entre gerações. Assim, frente ao exposto questiona-se: Qual o entendimento do Kaingang sobre saúde? Na tentativa de trazer elementos culturais sobre a temática, o objetivo do presente estudo consiste em refletir sobre saúde a partir do pensamento cultural Kaingang.

SOBRE O POVO KAINGANG — ALGUMAS INFORMAÇÕES

Estudos sócio-históricos indicam que o povo Kaingang é habitante milenar do Brasil Meridional. Povoou uma vasta região que se estendia dos estados de São Paulo, Paraná,

Santa Catarina ao Rio Grande do Sul. Também possuía aldeias na Província de Missiones, na Argentina, onde era chamado de Tupi (AMBROSSETI, 2006; BECKER, 1995). Eram regiões cobertas por densas florestas de araucária, de modo que o pinhão era a base de sua alimentação durante o inverno, entressafras e estiagens.

Eram descritos como coletores e agricultores (VEIGA, 1994). Na atualidade, a sua principal fonte de economia provém da venda do artesanato. Em relação ao sistema econômico do Kaingang, Tommasino (1995) relata que o estabelecimento do grupo nessas áreas geográficas correspondia aos padrões culturais apresentados pelos grupos Jê. Conforme essa autora, "[...] os Kaingang sempre se fixaram em terras de planalto e isso nos remete para o mito da origem Kaingang, onde há a referência a Serra de Krinjijimbé que nos permite formular a hipótese de uma idealização específica de território" (TOMMASINO, 1995, p.61).

O Kaingang constitui o mais numeroso grupo indígena no Brasil, estando entre os cinco povos com maior contingente populacional, e também compõe a mais numerosa das sociedades Jê. São, aproximadamente, 37 mil pessoas que habitam em mais de trinta Terras Indígenas (IBGE, 2010). São localizados nos Estados: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No RS, o Kaingang está distribuído nas regiões ao Norte e Noroeste gaúcho, no Planalto Médio e Alto Uruguai e região Central (BECKER, 1995; CRÉPEAU, 2002; IBGE, 2010; VEIGA, 2006).

Do ponto de vista linguístico, o Kaingang pertence à família Jê, fazendo parte do grande tronco Macro-Jê, que está dividido, no Brasil, em três grupos: os JêSetentrionais, os Jê Centrais e os Jê Meridionais, que incluem os Xokleng e o Kaingang (D'ANGELIS, 2012). Os Kaingang contam com o maior número de falantes entre as línguas Jê (PORTAL KAINGANG). Na TI Inhacorá quase a totalidade é falante da língua materna — o Kaingang.

O povo Kaingang tem procurado manter os traços e as características estruturais de seu modo de ser — sua organização social, cosmovisão preservando aspectos distintivos como a formação das metades ou clãs, a religiosidade (Kiki), o uso da medicina tradicional e de seu curador nas práticas de saúde/doença (PEREIRA, 2005; RAMOS, 2008). Além desses elementos, outros rituais importantes existem na cultura Kaingang, destacando-se: o de purificação dos(as) viúvos(as) e a festa do Mastro ou do (Kuiã).

Contextualização da Terra Indígena Inhacorá

A TI Inhacorá está organizada em uma só aldeia, possui 2.843,38 hectares, localiza-se à margem direita do rio Inhacorá a 14 quilômetros do município de São Valério do Sul-RS, distante 453 quilômetros da capital Porto Alegre-RS. Constitui uma das terras de posse mais antigas, demarcada, em 1921, pelo Governo Estadual. É habitada somente por índios da etnia Kaingang, aproximadamente 1.300 pessoas, o que revela uma característica diferente quando comparado aos demais territórios habitados por indígenas desse grupo. Em relação à organização interna, os Kaingang possuem lideranças, e a autoridade

superior centra-se na figura do cacique, seguido pelo vice-cacique e demais autoridades que auxiliam nas demandas de toda ordem.

Na TI existe uma escola de ensino fundamental completo, com, aproximadamente, 475 alunos matriculados. O ensino é diferenciado e segue calendário próprio. As atividades letivas começam com os funcionários e professores em março de cada ano, e com os alunos no início de abril, sem intervalo no mês de julho, e término do ano letivo no final de novembro. Ainda sobre a educação, a aldeia possui o Instituto Estadual de Educação Ângelo Manhká Miguel – IEEAMM, com Ensino Médio e Magistério. Além dessas estruturas, os Kaingang dispõem de espaços de convivência e socialização — a casa do Kuiã e igrejas com seus respectivos salões.

A renda das famílias indígenas provém de algumas frentes, especialmente da venda de artesanatos. Existem cultivos praticados pelos índios como meio de subsistência e produção, com destaque ao que os índios chamam de lavoura coletiva ou comunitária. Outra modalidade são as roças familiares com o plantio de mandioca, milho, batata doce, abóbora, trigo, e alguns deles criam aves e suínos. Em relação às moradias, estas se assemelham às estruturas físicas dos não índios. Para atende-los na saúde/doença existe uma equipe multidisciplinar (maioria não indígena).

O ENCONTRO COM OS ATORES SOCIAIS

As aproximações com os Kaingang da TI ocorreram após o contato com indígenas desse território, quando da participação de docentes da UFSM na formação do Comitê Territorial Indígena na TI Guarita-RS, em novembro de 2015. Naquela ocasião, soube-se que a UFSM estaria desenvolvendo um projeto de extensão junto à comunidade. Os participantes da TI Inhacorá manifestaram interesse e solicitaram que o projeto também fosse estendido para sua comunidade, argumentando que a presença da Universidade entre eles constituiria um canal importante para ajudá-los em suas demandas, entre as quais a saúde.

Outros elementos que colaboraram para a aproximação intercultural foram: a receptividade da liderança indígena e dá comunidade às iniciativas acadêmicas; ser habitada somente por índios; apresentar baixo Índice de Desenvolvimento Humano 0,642, e também pelo fato de o território ser pouco contemplado em projetos governamentais de diferentes instâncias. No ano 2016 deu-se início à inserção na TI Inhacorá, atuando-se, portanto, há cinco anos nesse território.

Para refletir sobre o pensamento cultural Kaingang na saúde, a metodologia adotada consistiu de modalidades participativas como a cartografia. As observações e narrativas dos atores sociais foram registradas em diário de campo. O uso da cartografia é recente no Brasil, vem sendo empregada como uma proposta metodológica na pesquisa qualitativa por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, como na enfermagem e saúde coletiva.

O método foi proposto por Deleuze e Guattari, em especial em abordagens de caráter mais subjetivo (CINTRA etal, 2017). O método permite mapear determinada realidade, acompanhar a circulação e a intensidade nas construções dos sujeitos na produção de cuidados em saúde (MARTINES; MACHADO & COLVERO, 2013; WEBER; GRISCI & PAULON, 2012).

A cartografia propicia a problematização e contribui para a articulação de um conjunto de saberes, inclusive outros que não apenas o científico, e favorece a revisão de concepções hegemônicas e dicotômicas. Nessa proposta, o papel do pesquisador é central, "uma vez que a produção de conhecimento se dá a partir das percepções, sensações e afetos vividos no encontro com seu campo, seu estudo, que não é neutro, nem isento de interferências e, tampouco, é centrado nos significados atribuídos por ele" (ROMAGNOLI, 2009, p. 169-170).

A cartografia foi construída em novembro de 2016, nas dependências da Escola Indígena, e contou com a participação de docentes, discentes e cerca de 60 indígenas. Destes, formaram-se dois grupos de crianças e adultos. A divisão não aconteceu de forma proposital, mas em função de uma dinâmica ter sido reservada em especial às crianças. Nesse sentido, vale uma observação: sempre que é proporcionada alguma atividade na aldeia, as crianças estão presentes. Na cultura Kaingang, as crianças são tão importantes quanto a participação dos Kofá na comunidade.

Em espaços físicos em separado, crianças e adultos receberam as orientações da dinâmica de trabalho e os materiais disponibilizados para serem usados de forma livre na construção do espaço de vida. Colocaram-se as seguintes questões: *a aldeia que eu moro tem...? O que os índios consideram mais importante na aldeia?* A partir daquele momento os grupos dialogaram entre eles em Kaingang, selecionaram os materiais de maneira coletiva e iniciaram a construção da cartografia.

Do conhecimento produzido na construção da cartografia veio a socialização dos espaços e do entorno da vida em comunidade. Os indígenas problematizaram sobre saúde e o que permeia o pensamento cultural com a temática pautada na existência e na importância dos "sábios", como se referem ao Kuiã, aos Kofá (velhos) e às parteiras.

PENSAMENTO CULTURAL KAINGANG SOBRE SAÚDE: OS SÁBIOS COMO PROTAGONISTAS

Para os Kaingang, ao falar em saúde é imperativo abordar os elementos que assumem importância e norteiam a vida do seu povo, suas práticas tradicionais, para decidir ou negociar o que envolve a comunidade nos cuidados a saúde. Os saberes e sistemas da cultura marcam as especificidades dos diferentes grupos étnicos que permanecem vivas, e têm sido transmitidas de geração em geração. As informações expressas na cartografia foram reveladoras da permanência cultural, pois os indígenas apresentaram um território em movimento, com vida, reciprocidade, cor e dinamicidade sobre o que pensam e entendem, o que envolve a vida em comunidade, e as opções na adoção de práticas no sistema cultural

Kaingang em saúde.

O pensamento Kaingang sobre saúde expressa elementos e contornos que se fundem no tempo passado e presente, e, apesar das adversidades, perspectivam um futuro aos descendentes pautado na permanência da cultura. Retratam elementos que permeiam a existência em coletividade, possuem sua medicina, mas desejam que o sistema de saúde efetue uma atenção equânime e diferenciada aos indígenas. Expressam a importância de elos culturais e que os profissionais dialoguem, respeitando a diversidade e as práticas terapêuticas que adotam. Segundo Buchillet, “as chamadas sociedades tradicionais não esperam a implantação da medicina ocidental para disporem de toda uma gama de alternativas e de especialistas terapêuticos aptos a resolver seus problemas de saúde” (Buchillet, 1991, p. 32).

O entendimento do grupo sobre saúde tem significado cultural, guiado pela presença e intervenção dos sábios Kaingang, conforme mencionado: o Kuiã, os Kofá e as parteiras. Os Kaingang percebem e possuem uma forma própria de ver e lidar com a saúde doença. Para os indígenas, *o entendimento de saúde* verbalizado e demonstrado nas construções, *consiste na reciprocidade coletiva, em atitudes que partem das relações interpessoais, no olhar para o outro, e preocupar-se com ele, é o estar com e em grupo; significa tudo o que afeta a comunidade*.

Ao problematizar sobre saúde os indígenas foram unânimes em expressar e exemplificar que o fato de as pessoas *não se cumprimentarem, o não olhar para o outro, o afastar-se do convívio na comunidad*e é *indício de que estão doentes*. Observa- se que os elementos culturais definem e influenciam a vida social da comunidade no processo saúde/ doença e cura, construídos a partir dos elementos que vivem dentro da cultura que inclui valores, símbolos e as práticas individuais e coletivas.

Para Minayo (2008), saúde e enfermidade têm vinculação com modos de produção, desigualdades sociais, redes de suporte, indivíduos e grupos. Assim, o processo saúde/ doença deve ser compreendido dentro de uma perspectiva contextualizada histórica de classe, de idade e etnia, consideradas categorias relevantes para as diferenciações das questões sociais, além da especificidade histórica (LANGDON; DIEHL, 2007). Para Langdon, “cada cultura reconhece sinais diferentes que indicam a presença de doença, o prognóstico, e possíveis causas [...] A situação ambiental, seja do grupo ou da natureza, faz parte também de possíveis fontes de sinais a serem considerados na tentativa de identificar a doença” (LANGDON, 1996, p. 9-37).

Os arranjos e práticas que os atores sociais engendram na saúde buscam como referência os sábios da aldeia para auxiliá-los no caminho a ser percorrido em relação à saúde e às intervenções que recebem. Isso remete ao conceito de cultura que, segundo Geertz (2008), consiste em uma teia de significados tecida pelos homens à qual eles se amarram. Também a um conjunto de símbolos constituídos socialmente, configurando, assim, os sistemas culturais.

SOBRE O KUIÃ

O pensamento cultural Kaingang sobre saúde passa pela existência do Kuiã, descrito como a pessoa central e referência na comunidade. É a ele que os indígenas recorrem sempre que necessitam de orientação ou intervenção por alguma situação que interfira no bem viver e na saúde. A TI Inhacorá é um dos poucos territórios no Estado que conta com a presença do Kuiã. É ele quem cuida da comunidade indígena no processo saúde/doença, desempenhando um papel importante nos sistemas tradicionais, exercendo a aplicabilidade de saberes e práticas de cuidado. Para os Kaingang, os saberes do Kuiã são buscados antes de acessarem o sistema oficial de saúde disponível na aldeia.

Para o Kaingang, os sistemas tradicionais na saúde/doença e cura são mediados pela existência do xamã ou Kuiã. A ele são atribuídos poderes de cura e de visão, com possibilidades de acessar planos sobrenaturais e do cosmos e de prever eventos futuro. O poder do xamã provém da capacidade de interlocução com os espíritos, atuando como mediador entre o domínio dos seres vivos e dos mortos, animais e vegetais, humanos e não humanos (ROSA, 2005; SILVA, 2002; VEIGA, 2000).

O Kujá é uma figura do contexto e da tradição cultural Kaingang, considerado pelos atores sociais o chefe espiritual. Com os saberes que possui realiza seu trabalho voluntariamente na comunidade, prestando serviços espirituais, inclusive para as pessoas de diferentes religiões. Os serviços prestados pelo Kujá são relacionados a benzeduras, preparo de remédios com ervas, plantas, raízes para os membros da comunidade, tanto para crianças quanto para adultos. Tem poder de prever eventos futuros e de se comunicar com espíritos dos mortos. O sistema de cura vincula-se às práticas de cuidado que o Kaingang adota no processo saúde/doença, tendo como alicerce a cosmovisão e a cultura tradicional que mobiliza o coletivo.

Dentre suas práticas, os indígenas fazem o uso de recursos terapêuticos com ervas, plantas — habitualmente nomeados de remédios do mato. Os Kuiã possuem um espírito companheiro, geralmente um guia animal, um Jangrê, orientado pelo complexo xamânico do Kaingang, com quem dialoga e sonha com a finalidade de prever, proteger e curar doenças. Dos ensinamentos do Jangrê transmitidos aos Kuiã provêm os remédios e tratamento adequado para cada uma das doenças (CRÉPEAU, 1997, 2000; SILVA, 2002; VEIGA, 1994; JAHN, 2015).

SOBRE OS KOFÁ

A delimitação teórica quanto o início da velhice é uma questão que tem gerado divergências entre pesquisadores ao longo do tempo. As sociedades têm utilizado vários parâmetros, termos e conceitos para definir quem é considerado velho e/ou idoso na

sociedade envolvente. A abordagem assume características e conotações de acordo com cada cultura e do enfoque adotado por diferentes áreas do conhecimento (JAHN, 2015).

Na cultura Kaingang os velhos são chamados de Kofá (WIESMANN, 2002). Para os indígenas, o Kofá é a pessoa que assume importância na comunidade pelos saberes e experiências adquiridos ao longo da trajetória de vida e vivência na cultura repassada de geração a geração. São os detentores de saberes que usam do conhecimento na aplicabilidade de práticas tradicionais junto à comunidade. Os Kofá significam um esteio de força, vitalidade, em especial por aconselhar o seu povo em eventos de diversas ordens.

Para os indígenas ser um Kofá não significa ser uma pessoa velha no sentido estrito da palavra, e sim pela importância que assume e representa para a comunidade. Também não se aplica à quantidade de anos. As informações trazidas pelos atores sociais de Inhacorá vêm ao encontro dos achados na etnografia conduzida por Jahn (2015) com índios Kaingang na TI Serrinha-RS, os quais relataram que, na cultura Kaingang, o ser Kofá não está na idade da pessoa e nem na fisionomia que aparenta. Esses aspectos não definem quem é, ou quem não é um Kofá; são valorizados pelas relações que estabelecem dentro do grupo e ensinamentos que repassam; corresponde às construções do tempo sedimentado na existência das crianças, filhos, netos ou bisnetos (JAHN, 2015).

Para Debert (1999), em cada sociedade há padrões culturais que provocam um distanciamento entre as idades cronológicas, geração e maturidade. Os rituais de passagem de um estágio para outro não são fixados pela idade cronológica, mas pelo status social. Outra referência no cuidado tradicional trazida pelos Kaingang na cartografia se refere às parteiras.

SOBRE AS PARTEIRAS

Na categoria de especialistas, os Kaingang identificam, na comunidade, a existência de parteiras. Muito embora evidenciassem que a demanda pelos seus saberes e práticas culturais vem sendo praticamente abandonada, constituem uma referência de aprendizado para as famílias, além do respeito que lhes é atribuído. Nas interlocuções, os indígenas disseram que o fato de as famílias e mulheres fazerem pouco uso e/ou não acionarem o saber da cultura desempenhado pelas parteiras, este é reforçado e se faz pela conduta médica para o parto cesáreo as índias.

O que era uma prerrogativa das famílias buscarem o saber cultural na figura das parteiras e rede de relações, na atualidade o itinerário das indígenas, no período gestacional e parto, segue as recomendações e decisões do saber e do fazer do médico para que o parto aconteça no espaço hospitalar. A medicalização do parto e a abordagens às indígenas segue a tendência da cultura envolvente, segundo os atores sociais.

O processo reprodutivo na cultura Kaingang era acompanhado por mulheres, geralmente pelas Kofá da aldeia, as quais aplicavam o saber e as práticas de cuidados físicos

que incluíam dietas, chás, restrições, acompanhamento espiritual e o ritual no momento do parto e pós-parto, como o de enterrar o umbigo da criança na terra onde nasceu. Na cultura Kaingang essa prática significa o elo e a relação direta com a terra. E há o entendimento de que quando a pessoa morre seu corpo volta para junto da terra, um ciclo complementa o outro. O ritual é preservado em algumas TIs.

Na cultura Kaingang, as mulheres foram preparadas para terem seus filhos em casa, fazendo uso de rituais dos saberes tradicionais. No entanto é importante dizer que, apesar de as parteiras praticamente não serem acionadas na comunidade, essa categoria de especialistas permanece viva e pode ser encontrada na TI Inhacorá.

As mulheres continuam exercendo um papel primordial dentro das famílias não só na saúde. Percebe-se que sua participação nas decisões e assuntos inerentes à comunidade ganha visibilidade, e ainda que de forma tímida são acionadas pelas lideranças a participar das discussões. Existe um movimento no sentido de resgatar o saber, as experiências e práticas culturais, sua identidade como pessoa e grupo cultural, e na transmissão de conhecimentos. O significado da experiência para os indígenas está presente e se funde com o passado, na lembrança e nas práticas dos saberes transmitidos de geração em geração.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Neste artigo buscou-se apresentar informações sobre saúde a partir do pensamento cultural Kaingang. Nesse sentido, o foco da análise possibilitou compreender o modo com que os indígenas engendram e expressam o seu pensamento que incide nas relações sociais enquanto grupo étnico. O cerne das discussões iniciou nas reflexões sobre o espaço de vida dos indígenas expresso na cartografia e a importância dos seus elementos constitutivos para a comunidade. Na sequência, o grupo problematizou o tema saúde, revelando a sua compreensão sobre o assunto e apontando elementos centrais que norteiam a existência do ser indígena pautados na existência e importância dos “sábios” da cultura — os Kuiã, Kofá (velhos) e parteiras.

Os sábios, para os Kaingang, são autoridades que possuem papel primordial na transmissão dos valores culturais, na sociabilidade indígena e na troca de experiências, como uma das formas de revitalizar e manter vivas as práticas tradicionais dos seus ancestrais. Percebe-se a emergência de um diálogo entre as culturas no fazer dos profissionais da saúde, em especial valorizando as práticas tradicionais Kaingang como parte de uma atenção diferenciada.

Os Kaingang que participaram da cartografia expressaram seu modo particular no entendimento de saúde e destacaram a influência das mudanças relacionadas ao território que impactam negativamente no bem viver coletivo. Foram enfáticos ao relatarem que, apesar de sofrerem a violação de seus direitos e espaços de vida, procuram a permanência cultural. Defendem que sem as conexões dos saberes tradicionais do Kaingang no campo biomédico,

uma proposta de atenção diferenciada a saúde fica distante da realidade indígena.

Para o Kaingang, a vida, a natureza e os elementos que a compõem fazem parte de uma mesma interface, onde são mantidas relações simbólicas e de reciprocidade que dão sentido ao jeito de ser e estar indígena em coletividade, e também assegura a manutenção e a preservação de saberes tradicionais repassados de geração em geração.

Trazer os elementos culturais Kaingang expressos sobre saúde aponta oportunidades e direcionamentos aos profissionais, na cultura envolvente, para debater e dialogar na perspectiva da valorização das práticas terapêuticas dos sábios indígenas**.** A troca de saberes interculturais, e o respeito à diversidade, na transmissão de conhecimentos específicos, poderá potencializá-los na aplicabilidade dos campos do saber local tradicional com o saber biomédico.

A partir do exposto, almejar o encontro na troca de conhecimentos culturais deveria estar no centro das reflexões na formação de recursos humanos, em especial os da saúde. E também pensar em estratégias que aglutinassem profissionais de diferentes áreas do saber, entidades, órgãos, em especial com a garantia da participação dos atores Kaingang, em busca de caminhos e aprendizados coletivos para que se minimizem as iniquidades na saúde, mediante proposições de políticas públicas que respondam às necessidades indígenas.

REFERÊNCIAS

AMBROSETTI, J.B. (2006). **Os índios Kaingang de San Pedro (Missiones).** Tradução Thiago Bolivar. Campinas, SP: Curt Nimuendajú.

ARESI, C. (2008). **Transformações culturais e território:** o Kaingang da reserva de serrinha-RS. 2008. 169f. Dissertação [Mestrado]- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

BECKER, I.I.B. (1995).**O índio Kaingang do Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: UNISINOS, pág. 334.

BRASIL. Ministério da Saúde. (2002). **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indigenas.** Aprovada pela Portaria n 254, de 31 de janeiro de 2002. Brasília: MS. Disponível em: <http//bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_indigena.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2017.

BUCHILLET, Dominique (1991). A Antropologia da Doença e os Sistemas Oficiais de Saúde, in BUCHILLET, D. (org.) *M edicinas Tradicionais e M edicina O cidentalnaAmazônia.* Belém, CEJUP, p. 21-43.

CINTRA, A. M. S; MESQUITA, L. P; MATUMOTO S; FORTUNA C. M. (2017). **Cartografia nas pesquisas científicas:** uma revisão integrativa.

CIPRIANO, P. (2014). Terras habitadas por Kaingang, Terras habitadas por colonos: a história da divisão da Terra Indígena Inhacorá.

CRÉPEAU, R.R**.** (2002). **A Prática do Xamanismo entre os Kaigang do Brasil meredional:** uma breve comparação com o xamanismo bororo. Porto Alegre: Horizontes Antropológicos, a.8, n.18, p.113-9.

CRÉPEAU, R.R. (1997). Mito e Ritual entre os índios Kaingang do Brasil Meridional. **Rev Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre: UFRGS, v.3, n.6, p.173-86.

D'ANGELIS, W.R. (2012).**A língua Kaingang**. **Portal Kaingang**. Disponível em: <http://www.portalkaingang.org>. Acesso em: 24 nov. 2017.

DEBERT, G.G. (1999). **A reinvenção da velhice.** São Paulo: FAPESP/USP. 266p. GEERTZ C. (2008).**A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC. 213 p.

IBGE. (2010). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Rio Grande do Sul. Disponível em: < HYPERLINK "http://www.ibge.gov.br/home" http://www.ibge.gov.br/home>. Acesso em: 24 nov. 2017.

IBGE. (2010). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Índios Zona Urbana e Rural.** Rio Grande do Sul. Disponível em: < HYPERLINK "http://www.funai.gov.br/etnias/etnias/etn_rs.htm "http://www.funai.gov.br/etnias/etnias/etn_rs.htm>. Acesso em: 24 nov. 2017.

JAHN, A.C. (2015). O Kófa: uma etnografia sobre velhice Kaingang. 2015. 143 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Paulo. Escola Paulista de Enfermagem. Programa de Pós-Graduação em Enfermagem.

KLEIMANN, A. (1980).Patients and healers in the context of culture: na exploration of the borderland between antropology, **Medicine, and Psychiatry**. Berkeley: University of California. 415p.

KLEINMAN, A.; EINSENBERG, L.; GOOD, B. (1978). Culture, illness, and care: clinical lessons from anthropologic and cross-cultural research. **The Journal of Lifelong Learning in Psychiatry,** Philadelphia, v.4, n.1, p.140-9.

LANGDON, E.J. (1996). Xamanismo- velhas e novas perspectivas. In: LANGDON. E.J. (Org.) **Xamanismo no Brasil: Novas Perspectivas**., Florianópolis: EdUFSC. p.9- 37.

LANGDON, E.J.; DIEHL, E.E. (2007). Participação e autonomia nos espaços interculturais de saúde indígena: reflexões a partir do Sul do Brasil. **Rev Saúde Soc,** São Paulo, v.16, n. 2, p.19-36.

MARTINES W. R. V; MACHADO A. L; COLVERO L. A. (2013). **A cartografia como inovação metodológica napesquisa em saúde. Tempus - Actas de Saúde Coletiva.**

MINAYO, M.C.S. (2008). Contribuições da antropologia para pensar e fazer saúde. In: CAMPOS, G.W.S. et al. **Tratado de Saúde Coletiva**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, Rio de Janeiro: FIOCRUZ. p.189-218.

PEREIRA, W.S. (2005). A configuração do subsistema de atenção à saúde dos povos indígenas no Brasil e a consecução de políticas públicas diferenciadas para os Guarani e Kaingang no Rio Grande do Sul p. 36-54. In: SILVEIRA, W.S.; OLIVEIRA, L.D. (Orgs). **Etnoconhecimento e saúde dos povos indígenas do Rio Grande do Sul.** Canoas: EdULBRA. p.156.

RAMOS AR. (2001).**Sociedades indígenas**. São Paulo: Ática. 96 p.

RAMOS,L.M.M.(2008).**VénhJykré e Ke Ha HanKe:** permanência e mudança no sistema jurídico dos Kaingang no Tibagi. 255f. Tese (Doutorado em Antropologia)- Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.

RIBEIRO, D. (1996).**Os índios e a civilização:** a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras. 559 p.

ROMAGNOLI, R. C. (2009). A cartografia e a relação pesquisa e vida. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 2, p. 169-170.

ROSA, R.R.G. (2005). A dinâmica do Xamanismo Kaingang. **Numem, Revista de Estudos e Pesquisa da religião.** Juiz de Fora, v.8, n.2, p.79-103.

SILVA, S.B. (2002). Dualismo e Cosmologia Kaingang: o Xamã e o domínio da floresta. **Rev Horizontes Antropológicos**, Porto alegre, v.8, n.18, p.189-209.

TOMMASINO, K. (1995).**A história dos Kaingang da Bacia do Tibagi:** uma sociedade Jê meridional em movimento. 383f. Tese. (Doutorado em Antropologia)- Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. Universidade de São Paulo, São Paulo.

TOMMASINO, K. (2003).**O direito dos povos indígenas ao reconhecimento de suas culturas (cf/88 e convenção 169 da oit):** aspectos jurídicos e antropológicos. Disponível em: < HYPERLINK “http://ktommasino.blogspot.com/2011/03/o-direito-dos-povos-”http://ktommasino.blogspot.com/2011/03/o-direito-dos-povos- indigenas-ao.html>. Acesso: 24 nov. 2017.

TOMMASINO, K. (1997). **Os Kaingáng da bacia do Tibagi e suas relações com o meio ambiente**. Disponível em: < HYPERLINK “http://ktommasino.blogspot.com/2011/03/ii-reunion-”http://ktommasino.blogspot.com/2011/03/ii-reunion- de-antropologia-del-mercosur.html>. Acesso em: 24 nov. 2017.

VEIGA, J. (2006). **Aspectos fundamentais da Cultura Kaingang.** Campinas, SP: Curt Nimuendajú. 256 p.

VEIGA, J. (2000).**Cosmologia e Práticas Rituais Kaingang**. 2000. 301f. Tese (Doutorado)- Universidade Estadual de Campinas.

VEIGA, J. (1994).**Organização Social e Cosmovisão Kaingang:** uma introdução ao parentesco, casamento e nominação em uma sociedade Jê meridional. 219f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Estadual de Campinas.

WEBER L; GRISCI C. L. I; PAULON S. M. (2012).**Cartografia: aproximação metodológica para produção**. Cad. EBAPE.BR, v. 10, nº 4, artigo 4, Rio de Janeiro, Dez.

WIESEMANN, U. (2002). Os dialetos da língua Kaingáng e Xokléng. **Arquivos de anatomia e antropologia**, vol.III, ano III. Rio de Janeiro, p.22,(196-217).

CAPÍTULO 2

PROCESOS DE SUBJETIVACIÓN EN PERSONAS EN CONDICIÓN DE DISCAPACIDAD. ESTUDIO DE CASOS EN CIUDAD DE MÉXICO

Data de aceite: 01/11/2021
Fecha de envío: 05/10/2021

Carlota Marisol García Pacheco
Universidad Del Tepeyac
Ciudad de México
https://orcid.org/0000-0001-5367-5990

RESUMEN: La analítica de gobierno en Michel Foucault y los llamados Anglofoucaultianos, ofrece una herramienta teórica útil para estudiar los procesos de subjetivación en este régimen neoliberal actual, sobre todo de poblaciones altamente vulnerables como son las personas en condición de discapacidad. En la Ciudad de México, ejemplo de modernidad, el objetivo del dispositivo de discapacidad sirve para conducir a esta población hacia objetivos determinados. Por lo que, las poblaciones denominadas “vulnerables” se convierten en objeto de intervención gubernamental para intentar reconfigurarlas en sujeto de gobierno. Este trabajo tiene como objetivo analizar los dichos de Personas en condición de discapacidad plasmadas a través de entrevistas a profundidad y ver cómo funciona el dispositivo Discapacidad en la Ciudad de México.
PALABRAS-CLAVE: Foucault, dispositivo de discapacidad, procesos de subjetivación

SUBJECTIVATION PROCESS IN DISABLE PEOPLE. CASE STUDIES IN MÉXICO CITY

ABSTRACT: The goverment analytics of Michel Foucault and the anglofoucauldians, is a usefull theoretical tool to study the subjectivation process in the neoliberal government, especially of vulnerable population such as the persons with disabilities. In México City, known as an example of modern city, the disability device serves to lead this population toward specific goals. Therefore, the persons with disabilities, become the target of public policies to try to reconfigure them as subjects of a neoliberal government. The objective of this work is to present the testimonials gathered in –depth interviews of disable people who live in México City, and analyze the function of the disability device.
KEYWORDS: Foucault, disability device, subjectivation process

1 I INTRODUCCIÓN

El estudio de la discapacidad es muy amplio y complejo, por lo que en esta ocasión se presenta un ítem poco analizado: la población en condición de discapacidad como sujeto a gobernar. El objetivo de este trabajo es mostrar en voz de personas con discapacidad, cómo se constituyen en sujetos de gobierno para el modo de vida neoliberal en la Ciudad de México a través del dispositivo de discapacidad. Se llevaron a cabo entrevistas a profundidad a personas con distintas condiciones de discapacidad. Este trabajo forma parte de una investigación más amplia titulada “Gubernamentalidad y atención a la discapacidad en México. Procesos de subjetivación, relaciones de poder y esquemas

de saber-poder en poblaciones específicas". El sustento teórico que subyace es el de Michel Foucault y el de los llamados anglofoucaultianos.

2 | ENFOQUE DE MICHEL FOUCAULT

El trabajo teórico de Foucault, implica fundamentalmente la construcción o constitución del sujeto:

> [...] él mismo nos aclara que el eje central está referido a los modos de objetivación que constituyen y transforman a los seres humanos en sujetos, además de que, a partir de estos modos se va determinando sentido a las relaciones que se establecen en los distintos espacios de la vida social. En otras palabras, si tuviéramos que iniciar ubicando la importancia del proyecto intelectual de Michel Foucault, diríamos que ella se encuentra en las posibilidades que ofrece para apreciar los territorios de la historia política de los saberes y las prácticas de poder que nos convierte en sujetos (Ibarra Colado, 2001: 323).

Hay que reconocer del enfoque foucaultiano, su crítica hacia las construcciones conceptuales abstractas y generales como la Razón, el Estado, la Verdad, etc. siempre alejadas de las prácticas concretas, por lo que propone situar y analizar los modos de actuar y de pensar, para de esta manera, reflexionar cómo se constituyen los sujetos y objetos dentro de un campo del saber.

Si entendemos la gubernamentalidad, variable importante para este trabajo, como la orientación y esfuerzo de modelar sujetos gobernables a través de varias técnicas de control, normalización y moldeo de conducta, donde intervienen relaciones de poder y esquemas de saber-poder; estamos frente un concepto que identifica una relación que va desde el gobierno del Estado hasta el gobierno del yo (Fimyar, 2008 en Veiga-Neto y Saravia, 2011:8). Entonces los procesos de subjetivación, relaciones de poder y esquemas de saber-poder forman una triada importante en la analítica de gobierno de este enfoque. Respecto a los procesos de objetivación-subjetivación, el hablar de subjetivación refiere a que el sujeto se va formando como tal y para eso se vuelve en su propio objeto. Foucault "emprendió el estudio de la constitución del sujeto como objeto para sí mismo: la formación de los procedimientos por medio de los cuales el sujeto llega a observarse, analizarse, descifrarse y reconocerse a sí mismo en un juego de verdad en el que está en una relación consigo mismo" (Florence, 1984: 3). Al señalar que la subjetivación en personas con discapacidad se da a través de procesos, decimos que este sujeto se constituye y modifica constantemente a partir de experiencias y prácticas cotidianas, también desde representaciones y conocimientos desarrollados en el contexto social, por lo tanto ahí radica su historicidad.

> Así, uniendo lo individual con lo social, tenemos que una persona con discapacidad, desde que nace o desde que se hace evidente que tiene una dificultad física o mental, se va construyendo como tal. A lo largo de su vida se le dice, trata, enseña, impone y recalca lo que es, cómo debe actuar y lo que se espera de ella en diferentes escenarios y contextos sociales [...]

> Pasa lo mismo en el ámbito de las prácticas de gobierno: se erigen, acciones, programas, leyes y políticas para definir y guiar las conductas de esta población específica (García Pacheco, 2017: 17).

En cuanto a las relaciones de poder, Foucault sugiere en *El sujeto y el poder* (1988), que el poder no solo es una variable importante como objeto de estudio, también forma parte de nuestra existencia diaria que se concreta en estrategias específicas muchas veces veladas, y por lo mismo se vuelve invisible e inconsciente. Lo que realmente define a las relaciones de poder es la acción o acciones que actúan sobre otras acciones presentes o futuras para llegar a un fin u objetivo, para esto es necesario revisar la realidad cotidiana y concreta en la que se sitúan las relaciones de poder, centrarse en los procesos particulares y marginales.

Así, se articulan los procesos de subjetivación con las relaciones de poder, lo mismo sucede con los esquemas de saber-poder. Para Foucault el "saber es poder" pues los mecanismos del poder y del saber se sostienen y refuerzan mutuamente y se hacen presentes en todo régimen de gubernamentalidad (Castro, 2004).

En otras palabras, los saberes facilitan el gobierno de las cosas, de los hombres y mujeres mediante normas, tecnologías y procedimientos altamente especializados. Los esquemas de saber-poder se relacionan con los procesos de subjetivación cuando el desarrollo de saberes ejerce gran influencia en la constitución de los sujetos. Actúan junto a las relaciones de poder cuando generan gran dependencia de los sujetos a las instituciones gubernamentales, al dominar objetos y personas reforzando mecanismos de poder y cuando enlazan con juegos de verdad para ejercer "poder benigno" a partir de desarrollo de técnicas. Así, afirmamos que históricamente los esquemas de saber-poder y los juegos de verdad se relacionan constantemente gracias a estos especialistas que organizan y coordinan desde el nivel de la experticia. (Canguilhem, 2011).

Actualmente, el saber científico está muy ligado a juegos de verdad vigentes, un ejemplo es la discapacidad y su atención como poder que tiene la medicina, la psiquiatría, la terapia de lenguaje, la psicología y el trabajo social, entre otros ámbitos del saber, pues el poder que concentran los expertos en estas áreas se deriva del papel que desempeñan al emitir su discurso, los mecanismos que utilizan para distinguir lo verdadero de lo falso y los soportes institucionales en los que se apoyan (Castro, 2004).

En otro orden de ideas, un elemento distinto e importante es el concepto de población que Foucault señala como una categoría que va más allá de los grupos y personas que representa la meta de las diferentes estrategias como: acciones, programas, y políticas públicas. Al reflexionar en el concepto *población,* vemos que no representa una acumulación de individuos sino que se trata de un constructo demográfico que desplaza a grupos como familia, tribu, pueblo, comunidad, etc. que además tiene un comportamiento de regularidad propia. Al incluir y trascender todas estas agrupaciones se construye como meta de gobierno cuyas técnicas y estrategias para impactar a esta población, resultan novedosas

y efectivas pues repercuten en distintos ámbitos, principalmente en los naturales de la vida: la salud, los nacimientos, alimentación, número de hijos, satisfacción de necesidades, etc. junto con efectos económicos específicos y esperados (Castro, 2004).

Es necesario señalar en este punto, que todos los aspectos de vigilancia y control sobre las vidas de los individuos y sus cuerpos, que se mueven desde el ámbito demográfico de la población, hasta la dimensión íntima y personal, es lo que se conoce como biopolítica. Se empezaron a identificar problemas relativos a la población como tasas de mortalidad, incidencia de enfermedades, ingreso, consumo, áreas de escasez, educación, fertilidad, etc. Como se ve más adelante las personas con discapacidad forman parte de esta población, que ha sido estudiada, definida, medida y calculada en cuanto a la proporción respecto al total de la población mexicana, donde la familia tiene un papel destacado en su atención.

La población, por sus particularidades, genera un campo de conocimiento rico en entendimientos emergentes, de los cuales tiene un papel destacado la estadística[1] (ciencia del Estado), instrumento que genera saberes, y es la que descubre que la población tiene características propias, regularidades y comportamientos diferentes a las familias y a los individuos que la conforman, convirtiéndose en un nuevo factor tecnológico de poder. Así, la población se mantiene como última meta de gobierno para mejorar su salud, aumentar sus riquezas y alargar la vida. A partir de ahí, la estructura de dicho Estado moderno se vuelve compleja y sofisticada donde se van integrando los individuos, grupos sociales y se van transformando en "nuevas individualidades" que se someten a estos mecanismos específicos de poder y de saber que inciden sobre ellos.

3 I RÉGIMEN DE GUBERNAMENTALIDAD NEOLIBERAL

Esto nos lleva a la analítica de gobierno y al concepto de gubernamentalidad. Foucault acuñó este concepto, pero fueron los llamados anglofoucaultianos quienes lo desarrollaron y enriquecieron con discusiones y reflexiones que son útiles para conocer contextos relacionados con la conducción de individuos y poblaciones en el neoliberalismo actual. Entonces, el autogobierno será una forma exitosa y eficiente del gobierno neoliberal contemporáneo, echando mano de diversos dispositivos disciplinarios combinados con otros de control.

> Con el ascenso del modelo neoliberal entra en escena la forma de gubernamentalidad que caracterizará muchos de los órdenes postindustriales y postfordistas del trabajo. Se trata de una propuesta que determina que el proyecto del buen sujeto de gobierno se fusione con obligaciones voluntariamente asumidas por individuos "libres", que deben sacar provecho de su propia existencia, mediante su (auto)gestión responsable (Rose, 1997, en Vargas-Monroy y Pujol I Llombart, 2013: 1257).

1 "Según Hacking La estadística es parte de la tecnología del poder del Estado moderno, determina clasificaciones dentro de las cuales las personas son pensadas , enunciados y acciones son enmarcados" (Giavedoni, 2012: 12). Tal y como sucede con la población en condición de discapacidad.

A la sazón, es necesario referirnos a la definición de gubernamentalidad más amplia y compleja que Foucault expuso en *Seguridad, territorio y población:*

> Con esta palabra "gubernamentalidad" aludo a tres cosas. Entiendo el conjunto constituido por las instituciones, los procedimientos, análisis y reflexiones, los cálculos y las tácticas que permiten ejercer esa forma bien específica, aunque muy compleja, de poder que tiene por blanco principal la población, por forma mayor de saber la economía política y por instrumento técnico esencial los dispositivos de seguridad. Segundo, por "gubernamentalidad" entiendo la tendencia, la línea de fuerza que, en todo Occidente, no dejo de conducir, y desde hace mucho, hacia la preeminencia del tipo de poder que podemos llamar "gobierno" sobre todos los demás: soberanía, disciplina, y que indujo, por un lado, el desarrollo de toda una serie de saberes. Por último, creo que habría que entender "gubernamentalidad" como el proceso o, mejor, el resultado del proceso en virtud del cual el Estado de justicia de la Edad Media, convertido en Estado administrativo durante los siglos XV y XVI, se "gubernamentalizó" poco a poco (Foucault, 2006: 136).

En ese sentido asumimos que la noción de gubernamentalidad consiste en: "el conjunto constituido por las instituciones, los procedimientos y las tácticas que permiten ejercer esta forma tan específica, tan compleja, de poder, que tienen como meta principal la población, como forma primordial el saber, como instrumento técnico esencial, los dispositivos de seguridad" (Foucault, 1999, en Galaz Valderrama, 2015: 1668).

¿Qué se pretende con esta analítica de gobierno? Primero, identificar diferentes formas y estilos de pensamiento acerca del gobierno de las poblaciones, también ubicar condiciones de formación, principios y saberes que interiorizan los sujetos y que generan procesos de subjetivación. Otro aspecto es la comprensión de cómo somos gobernados en la actualidad en el plano individual y en el plano colectivo (población), en lugares diversos como son el hogar, la escuela, el trabajo, etc. A nivel individual o micro, gobernar significa conducir a alguien imponiendo un régimen y, mejor aún, cuando el sujeto se gobierna a sí mismo al imponerse una serie de medidas. Cada práctica tiene como fin la conducción de conductas e involucra en su estructura: autoridades, pensamientos, aspiraciones, invención y redistribución de estrategias y técnicas. Así, podemos revelar los mecanismos de gubernamentalidad neoliberal que buscan moldear la conducta de los individuos y colectivos, no solamente a través del control, la disciplina o la normalización, sino también por medios más sutiles y no directamente coercitivos que los hacen más inteligentes, contentos, virtuosos, saludables, productivos, dóciles, emprendedores. De acuerdo al enfoque de los anglofoucaultianos, la gubernamentalidad tiene que ver con la mentalidad de gobierno, donde las racionalidades políticas actuales se revisten de términos nuevos y de un lenguaje de mercado con un discurso recubierto moralmente, que hace referencia a derechos y a grupos específicos o "comunitarios" como la población en condición de discapacidad, entonces la atención se desplaza a ésta para la gestión de la existencia individual y colectiva (Rose, 2007).

El régimen de gubernamentalidad neoliberal surgió cuando el ciclo expansivo de

la economía capitalista dejó de funcionar presentando un escenario de estancamiento e inflación, donde los gastos estatales que representaban las conquistas sociales se volvieron un peso difícil de sobrellevar. Esto sirvió como marco para el surgimiento y consolidación de una nueva racionalidad/mentalidad plasmada en las propuestas de la Comisión Trilateral (Huntington, Crozier y Watanuki, 1975 en Sader, 30 de noviembre de 2017:23), dónde se planteaba que el Estado no podía atender todas las demandas y derechos de la sociedad pues la tan deseada democracia se sobrecargaba en las finanzas públicas. Por lo tanto se veía necesario el ajuste fiscal y de adelgazamiento del Estado para no caer en la "ingobernabilidad". Esto implicaba descentralizar el poder político y económico del Estado, a partir de técnicas y estrategias novedosas a nivel macro y micro como serían los procesos de conformación de los individuos, las relaciones de poder y esquemas de saber-poder.

Hasta aquí es necesario hacer un alto y plantear ¿cómo se relaciona este régimen de gubernamentalidad neoliberal con la discapacidad?

- Las instituciones, tanto privadas como estatales, forman parte de ese conjunto de organizaciones, procedimientos, análisis y reflexiones, cálculos y estrategias que dan lugar a ejercer poder (gobierno), a esta parte específica de la población.

- Esta relación implica analizar las formas, mentalidades, justificaciones, sentidos y orientaciones que se han pensado para atender a la población en condición de discapacidad, no solo desde el gobierno estatal, que ocupa un lugar importante en cualquier análisis de este tipo, sino también por parte de la sociedad en general.

- Los dispositivos como: programas, acciones, políticas, leyes, discursos, hasta los prejuicios y estereotipos sobre la discapacidad, van a dirigir a las personas en condición de discapacidad hacia determinados fines y objetivos, los cuales no son homogéneos debido a los diferentes contextos e intereses que intervienen en su atención.

- La "distancia" entre las orientaciones y mentalidades sobre cómo atender a la población con discapacidad y los "resultados" en la práctica concreta derivados de las diversas técnicas de gobierno, son dignas de analizarse bajo este esquema de gubernamentalidad.

- El tipo de sujetos que se quiere formar en las personas en condición de discapacidad y a sus familias, toma como modelo el perfil de sujetos del liberalismo avanzado: autorreflexivo, autónomo, independiente y responsable (García Pacheco, 2017).

4 I DISPOSITIVO DE DISCAPACIDAD

Siguiendo a Foucault, los dispositivos son una suerte de máquinas para hacer ver y para hacer hablar (visibilidad y enunciación). Esto alude a un conjunto heterogéneo de

discursos, leyes, disposiciones espaciales, enunciados científicos y proposiciones morales y filosóficas, siempre inscritas en juegos de poder, que tienen por función responder a una emergencia en un determinado momento. El concepto, que aparece precisamente cuando comienza a discutir el problema de la gubernamentalidad neoliberal, es definido como "cierta manipulación de las relaciones de fuerza, bien para desarrollarlas en una dirección concreta, bien para bloquearlas o para estabilizarlas y utilizarlas" (Foucault, 1985, en Vargas Monroy y Pujol I Llombart, 2013).

Para Agamben (2011), desde que el ser humano es *homo sapiens* se encuentra rodeado de dispositivos, ya que ha estado modelado, controlado o contaminado por alguno de ello y destaca que los dispositivos actuales se han vuelto cada vez más eficientes. Hay que señalar que los resultados obtenidos del dispositivo no siempre son los deseables, dándose una gama heterogénea de respuestas y aplicaciones, esperadas e inesperadas.

De manera precisa, en la obra foucaultiana, el concepto de dispositivo surge en la etapa genealógica junto con el interés de analizar el poder y el gobierno de los hombres y mujeres. Se distingue por su complejidad y heterogeneidad, como se ve en su definición:

> […] es, en primer lugar, un conjunto decididamente heterogéneo, que comprende discursos, instituciones, instalaciones arquitectónicas, decisiones reglamentarias, leyes, medidas administrativas, enunciados científicos, proposiciones filosóficas, morales, filantrópicas; en resumen, elementos del dispositivo pertenecen tanto a lo dicho como a lo no dicho. En segundo lugar, lo que querría situar en el dispositivo es precisamente la naturaleza del vínculo que puede existir entre estos elementos heterogéneos. […] Resumiendo, entre esos elementos, discursivos o no, existe como un juego, de los cambios de posición, de las modificaciones de funciones que pueden, éstas también, ser muy diferentes. En tercer lugar, por dispositivo entiendo una especie –digamos- de formación que, en un momento histórico dado, tuvo como función mayor la de responder a una urgencia. El dispositivo tiene pues una posición estratégica dominante. (Foucault, 1991: 128).

Para Rose (1996), los programas neoliberales de gobierno se caracterizan de esta manera, por la esperanza de ser una inversión rentable para los propios sujetos; estas estrategias de gobierno se hacen por lo tanto dependientes de toda una serie de dispositivos que prometen crear individuos que no necesitan ser gobernados por otros, sino que **se gobiernan y controlan por sí mismos.** Lo esperado en el neoliberalismo es crear un individuo maduro, sano, completo y sin fallas. La manera de percibir las cosas gira alrededor de esta norma ideal y para cumplirla se erigen variados dispositivos que se enfocan a acomodar a las personas, en las que se incluyen a las personas con discapacidad, dentro de las estructuras existentes en la sociedad "normal" (Contino, 2012).

Por lo tanto, el objetivo del dispositivo de discapacidad es, como cualquier dispositivo, el de conducir poblaciones hacia fines elegidos para éstas. Por lo que, las poblaciones denominadas "vulnerables" se convierten en objeto de intervención gubernamental para reconfigurarlas en sujeto de gobierno (León Corona y García Pacheco, 2014).

¿Por qué planteamos que la discapacidad es un dispositivo? Porque alrededor de esta noción se generan diversas legislaciones, procedimientos, clasificaciones, investigaciones, publicaciones, todo tipo de establecimientos y construcciones arquitectónicas, prácticas, saberes, especialidades, técnicas de disciplina, controles, exámenes, evaluaciones, intercambios institucionales, etc. La discapacidad ha sido objeto de examen, vigilancia y de transformación principalmente del discurso y ha ido estableciendo una determinada manera de concebirla, verla y atenderla, lo que nos habla de su historicidad. También define las facetas negativas y contradictorias de dicho objeto, resultado del mismo dispositivo, esto va desde la lástima hasta la solidaridad hacia las personas con discapacidad (Contino, 2013; García Pacheco, 2017).

Actualmente, el Modelo Social de la discapacidad, se ha instaurado como el dispositivo "correcto", sin embargo, hay que ver cuáles son esos mecanismos que obligan e incitan a hablar sobre este enfoque: lo que se dice, lo que se siente, lo que se espera de las personas con discapacidad, en realidad esconde instrumentos de control y disciplina que conducen a la "normalización" de esta población específica. El devenir de la discapacidad se ha realizado a través de los discursos, y también en la realidad de las instituciones y sus prácticas, que junto con las resistencias y exclusiones que éstas generan forman una economía compleja que hay que tomar en cuenta en la totalidad del dispositivo. Como se expone más adelante, se maneja como correcto el enfoque de derechos humanos y ver la discapacidad como producto de las barreras sociales que impiden la inclusión y funcionamiento efectivo de las personas con discapacidad, pero sigue teniendo fuerza de que la discapacidad reside en la persona que la "sufre", anulando este enfoque de derechos, ambas visiones son parte del mismo dispositivo. Los discursos alrededor de la discapacidad empiezan a proliferar en México a partir de la Jornada Teletón en 1997, y de la Convención sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad en 2008, esta multiplicidad de discursos conlleva la invitación reiterada a hablar del tema a nivel institucional, gubernamental y social, esto configura rearticulaciones en las relaciones de poder, procesos de subjetivación y esquemas de saber-poder. Otro ejemplo característico del dispositivo de discapacidad, es la medicalización-rehabilitación y sus efectos que van desde la internación-enfermedad hasta la inclusión-solidaridad, pasando por sentimientos de lástima y reconocimiento.

¿Cómo actúa el dispositivo de discapacidad en las personas con esta condición? Cualquiera que necesite algún medicamento para "funcionar", algún aparato para desplazarse o atención especializada para acceder a la educación, sabe de qué manera han afectado su vida los regímenes clínicos, las teorías médicas, las estrategias pedagógicas las leyes civiles, inclusive la percepción de uno mismo. Los esquemas de saber-poder que producen y regulan el dispositivo de discapacidad también regulan la normalidad y la capacidad. Las prácticas y las instituciones que dividen los cuerpos capaces, sanos completos de los cuerpos inválidos, incapaces y enfermos, crean a su vez determinado

estilo de vida (McWorther, 2008). Todo dispositivo tiene utilidad manifiesta y deriva al mismo tiempo en negaciones y beneficios, rasgos predecibles e impredecibles y efectos planeados y no planeados.

5 I MODELO SOCIAL DE LA DISCAPACIDAD

Aunque ya hemos hecho referencia a algunos aspectos de la discapacidad es necesario definirla detenidamente. La Unión de Impedidos Físicos contra la Segregación, UPIAS por sus siglas en inglés, en 1974 definió por primera vez la discapacidad:

> […] como la desventaja o restricción para una actividad que es causada por una organización social contemporánea que toma poco o nada en cuenta a las personas que tienen deficiencias físicas (sensoriales o mentales) y de esta manera las excluye de participar en la corriente principal de las actividades sociales (Brogna, 2012: 5).

La Convención sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad de la ONU en 2006, señala que:

> Las personas con discapacidad incluyen a aquellas que tengan deficiencias físicas, mentales, intelectuales o sensoriales a largo plazo que, al interactuar con diversas barreras, puedan impedir su participación plena y efectiva en la sociedad, en igualdad de condiciones con los demás" (en ONU, 2014: 13).

Al comparar el contenido de estas dos definiciones vemos que la primera se refiere a la condición de discapacidad en general y la otra está referida a las personas con esa condición; ambas utilizan la palabra *deficiencia;* también podemos decir que lo escrito por la Convención no es una definición en sí, más bien es una descripción; la de UPIAS es más vehemente y directa. Ambas transfieren la causa de la discapacidad al exterior de la persona, o sea a las distintas organizaciones sociales y a la sociedad misma. Indudablemente la Convención recogió la intención original de UPIAS.

Hay otras definiciones que hacen énfasis todavía más en la interacción de la persona con el contexto y ambiente discapacitantes como la siguiente: "La discapacidad es toda limitación en la actividad y restricción en la participación como resultado de deficiencias, pero en el marco de la interacción entre el individuo y sus factores contextuales, ambientales y personales" (Schkolnick, 2009: 10). O como la de Adriana Soto Martínez (2011), que utiliza el concepto de *personas con discapacidad* para referirse a quienes teniendo alguna diversidad funcional (física, intelectual o emocional) enfrentan diariamente un orden social que discrimina y excluye a las personas en esta condición. Como se ve, los modos de entender la discapacidad y las prácticas sociales respecto a las personas con discapacidad han variado temporal y espacialmente.

El Modelo Social de la discapacidad tiene su origen en las décadas de los años 60 y 70 del siglo XX en los movimientos de los derechos civiles de las personas de color, pacifistas, feministas y homosexuales, concibe a la discapacidad como fenómeno

de construcción social inserta y dependiente de distintas situaciones y momentos donde todos somos diversos y que con el paso de la edad todos tendremos alguna condición de discapacidad, si es que no se disuelven las barreras sociales, físicas y culturales que se construyen para aquellos que tienen estas limitaciones. Además incorpora la visión de los derechos humanos y la participación de la sociedad civil. Una característica esencial de este modelo es el ver la discapacidad como una injusticia pública lo que los modelos anteriores ven como desgracia personal y privada, resultando que la sociedad es la verdadera discapacitante por lo que es necesario un cambio social profundo, para eso es necesario que estas personas y organizaciones que las representan trabajen y exijan sus derechos.

> El cambio en el paradigma para referirse a la población con discapacidad, en el que actualmente prevalece ver a la persona a partir de su funcionalidad, más que de su deficiencia, ha permitido orientar acciones y políticas nacionales, regionales y mundiales, en favor de los derechos de este grupo poblacional; ejemplo de ello es la aprobación de la Convención de los Derechos de las Persona con Discapacidad, documento promovido por México en el seno de las Naciones Unidas, que fue aprobado en diciembre de 2006 y ratificado por México en 2007 (INEGI, 2016, p.5).

Actualmente, en el dispositivo de discapacidad, después de la proliferación de discursos, leyes, acciones, políticas, congresos, especializaciones, jornadas, investigaciones, etc. como base de una amplia oferta de asistencia y tratamiento a cargo de agentes profesionales y particulares de centros públicos y privados , se sigan reproduciendo esquemas que no permitan la inclusión de las personas con discapacidad o que se marque una tendencia a la mercantilización de la discapacidad y su rehabilitación como negocio (como la *Jornada Teletón)*, al concebir a esta persona como un sujeto de asistencia costoso, generando nuevas formas de exclusión. Podemos concluir en este apartado que el dispositivo de Discapacidad está compuesto por aspectos contradictorios entre sí, cuyas derivaciones pueden ser opuestas pero funcionales para el régimen neoliberal vigente, siendo esto una de las características de dicho dispositivo.

6 | ¿CÓMO SE VIVE CON DISCAPACIDAD EN LA CIUDAD DE MÉXICO?

La Ciudad de México es considerada como la más abierta y de vanguardia en todo México, pone especial énfasis en la atención a la discapacidad, así lo presentan y presumen las autoridades de esa entidad. De acuerdo a los últimos censos poblacionales, habitan en la Ciudad de México, casi 500,000 personas con discapacidad, lo que representa el 5.46% de su población total. La condición de limitación más frecuente es la de movilidad seguida de la dificultad para ver, el 32% no saben leer ni escribir, siendo las mujeres las que se distinguen por esta circunstancia; casi la mitad de esta población ha asistido a la escuela (49%), siendo los hombres los que más asisten, la primaria es el grado de escolaridad más logrado con un

37%; y casi el 66% no tiene actividad económica (INEGI, 2016).

Aunque sabemos que el concepto de gobierno no es exclusivo de las instituciones estatales, ya que en ello están involucrados organizaciones, instituciones privadas, grupos formales y no formales, etc., de muy diferentes tipos y niveles, no podemos dejar de ver el papel significativo en la conducción de la atención a la discapacidad que desempeñan las autoridades, en este caso de la Ciudad de México. Llama la atención que en los últimos 20 años (desde 1997), se han sucedido gobiernos de "izquierda" pero que muchas de sus acciones se revisten o simulan una mentalidad neoliberal.

De acuerdo a los programas de apoyo, acciones y estrategias, esto debería propiciar un ambiente de respeto y tolerancia hacia la discapacidad. El gobierno de la Ciudad de México ofrece los siguientes programas de apoyo para este grupo específico:

- Programa de atención integral en Casa-hogar a menores con discapacidad en estado de abandono u orfandad.
- Programa de registro, atención y canalización de personas con discapacidad.
- Programa de apoyo económico a personas con discapacidad.
- Consejo Promotor para la integración al desarrollo de las personas con discapacidad.

Conforme al Programa de Derechos Humanos de la Ciudad de México se atiende a esta población como grupo prioritario a través de 25 estrategias y 114 líneas de acción, bajo 48 entes públicos responsables para que lo anterior se lleve a cabo. Dentro de su legislación se propone cubrir los siguientes derechos definidos para las personas con discapacidad: Legislación y políticas públicas integrales; Derecho a la igualdad y no discriminación; Derecho a la accesibilidad; Derecho al acceso a la justicia; Derecho al reconocimiento de la capacidad jurídica; Derecho a la educación; Derecho al trabajo y derechos humanos laborales; Derecho a vivir en forma independiente (COPRED, 2017). Sin embargo, de acuerdo a lo dicho por las personas entrevistadas, no es suficiente lo que se hace para atenderlas, ya que vivir en una ciudad "moderna y de avanzada" no garantiza que no tengan que enfrentarse a diario con múltiples barreras físicas y culturales.

Se entrevistaron a cinco personas con diversas condiciones de discapacidad que viven en la Ciudad de México para indagar cómo funciona el dispositivo de discapacidad en ellas, estas entrevistas deben considerarse como un ejercicio en el que se ejemplifican muchos de los aspectos tratados y afirmados hasta este punto, pues adentrarse en las vidas y dichos de personas concretas es una forma de tender puentes entre la teoría y la realidad, entre lo general y lo particular, lo colectivo y lo individual, lo macro y lo micro. La manera en que expresan lo que sienten, escuchan y opinan sobre sí mismos y su condición reflejan aspectos teóricos ya referidos como parte de este dispositivo. Aquí valdría el siguiente planteamiento: ¿Por qué es importante entrevistar a personas con discapacidad? Porque ellas se constituyen en

sujetos calificados para hablar de la discapacidad de primera mano debido a su experiencia, conocimientos y saberes adquiridos, sean tradicionales o científicos; su discurso representa la conjunción de diversos dispositivos, en el que resalta el de discapacidad objeto de este trabajo. Siendo así, el objetivo de las entrevistas a profundidad realizadas es examinar sus procesos de subjetivación en ámbitos de su vida cotidiana, relaciones de poder en diferentes espacios de desempeño y esquemas de saber-poder, específicamente saberes tradicionales y médicos.

Sujeto Discapacidad	Sexo	Edad	Estado civil	Estudios	Vive con familia	Trabaja	Nivel socio económico
intelectual	Masc.	24	Soltero	Secundaria y capacitación laboral	Padres y hermano	Auto-empleo	C+
psico social	Fem.	35	Sepa-rada	Licenciatura trunca	Dos hijas	Vendedora *free lance*	C
visual	Masc.	26	Soltero	Licenciatura pasante	Padres, 2 herma-nos y hermana	Empleado de gobierno	C
auditiva	Fem.	21	Soltera	Licenciatura no terminada	Madre	Estudia	C
múltiple	Fem.	23	Soltera	Preparatoria trunca	Padres	No	A/B

Cuadro 1 Características generales de entrevistados.

Fuente: elaboración propia.

Las preguntas giran en torno a las siguientes categorías de análisis:

Exposición al discurso de la discapacidad. Interacción con saberes científicos y tradicionales. Contexto de aparición de la discapacidad como parte de los procesos de subjetivación y las relaciones de poder. Medicalización como factor reproductor de esquemas de saber-poder y relaciones de poder. Educación como parte del esquema de inclusión-exclusión. Capacidad laboral como forma de integración social. Apoyo de programas o acciones gubernamentales (ejemplo de tecnologías de gobierno).

La muestra de sujetos entrevistados fue a conveniencia tratando de abarcar como primer criterio de selección diversas condiciones de discapacidad: Discapacidad intelectual, Discapacidad psicosocial, Discapacidad auditiva (pudo responder a la entrevista ya que usa aparatos auditivos y lee los labios), Discapacidad visual y Discapacidad múltiple (motriz, intelectual y visual). Otros criterios de selección fueron: que tuvieran mayoría de edad (más de 18 años), para que pudieran compartir sus experiencias en los diferentes ámbitos de desempeño; que fueran beneficiarios de algún programa de apoyo (4 reciben

beca de discapacidad del gobierno de la Ciudad de México, una además recibe beca académica), solo una persona era asegurada del IMSS. En cuanto al género, de los cinco que se entrevistaron, tres son mujeres y dos hombres. En las personas con dificultad para expresarse se contó con el apoyo de las madres, que se encargaron de completar la información.

En cuanto a la exposición al discurso de la discapacidad, los entrevistados estaban familiarizados con el término de discapacidad, aunque persiste la idea de que socialmente los tratan más como enfermos. Reconocen que aunque hay un discurso de discapacidad y ha habido avances, éste ha sido poco efectivo ya que las acciones son más de invisibilidad y exclusión. Las barreras relacionadas con la percepción de la discapacidad reproducen en ellos formas de devaluación y estigma, al sentirse señalados como enfermos/enfermitos.

Respecto a la interacción con saberes científicos y tradicionales, se hace referencia a los esquemas de saber-poder que tienen ascendiente sobre los entrevistados y sus allegados al ser emitidos por una autoridad legitimada por la ciencia como el médico, psicólogo, etc. en comparación con el saber que trasciende en el tiempo y en las prácticas ancestrales reproducido por familiares, conocidos, sacerdotes o curanderos. Se ve que ambos saberes pueden coexistir y están revestidos de poder al manifestarse en diferentes ámbitos de la vida. Por ejemplo: en el momento de ser evidente la discapacidad hubo explicaciones sobrenaturales o sacralizadas sobre sus causas, aunque todos cuentan con diagnóstico emitido por especialistas, solo la persona con discapacidad psicosocial y la persona con discapacidad visual pudieron explicar en términos científicos su diagnóstico. Lo mismo pasa respecto a los tratamientos: cuatro de los entrevistados dijeron recurrir a métodos no tan científicos como sobadas, rezos, hierbas, pomadas y polvos, y al mismo tiempo hacer las terapias recomendadas por los médicos. Esto nos habla de una paradójica coexistencia entre el saber tradicional y el saber médico.

En el contexto de aparición de la discapacidad como parte de los procesos de subjetivación y las relaciones de poder, la mayoría de los entrevistados, a excepción de la persona con discapacidad psicosocial, refieren a la madre como la primera en detectar que “algo no marchaba bien”; aunque fueron los especialistas los que dieron el diagnóstico final después de las pruebas y análisis clínicos correspondientes. El diagnóstico representa la “prueba” del dispositivo de discapacidad, pues clasifica a la persona como alguien que se va a distinguir por esa condición durante toda su vida. Por otro lado, los problemas familiares que se derivaron del diagnóstico o de la evidencia de la limitación, fueron los siguientes de acuerdo a los entrevistados: negación, remordimiento y culpa, desgaste de la persona cuidadora, poca atención a otros miembros de la familia, infidelidad y/o abandono del esposo, inestabilidad en la pareja, inestabilidad económica, etc. Indudablemente la detección de la discapacidad es un factor de desestabilidad y duelo, se presentan momentos de crisis y afectación en todos los miembros de la familia, esto reproduce y refuerza los aspectos negativos con que se asocia la discapacidad.

En lo que se refiere a la medicalización como factor reproductor de esquemas de saber-poder y relaciones de poder, junto con el impacto del diagnóstico se dan "reacomodos" y adaptaciones para atender el nuevo escenario marcando nuevas relaciones de poder de los que llevan a cabo el cuidado y la atención: la madre, el médico y los terapeutas. Al acatar la voz del médico y del terapeuta se confiere poder al saber científico, este poder se extiende a la persona que atiende y cuida, quién casi siempre es la madre. Reiteramos que con la atención médica especializada se da entrada al proceso de medicalización de la familia y al correspondiente esquema saber-poder de la medicina. Llama la atención que las personas con discapacidad intelectual, múltiple y psicosocial, han estado medicadas desde su diagnóstico y dichas prescripciones está dirigidas a controlar su conducta o para ser más funcionales, por lo que continuamente deben acudir con el especialista para revisar su medicación, no es el caso de la persona sorda y la persona ciega. Otro proceso que se da junto con el de la medicalización en general, es el de psicologización, en el que pueden recibir tratamiento el resto de la familia debido a las afectaciones "sufridas" por tener un familiar con discapacidad. Como podemos constatar por medio de estas entrevistas, el médico ejerce un poder ascendiente en ciertas decisiones.

En cuanto a la educación como parte del esquema de inclusión-exclusión, la totalidad de los entrevistados recibieron educación básica (primaria y secundaria), sin embargo el proceso educativo no cumple con el paradigma vigente de inclusión que se presume en México debido a las siguientes circunstancias referidas: Evidente falta de capacitación de los maestros en los grupos integrados; Existe mucho maltrato, burlas, discriminación y/o invisibilización por parte de los compañeros y maestros (poca o nula convivencia); Dificultad de aprender no por la discapacidad, sino por desigualdad de oportunidades; Muchas de las personas que los rodean dicen y repiten que no van a poder aprender; La persona con discapacidad debe demostrar siempre que puede y es capaz de aprender. En pocas palabras, tener discapacidad no es impedimento para entrar a la escuela, pero al estar dentro del sistema educativo se convierte en un problema de empeño personal, pues dejan a las personas que resuelvan los problemas sin ayuda institucional la mayor de las veces. Comparando las respuestas de los entrevistados con el deseo gubernamental de imponer el enfoque de educación inclusiva y dejar atrás a la educación especial, se reproduce la exclusión al no llevar a cabo dicho enfoque como se debe.

Al indagar sobre la capacidad laboral como forma de integración social, se encontró que la persona con discapacidad múltiple era la única que nunca ha laborado, la persona ciega y la persona con discapacidad psicosocial eran los únicos que tenían empleos formales y las otras dos restantes laboraban de manera informal e intermitentemente. Por lo que la mayoría ha tenido ingresos y los ha manejado según sus intereses. Todos ellos han tenido situaciones de discriminación laboral debido a su discapacidad, como es: tiempo de prueba para demostrar que realmente son aptos para trabajar, empleo mal remunerado, invisibilidad frente a compañeros y jefes, inestabilidad laboral en general. De

todos, la persona con discapacidad psicosocial fue la que más referencia hizo al estigma que sufre por su condición en el trabajo. Esta categoría se relaciona con aspectos de vida independiente y de autonomía al ser valorados como personas productivas por su propia familia. Sin embargo, aunque ellos están de acuerdo con satisfacer la exigencia del régimen neoliberal de hacerse visible, participar e integrarse a la sociedad por medio de la productividad, el mensaje que continuamente reciben es “no puedes, no eres capaz de trabajar, tu trabajo no vale”

Respecto al apoyo recibido de programas o acciones gubernamentales y que funcionan como ejemplo de tecnologías de gobierno aplicadas, los entrevistados son conscientes de que la discapacidad es fuente de apoyo gubernamental, al hacer los trámites necesario se “normalizan” y se dejan conducir hacia el consumo en grandes almacenes, aprender a usar sistemas electrónicos para llenar formatos o hacerse clientes del sistema bancario. Llama la atención la importancia que adquiere el diagnóstico emitido por autoridades gubernamentales de salud (esquemas de saber-poder), como requisito previo para obtener los apoyos. Todos ellos ven positiva la ayuda pero critican que no es suficiente y la ven como una simulación al no solucionar sus problemas. Esto mismo los va orillando poco a poco a ser emprendedores y buscar otras fuentes de ingreso. Las ayudas referidas en las entrevistas fueron: apoyo económico parte del gobierno de la ciudad de México, gratuidad en el transporte público, lugares especiales en estacionamientos, facilidades en trámites, etc.

7 | CONCLUSIONES

Algunas personas con discapacidad entrevistadas “conviven” con esquemas de saber-poder contrapuestos: De hecho llegan a atenderse con técnicas de gobierno contradictorias. Por ejemplo, el modelo social como parte del dispositivo de la discapacidad en el neoliberalismo acorde con el perfil del sujeto libre, autónomo, participativo, responsable, “empoderado” y previsor, enmarca y conduce al sujeto con discapacidad para que pueda funcionar en este contexto.

Hay emergencia de nuevos mecanismos de autorregulación ligados que implican “empoderamiento”, en los programas utilizados para guiar y formar a personas con discapacidad, señalando las continuidades del discurso del desarrollo con diversas reconfiguracíones en las prácticas neoliberales contemporáneas.

Los dispositivos en general, como el de discapacidad, funcionan como mecanismos gubernamentales de gestión a través de los discursos y prácticas, en busca de que las personas con discapacidad se adapten a la sociedad de manera “correcta”. Estas personas forman un grupo complejo y heterogéneo que paradójicamente enfrentan un discurso oficial de aceptación, respeto e inclusión frente a una realidad que los invisibiliza, discrimina y excluye.

REFERENCIAS

AGAMBEN, G. **¿Qué es un dispositivo?** México: Sociológica vol.26 no.73, 2011.

BROGNA, P. C. **Condición de adulto con discapacidad intelectual. Posici**ón simbólica y social de "Otro". México: UNAM, 2012.

CANGUILHEM, G. **Lo normal y lo patológico**. México: Siglo XXI Editores, 2011.

CASTRO, E. **El vocabulario de Michel Foucault. Un recorrido alfabético por sus temas, conceptos y autores**. Argentina: Universidad Nacional de Quilmes, 2004.

CONTINO, A.M. **La autogestión en situación de discapacidad como estrategia de contraconducta, la experiencia de Sin Barreras de Rosario.** Revista Motorpsico. Argentina, 2012

CONTINO, A.M. **El dispositivo de discapacidad** Tesis psicológica. Vol. 8. No.1. Colombia: Fundación Universitaria Los Libertadores, 2013.

COPRED. **Consejo para prevenir y eliminar la discriminación en la Ciudad de México. Cifras y Programas.** México: COPRED, 2017.

FLORENCE, M. **Autorretrato** de Michel Foucault en Dictionaire des philosophes. Paris: PUB, 1984.

FOUCAULT, M. **Saber y verdad**. España: La Piqueta, 1991.

FOUCAULT, M. **Seguridad, territorio y población**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

FOUCAULT, M. El sujeto y el poder en Dreyfus y Rabinow Michel Foucault: más allá del estructuralismo y la hermenéutica, México:IIS-UNAM,1998.

GALAZ Valderrama, J. C. (2015). **Gubernamentalidad y relaciones de inclusión/exclusión:** los dispositivos de intervención social dirigidos a mujeres inmigradas en España. Colombia: Universitas Psychologica, 14(5), 2015.

GARCÍA PACHECO, C. M. **Gubernamentalidad y atención a la discapacidad en México**. Procesos de subjetivación, relaciones de poder y esquemas de saber-poder en poblaciones específicas. México: Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo, 2017.

GIAVEDONI, J. **Del Estado en crisis a la crítica del Estado. Diálogo en torno a la perspectiva del Estado y la gubernamentalidad en el análisis de la nueva cuestión social en América Latina** México: Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales. Vol. 57 No.214, 2012.

IBARRA COLADO, E. **Foucault, gubernamentalidad y organización: una lectura de la triple problematización del sujeto** México: Revista Iztapalapa. Vol.1 No.50, 2001.

INEGI. **La discapacidad en México**. México: Instituto Nacional de Estadística y Geografía, 2016.

LEÓN CORONA, B. Y GARCÍA PACHECO, C.M. **Vulnerabilidad, regímenes de gobierno y formación de subjetividad: Una mirada a la población en condición de discapacidad** México: 4º. Congreso Internacional de Ciencias Sociales en el Sureste Mexicano, 2014.

McWORTHER, L. **Foreword** Foucault and the government of disability. United States of America: The University of Michigan Press, 2008.

ONU. **La Convención sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad y su Protocolo Facultativo**. México: Comisión Nacional de los Derechos Humanos, 2014.

ROSE, N**.** ¿La muerte de lo social? Reconfiguración del territorio de gobierno Argentina: Revista Argentina de Sociología. Vol. 5 No. 8, 2007.

SADER, E. **Del neoliberalismo precoz al neoliberalismo tardío** México: La Jornada, 2017.

SCHKOLNICK, S. **América Latina: Discapacidad a partir de los Censos y otras fuentes**. Santiago de Chile: Presentación en Seminario-Taller “Los Censos de 2010 y la Salud”. CELADE, CEA-CEPAC, UNFPA, 2009.

SOTO MARTÍNEZ, M.A. **La discapacidad y sus significados: notas sobre la (in)justicia** México: Revista Política y Cultura. No. 35. UAM Xochimilco, 2011.

VARGAS-MONROY, L. Y PUJOL I LLOMBART, M. **Gubernamentalidad, dispositivos de género, raza y trabajo: la conducción de las conductas de las mujeres trabajadoras** Bogotá: Universitas Psychologica. No. 4 Pontificia Universidad Javeriana, 2013.

VEIGA-NETO, A. Y SARAIVA, K. **Educar como arte de governar** Brasil: Currículum sem fronteiras Vol. 11 N.1, 2011.

CAPÍTULO 3

VIOLENCIA FÍSICA, CUERPOS VIOLENTADOS Y EMOCIONES VULNERADAS. CASO DE ESTUDIANTES DE LA UNIVERSIDAD VERACRUZANA

Data de aceite: 01/11/2021

Jeysira Jacqueline Dorantes Carrión
Centro de Estudios de Género de la Universidad Veracruzana (ceguv)
Xalapa, Veracruz, México
ORCID: 0000-0002-06335931

RESUMEN: Se presentan resultados de una investigación sobre violencia física, cuerpos violentados y emociones vulneradas en estudiantes de la Universidad Veracruzana (UV) desde un análisis de la experiencia escolar (DUBET Y MARTUCCELLI, 1998). La violencia se ha convertido en foco de atención de todos aquellos involucrados en el quehacer educativo y de la sociedad en general. Genera sentimientos y emociones como odio, coraje, vergüenza, tristeza, etc., que se desarrollan a partir de la interacción social y de las relaciones sociales en espacios y contextos específicos (ARAYA, 2002). El estudio responde al enfoque cualitativo (GARCÍA, 2011), emplea la entrevista semiestructurada (MARRADI, ARCHIENTO Y PIOVANI, 2007), (DORANTES, 2018), (ÁLVAREZ-GAYOU, 2019) con una muestra de 186 estudiantes de las diferentes regiones y áreas de conocimientos de la UV. En el procedimiento metodológico se emplearon dos *softwares* de análisis: T-Lab y SPSS, permitiendo interpretar el contenido de las entrevistas y analizar la información con distintos niveles de profundidad.

PALABRAS CLAVE: violencia escolar, universidad, emociones, estudiantes.

PHYSICAL VIOLENCE, VIOLATED BODIES AND VIOLATED EMOTIONS. CASE OF STUDENTS OF THE UNIVERSIDAD VERACRUZANA

ABSTRACT: We present research results about physical violence, abused bodies and damaged emotions, a case study of university students from University of Veracruz (UV). This analysis is carried out based on scholar experience (DUBET & MARTUCCELLI, 1998). Violence has become a focal point for all those who are involved in an educational field and for the society in general. It engenders feelings and emotions like hate, rage, embarrassment, sadness, etc., which are developed from social interaction and social relationships in certain spaces and environments (ARAYA, 2002). This study is based on the qualitative approach (GARCÍA, 2011), the survey tool was the semi-structured interview (MARRADI, ARCHIENTO & PIOVANI, 2007), (DORANTES, 2018), (ÁLVAREZ-GAYOU, 2019) applied to a sample of 186 students from the different locations and knowledge fields of the UV. As for the methodological procedure, two data analysis software were used: T-Lab and SPSS; they helped us to interpret the interviews' contents and to analyze the information in different levels of detail.

KEYWORDS: physical violence, bodies, emotions, university students.

INTRODUCCIÓN

Este documento presenta los resultados de la investigación sobre la violencia física que sufren estudiantes de la Universidad Veracruzana (UV) de México. Los datos muestran que el 33.4%

de los estudiantes sufre de este tipo de violencia, vulnerando sus sentimientos y emociones.

La violencia escolar ha sido estudiada por diversos autores. Es un fenómeno que presenta distintas formas de expresión, como el abuso, el daño, la humillación, la dominación, el perjuicio al otro, con el objeto de doblegarlo, "contra su voluntad, mediante la fuerza y el poder" (DE FELIPPIS, 2004, p. 26). La violencia que albergan las instituciones de educación superior en México y en el mundo se ha convertido en foco de atención de muchos investigadores, de aquellos involucrados en el quehacer educativo y de la sociedad en general.

La violencia es todo acto en el que se ejerce una agresión a una persona y puede presentarse en diferentes momentos, lugares y formas; se manifiesta de manera indistinta ante cualquier situación y su efecto es poderoso e irreversible. Se trata de una agresividad fuera de control, que se traduce en una agresividad hipertrofiada. Es una alteración de la agresividad natural (la alteración de un instinto), que se puede producir por la acción de factores tanto biológicos como ambientales (SANMARTÍN, 2004). La violencia puede combinarse por tipologías, es decir, una violencia física puede estar acompañada de violencia verbal y psicológica o emocional, causando mayor daño a la persona.

De manera particular, entendamos la violencia física como aquellas

> acciones no accidentales que viven los hombres y las mujeres de distintas edades a quienes les han provocado daño en el cuerpo, tales como bofetadas, golpes, palizas, heridas, fracturas, quemaduras, cortes, tirada de cabello, pellizcos, chupetones. Es moderado cuando es agarrado (a) a la fuerza empujado (a) o tironeado (a) por la pareja. Es severa cuando es agredido (a) por la pareja cinco o más veces en el último año y ha sido pateado (a), quemado (a) a propósito, estrangulado (a) y/o se ha utilizado armas punzo cortante y/o de fuego. (INMUJERES, c2020).

Este tipo de violencia física se traduce en un daño o en un intento de daño, permanente o temporal (INEGI, 2003, 2005 y 2007). La violencia física, centrada en daños al cuerpo de un individuo, genera sentimientos y emociones en las personas.

Asimismo, entendamos los sentimientos como un conjunto de experiencias o disposiciones afectivas de agrado o desagrado con referencia al objeto, a la persona o a una idea abstracta; también se le conoce como las experiencias compuestas de ideas y sensaciones viscerales. La emoción se acerca más a la experiencia psíquica caracterizada por un grado muy fuerte de sentimientos acompañados de una expresión motora a menudo muy intensa (HOWARD, 1998). Las emociones son portadoras de interpretaciones y significados dependientes de las consideraciones sociales y culturales, y en espacios y contextos específicos (ARAYA, 2002).

De manera particular, los sentimientos y emociones se refieren a los estímulos del mundo exterior. En este caso, la violencia física puede generar en el individuo sentimientos como odio, coraje, vergüenza, tristeza, etc., que requieren ser estudiados con mayor profundidad, pues su impacto no respeta géneros (ARISÓ Y MÉRIDA, 2010): afecta a todos

los seres humanos, inclusive a quienes se encuentran inmersos en los ámbitos y quehaceres escolares, repercutiendo en la formación universitaria.

La violencia física se entiende como las agresiones dirigidas al cuerpo de una persona.

> Es aquella interferencia física que ejerce un individuo o un grupo en el cuerpo de un tercero, sin su consentimiento, cuyas consecuencias pueden ir desde una conmoción, una contusión o un rasguño, una inflamación o un dolor de cabeza, a un hueso roto, un ataque al corazón, la pérdida de un miembro e incluso la muerte [acotando más adelante que] es siempre un acto relacional en el que su víctima, aun cuando sea involuntario, no recibe el trato de un sujeto cuya alteridad se reconoce y se respeta, sino el de un simple objeto potencialmente merecedor de castigo físico e incluso destrucción. (MARTÍNEZ, 2006).

Es un conjunto de agresiones físicas y, en algunas ocasiones, el individuo ha sido amarrado, pateado, golpeado con las manos o con algún objeto; le han tratado de ahorcar o asfixiar; ha sido agredido con un cuchillo o navaja; o le han disparado con un arma. La tranquilidad de las personas también puede ser violentada mediante agresiones físicas o verbales, abandono o cualquier otra conducta que cause daño (físico o emocional) (ÁLVAREZ Y HARTOG, 2005). Asimismo, son aquellas acciones no accidentales que provocan daño en el cuerpo, tales como bofetadas, golpes, palizas, heridas, fracturas, quemaduras, cortes, tiradas de cabello, pellizcos, chupetones. Como se mencionó anteriormente, la violencia puede ser moderada (cuando una persona es agarrada a la fuerza, empujada o tironeada por la pareja) y severa (cuando es agredida por la pareja cinco o más veces en el último año); esta representa la forma más evidente de violencia doméstica, y se caracteriza por la existencia de agresiones físicas generalmente sobre la mujer, que pueden ser graduadas atendiendo a la intencionalidad y al daño causado (TORRES, 2005).

La violencia física también acontece entre escolares como una conducta que puede contribuir a crear un ciclo de delitos, en el peor de los casos, y, como mínimo, crea un ambiente de miedo e infelicidad para millones de escolares (HARRIS Y PETRIE, 2006). Por ello, la importancia estudiar este fenómeno, ya que puede afectar negativamente la experiencia escolar del agresor, del agredido y del espectador.

METODOLOGÍA

Metodológicamente, la investigación se apega a procedimientos cualitativos. Empleó la entrevista (MARRADI, ARCHIENTO Y PIOVANI, 2007) como principal técnica de investigación (TAYLOR Y BOGDAN, 2006), para realizar el estudio con estudiantes de la UV, distribuidos en las cinco regiones a lo largo del estado de Veracruz, incluyendo a la Universidad Veracruzana Intercultural (UVI). La guía de entrevista se orientó en la obtención de datos cualitativos; esta serie de preguntas estructuradas abiertas permitió al entrevistado hablar con libertad, extenderse en lo que consideró necesario, dar cualquier respuesta que le pareció apropiada y contestar con sus propias palabras sobre su experiencia escolar (DUBET

Y MARTUCCELLI, 1998).

El estudio se desarrolló en la UV, en seis regiones: Xalapa, Veracruz-Boca del Río, Córdoba-Orizaba, Poza Rica-Tuxpan, Coatzacoalcos-Minatitlán, y en una región de la UVI El Espinal-Totonacapan, así como en seis áreas de conocimiento que requirieron de análisis e interpretación a profundidad en el periodo 2014-2016, es decir que esta investigación se realizó antes de la pandemia de la COVID-19, durante la asistencia a clases presenciales.

Dicha muestra estuvo integrada por un total de N=186 estudiantes de la UV, que fueron seleccionados por el tipo de muestreo No Probabilístico, una técnica de muestreo que no usa procedimientos de selección al azar, sino que se basa en el juicio personal del investigador. En este sentido, se buscaron estudiantes universitarios que desearan compartir experiencias relacionadas con la violencia en la UV, y con base en la selección de criterios que se enuncian más adelante. De manera inicial, se presenta una tabla que refleja la participación de los estudiantes entrevistados por región y género (Tabla 1). Cada entrevista se llevó a cabo por el entrevistador-investigador, apoyándose en una guía con el concentrado de datos generales por alumno y preguntas relacionadas con diversos tipos de violencia que experimentan en la universidad. Es importante mencionar que a cada estudiante se le entregó una carta de consentimiento informado, con el objeto de contar con su autorización para utilizar la información recogida. Al terminar la entrevista, se les agradeció la colaboración. La información contiene un código, lo cual mantiene el anonimato de sus respuestas. Otra peculiaridad del estudio es que a lo largo del estudio requirió de un trabajo práctico y artesanal (DORANTES, 2018), (ÁLVAREZ-GAYOU, 2019) con el propósito de captar las subjetividades y el sentido de las cosas que son comprendidas por los estudiantes universitarios, en el contexto de la realidad (ÁLVAREZ-GAYOU, 2019) universitaria.

Región	Núm. de participantes	Hombres	Mujeres
Coatzacoalcos-Minatitlán	60	32	28
Xalapa	44	22	22
Poza Rica-Tuxpan	33	14	19
Córdoba-Orizaba	26	11	15
Veracruz-Boca del Río	15	2	13
El Espinal-Totonacapan	8	4	4
Total	186	85	101

Tabla 1. *Estudiantes entrevistados por región y género*
Fuente: Elaboración propia.

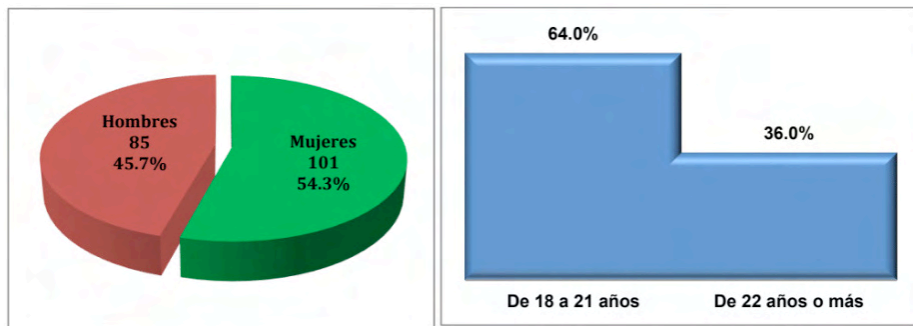



Figura 1. Participación de estudiantes de la UV entrevistados.

Se dividió a los estudiantes en dos grupos: hombres (45.7%) y mujeres (54.3%). Respecto a la edad, también se conformaron por dos grupos de entre 18 a 21 años (64%) y el de mayores de 22 años (36.0%). Es necesario destacar que la investigación requirió de un colorama, con el que se identificaran los testimonios otorgados en las entrevistas por colores, y lograr diferenciar otros tipos de violencia que estuvieran afectando a los estudiantes universitarios. Para efectos de este documento, solo se presenta lo referente a la violencia física.

ANÁLISIS DE DATOS

En el proceso de entrevistas se efectuaron varias preguntas, entre las cuales destacan: ¿qué es lo que entiendes cuando hablamos de violencia física?, y ¿qué tipo de experiencia has tenido en tu estancia universitaria sobre este tipo de violencia? A continuación se presentan los testimonios de los estudiantes por regiones de la UV.

La violencia física identificada en la región de Coatzacoalcos-Minatitlán:

> Por violencia física entiendo que son golpes, el maltrato a las personas, dejar heridas en su cuerpo y ¿qué pienso de la violencia física?, pues que quizás llegue a ser en su momento hasta peligrosa, pueden matar a personas a golpes, sobre todo si la otra persona o los dos, pues, están ebrios o tomados, y pienso que pues es peligrosa si no se detiene a tiempo (ECOAT3: 3).
>
> Violencia física, donde ya llega un momento en el que se dan los golpes, los empujones, los golpes, rasguños, en cualquier parte del cuerpo; eso es violencia física (ECOAT5: 3).
>
> Es el maltrato, los golpes, principalmente los golpes, como que generalizado, es decir, todo lo que generaliza a golpes, los jalones, patadas, todo tipo de golpes. Siento que eso es un maltrato físico (ECOAT7: 3).

Para los estudiantes de la Coatzacoalcos-Minatitlán, la violencia física se manifiesta en golpes, maltrato, heridas en el cuerpo, empujones, jalones y rasguños; consideran que es algo peligroso.

Por su parte, los estudiantes de la región Xalapa señalaron lo siguiente:

> Sí lo he visto, pero lo hacen jugando. Es así de que se dan golpecitos así, pero nada serio de que se lleguen a golpear hasta lastimarse. Es despacito y lo hacen jugando, no es frecuente, y no es frecuente, siento, porque la mayoría son adultos y muchos ya son padres de familia, es eso. Vete a una secundaria y allí se van a dar golpes, según jugando, pero se dan golpes, y aquí no porque cambia la manera de pensar; ya todos tenemos un trabajo, todos tenemos responsabilidades, algunos tienen hijos (EXAL2:1).

> Es una agresión física al cuerpo, a la persona. A veces hay personas que con conocimiento saben cómo infringir un daño, un golpe a tu cuerpo; y, aparte, en la actualidad, como está la situación en el país, hay mucha violencia en todo el país. Estamos hablando de que, ahora, cualquier niño, a lo mejor, puede traer hasta un arma; y eso es interesante, y luego dicen es la educación, el entorno en que viven las personas, la situación socioeconómica en que viven las familias, y ese tipo de cosas que influyen, y que luego dicen no, es que es la educación y, si no se educa, todo ese tipo de cosas influye, que lleva a las personas que son violentas, allí nace la violencia (EXAL6: 2).

> Yo creo que es mucho como parte del compañerismo, parte de la broma sí podría haber como pequeñas cachetaditas o zapes; incluso empujones que se den como connotación de broma; sí son frecuentes esos juegos de golpes en nuestra Facultad (EXAL14:6).

> Yo siento que es agredir a otra persona sin que ella esté de acuerdo. Porque tal vez se estén golpeando y eso, pero están jugando y están de acuerdo. Siento que si la otra persona no está de acuerdo, pues ya es violencia (EXAL26:1).

Se da cuenta que, en la región de Xalapa, la violencia física es representada por los estudiantes como golpecitos, agresión física al cuerpo de una persona, golpe a tu cuerpo, pequeñas cachetadas, empujones; según ellos, se trata de agredir a otra persona sin que ella esté de acuerdo.

Llama la atención que manifiesten que no es nada serio el golpear hasta lastimarse, es despacito, lo hacen jugando, no es frecuente, no se ve. Aseguran que se debe a la educación y cómo te educan, que es parte del compañerismo y reconocen que esto sí se da mucho. Por lo anterior, se recomienda entablar relaciones más respetuosas entre los estudiantes universitarios y modificar los juegos entre ellos, ya que podrían correr el riesgo de ser peligrosas y generar malestares en las relaciones e interacciones estudiantiles, así como en las relaciones humanas.

Enseguida un ejemplo del escenario de la región Poza Rica-Tuxpan:

> La violencia física, pues, dentro de la universidad sí se da; no es algo así de maltratar directamente, sino, yo lo veo desde otro punto. A veces, los compañeros juegan a pegarse y todo eso, y entonces yo le veo desde ahí: ya es violencia, porque desde ahí ya estamos permitiendo que un compañero nos dé un golpe; y pues ese golpe se va a otro golpe y a otro golpe y después ya va creciendo. O sea, no sé si me explique, sí se da en el salón de clases, sí se da entre amigos, se da en el salón…, lo vemos con mucha frecuencia porque es entre amigos, normalmente así se llevan los compañeros, y pues yo digo, ahí es donde uno tiene que poner cierto límite, sabes que hasta aquí no

> puedes seguir en el juego (EPZ5:1).

En la región Poza Rica-Tuxpan, la violencia física es representada por los estudiantes como golpes, pegarse entre compañeros. Reconocen que se da entre amigos, que es frecuente; y aseguran que se da en la universidad y en el salón debido a que los compañeros juegan a pegarse, no es algo de maltratar.

Podemos dar cuenta de que existe una naturalización de la violencia física, pues los estudiantes la conciben como un juego entre compañeros, lo que al mismo tiempo conlleva a la normalización de la violencia física como parte de las prácticas cotidianas. Ante este escenario, lo que se recomienda es mejorar las prácticas y las relaciones entre estudiantes universitarios.

Un siguiente ejemplo de violencia física en esta región de Poza Rica-Tuxpan:

> Aquí, en la universidad, pues yo he visto muchos casos. He visto, en lo particular, con unas compañeras de Pedagogía, que sí, su novio viene y la jalonea, y pues una vez me tocó salir en la noche y él la estaba golpeando aquí afuera, pero pues uno como estudiante no puede hacer nada, pues porque también ella se subió al coche de él, y pues es el único caso que he visto aquí de golpes, de ese chico a la muchacha, pero sí, bueno, de hecho, aquí en Pedagogía los hombres son un poquito intolerantes, son mandones y posesivos (EPZ2:1).

Para los estudiantes de la región de Poza Rica, la violencia es con las compañeras, con sus novios o parejas sentimentales a través de golpes, jaloneos. También califican a los hombres como mandones y posesivos, actitudes y disposiciones que merecen ser corregidas, como inicio de buenas prácticas centradas en el respeto al otro(a).

Se recomienda enaltecer el respeto y tolerancia a los estudiantes universitarios de ambos géneros, y reconocer los derechos humanos; así como informar que el que ejerza la violencia física será sancionado o castigado ante las autoridades correspondientes, aun cuando los propios estudiantes lo conciban como algo no tan grave.

En la UV, los estudiantes aseguraron sí percibir la presencia de la violencia física en el interior del aula, facultad o espacio universitario. Reconocieron que se ejerce como parte de un "juego", a través de actos como dar un golpe o golpecitos, empujones, zapes, cachetaditas. De modo que la violencia física sí se desarrolla en el interior de la UV, en el salón de clases, pero solo entre compañeros o amigos, como así se califican y que forma parte de la vida cotidiana y de sus experiencias escolares.

El escenario de la violencia física en la región de Córdoba-Orizaba se percibe así:

> La violencia física es básicamente llegar a golpes. En donde la persona llega a lastimar a otra; generalmente se nota a través de los moretones y, en ocasiones, habrá golpes que no se representen externamente, pero te afecten de alguna u otra manera; o sea, interna o en algunas partes de tu cuerpo; pero, generalmente, la violencia física, pues, se nota y es observable. Como te digo, un moretón podría ser un efecto de que hay violencia (ECOR1:3).

> Alguna vez hubo alguien a quien apuñalaron, o sea, que enfrente de la Facultad hay un Oxxo que cierran hasta las diez, y a un chico lo asaltaron, y

> aparte lo apuñalaron. Es en la esquina. Y luego, otra vez, por el Hotel Venus, en Díaz Mirón, a una chica la apuñalaron en esa zona; y deben de poner mayor atención en esa zona (EVER3:4).
>
> Pues escuché de la voz de una profesora que un compañero le aventó la silla a otra compañera en la espalda, y la maestra, pues, en coraje, lo cacheteó ahí y expulsaron al joven. Sí, lo expulsaron porque su excusa fue que así se llevaba con ella; entonces, con una silla, pues, no sé si estaba enojado, y la silla sí se la aventó en la espalda a la muchacha, y pues la maestra lo vio y se enojó, y ella misma le dio un par de cachetadas, enojada por lo que había hecho, y expulsaron al muchacho por haber aventado la silla a la espalda de la compañera (EVER14:4).

Las experiencias escolares en torno a la violencia física en la región de Córdoba-Orizaba se centran en golpes, lastimar a una persona, moretones, pues consideran que afecta a las partes internas del cuerpo. También asocian la violencia a los asaltos y apuñaladas que se dan afuera de la Facultad, sobre todo después de las diez de la noche. Por lo que los estudiantes recomiendan poner mayor vigilancia, pues pueden verse afectados.

Es importante reconocer que los actos de violencia física deben de ser sancionados, como la situación de violencia en que un estudiante agredió con una silla a una estudiante al aventarle una silla en la espalda. Actos como estos generan sentimientos y emociones de enojo, malestar e indignación, pero también generan más violencia; como el caso en que la profesora cachetea al estudiante agresor y aboga por su expulsión. Se recomienda fortalecer este tipo de castigos a todo estudiante que violente a su igual a través de la expulsión o suspensión en la UV, y no un simple llamado de atención superficial, si es que buscamos su corrección.

Enseguida se presentan algunas experiencias sobre la violencia física en la UVI-Espinal de la región del Totonacapan, Veracruz:

> La violencia física, por motivos… primordialmente por el machismo —bueno, en esta parte se ve mucho lo que es el machismo—, de que si te crees mucho, de que si tú te sientes mejor que los demás, a pues vienen y te golpean, y sí, lo que se da bastante aquí, es la violencia generada por el machismo (EES1:1).
>
> Usualmente puede ser por mujeres, por chicas. Sí, a mí me ha pasado. En ese momento fue que llegué, estaba yo, y le hablé a una chica, y yo no conocía si esta chava les hablaba a otras personas, y él (un joven) se molestó y me empezó a decir que no me metiera con su novia, y yo le pregunté ¿no es tu novia? No puedes admitir que es tu novia, y si es tu novia, no tienes por qué agredirme así de esta manera. Y se me acercó, y me acomodó un cabezazo, y empezó la riña. Todos terminamos perjudicados porque fue aquí (EES1:1-2).

De acuerdo con las respuestas de los estudiantes, la violencia física se basa en un conjunto de golpes, cabezazos, agresiones, riñas, empujones. Consideran que la principal causa es el machismo, porque una persona se cree mucho o se siente mejor que los demás. También se genera por hablarle a una mujer o chica, que puede ser o no novia de otra persona. La mayoría es entre amigos y se ejerce jugando, pues forma parte de un

juego entre compañeros de la universidad. Reconocen que, con este tipo de violencia, los estudiantes terminan perjudicados.

Estadísticamente, al usar una media del 21.2 ante la población de 186 estudiantes entrevistados de la UV, y una desviación estándar del 2.7, nos dice la variación que los datos están dispersos o alejados con respecto a la media. Y en la forma de pensar, ver, percibir y experimentar este tipo de violencia logra verse una presencia, que es identificada en sus prácticas cotidianas, y forma parte de sus experiencias escolares en la universidad (Figura 2).

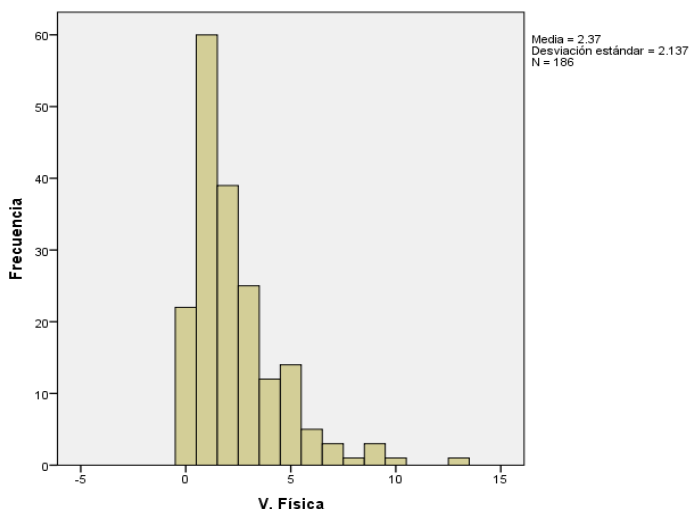



Figura 2. Frecuencia de violencia física.

Una vez que los estudiantes universitarios reconocen la existencia de la violencia física como parte de sus experiencias escolares y cotidianas, en su mayoría son casuistas, es decir, surgen en cualquier momento por cualquier motivo.

La violencia física, como se observa en la Figura 3, se asocia con palabras como golpe, maltrato, intimidación, puñetazo, agresión, cachetada, daño, peleas, maltrato, noviazgo, sangre, dolor, secuela, sufrimiento, machismo, patada, discriminación, *bullying*, etc. Este tipo de violencia se manifiesta en varias formas: empujones, zapes, nalgadas, zancadillas, jalones de pelo, golpes con el puño, jalones en el brazo o en el cuerpo, cachetadas. En su mayoría son casuísticas y no dejan notables alteraciones en la salud, lo cual no lo convierte en delito; por ello, los estudiantes continúan con estas prácticas naturalizándolas y, muchas veces, considerándolas como un juego, pero también como parte de una expresión de la cultura machista.

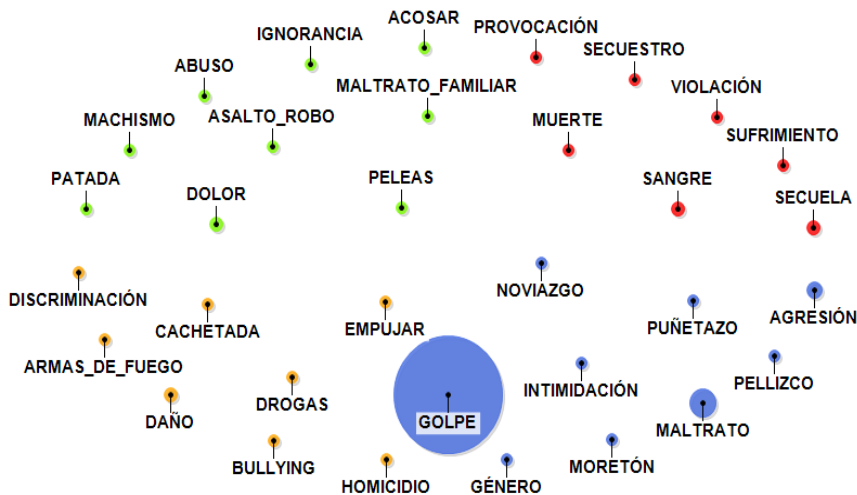



Figura 3. Nube de palabras asociadas a la violencia física.

El delito por violencia física se identifica cuando se perciben lesiones notables, como contusiones o hematomas, que alteran la salud de la persona. Algo importante es que no todos los golpes dejan huellas visibles o permanentes. Además, los sentimientos y emociones que genera este tipo de violencia a los estudiantes universitarios son enojo, molestia, coraje, humillación, indignación y vergüenza; y consideran que se ejerce más entre hombres y contra los hombres. Cabe señalar que la violencia física también se ve acompañada de un conjunto de ofensas, groserías y palabras altisonantes que pueden afectar en lo psicológico o emocional.

Al analizar los datos con mayor detalle, se valoró que las mujeres estudiantes universitarias consideran que la violencia física es cuando la persona golpea a otra con la intención de dañar, causando dolor en el cuerpo, y con la intención de agredir a terceros. Por su parte, los hombres estudiantes universitarios manifestaron que la violencia física es cuando una persona golpea a otra con la intención de maltratar, causando dolor e, incluso, dejando restos de sangre en el cuerpo por el impacto del golpe.

Finalmente, se preguntó a los estudiantes sobre algunas recomendaciones para evitar la violencia en la UV (Figura 4).

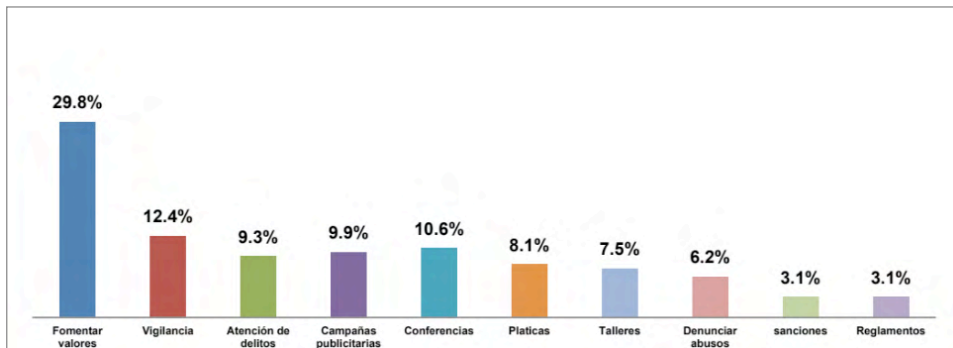



Figura 4. Recomendaciones para evitar la violencia.

Las recomendaciones destacadas se centraron en fomentar valores (29.8%), seguidas de tener mayor vigilancia, brindar atención a delitos, ofrecer campañas publicitarias, impartir conferencias, dar pláticas, abrir talleres, denunciar los abusos, crear sanciones y establecer un reglamento. Esto refleja su poca presencia y la necesidad de iniciar con esta importante labor.

Observamos, en las regiones de la UV, que la violencia física es un tipo de violencia predominante en dos regiones: Córdoba-Orizaba y Coatzacoalcos-Minatitlán, pero que también se articula o combina con la violencia psicológica o emocional, así como la violencia verbal, en donde seguramente surgen expresiones altisonantes alrededor de la pelea, pleito o el golpe otorgado a la otra persona; reconociendo que estos otros tipos de violencias no están separadas la una de la otra y que afectan de manera simultánea al estudiante, por lo que es un fenómeno que merece ser observado con mayor detalle.

CONCLUSIONES

Los hallazgos de la investigación muestran que el problema de la violencia física se percibe por el estudiantado en todas las regiones de la UV (Coatzacoalcos-Minatitlán, Xalapa, Poza Rica-Tuxpan, Córdoba-Orizaba, Veracruz-Boca del Río y la UVI de El Espinal-Totonacapan), donde el daño a la integridad física se manifiesta muchas veces como algo normal; aunque no tiene un efecto grave, en el sentido de generar daños mayores, heridas, hematomas, cortadas o apuñaladas que lo clasifique como un delito, ya que no existen alteraciones en la salud. Sin embargo, es un tipo de violencia que muchos jóvenes sufren y reconocen como algo que les causa daño. Otra peculiaridad del estudio es que los jóvenes universitarios carecen de una formación sólida que dé cuenta de lo que deben hacer en caso de ser agredidos físicamente, a dónde deben acudir a denunciar lo que les sucede o a quién deben pedir ayuda que ofrezca atención inmediata.

Finalmente, las recomendaciones emitidas por los estudiantes para disminuir la violencia física que dañe o vulnere a su cuerpo y a sus emociones, se centran en impulsar

mejores formas de relaciones universitarias, respeto, tolerancia y armonia; así como el reconocimiento a la integridad, los valores y los derechos humanos; la necesidad de poder promover sentimientos y emociones positivas de apoyo, ayuda y unión. Reconozcamos que un estudiante en formación pronto será un futuro profesionista, y estará articulado al mercado de trabajo, se vinculará con la sociedad, sus comunidades y sus actores sociales, ejercerá una función importante en los diversos cargos públicos en las distintas áreas de conocimiento y en las diferentes regiones de impacto. Por lo tanto, se requieren mejores disposiciones y prácticas de convivencia sanas y armoniosas que impacten en los estudiantes y que tengan consecuencias positivas en su desempeño profesional. Debemos evitar que un simple juego sea el detonante de la violencia, debemos sumarnos al proyecto de una universidad libre de cualquier tipo de violencia que vulnere a sus estudiantes.

REFERENCIAS

ÁLVAREZ-GAYOU, J. L. (2019). **Cómo hacer investigación cualitativa- Fundamentos y metodología.** México: Paidós Educador.

ÁLVAREZ, J.; HARTOG, G. **Manual de prevención de violencia intrafamiliar**. México: Trillas, 2005.

ARAYA, S. **Las representaciones sociales. Ejes teóricos para su discusión**. Cuaderno de ciencias sociales 127. Costa Rica: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), 2002.

ARISÓ, O.; MÉRIDA, R. **Los géneros de la violencia. Una reflexión queer sobre la violencia de género**. Barcelona: Egales, 2010.

DE FELIPPIS, I. C. **Violencia en la institución educativa: una realidad cotidiana**. Buenos Aires: Espacio, 2004.

DORANTES, J. J. (2018). «**La aventura de investigar, es una tarea que se aprende en la Universidad**». Revista Interconectando Saberes. Revista de Divulgación del Instituto de Investigaciones y Estudios Superiores Económicos y Sociales de la Universidad Veracruzana, 6(3). (pp. 171-185).

DUBET, F.; MARTUCCELLI, D. **En la escuela. Sociología de la experiencia escolar**. España: Losada, 1998.

GARCÍA, L. **Técnicas de investigación de campo y documental. Basado en competencias**. México: Grupo editorial EXODO, 2011.

HARRIS, S.; PETRIE, G. **El acoso en la escuela. Los agresores, las víctimas y los espectadores**. Barcelona: Paidós, 2006.

HOWARD, W. (Comp.). **Diccionario de Psicología**. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

INEGI. **Panorama de violencia contra las mujeres en México. endireh**. México: INEGI, 2003. INEGI. II **Conteo de Población y Vivienda 2005**. México: INEGI, 2005. Disponível em: https://www.inegi.org.mx/programas/ccpv/2005/ Acesso em: 8 set. 2021.

INEGI. **Panorama de violencia contra las mujeres. ENDIREH 2006. Veracruz de Ignacio de la Llave**. México: INEGI, 2007. Disponível em: http://internet.contenidos.inegi.org.mx/contenidos/productos/prod_serv/contenidos/espanol/bvinegi/productos/historicos/2104/702825451370/702825451370_1.pdf. Acesso em: 8 set. 2021.

INMUJERES. **Vida sin violencia. Clasificación y modalidades de la violencia**. México: Inmujeres, c2020. Disponível em: http://vidasinviolencia.inmujeres.gob.mx/?q=clasificacion.

MARRADI, A.; ARCHIENTO, N.; PIOVANI, J. I. **Metodologías de las Ciencias Sociales**. Argentina: Planeta, 2007. Acesso em: 9 oct. 2020.

MARTÍNEZ P., A. La violencia. Conceptualización y elementos para su estudio. Significados y aproximaciones teóricas sobre el tema de la violencia. **Política y cultura**, México, n. 46, sep./dic. 2006. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-77422016000200007

SANMARTÍN, J. (Coord.) **El laberinto de la violencia. Causas, tipos y efectos**. Barcelona: Ariel, 2004.

TAYLOR, S. J.; BOGDAN, R. **Introducción a los métodos cualitativos de investigación**. Barcelona: Paidós, 2006.

TORRES, M. **La violencia en casa**. México: Paidós, 2005.

CAPÍTULO 4

GRANDES PROJETOS AMBIENTAIS E A RECONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO. FISCAL OU PARCEIROS?

Data de aceite: 01/11/2021

Maria de Lourdes Cútalo de Lira Basques
Docente Sociologia pela SEEDUC/RJ
Mestre em Sociologia pela Universidade Federal Fluminense

RESUMO: Nossa pesquisa intilulada GRANDES PROJETOS AMBIENTAIS E A RECONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE PÚBLICO E PRIVADO: FISCAL OU PARCEIRO? focaliza o setor de licenciamento ambiental, busca focalizar as relações estabelecidas entre o setor público, responsável por regularizar e fiscalizar os processos de licenciamento eo setor empresarial, dos empreendedores que buscam a aprovação de seus projetos mesmo que para isso precisem passar por cima de pareceres do ministério público. Os Grandes projetos, no caso do nosso trabalho relacionado ao Porto de Jaconé em Maricá/RJ, precisam ser debetidos pois trazem como justificativa desenvolvimento econômico com oferta de empregos, mas os movimentos sociais e ambientais locais alegam os problemas ambientais gerados por grandes projetos como o projeto do Terminal Portuário Naval de Jaconé (TPN)sem gerar de fato os empregos prometidos. O projeto do TPN vem sendo estudado desde 2012 e sua última etapa/presente focaliza o processo do Ministério Pùblico Rj e Federal com a finalidade de suspender o licenciamento inicial concedido pelo INEA ao empreendedor , a DTA engenharia.

PALAVRAS-CHAVE: Meio ambiente- movimentos ambientais- grandes projetos

ABSTRACT: Our research entitled MAJOR ENVIRONMENTAL PROJECTS AND THE RECONSTRUCTION OF RELATIONS BETWEEN PUBLIC AND PRIVATE: TAX OR PARTNER? focuses on the environmental licensing sector, seeks to focus on the relationships established between the public sector, responsible for regularizing and overseeing the licensing processes and the business sector, of entrepreneurs who seek the approval of their projects even if they need to go over the opinions of the public ministry. Large projects, in the case of our work related to the Port of Jaconé in Maricá/RJ, need to be resolved as they justify economic development with job offers, but local social and environmental movements allege the environmental problems generated by large projects such as Jaconé Naval Port Terminal (TPN) project without actually generating the promised jobs. The TPN project has been studied since 2012 and its last stage/present focuses on the process of the Federal and Public Ministry with the purpose of suspending the initial licensing granted by INEA to the entrepreneur, DTA Engenharia

KEYWORDS: environment- environmental movements- large projects

A ideia do presente projeto foi sendo construído enquanto um questionamento e foi amadurecendo durante a pesquisa durante a realização da pesquisa de mestrado em 2012-2014, realizado junto aos movimentos

ambientais de Maricá e Saquarema no Estado do Rio de Janeiro contra a construção do Porto de Jaconé pela DTA Engenharia responsável pelo projeto de construção do Porto em questão. Nosso projeto acompanhou audiências púbicas, e consultas públicas e toda luta junto ao Ministério Público de Niterói e em seguida encaminhado ao Ministério Público setor Meio Ambiente na cidade do Rio de Janeiro para demonstrar que o parecer do INEA não condizia com a realidade local em relação à previsão de recuperação ambiental da área que seria alterada mediante a construção do porto. O projeto do Porto afirmava que haveria uma recuperação ambiental, porém os técnicos ambientais do Ministério Público procuravam mostrar que tal medida presente o Estudo de Impacto Ambiental não seria viável ou suficiente ambientalmente. Na ocasião, começamos a perceber a existência das relações digamos pessoais, na solução de questões institucionais no âmbito dos debates ambientais e de alguns encaminhamentos no processo do Porto de Jaconé durante o início do licenciamento ambiental. Nosso trabalho de mestrado estudou a luta desses movimentos ambientais de Maricá e Saquarema contra o projeto de construção do Porto de Jaconé, trazendo o debate sobre os grandes projetos intitulados "para o desenvolvimento das cidades". Ao finalizar o projeto de mestrado demos início a um levantamento com o objetivo de identificar essas questões que se colocam mais para o âmbito pessoal (político) do que institucional. Chamou a atenção portanto que o órgão fiscalizador da licença inicial, função exercida pelo INEA acabava se aproximando do empreendedor chegando a "trocar figurinhas" no sentido de oferecer instruções de como proceder para melhor aproveitar o processo de solicitação da licença ambiental. As observações pretendidas aqui se configuram como um desdobramento das primeiras impressões obtidas durante a pesquisa do mestrado. O INEA, órgão público que coordena os processos de licenciamento ambiental e responsável por promover a fiscalização das licenças concedidas, passou a ser objeto de um processo aberto pelo ministério público para explicar o parecer que autorizou a licença inicial do Porto de Jaconé.

Parceria de cavalheiros no sentido de colaboração entre o púbico (órgão público)e o privado (empreendedo produzindo facilitações e espécie de assessoria no encaminhamento das etapas de aprovação do projeto do Porto (foco da nossa pesquisa) e nas etapas que seguem o processo de licenciamento inicial. Pudemos perceber ainda a falta de informação adequada para a população local interessada em participar das etapas de consulta e audiência pública. As audiências e consultas públicas realizadas em 2012-2013 sobre o projeto do Porto de Jaconé, invariavelmente desrespeitaram os locais previamente agendados e divulgados para a população No mesmo sentido, percebemos que tais assembleias estavam sempre cheias com um enorme número de pessoas, sendo estas funcionários da prefeitura de Maricá/RJ, que receberam a solicitação para comparecer e permanecer até o final de cada audiência pública,

Quase que um jogo de "gato e rato", onde a população interessada em participar precisava descobrir onde a audiência estaria acontecendo enquanto que os funcionários

comissionados da prefeitura recebiam essa informação. O objetivo era de que as assembleias estivessem cheias com os funcionários comissionados que não iriam levantar quaisquer questionamentos sobre o projeto do porto facilitando sua aprovação. Contudo os movimentos ambientais conseguiram se fazer presentes e participavam com seus questionamentos. De forma estratégica os integrantes do movimento ambiental não assinavam as listas de presença dessas assembleias a fim de escapar do controle exercido pela prefeitura. Descobri isso ao me encaminhar para assinar uma das listas. Se configurava então uma situação onde em defesa do desenvolvimento econômico do município a prefeitura da cidade de Maricá se posicionava completamente à favor da construção do Porto de Jaconé. E de outro lado, os movimentos ambientais se posicionavam em defesa da construção do Geoparque Costões e Lagunas, projeto elaborado pela professor da UFRJ Instituto Geografia (Professora doutora Kátia Mansur) com o objetivo de valorizar a fauna, a flora , preservar as beach Rocks descobertas por Charles Darwin e os sambaquis e incentivar o turismo ecológico em toda consta fluminense, contrários ao projeto do Porto e desejosos por estabelecer um debate onde as prioridades do município pudessem ser expostas assim como os problemas ambientais trazidos com o avanço do projeto do Porto. O projeto de mestrado foi concluído em 2014 e algum tempo depois seus desdobramentos nos levaram a retomar esse questionamento sobre a relação de facilitação entre o setor público e o privado (empreendedor).

A partir das relações identificadas entre órgão fiscalizador e empreendedor com relação ao caso do projeto do Porto de Jaconé, e da informação de que o Porto em questão havia conseguido a primeira licença ambiental após cerca de 3 anos do término da pesquisa do mestrado, decidimos retomar a pesquisa e realizamos entrevista com o Dr. Marcus Leal, promotor de justiça, à época responsável pelo processo do Porto de Maricá (o porto de Maricá também é conhecido como Porto de Jaconé ou Porto TPN – Terminal Portuário Naval). Em entrevista do Dr. Marcus Leal nos informou que existe um processo de investigação aberto contra o INEA sobre a concessão da licença inicial concedida a DTA engenharia responsável pelo projeto do Porto em questão.

Motivou a retomada tendo em vista que o setor especializado do Ministério Púbico sobre Meio Ambiente do Rio de Janeiro, identificou a inviabilidade técnica de implantação do Terminal Portuário Naval na área designada no projeto do Porto principalmente devido a supressão de material nativo. O plano de manejo autorizado pelo INEA foi questionado pelo GAEMA Ministério Público do Rio de Janeiro e posteriormente pelo Ministério Público do Federal.

Grandes projetos em prol do desenvolvimento das municipalidades é um tema instigante dentro da sociologia ambiental. Alguns questionamentos surgem em relação a implantação de projetos dessa natureza sobretudo em relação aos benefícios econômicos versus os problemas ambientais que podem causar. Aqui buscamos refletir sobre as possíveis “parcerias” entre o setor púbico e o privado na concretização do empreendimento.

No caso em tela, o Porto de Jaconé contamos ainda com a parceria da prefeitura municipal, interessada desde o início na construção do Porto em Jaconé.

Como observa Henri Ascelrad a lógica das grandes corporações uma vez implantada consegue se impor no território passando a definir e tomar decisões pertinentes ao poder público local. Essa é uma questão que levanta reflexão sobre articulações e parcerias entre o poder público e privado construindo condições para que o território se torne atrativo ao desenvolvimento dos grande empreendimentos. Assim , em nossa leitura, os processos identificados sobre o Porto de Jaconé apontam para situação correlata, identificada por Ascelrad e quem deveria fiscalizar acaba cedo espaço de comando para quem deveria ser fiscalizado. Abordam aspecto semelhante Carvalho em sua dissertação de mestrado de 2011 e Débora Bronz em tese de doutorado de 2009, identificando os discursos do setor empresarial que objetivam esconder e montar cenários que favoreçam a aprovação do seu empreendimento.

Dessa maneira, entendemos que o INEA/RJ ao realizar avaliação e emitir parecer técnico autorizando a concessão de licença ambiental inicial, teve seu parecer contestado pelo Ministério Público RJ em primerio lugar pelo GAEMA e em seguida pelo Ministério Púbico Federal. O processo afirma que o Terminal Portuário Naval – TPN de Jaconé não deve ser construído na área conhecida como “Roberto Marinho “ na praia de Jaconé pois a área é inadequada á implantação desse grande empreendimento. O parecer do Ministério Púbico esclarece que a área que será devastada mata original não é passível de recuperação ou mitigação nos termos propostos pelo parecer do INEA.

Em relação ao projeto do empreendimento do Porto de Jaconé, o Ministério Público foi acionado desde as primerias vilolações cometidas ainda com relação ás audiências públicas. Quando a prefeitura se mostrou aliada ao empreendedor para mover “céus e terras” para viabilizar o empreendimento. Nesse sentido pudemos acompanhar as alterações promovidas pela prefeitura de Maricá com o objetivo implícito de tornar viável o projeto do porto. Nesse caso , aos olhos do pesquisador , houve uma parceria entre o empreendedor – DTA Engenharia e a Prefeitura de Maricá, à época o prefeito era o sr. Wellingotn Luiz Cardoso Siqueira.

Nesse momento inicial, em 2012, para que o projeto do Porto pudesse se tornar viável, foi necessário que algumas mudanças acontecessem no ordenamento espacial do município. Por exemplo o projeto do Porto foi definido para ser implantado no Costão da Pedra de Ponta Negra. A localidade é conhecida como Édem Country Clube, do jornalista Roberto Marinho, pois pertencia ao jornalista. A DTA adquiriu o terreno com o objetivo de construir o terminal portuário. Essa é uma localidade de praia com casas próximas de moradores antigos. Por essa razão foi necessário que a prefeitura organizasse consultas e audiências públicas para realizar alterações significativas para o uso do solo nessa região bem como para realizar a mudança da área de preservação e conservação da fauna e flora, mantendo o valor destinado ao município por cuidar e zelar por essa área preservada.

Dessa forma as consultas públicas e audiências realizadas pela prefeitura em 2012 a 2013 reorganizaram o uso dessa área de Jaconé em função do projeto do Porto.

A primeira mudança realizada foi a transferência da área da conservação e preservação da vida selvagem , transferindo do Costão da pedra de Ponta Negra para as Ilhas Maricás, localizadas no oceano próximo a região costeira de Maricá/RJ.

Em seguida outras reuniões foram organizadas para efetivar a legalidade de outras mudanças necessárias. Assim se deu reordenamento da praia de Jaconé, transformando a área de praia em área de interesse industrial. É bom lembrar que essa mudança não se concretizou de forma clara e objetiva, foram alterações orquestradas em reuniões conturbadas com a presença massiva de comissionados e pouco espaço para o debate e discussão em relação a legalidade das mudanças sugeridas. É importante lembrar que a DTA engenharia esteve presente nas reuniões citadas, atuante e muito presente através de um arquiteto representante do empreendedor e a frente da coordenação do projeto do Porto em outras reuniões realizadas em Jaconé com empresários e pescadores locais para explicar o projeto do Porto.

Participamos desse processo de discussões e debates sobre o projeto do Porto de Jaconé desde 2012 e pudemos acompanhar vários momentos de todo esse processo e todos os relatos e entrevistas reforçou a tese de que as parcerias são estabelecidas ocultamente e se estruturam para que os grandes empreendimentos se concretizem sob o argumento de trazer empregos e melhorar as condições gerais da cidade. Não questiona por exemplo os aumento da população local muitas vezes prejudicando o acesso aos serviços disponíveis na cidade, ou os impactos ambientais oriundos dos processos de produção vinculados a obras e construção e funcionamento do Porto.

O processo aberto pelo Ministério Público GEAMA contra o INEA/RJ mediante concessão de licença ambiental para o projeto do Porto de Jaconé:

QUESTÕES METODOLÓGICAS

Nossa abordagem seguiu o olhar dos movimentos ambientais envolvidos com os quais pudemos participar dos encontros e das reuniões. Dessa forma foi possível conhecer os moradores da área conhecida como *Édem Country Clube*, do jornalista Roberto Marinho. Tivemos contato com os moradores da rua B, nas proximidades da área que pertenceu ao jornalista Roberto Marinho e que foram compradas pela DTA engenharia. Esse grupo de família mostrou –se dividido em relação ao empreendimento, para alguns seria uma oportunidade de obter bons ganhos e mudar-se do local. Já para uma outra parcela desse grupo morar nessa localidade representa um privilégio que representa muito para suas vidas, tem um valor grande por suas famílias morarem nessas casas há gerações. Esse grupo de moradores tem a certeza que o empreendimento não deve ser instalado nessa região. Nossa metodologia utilizamos de entrevistas não estruturadas com essas famílias.

Realizamos entrevistas por canais virtuais, mesmo antes da Pandemia, tornando possível contatos e formulação de questões de forma mais rápida e também de forma mais objetiva, sempre abrindo a possibilidade para novas oportunidades de maneira presencial,

Antes da Pandemia estivemos presentes em encontros e em lançamentos de livros apresentações de trabalhos e palestras sempre à convite do grupo do movimento ambiental ***SOS Jaconé Porto*** Não , ainda em luta até os dias atuais contra a construção do Porto de Jaconé. Essa etapa realizada antes da Pandemia, onde pudemos conhecer os atores sociais envolvidos na luta contra o projeto do Porto, tais como a Associação de Moradores de Saquarema através do sr Luiz , Flávia Lanari coordenadora da APALMA (Associação de Preservação Ambiental das Lagunas de Maricá), Kátia Albuquerque, Edna Costa e Ana Paula de Carvalho, militantes do movimento ***SOS JACONÉ Porto*** não, Moradores da rua B (Rua AZUL) pessoas prestes a serem expulsas de suas casas por causa da construção do futuro porto)Representantes de outras associações em Maricá e Saquarema, Representantes de Pescadores da Comunidade de Zacarias em Jaconé, atuantes na luta por Jaconé livre do Porto.

Atualmente , considerando o momento atual da Pandemia os contatos realizados foram virtuais.

BIBLIOGRAFIA

ACSELRAD, Henri (org.). **A Duração das Cidades: Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: CREA, 2001.

ACSELRAD, Henri, MELLO, Cellília C.do A. . **Conflito Social e risco ambiental: o caso de um vazamento de óleo na Baia de Guanabara.** In.: *Ecologia Política: Naturaleza, sociedade y utopia, 2002.*

BRONZ, Déborah. **Empreendimentos e empreendedores, formas de gestão classificações e conflitos a partir do licenciamento ambiental – Brasil século XXI**. Tese de Doutorado defendida na UFRJ/ Museu Nacioal/PPGAS, 2011.

FUKS, Mário. **Arenas de Ação e de Debates Públicos: Conflitos Ambientais e a Emergência do Meio Ambiente enquanto Problema Social no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: IUPERJ,1997.

HANNINGAN, John. **A Sociologia Ambiental: a formação de uma perspectiva social**. Lisboa, Instituto Piaget, 1995.

MANSUR.Kátia.L. et al. **Geoparque Costões e Lagunas do Estado do Rio de Janeiro**. RJ, 2010.

Pesquisado na internet em 08 de outubro de 2021 https://www.osaqua.com.br/2019/08/14/porto-de-jacone-bloqueado-pelo-mp/

Pesquisado na internet em 08 de outurbro de 2021 https://blogonegreen.wordpress.com/2019/03/28/marica-mprj-e-mpf-pedem-revogacao-da-licenca-do-porto-de-jacone/

CAPÍTULO 5

PROPUESTA DE ACOMPAÑAMIENTO A PROFESORES PARA ABORDAR LA INCLUSIÓN/ EXCLUSIÓN EN LA ESCUELA

Data de aceite: 01/11/2021

Ruby Vizcarra
Doctora en Ciencias de la Educación
Pontificia Universidad Católica de Chile

Resumen: La segregación escolar produce niveles desiguales de inclusión/exclusión de subjetividades, generando consecuencias evidentes en los sujetos y debilitando la función formativa de la escuela tanto para sectores privilegiados como desaventajados. La naturalización de la segregación en la escuela impide, a quienes la conforman, visibilizar sus efectos, generando resistencias para reconocer las prácticas de exclusión. La investigación FONDECYT N° 1130616 que origina este artículo, tiene como objetivo "Diseñar, implementar y evaluar una propuesta de acompañamiento a una escuela pública de educación general básica, centrada en la auto-observación estética audiovisual y análisis crítico de las dinámicas de interacción social y pedagógica, que permita la disminución de prácticas de exclusión". En este artículo se presenta una propuesta de acompañamiento a profesores de educación primaria, para abordar la inclusión/exclusión en una escuela del centro de Santiago de Chile. Se sigue una metodología cualitativa, que promueve la auto observación reflexiva como herramienta investigativa, incorporando el análisis crítico de discursos (visuales y textuales) que circulan y se (re)construyen en la escuela, con el propósito de facilitar el análisis individual y colectivo de la localización del profesor/a como (re)productor/a de discursos y prácticas de inclusión/exclusión. Los principales resultados dan cuenta de logros, aciertos y desaciertos de esta propuesta de acompañamiento.

PALABRAS-CLAVE: Educación primaria; inclusión; profesores; reflexividad.

ABSTRACT: School segregation produces unequal levels of inclusion/exclusion of subjectivities, generating clear consequences in subjects and weakening the formative function of the school for both the privileged and the disadvantaged. The naturalization of school segregation obscures segregation practices in particular to those involved in them, generating resistance to recognize practices of inclusion/ exclusion. The objective of this research is to "design, implement and evaluate a supporting proposal for primary education at a public school, focused on self-observation of audiovisual aesthetics and critical analysis of the dynamics of social and educational interaction, as means to decrease exclusionary practices ". This article presents a proposal for accompaniment to primary education teachers, to address inclusion / exclusion in a school in the center of Santiago de Chile. We followed a qualitative methodology that allows reflective self-observation as a research tool, incorporating critical discourse analysis (visual and textual) of the texts that circulate and are (re) constructed at the school with the purpose of facilitating individual and collective analysis of the location of the teacher as (re)producer of inclusion/exclusion discourses

and practices. The main results show the achievements, successes and mistakes of this the supporting proposal explored.
KEYWORDS: inclusion, primary education, reflexivity, teachers.

1 I INTRODUCCIÓN

Los discursos por una educación más inclusiva se han focalizado fundamentalmente en la eliminación de restricciones de acceso de la diferencia, creando con ello nuevas formas de exclusión en la escuela al generar nuevas categorías y ubicaciones de los sujetos (Infante et all, 2013; Cochran-Smith, M. 2004, 2009, Sensoy, O & DiAngelo, R. 2012). La escuela pública (en tanto objeto de las políticas) por su parte, exigida por mecanismos de control y estandarización de resultados, no cuenta con espacios para la profundización de la comprensión de los alcances de la inclusión/exclusión de las diferencias culturales y sus repercusiones tanto para los aprendizajes como para la construcción de subjetividades. (Infante, 2010) En este contexto, se desarrolló el proyecto "Propuesta de reflexividad audiovisual en escuelas públicas: una respuesta a la exclusión de subjetividades" (FONDECYT N° 1130616), que tuvo como objetivo: Diseñar, implementar y evaluar una propuesta de acompañamiento, centrada en la auto-observación estética audiovisual y análisis crítico de las dinámicas de interacción social y pedagógica, que permita la disminución de prácticas de exclusión. La investigación se realizó paralelamente con estudiantes y con profesores. De lo que da cuenta este artículo es el acompañamiento realizado a profesores. Las preguntas significativas que orientaron el proceso investigativo fueron ¿cómo abrir espacios de reflexividad en dimensiones arraigadas en los sujetos? ¿Qué estrategias pueden poner en marcha los centros que se comprometen con un proceso de revisión y mejora con la finalidad de reflexionar sobre inclusión/exclusión?

La investigación se desarrolló en una escuela municipal, de educación básica, de la comuna de Santiago, región metropolitana, al que asiste un número importante de estudiantes inmigrantes. El establecimiento cuenta con un proyecto educativo con enfoque humanista, que declara respeto a los valores culturales de la comunidad del niño y compromiso con derechos y protección de la infancia. La comunidad educativa declara su compromiso con los procesos formativos y con la comunidad en la que se encuentra inserta (39% y 62% índice de vulnerabilidad escolar), abierta a diversidad de estudiantes y cuenta con experiencia en proyectos de integración.

La propuesta fue construida a partir de reuniones con profesores por 4 años. Tuvo como ejes de acción, por una parte, la reflexión de discursos y prácticas de aula que circulaban en la escuela, lo que permitía la examinación (cognitiva) de creencias y conocimientos respecto de la inclusión/exclusión; y por otra, la reflexividad (Pillow, 2010) para el análisis de la posición de poder y reconocimiento del (los) rol(es) del profesor en la construcción del problema de inclusión/exclusión en sus prácticas.

El propósito de este artículo es presentar los aciertos y desaciertos de la propuesta de acompañamiento a profesores, desarrollada en esta investigación, para abordar la inclusión/exclusión en la escuela, discutiendo los supuestos iniciales del proyecto, así como sus resultados.

2 I SUPUESTOS TEÓRICOS INICIALES

A continuación, se presenta brevemente dos supuestos centrales que articularon el proyecto de investigación y que serán posteriormente discutidos.

2.1 Inclusión/exclusión: constructo elaborado por la misma comunidad, dinámico y parte de un continuum.

El trabajo con profesores partió de la comprensión que, inclusión/exclusión es un constructo: elaborado por la propia comunidad, dinámico y parte de un continuum. En él concurren saberes profesionales, creencias y experiencias tanto laborales como personales impregnadas de discursos hegemónicos, esencializados, estáticos, legitimados y naturalizados que producen prácticas de marginación y exclusión. Esta construcción tiene implícita la suposición de una sociedad deseable, un acuerdo con un proyecto social al que vale la pena incluir, sea este moderno-iluminista (igualdad, fraternidad y justicia) o capitalista neoliberal (con su confianza en la sociedad y el funcionamiento del mercado). Para hablar de inclusión, hay que confiar en un relato social. Ser docente implica un discurso sobre la sociedad en la que se vive y la perpetuación o cambio de las injusticias. La pregunta aquí es a qué sociedad quiero incluir/excluir a los estudiantes.

Este constructo actúa con categorías difusas (Karsz, S. 2004), poco claras, no consensuadas, que operan a nivel de la escuela, como organización estructurada de poder que legitima y ordena a los sujetos (inclusión/exclusión), estableciendo modos de estar al interior de la escuela (Baez 2004, Matus, Haye 2017). Para poder actuar sobre este constructo se requiere que el propio profesor se reconozca como sujeto con poder, y que reflexione críticamente para deconstruir el orden social que les ha puesto en ese lugar de privilegio (Butler 2011), para de allí revisar sus relaciones con la otredad.

2.2 De la reflexión a la reflexividad

Una de las orientaciones planteadas desde los años 90, en el contexto de profesionalización docente, fue la promoción de la reflexión, como examinación (cognitiva) de las prácticas, que da razones del hacer (Giroux 1990, Day 1993, Perrenoud 1994, Schön 1998). Esta reflexión incluía la examinación de creencias de los profesores. Sin embargo, esta práctica se produciría al interior de límites establecidos por un régimen de verdad institucionalizado que oculta significados y creencias (raciales, sexuales, de género), produciendo, como señala Rivera (2010), formas evasivas de comunicación, basada en sobrentendidos, que orientan las prácticas.

Desde este punto de vista, como señala Day, "la reflexión [es] una condición necesaria pero no suficiente para el desarrollo profesional (1993:83)".

La definición anglosajona del concepto de reflexividad contribuye a avanzar un poco más en esta línea al enfatizar la idea de conciencia de sí, en cuanto encuentro con uno mismo, pero entrelazado a la acción, no antes ni después de ella (lo que estaría más asociado al concepto de 'reflexión') (De la Cuesta-Benjumea 2011). Un supuesto de la reflexividad es que los pensamientos y las ideas de un sujeto tienden a estar sesgados inherentemente de acuerdo con sus valores, creencias y experiencias, ligadas a un régimen de verdad, que lo hace posible y desde donde se orientan las prácticas. La identificación de estos sesgos requiere de un proceso de autoanálisis crítico de cómo "la posición auto-localización (a través de, por ejemplo, género, raza, clase, sexualidad, etnicidad, nacionalidad) e intereses que influencian todas las etapas del proceso" (Pillow 2010:5) de construcción de la 'otredad'.

En el campo pedagógico, la reflexividad implicaría la realización de un proceso consciente de auto análisis de cómo la posición, historia, cultura e intereses personales de quienes enseñan y toman decisiones pedagógicas influenciarían en las prácticas pedagógicas escolares, simultáneamente a la realización de la práctica. Este auto análisis permitiría indagar y re-conocer 'qué' y 'cuánto' del profesor podría estar presente en la construcción del problema de inclusión/exclusión escolar, posibilitando la visibilización de prácticas de construcción del 'otro' en las prácticas pedagógicas.

De esta forma las prácticas de interacción en el aula ponen en juego creencias, teorías, experiencias de vida de quienes interactúan y sobre las cuales se toman decisiones que pueden incidir tanto en el aprendizaje, como en la construcción de identidades, procesos que los estudiantes viven en su escolaridad. La reflexividad en tanto permite visualizarse como sujeto que incluye y excluye, produce contrariedad, incomodidad que parece necesario abordar para poder avanzar en prácticas pedagógicas más inclusivas.

La reflexividad no garantiza la transformación, pero realizada de forma colectiva permitiría abrir posibilidades de significación común y avanzar hacia la construcción de una comunidad más consciente y cuidadosa de los supuestos y constructos que operan en la interacción con los estudiantes.

3 | ESTRATEGIA DE ACOMPAÑAMIENTO

El acompañamiento a 30 docentes de Educación Básica de un establecimiento municipal de Santiago, se realizó por 4 años.

La estrategia de reflexividad estética audiovisual (Fresquet, 2014) tenía como propósito, que las profesoras y profesores crearan un proyecto de escuela, que les permitiera disminuir prácticas de exclusión. Se realizaron registroa etnográficos y entrevistas en profundidad individuales, previo a la implementación de la estrategia que se centró en el análisis crítico de las dinámicas de interacción social y pedagógica, visibilizando cómo la posición, cultura e

historia han influido en la construcción de sí mismo y de la otredad, provocando procesos de inclusión/exclusión, desde posiciones de poder y privilegio que ocupan, principalmente, las y los educadores.

El trabajo con profesores se realizó en sesiones de reflexividad en el espacio institucionalizado ya existente en la escuela denominado 'reflexión pedagógica'. desarrollándose en una hora cada tres semanas. La metodología de acompañamiento a los profesores se implementa en tres etapas: La primera consistió en la observación y auto observación reflexiva de las propias prácticas. Se levantó información, a través de relatos escritos por profesores y directivos, centrados en tensionar el constructo inclusión/exclusión y el de otredad. En la segunda se abordó la identificación y análisis de situaciones difíciles, expresadas en relatos de sus prácticas.

Desarrolladas las dos etapas anteriores, en la tercera se realizó un acompañamiento colaborativo-reflexivo-crítico de y con los investigadores, donde se promovió la reflexividad intencionando la visibilización de creencias, prejuicios, e interpretaciones. Se emplearon fragmentos de cine mediático en los talleres como forma de visibilizar aquella construcción normalizada y estereotipada del sí mismo y del otro, primero fuera de sí mismo (y por tanto no amenazante), para luego acercar y llegar a la reflexividad de las construcciones normalizadas en sus prácticas pedagógicas cotidianas. Lo anterior permitió visibilizar la otredad, abriendo un abanico de posibilidades para el análisis reflexivo, contando con el/la realizador/a de la pieza, para explicitar sentidos y significados, enriqueciendo el ejercicio del diálogo y discusión colectiva. En esta tercera etapa se contempló la elaboración conjunta de las y los profesores de un proyecto que permitiera disminuir prácticas de exclusión y que potenciara el valor de la diferencia en la interacción pedagógica.

Las sesiones tenían una estructura estable a lo largo de todo el proyecto. La sesión comenzaba con un ejercicio de recuperación de lo realizado en la sesión anterior, a través de distintos dispositivos evocativos tales como: preguntas, relatos, imágenes, con el objetivo de dar continuidad al trabajo. Luego se proponía un momento de instalación en que se incorporan problemáticas o temas nuevos relacionados con la cotidianidad pedagógica de la escuela, a través de dispositivos generativos donde se definen conceptos y se realizan ejercicios creativos como: creación de storyboard; fragmentos de películas; fragmentos de producciones realizadas por sus propios estudiantes (cortos y producciones creativas tales como *collage* y *storyboard*). El propósito era poner en juego creencias, ideas previas y experiencias vividas por profesores.

El tercer momento de cada sesión se denomina de reflexión/reflexividad. En ella se convoca a reflexionar, individual o colectivamente, sobre los cortos visualizados, prácticas de aula analizadas y ejercicios realizados por los participantes, como por ejemplo los collages construidos por los profesores en forma grupal, estableciendo acuerdos y disensos. Se trata de visibilizar cómo la posición, cultura e historia, vivida individualmente, han influenciado en la propia construcción de la otredad y su inclusión y/o exclusión en las prácticas pedagógicas

cotidianas.

4 l RESULTADOS

A continuación, se presentan algunos resultados organizados principalmente en función del aporte y limitaciones de la metodología empleada, para avanzar en la disminución de prácticas de exclusión en la escuela. Se presentan resultados referidos a discursos y prácticas respecto inclusión/exclusión; y recorrido de la reflexividad como proceso que contribuye (o no) a avanzar en la compresión de cómo se origina la inclusión/exclusión y del rol que, como profesores de esta escuela, juegan en la construcción de exclusión de subjetividades.

4.1 Discursos y prácticas respecto a inclusión/exclusión

No se evidencia una construcción como escuela, respecto de inclusión/exclusión. La mayor parte de las veces, la inclusión/exclusión de la otredad ha sido pensada en la ausencia de nociones de poder y privilegio, suponiendo un estatus similar de todas las identidades diferentes que componen las sociedades. Se invisibiliza la existencia de cuerpos e identidades que están socialmente privilegiadas (clase social, un género, habilidades, religiones) (Baez 2004, Matus, Haye 2017).

Inicialmente el discurso sobre inclusión aparece cuestionado por la homogeneización del aprendizaje asociado a los sistemas de estandarización, que los profesores perciben como impuesto por las políticas oficiales emanadas desde el Ministerio de Educación; "Lo que menos me gusta de mi escuela es el SIMCE[1], siento que no me deja ser ni a los niños" (matriz de análisis profesores, sesión 1, año 1, prof. 4), señala una profesora en una de las sesiones iniciales; situando en un factor de locus externo la responsabilidad del no avance en materia de inclusión. A pesar de este discurso, los profesores definen esta escuela como inclusiva por tener espacios de expresión cultural distinta en actividades lúdicas y extraprogramáticas, como lo expresa una profesora en la entrevista inicial del primer año "...hay un muy buen trabajo por parte de la orientadora en el taller de desarrollo personal (....) ya se hizo en los 5°, una feria en donde los mapuches, los peruanos, los colombianos, presentaron comida, había de todo, aquí los niños son parte de la escuela" (matriz de análisis N° 5: entrevistas a profesores, año 1, Prof.3). A partir de situaciones como esta, se generaliza el discurso "Esta escuela es inclusiva".

Lo planteado en esta entrevista evidencia el etiquetamiento de los sujetos a incluir (propuesta de solución para la exclusión) y delimita contornos bajo los cuales la norma opera en los sujetos, transformándolos e interviniéndolos. Esta transformación no se articula por la exclusión de los sujetos, sino que, por el contrario, opera bajo el principio de inclusión, se transforma al sujeto en un objeto, que compete a un dominio que lo identifica y lo ubica dentro

1 SIMCE: Sistema de medición de la calidad de la educación.

de un contexto específico.

Al respecto, Foucault plantea que estas formas de operación que tiene el poder disciplinario son inclusivas y positivas. Así, frente a procesos pasados de exclusión de individuos, se instala una tecnología cuya reacción es de inclusión. Este autor distingue que: "…pasamos de una tecnología del poder que expulsa, excluye, prohíbe, margina y reprime, a un poder que fabrica, que observa, un poder que sabe y se multiplica a partir de sus propios efectos" (Foucault, 1979: 55). Este poder que está constituido en el conocimiento (construido categorialmente sobre los sujetos), es un poder creativo que obra por "…inclusión rigurosa y analítica de los elementos. (...) por una distribución según individualidades diferenciales" (Foucault, 1976: 55). De esta manera, el conocimiento sobre los sujetos genera formas de inclusión para ellos bajo un campo de regularidades dentro del cual se establece una relación inseparable entre el sujeto definido por la regla y lo regulado (el sujeto a incluir en la educación regular).

En el proceso de re-construcción de las concepciones de la inclusión/exclusión con los profesores, fue posible identificar la existencia de lo que Karsz (2004) plantea en relación a las categorías que constituyen la exclusión: paradójica, polisémica, especular y consensual. El contenido y forma que adquiere cada una de estas categorías que construyen la exclusión en esta escuela, se hacen visibles por los efectos de categorías difusas, poco claras, no consensuadas, pero que operan a nivel de la escuela, como organización estructurada de poder que legitima y ordena a los sujetos (inclusión/exclusión), estableciendo modos de estar al interior de la escuela. De este modo, se valoriza el buen voleibol de estudiantes peruanas en clases de educación física,

Se singularizan individuos y/o grupos considerados excluidos estigmatizados, reificados, esencializados, que deben ser sujetos de programas educativos específicos.

Metodológicamente, es necesario destacar que al reconocerse ellos como una escuela inclusiva, en el marco de una conceptualización binaria, lo que aparece como problemático es la exclusión; sin embargo, analizar la exclusión como fenómeno, generó distintas resistencias por lo que se optó por cambiar el foco de análisis de la exclusión al de inclusión, mientras se profundizaba en la complejidad del constructo.

La metodología propuesta contemplaba generar reflexión desde la externalización del "conflicto/problema" de la inclusión/exclusión, para acercarlo lentamente a las propias prácticas de aula, y de ahí a las propias concepciones y prejuicios, lo que fue coincidente con que los profesores situaban inicialmente "el problema" en un factor de locus externo.

En tal sentido es posible afirmar que la metodología empleada de análisis de situaciones escolares externa, facilitó la extrapolación desde fuera hacia dentro de la escuela.

Los ejercicios se realizaron partiendo desde un trabajo individual, pasando por un trabajo en parejas, hasta el análisis y reflexión grupal.

La visibilización, y reconocimiento de los prejuicios en la configuración de la exclusión, requirió el empleo creativo de recursos audiovisuales, tales como: selección de fragmentos de

películas, cortos producidos por los estudiantes que daban cuenta de relatos biográficos, libro álbum, relatos de clases construidos especialmente para el análisis de ciertas situaciones y relatos de clases de los profesores.

El material audiovisual seleccionado para las sesiones, permite a los profesores reconocer situaciones problemáticas similares. A partir de esta "identificación" los profesores extrapolan la situación a su contexto, señalando sus propias situaciones problemáticas y reconociendo, al mismo tiempo, la limitación de una concepción binaria de la inclusión y exclusión.

4.2 REFLEXIVIDAD

Se visualizan algunos avances en torno a la conexión de creencias y valoraciones propias con las prácticas pedagógicas, a fines del segundo año de implementación del proyecto. Luego de revisar algunos estereotipos de familia que circulan en los discursos sociales, se solicitó a los profesores escribir una carta a un familiar donde expresaran lo aprendido. A partir de una intervención específica, una de las profesoras participantes (cercana a los circuitos de poder de la escuela) plantea que lo que una de sus colegas relata no da cuenta de una familia "porque a mí me enseñaron desde pequeña que una familia está compuesta de padre, madre e hijos" (año 2, sesión 5, prof.). Esta intervención tensionó al grupo con respecto a la construcción de nociones claves subyacente a la práctica profesional cotidiana. Se reflexionó sobre la constitución de familias de estudiantes que provienen de hogares de menores y se avanzó en reflexividad al constatar cómo las propias creencias y experiencias han sido construidas desde ciertas condiciones de privilegio respecto de otros, generando prácticas de exclusión.

A partir de la reflexión realizada, los y las profesoras manifiestan dificultades acerca de cómo realizar clases, considerando que sus creencias podrían producir exclusiones inintencionadamente. Los profesores y directivos visibilizaron sus dificultades y discutieron entre ellos, avanzando en la identificación de prácticas que serían entendidas en esta escuela como promotoras de inclusión/exclusión**.**

El proceso de reflexividad en la re-construcción de la inclusión/exclusión con los profesores, permiten afirmar que en esta escuela se configura un escenario donde las marginaciones y exclusiones no se presentan aisladamente, se acumulan y se encadenan complejizando la forma en que se van construyendo subjetividades de los y las estudiantes desde las prácticas cotidianas.

A nivel de discurso, las profesoras y profesores afirman que sus estudiantes son todos distintos, realizan distinciones respecto del aprendizaje; sin embargo, en sus relatos de clase, homogeneizan al estudiante. El relato de clases, la socialización de las mismas con pares, las propuestas que se plantean entre ellos para realizar la misma clase relatada, pero con enfoque inclusivo, permite el reconocimiento de algunas prácticas de exclusión donde se identifica que algunas podrían ser producto de creencias y prejuicios de cada uno/a.

Si bien constituye un avance que en esta escuela se reconozca que se realicen distinciones en las prácticas cotidianas, no es suficiente la identificación y contención de dichos “problemas”, para evitar que sigan igual. Es necesario seguir avanzando en la comprensión de cómo la localización y creencias de los profesores constituyen parte del problema de la exclusión, para que la escuela se configure como un espacio de oportunidades donde se acoja y se promueva la diferencia, donde sea posible la emergencia de distintas subjetividades.

En tal sentido, esta metodología si bien permite avanzar, no logra producir reflexividad más allá de casos puntuales y esporádicamente.

5 I ACIERTOS Y DESACIERTOS DE LA PROPUESTA DE ACOMPAÑAMIENTO A PROFESORAS Y PROFESORES

Dado los escasos avances producidos en este proyecto de acompañamiento a profesores, las investigadoras realizaron un análisis crítico del diseño e implementación de esta investigación.

Como desaciertos en el diseño, consideramos:

1. Diseño del proyecto elaborado desde la academia y políticas públicas que consideran la inclusión como algo positivo y/o deseable, que no considera o integra las necesidades de la escuela, que tiene una experiencia negativa de la inclusión, desde la cotidianidad
2. No democratización de objetivos del proyecto. Como consecuencia del punto anterior, los objetivos del proyecto “llegan” desde fuera.
3. Como desaciertos de la implementación, identificamos:
4. Obligatoriedad de asistencia a los talleres (única instancia posible). Los talleres se realizaron en una instancia institucionalizada, donde la asistencia es considerada como parte de contrato. Lo que en principio fue considerado como una ganancia como tiempo y espacio protegido, constituyó para los profesores una obligación, una norma más impuesta externamente.
5. Proceso de restricción de objetivos por dificultades encontradas desde las investigadoras. Dado el contexto político social profesional de los profesores a nivel país y nivel escuela, las investigadoras deben restringir los objetivos planteados inicialmente, lo que pudo haber afectado la coherencia y consistencia en la implementación.
6. No lograr la ruptura de observador-participante a protagonista. La propuesta de acompañamiento a profesores para avanzar en prácticas inclusivas, no logra cambiar la posición de las y los participantes de observadores a protagonistas.

Como aciertos del diseño identificamos: la inclusión de diversos lenguajes comunicativos; Considerar a la “comunidad educacional”, la selección de ejes temáticos, situar en el centro la construcción de un proyecto levantado desde la escuela y no llegar con propuestas dadas.

Como aciertos de la implementación, destacamos la flexibilidad metodológica, la pertinencia de los recursos empleados, el empleo de ciertas estrategias, como filmación de profesores de sus clases y “saber cuando parar”.

PROYECCIÓN

Siguiendo una lógica de justicia social y construcción de ciudadanía, desde educación, creemos que para avanzar en aspectos tan arraigados cultural y experiencialmente, como la inclusión/exclusión escolar, se requiere la explicitación ideológica del proyecto desde el inicio, es decir, explicitar para qué hacemos lo que hacemos, y de este modo poder compartir sentidos.

Se requiere una comunidad que dialogue, que reflexione colectivamente, una comunidad que vaya más allá de la inclusión/exclusión, y analice **“desde donde”** (posición de poder y privilegio) construimos la justicia social en educación.

REFERENCIAS

Baez, B. 2004. **The Study of Diversity.** *The Journal of Higher Education* 75 (3), 285-306.

Cochran-Smith, M. (2004). *Walking the road: Race, diversity, and social justice in teacher education.* Nueva York: Teachers College Press, Columbia University.

Day, C. (1993). Reflection: A necessary but not sufficient condition for professional development. *British Educational Research Journal.* 19(1), 83-93.

De la Cuesta-Benjumea, C. 2011. La reflexividad: un asunto crítico en la investigación cualitativa. *Enfermería Clínica,* España 21(3) 163-67.

Foucault, M. 1979. Naissance de la biopolitique . In Annuaire du Collège de France, 79 (año 1978-197) 367-72. Paris: Payot.

Fresquet, A. (2014). *Cine y educación: La potencia del gesto creativo.* Santiago de Chile: Ocholibros.

Giroux, H. (1990). *Los profesores como intelectuales: Hacia una pedagogía crítica del aprendizaje.* Barcelona: Paidos Ibérica.

Infante, M. (2010). Desafíos a la formación docente: Inclusión educativa. Revista Estudios Pedagógicos (Chile) 36(1), 287-297.

Infante, M., Matus, C., Paulsen, A., Salazar, A., Vizcarra, R. (2013). Narrando la vulnerabilidad escolar: *Performatividad, espacio y territorio, Literatura y Lingüística* (Chile), (27), 281-308.

Karsz, S. (2004). *La exclusión: bordeando sus fronteras. Definiciones y matices.* Barcelona: Gedisa.

Matus, C.; Haye, A. (2017). La producción de la diferencia y la normalidad en la escuela. Estudios Pedagógicos 41, 135-46.

Perrenoud, P. (1994). *La formation des enseignants entre théorie et pratique.* Paris: L'Harmattan.

Pillow, W. (2010). Confession, catharsis, or cure? Rethinking the uses of reflexivity as methodological power in qualitative research. *International Journal of Qualitative Studies in Education,* 16(2) publicado on line 2010. DOI: 10.1080/0951839032000060635. Recuperado de http://www.tandfonline.com/toc/tqse20/16/2

Rivera, S. (2010). *Ch'ixinakax utxiwa Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores.* Buenos Aires: Tinta Limón.

Schön, D. (1998). *El profesional reflexivo. Cómo piensan los profesionales cuando actúan*. España, Paidós, 1998.

Sensoy, O. & DiAngelo, R. (2012). *Is everyone really equal? An Introduction to Key Concepts in Social Justice Education.* New York: Teachers College Press, Columbia University.

CAPÍTULO 6

POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM 'ESTADO DA QUESTÃO' SOBRE A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA ESTUDANTIL

Data de aceite: 01/11/2021

Rita de Cássia Soares de Souza Bueno
Universidade Federal do Rio Grande do Sul I Faculdade de Educação I Programa de Pós-Graduação em Educação I Porto Alegre I RS I Brasil
https://orcid.org/0000-0002-4254-5514

Neusa Chaves Batista
Universidade Federal do Rio Grande do Sul I Faculdade de Educação I Programa de Pós-Graduação em Educação I Porto Alegre I RS I Brasil
https://orcid.org/0000-0003-4322-2829

RESUMO: Esta pesquisa é de caráter bibliográfico e procura estabelecer o 'Estado da Questão' sobre o tema das políticas de ação afirmativa para a educação superior; e da participação política de estudantes cotistas na construção das políticas afirmativas em universidades públicas. Os objetivos se prestam a delimitar e caracterizar as especificidades das produções científicas nesta área do conhecimento. As principais fontes de informação são artigos científicos, livros, teses e dissertações. O *corpus* de dados foi constituído por bases de dados nacionais e internacionais. Permeia nossa interpretação do objeto de estudo a perspectiva de Nancy Fraser (2010), com o enfoque priorizado nas pessoas de direito, que se justifica pelo entendimento de que estas são o centro da política e, como tal, produzem demandas e justificativas por justiça social que necessitam ser (res)significadas nas instituições deliberativas do Estado. O estudo analisa em torno de mil e quinhentas fontes de informações especializadas, constatando que nas investigações, quantitativas e/ou qualitativas, sobre política afirmativa para a Educação Superior, predominam abordagens sobre raça, racismo e relações raciais no Brasil. Os resultados obtidos apontam que há escassez da abordagem indireta e inexistência de abordagem direta sobre a temática priorizada em nosso estudo. As investigações que tratam de forma indireta da participação de estudantes cotistas no processo de construção das ações afirmativas junto às universidades indicam que, embora tais instituições apresentem progresso nas pautas de participação política, de responsabilização deliberativa e consultiva dos grupos e pessoas de direitos na produção de sentidos para as políticas públicas, ainda possuem um modelo de gestão educacional permeado pelo conservadorismo, que aflora (ainda mais) em períodos de tensão social e econômica, como na atualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Superior; Justiça Social; Política Afirmativa; Participação Estudantil.

AFFIRMATIVE ACTION POLICIES FOR HIGHER EDUCATION: A 'STATUS OF THE QUESTION' ABOUT STUDENT POLITICAL PARTICIPATION

ABSTRACT: This research is bibliographical in nature and seeks to establish the 'State of the Question' on the theme of affirmative action policies for higher education; and the political participation of quota students in the construction of affirmative policies in public universities. The

objectives are intended to delimit and characterize the specificities of scientific production in this area of knowledge. The main sources of information are scientific articles, books, theses and dissertations. The data corpus consisted of national and international databases. The perspective of Nancy Fraser (2010) permeates our interpretation of the object of study, with a prioritized focus on people with rights, which is justified by the understanding that they are the center of politics and, as such, produce demands and justifications for social justice that need to be (re)signified in the deliberative institutions of the State. The study analyzes around fifteen hundred sources of specialized information, noting that quantitative and/or qualitative investigations on affirmative policy for Higher Education predominate approaches to race, racism and racial relations in Brazil. The results obtained show that there is a scarcity of an indirect approach and a lack of a direct approach on the theme prioritized in our study. The investigations that indirectly deal with the participation of quota students in the process of building affirmative action with universities indicate that, although such institutions show progress in the agendas of political participation, deliberative and consultative accountability of groups and people with rights in the production of meanings for public policies, they still have an educational management model permeated by conservatism, which emerges (even more) in periods of social and economic tension, such as today.
KEYWORDS: Higher Education; Social justice; Affirmative Policy; Student Participation

1 | INTRODUÇÃO

As políticas afirmativas constituem-se em ações públicas implantadas em países ao redor do mundo com o objetivo de garantir equidade (igualdade de oportunidades) às pessoas e a grupos sociais excluídos do acesso de bens produzidos pela humanidade. De 2001 a 2011, algumas universidades públicas brasileiras por meio dos seus conselhos universitários e com base no preceito constitucional da autonomia universitária passaram a implementar diferentes tipos de ação afirmativa. Em 2012, essa política se intensifica por meio da promulgação da Lei Federal nº. 12.711 (Lei de Cotas), a qual estabelece que no mínimo 50% das vagas para todos os cursos de graduação das Instituições Federais de Educação Superior (IFES) devem ser reservadas para as/os estudantes oriundos de escolas públicas, com recortes socioeconômico e étnico-racial (BRASIL, 2012).

Nesse processo, a política afirmativa para a educação superior se tornou objeto de estudo global para muitas(os) pesquisadoras(res) a partir de diferentes abordagens, favorecendo o acúmulo de conhecimento no campo de estudo. Com esta base, nosso interesse se expressa em descrever e analisar as produções científicas sobre a temática, enfocando em investigações que abordem a participação de estudantes cotistas no processo de construção das ações afirmativas junto às universidades brasileiras.

O enfoque priorizado nas pessoas de direito se justifica pelo entendimento de que estas são o centro da política e, como tal, produzem demandas e justificativas por justiça social que necessitam ser (res)significadas nas instituições deliberativas do Estado. Permeia nossa interpretação do fenômeno da política afirmativa para a educação superior

a perspectiva de Fraser (2010), que põe em destaque três dimensões para a justiça social: socioeconômica, cultural e política. Na primeira dimensão, a demanda e luta por justiça se dá no âmbito da justa redistribuição dos recursos econômicos com vistas a transformar estruturas econômicas básicas de exploração de classe, diz respeito à classe social; na segunda dimensão, a luta se dá pelo reconhecimento de igual *status* a todas as pessoas e grupos em interação no espaço social, com vistas a uma mudança cultural ou simbólica e diz respeito às identidades culturais; a terceira dimensão oferece o palco, a esfera pública, sobre o qual as lutas por redistribuição e reconhecimento se materializam por meio da disputa pela participação das pessoas de direitos na produção de sentidos para as políticas públicas.

Metodologicamente, realizamos uma pesquisa bibliográfica do tipo "Estado da Questão" (Therrien & Therrien, 2004), com o objetivo de mapear, delimitar e caracterizar as especificidades da temática investigada, bem como procedemos à identificação, definição e análise das categorias centrais das abordagens teórico-metodológicas utilizadas pelas(os) pesquisadoras(res). O recorte de área ficou restrito às ciências humanas. Não houve recorte temporal, já que foram incluídas no estudo as produções acadêmicas que: a) antecedam a implementação da primeira ação afirmativa em universidades públicas brasileiras (até 2001); b) sucedam a implementação da primeira ação afirmativa em universidades públicas brasileiras (2002-2012); c) sucedam a aprovação da Lei Federal de Cotas de 2012 (2013-2019).

Este esquema, na coleta de dados, teve como objetivo obter um panorama que abrangesse todos os ciclos da política educacional em estudo. As principais fontes de informação foram: artigos científicos, livros, teses e dissertações. O *corpus* de dados foi constituído por bases de dados nacionais e internacionais. O estudo analisa em torno de mil e quinhentas fontes de informações especializadas, constatando que nas investigações, quantitativas e/ou qualitativas, sobre política afirmativa para a Educação Superior, predominam abordagens sobre raça, racismo e relações raciais no Brasil.

Ademais, os resultados obtidos apontam que há escassez da abordagem indireta e inexistência de abordagem direta sobre a temática priorizada em nosso estudo. As investigações que tratam de forma indireta da participação de estudantes cotistas no processo de construção das ações afirmativas junto às universidades indicam que, embora tais instituições apresentem progresso nas pautas de participação política, de responsabilização deliberativa e consultiva dos grupos e pessoas de direitos na produção de sentidos para as políticas públicas, ainda possuem um modelo de gestão educacional permeado pelo conservadorismo, que aflora (ainda mais) em períodos de tensão social e econômica, como na atualidade.

2 | PRODUÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA ESTUDANTIL

A presente análise converge para um panorama quantitativo e qualitativo a partir da sistematização das informações encontradas nas consultas ao tema geral das políticas de ação afirmativa para a educação superior, ao específico da participação política de estudantes cotistas na construção das políticas afirmativas em universidades públicas e às suas respectivas abordagens em 3(três) fontes de informações especializadas e em 6(seis) bases de dados, nacionais e internacionais.

Fontes de Informações Especializadas	Bases de Dados	
	Nacional	Internacional
1) **Artigos**	*Periódico SciELO*	Periódico Scopus
2) **Livros**	Periódico CAPES	Biblioteca WorldCat
3) **Teses e Dissertações**	Catálogo CAPES	Catálogo OATD

Quadro 1 – Fontes de informações e as bases de dados

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir da pesquisa autoral de caráter bibliográfico.

As escolhas e as construções de pesquisa não esgotam as produções de conhecimento sobre as temáticas em questão. Entretanto, podem se aproximar do número de produções existente nas bases de dados e nos sites consultados. A partir dos recursos de refinamento disponíveis nas plataformas, utilizamos os seguistes critérios de busca:

Língua/Idioma	Todos
Ano de Publicação	Todos
Área de Conhecimento	Ciências Humanas
Termos de Busca	("ação afirmativa" OR "ações afirmativas" OR cota OR cotas) AND (universidade OR universidades OR "educação superior" OR "ensino superior")
	("affirmative action" OR quotas) AND (university OR "higher education")

Quadro 2 – Critérios de busca avançada

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir da pesquisa autoral de caráter bibliográfico.

Após o levantamento e armazenamento, fizemos a leitura de todos os títulos e resumos das fontes, buscando identificar quais tratavam do tema geral sob alguma forma de análise. De posse dessa informação, organizamos um panorama das quantificações por ciclos da política e principais abordagens. No total, foram localizadas 1.488 (mil quatrocentas e oitenta e oito) fontes. Entretanto, foram incluídas no estudo 959 (novecentas e cinquenta e nove),

sendo 209 (duzentos e nove) artigos, 168 (cento e sessenta e oito) livros e 582 (quinhentas e oitenta e duas) teses e dissertações. Distribuídas em cada ciclo da política pública de ação afirmativa em universidades públicas brasileiras, conforme porcentagens no gráfico abaixo:

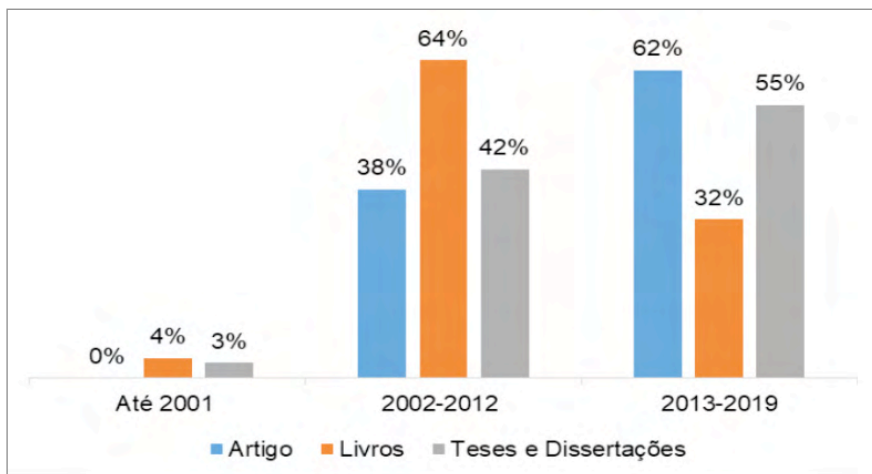



Gráfico 1 – Porcentagens de produções científicas em cada ciclo da política afirmativa em universidades

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir da pesquisa autoral de caráter bibliográfico.

Dentre essas produções sobre o tema geral, verificamos quais estavam relacionadas diretamente com a temática específica ou quais apresentavam alguma intersecção, procedendo a leitura na íntegra. A partir das leituras, sistematizamos as informações sobre o título, autor(es), ano de publicação, tipo de produção, campo do conhecimento, objetivos, objeto de estudo, enfoque metodológico e principais resultados. Quando necessário, adaptamos as variáveis a cada uma das fontes. Por fim, ensaiamos uma análise qualitativa das produções encontradas.

2.1 ARTIGOS NAS COLEÇÕES DE PERIÓDICOS DA *SCIELO* E *SCOPUS*

Na *SciELO*[1] e na *Scopus*[2] identificamos 230(duzentos e trinta) artigos acadêmicos e procedemos à leitura dos títulos e resumos.

1 Periódicos da *Cientifica Electronic Library Online* (*SciELO*)
2 Periódicos da *Scopus* é uma base de dados multidisciplinar e internacional da Editora Elsevier

Base (Artigos)	Registros Recuperados	Endereço eletrônico e data de acesso
SciELO (Nacional)	141 (2002 a 2019)	<Disponível em: http://www.scielo.br/?lng=pt. Acesso em: 12/07/2019>
Scopus (Internacional)	89 (2000 a 2019)	<Disponível em: https://www.elsevier.com/pt-br/solutions/scopus. Acesso em: 12/07/2019>

Tabela 1 – Registros de artigos identificados

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir da pesquisa autoral de caráter bibliográfico.

A partir da leitura dos títulos e resumos excluímos 21(vinte e um) artigos, pois não tratavam do tema geral. Incluímos no estudo 209(duzentos e nove), cujas informações apontam para uma predominância de abordagem da temática ‘ação afirmativa racial’ (38%) e ‘ação afirmativa racial e social’ (19%) na educação superior. Os enfoques são nas relações raciais, raça e racismo no Brasil; e suas intersecções com as ações afirmativas em universidades e/ou nos cursos de graduação.

Dos 209 (duzentos e nove) artigos que tratavam sobre as ‘políticas de ação afirmativa para a educação superior’, apenas 04(quatro) possuíam alguma intersecção com o tema específico da ‘participação política estudantil’, os quais selecionamos para ensaiar algumas análises, conforme segue:

Título do Artigo	Autora(as) do Texto	Ano de Publicação	Revista que Publicou	Área	Qualis (Consulta: 06/10/2019)
Democratização, justiça social e igualdade na avaliação de uma política afirmativa: com a palavra, os estudantes.	- Andreliza Cristina de Souza; - Mary Ângela Teixeira Brandalise.	**2015**	Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação	Educação	A1
Relações raciais, cultura acadêmica e tensionamentos após ações afirmativas	- Joana Célia dos Passos.	**2015**	Educação em Revista	Educação	A1
Cidadania, reconhecimento e ação afirmativa no ensino superior	- Ângela Rodolpho Paiva.	**2015**	Civitas - Revista de Ciências Sociais	Ciências Sociais	B2
Políticas públicas de ações afirmativas para a Educação Superior: o Conselho Universitário como arena de disputas	- Neusa Chaves Batista.	**2015**	Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação	Educação	A1

Quadro 3 – Informações básicas sobre os artigos em periódicos

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir da pesquisa autoral de caráter bibliográfico.

Todos os artigos são de divulgação de pesquisas e apresentam revisões de literatura e reflexões teóricas sobre a democratização e as ações afirmativas na Educação Superior; bem como, reflexões teórico-empíricas sobre justiça social, cidadania e reconhecimento para estudantes cotistas em universidades públicas brasileiras. Após a leitura na íntegra, foi possível sistematizar os objetivos, objeto de estudo, enfoque metodológico, fontes e principais resultados, conforme o quadro abaixo:

	Souza & Brandalise (2015)	Passos (2015)	Paiva (2015)	Batista (2015)
Objetivos	- Desvelar se a política de cotas de uma instituição de Ensino Superior paranaense, na percepção dos estudantes que a ela recorreram para ingresso nos cursos de graduação, favorece ou possibilita a democratização do acesso e a promoção da igualdade e da justiça social (p. 181).	- Analisar a cultura acadêmico-curricular e suas configurações derivadas da presença de estudantes negros/negras cotistas no cotidiano da Universidade Federal de Santa Catarina.	- Discutir a fruição de direitos humanos para a construção da cidadania no Brasil; - Destacar fatores determinantes para a organização social de movimentos sociais negros; - Tecer contextualização e conceituação dos direitos e demandas por reconhecimento.	- Analisar os principais impasses, conflitos e contradições da política de ações afirmativas da UFRGS, na 1.151ª sessão do Conselho Universitário realizada em 2012, que tinha como objetivo avaliar os primeiros cinco anos da implantação da política.
Objeto de Estudo	- Política de 'acesso' por ação afirmativa, cotas sociais.	- Acesso e permanência material e simbólica dos cotistas étnico-raciais.	- Ação do movimento negro e a controvérsia das 'cotas raciais'.	- Embates e disputas estabelecidos pelos atores políticos, em especial o impasse que se estabelece entre os segmentos docente e discente, no que se refere ao parecer da Comissão Especial de avaliação das ações afirmativas.
Enfoque Metodológico	Qualitativo	Qualitativo	Qualitativo	Qualitativo
Fontes	Questionário e entrevista com estudantes.	- Documentos normativos; - Projetos Político Pedagógicos (PPP); - Questionário com professores e coordenadores de curso; - Depoimento de estudantes negras.	- Editais de processo seletivo para ingresso em universidades; - Formulário com estudantes; - Entrevista com gestores.	- Documentos: atas, pareceres, pedidos de vistas, e outros documentos produzidos no/pelo CONSUN/ UFRGS.

Quadro 4 – Abordagens de pesquisas em artigos de periódicos

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir da pesquisa autoral de caráter bibliográfico.

Em relação à metodologia, observamos a utilização de estudos exclusivamente com abordagem qualitativa. Nas fontes para coleta de dados detalhadas no quadro acima, percebemos em comum que três artigos (Souza & Brandalise, 2015; Passos, 2015; Paiva, 2015) aplicaram questionários, entrevistas e/ou formulários tendo como foco os/as

estudantes cotistas. Para além, dois dos textos (Passos, 2015; Paiva, 2015) valeram-se da análise de documentos institucionais e entrevista com professores ou gestores. Enquanto, (Batista, 2015) utiliza os documentos: atas, pareceres e pedidos de vistas produzidos na/para a 1.151ª/2012 sessão do Conselho Universitário/UFRGS.

No artigo de Souza & Brandalise (2015) há uma apresentação inicial de conceitos sobre políticas públicas, políticas sociais, política afirmativa e política de cotas; oferecendo discussões teóricas e empíricas sobre a democratização, justiça social e igualdade. As conceptualizações propostas apresentam-se mais como uma revisão de literatura dos conceitos tradicionais de justiça social, especialmente do ponto de vista da juridicidade, ou seja, por meio de considerações sobre justiça formal e justiça substancial.

A pesquisa de Passos (2015) traz contextualizações, panoramas, reflexões teóricas e empíricas significativas sobre o tema das 'cotas raciais', apontando para outras possibilidades de investigação sobre o tema. Coloca que os desafios institucionais a serem enfrentados no âmbito da autonomia universitária seriam a construção de soluções a partir das demandadas de movimentos sociais, da comunidade acadêmica e, sobretudo, dos estudantes cotistas. Pois, alargariam o espectro democrático das universidades públicas, eixo basilar de sua missão ante a sociedade brasileira.

Nos estudos apresentados por Paiva (2015) encontra-se um panorama contextual e conceitual sobre cidadania, esfera pública, direitos, reconhecimento, ação coletiva e identidade no Brasil e suas possibilidades de relações com a política afirmativa em universidades. A autora ressalta que tal política representa uma ação efetiva na busca parcial de reparação do déficit de oferta da educação superior para a promoção de uma cidadania democrática.

O estudo de Batista (2015) diz que na construção de futuras pesquisas seria importante a proposição de análises dos instrumentos legítimos de expressão e de participação no quinhão da autoridade institucional. Visto que, as universidades organizam-se a partir de hierarquias cujos resultados, quase sempre, resultam em desigualdade na representação dos segmentos e nos atos decisórios. No resultado de sua pesquisa empírica, constata que as proposições dos segmentos discentes foram sendo derrotadas, em sua grande maioria, até que prevalecesse a vontade oficial do que é institucional. Nesse caso, costumam prevalecer os discursos considerados legítimos do ponto de vista institucionalizado – o discurso dos docentes.

2.2 LIVROS NAS BASES DE DADOS DA CAPES E WORLDCAT

Na base de dados da CAPES[3] e da WorldCat[4] identificamos 353 trezentos e cinquenta e três) livros e procedemos à leitura, analisando os títulos, e quando disponíveis, suas sinopses e sumários.

3 Catálogo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

4 O WorldCat é uma rede mundial de bibliotecas

Base (Livros)	Registros Recuperados	Endereço eletrônico e data de acesso
CAPES	93 (1996 a 2019)	<Disponível em: http://www.periodicos.capes.gov.br/. Acesso em: 08/08/2019>
WorldCat	260 (1993 a 2019)	<Disponível em: https://www.worldcat.org/. Acesso em: 08/08/2019>

Tabela 2 – Registros de livros identificados

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir da pesquisa autoral de caráter bibliográfico.

Após as leituras, excluímos do estudo 185(cento e oitenta e cinco) livros por serem duplicatas ou não tratarem do tema geral. Incluímos 168(cento e sessenta e oito) livros, nos quais encontramos uma predominância geral de abordagens sobre 'ação afirmativa racial' (58%) e 'ação afirmativa racial e social' (17%) em universidade. Especialmente, tratando das relações raciais, raça e racismo no Brasil; e suas intersecções com as ações afirmativas em universidades e/ou nos cursos de graduação.

Dos livros que abordavam o tema geral, apenas 01(um) possuía alguma intersecção com o tema específico, o qual selecionamos para um ensaio analítico. O livro compõe a base de dados da CAPES e se intitula 'Observatório da vida estudantil: primeiros estudos'. Está disponível na íntegra, como *e-book,* também, na base da SciELO.

Título do Livro	Autora	Ano de Publicação	Editora	Área
Observatório da vida estudantil: primeiros estudos	**Sônia Maria Rocha Sampaio (UFBA)**	**2011**	**EDUFBA**	**Psicologia da Educação**

Quadro 5 – Informações sobre o livro

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir da pesquisa autoral de caráter bibliográfico.

Em sua sinopse informa que:

> A obra contempla os objetivos, metodologia de trabalho e perspectivas atuais do 'Observatório da Vida Estudantil', que atua em duas Instituições Federais de Ensino Superior da Bahia - a UFBA e a UFRB. A obra, formada por 12 artigos, trata de temas como o novo universitário que vem se inserindo na UFBA, o aluno de origem popular e a opinião dos estudantes com relação ao Bacharelado Institucional. A relação da juventude com a política, a maternidade durante o período universitário, e a questão da evasão na educação superior são alguns dos assuntos também abordados (SAMPAIO, 2011).

Ao percorrer o sumário do livro encontramos apenas 1(um) artigo que possuía intersecção com o tema específico, e após a leitura na íntegra, construímos o quadro abaixo que sistematiza os objetivos, objeto de estudo, enfoque metodológico, fontes e principais

resultados:

TÍTULO DO ARTIGO	
MAIA, Allan Jeffrey Vidal, et al. *Juventude e política*: observando a UFBA. In: SAMPAIO, Sônia Maria Rocha, org. Observatório da vida estudantil: primeiros estudos [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 169-186.	
Objetivos	- Buscar um conhecimento preliminar sobre as relações entre juventude e política na UFBA (p.173).
Objeto de Estudo	- Participação política estudantil: significados, experiências de militâncias em grupos/coletivos específicos e atuação pessoal.
Enfoque Metodológico	Qualitativo (Pesquisa Participativa)
Fontes	- Diário de Campo; - Entrevista semiestruturada com estudantes.
Resultados	- O ambiente universitário não é o único responsável pelo desencadeamento da participação política dos estudantes [...] a sensibilização é feita, por diferentes agentes que vão da vida familiar, passando pelo grupo de iguais e pela mídia (p. 183 e 184). - A vinculação a movimentos políticos e sociais interfere nos itinerários de vida e na constituição da subjetividade dos estudantes entrevistados, que se veem existencialmente vinculados aos movimentos que integram (p. 184). - A política tem efeito de vincular os sujeitos às questões do seu mundo, do seu país, da sua comunidade proximal, apresentando caminhos e possibilidades de ação coletiva que podem fazer enorme diferença na formação de uma pessoa, sobretudo, jovens universitários, ávidos em encontrar, em meio a dilemas identitários características dessa idade da vida (p.184). - Os estudantes sentem: "desvalorização, pela instituição universitária, das práticas políticas, de qualquer coloração ou formato, não havendo integração entre as instâncias administrativas e os diferentes movimentos" [...] "preconizam outras práticas institucionais, que legitimem melhor suas atividades, superando o clima de confronto que, eventualmente, torna críticas essas relações" (p.184). - A universidade concede espaço para articulação independente de diferentes grupos. Há uma infraestrutura mínima, constituídas pelos espaços legitimados para os Diretórios ou Centros Acadêmicos (DA ou CA) e Diretório Central dos Estudantes (DCE), cujo funcionamento é garantido administrativamente (p. 185). - Os estudantes não restringem sua movimentação política aos muros da universidade, participando de ações coletivas, locais e nacionais, que reforçam seus movimentos específicos, tornando-se fontes de mais aprendizagens do ponto de vista de sua formação política (p. 185). - O espaços políticos instituídos no meio universitário acabam se tornando portas de entrada para os movimentos sociais tomarem contato com o mundo, por vezes difícil de penetrar, que é a universidade (p.185). - Na UFBA, diferentes segmentos da juventude continuam ativos politicamente e buscam formas inovadoras de atuação (p.185).

Quadro 6 – Abordagem de pesquisa no artigo do livro

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir da pesquisa autoral de caráter bibliográfico.

O artigo acima é derivado do trabalho de pesquisa e intervenção desenvolvido por 6(seis) estudantes do curso de psicologia da UFBA, nas disciplinas Psicologia Escolar I e II, sob orientação da Profa. Dra. Sônia Maria Rocha Sampaio, no ano de 2008. As/Os estudantes pesquisadoras/es MAIA *et al* (2011) abrem a discussão sobre a 'participação política da juventude' interrogando-se sobre o seu incremento ou declínio, nas três ou quatro

últimas décadas, ressaltando que estudiosos do tema se dividem entre a emergência de um apolitismo juvenil ou o surgimento de nova formas de engajamento político.

Comentam que os jovens entre 15 e 25 anos são 20% da população e se encontram a margem dos processos decisórios em relação as Políticas Públicas elaboradas pelo governo brasileiro, apontando para a necessidade de ocupação desses espaços de representatividade. Ainda, afirmam que os/as jovens estão participando em grupos/coletivos de diferentes correntes políticas e ideológicas, que pleiteiam espaços de participação e que articulam ações de tipo afirmativo, tanto em caráter local quanto global. Sendo que, os múltiplos pertencimentos permitem a permeabilidade desses jovens a outros movimentos políticos, de caráter afirmativo ou de discriminação positiva (MAIA *et al*, 2011).

Como uma das principais colaborações e possíveis direcionamentos de futuras pesquisas, destacam que nas universidades coexistem espaços institucionalizados que permitem a participação política, funcionando como territórios legitimados de representatividades, mais voltados para as políticas estudantis e/ou educacionais, tais como: Diretórios ou Centros Acadêmicos (DA ou CA) e o Diretório Central dos Estudantes (DCE). Para além desses movimentos, trazem a possibilidade de encontrar acadêmicos vinculados a outros grupos, como por exemplo: partidos políticos; e grupos nucleados a partir de temas referente à diversidade/identidade (racial, étnica, de gênero e etc.). Em seus estudos optaram por apresentar relatos de entrevistas com representantes estudantis dos DCE, CA, DA, Movimento de Luta Antimanicomial, Movimento do Passe Livre e Movimento LGBT (MAIA *et al*, 2011).

2.3 TESES E DISSERTAÇÕES NOS CATÁLOGOS DA CAPES E OATD

Na base de dados da CAPES[5] e da OATD[6] identificamos 905 (novecentos e cinco) registros de teses e dissertações acadêmicas e procedemos à leitura dos títulos e resumos, buscando identificar quais tratavam sobre tema geral e o específico.

Base	Registros Recuperados	Teses	Dissertações	Endereço eletrônico e data de acesso
CAPES	548 (2001 a 2019)	142	406	<Disponível em: https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/. Acesso em: 11/07/2019>
OATD	357 (1979 a 2019)	104	253	<Disponível em: https://oatd.org/. Acesso em: 12/07/2019>

Tabela 3 – Registros de teses e dissertações identificados

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir da pesquisa autoral de caráter bibliográfico.

Após as leituras, excluímos 320(trezentos e vinte) produções, por não abordarem o

5 Catálogo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
6 *Open Access Theses and Dissertations (OATD)*

tema geral da pesquisa. Incluímos no estudo 582(quinhentos e oitenta) teses e dissertações. Na OATD encontramos predominância de abordagens sobre ‘Ação Afirmativa no Brasil’ e ‘Ação Afirmativa nos EUA’; e na CAPES sobre ‘Ação Afirmativa Racial’ e ‘Ação Afirmativa Racial e Social’, que priorizam (74%) o tema das relações raciais, raça e racismo nos respectivos países; e suas intersecções com as ações afirmativas em universidades e/ou nos cursos de graduação.

Das teses e dissertações que abordavam o tema geral das políticas de ação afirmativa na educação superior, apenas 02(duas) possuíam alguma intersecção com o tema específico, as quais selecionamos para análises mais aprofundadas. Essas produções acadêmicas correspondem a 01(uma) tese disponível na base de dados da CAPES e 01(uma) dissertação disponível em ambas, CAPES e OATD:

Título	Possibilidades e Oportunidades de Atuação Política: estudo sobre a formação do Grupo de Trabalho de Ações Afirmativas no processo de reivindicação por cotas na UFRGS	Juventude, política e educação: a emergência do estudante precarizado no contexto da reforma do ensino superior, sua inserção no movimento estudantil e os conflitos no campo político universitário
Autor	Felipe Prolo	Fabiano Pereira Silva
Orientador(a)	Renato de Oliveira	Tereza Correia da Nobrega Queiroz
Ano de Conclusão	2011	2018
Instituição	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Universidade Federal Da Paraíba (UFPB)
Tipo	DISSERTAÇÃO	TESE
Área	Ciências Humanas - Sociologia	Ciências Humanas - Sociologia
Base de Dados	CAPES e OATD	CAPES

Quadro 7 – Informações básicas sobre a tese e a dissertação

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir da pesquisa autoral de caráter bibliográfico.

Correspondem, respectivamente, a trabalhos de conclusão dos cursos de mestrado e doutorado acadêmico em instituições públicas brasileiras e escritos em língua portuguesa. Após a leitura na íntegra, sistematizamos os objetivos, objeto de estudo, enfoque metodológico, fontes e principais resultados:

	Prolo (2011)	Silva (2018)
Objetivos	- Analisar o processo de formação de um coletivo de estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), intitulado Grupo de Trabalho de Ações Afirmativas (GTAA).	- Analisar se de fato a mudança na base social (classe) da universidade pública federal reflete um novo momento das mobilizações estudantis pautadas na sobrevivência/permanência do estudante na universidade e como o estudante se torna um sujeito político se inserindo em movimentos coletivos de mudança no contexto atual da expansão e retração do ensino superior.
Objeto de Estudo	- O processo de formação de um coletivo de estudantes na UFRGS, intitulado Grupo de Trabalho de Ações Afirmativas (GTAA).	- A participação de jovens universitários, através do movimento estudantil.
Enfoque Metodológico	Qualitativo	Qualitativo
Principais Referenciais Metodológicos	- Gabriel Feltran (2006) experiência individuais e coletivas (análise de trajetórias).	- Laville e Dionne (1999) em estudo de caso; - Beaud e Weber (2015) em estudos etnográficos.
Fontes	- Entrevistas abertas realizadas com os membros do GTAA	- Levantamento bibliográfico; - Análise de Indicadores Sociais (MEC e INEP); - Etnografia com/nos Movimentos Estudantis (ME); - Entrevistas com estudantes.
Principais Referenciais Teóricos	- Sidney Tarrow (2009) sobre a 'estrutura de oportunidades políticas', que refere-se às condições estruturais dos contextos sociais para que determinados indivíduos engajem-se coletivamente; - José Albuquerque (1977), Marialice Foracchi (1965) e Gilberto Velho (1999) sobre as noções e possibilidades de constituição de 'projeto' de ações coletivas; - Alberto Melucci (1995, 2001, 2004), sobre os fatores conferem a um grupo sua 'unidade'.	- Thompson (7981, 1984 e 1987), a partir do conceito de experiência; - Bourdieu (1983, 1996, 2011, 2012), com o conceito de campo político, *habitus*, e entre outros; - Eder Sader (1988), com a noção de sujeito coletivo que desenvolve práticas de ação coletivas a partir do reconhecimento de interesses em comum.
Resultados	- A formação do GTAA foi um processo de organização coletiva pautado em questionar as dinâmicas político-institucionais. - O GTAA constituiu-se em uma estrutura de oportunidades políticas para organização coletiva, com envolvimento dos membros do grupo, de outros atores da instituição e de não vinculados a esta. - A pauta das cotas na Universidade foi adotada pelo coletivo GTAA como uma forma dos atores atribuírem significados para suas trajetórias enquanto graduandos; e culminou na construção da proposta e aprovação da Decisão nº 134 de 2007 que instituiu o programa de ações afirmativas na UFRGS.	- O reconhecimento recíproco das vulnerabilidades socioeconômicas gerou no grupo de estudantes o desenvolvimento de uma identidade comum, estabelecendo laços de sociabilidade e práticas de ação política próprias. - Através do movimento estudantil que se dá os movimentos de mudança, no campo político universitário, com a incorporação de novos atores, de novas demandas e a afirmação de formas peculiares de ações coletivas.

Quadro 8 – Abordagem de pesquisa na dissertação e na tese.

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir da pesquisa autoral de caráter bibliográfico.

Em sua dissertação, Prolo (2011) analisou processo de formação do coletivo intitulado Grupo de Trabalho de Ações Afirmativas (GTAA), composto por estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Esse coletivo se propôs a estudar e reivindicar a implementação do sistema de cotas, nas modalidades étnico-racial e socioeconômica, na referida universidade. O processo de formação e debates se iniciou no final do ano de 2005 e se estendeu até 2007, quando foi aprovada a resolução que implementou o programa de

ações afirmativas na UFRGS. Uma das principais contribuições desse estudo foi para pensar as futuras pesquisas sobre ações coletivas, em cenários onde as formas de atuação política não sejam mais as mesmas que tradicionalmente serviram de base para outras pesquisas acadêmicas.

Em sua tese, Silva (2018) destaca que uma das pauta dos Movimentos Estudantis em universidades, em especialmente na UFPB, e nas últimas décadas, foram as condições de Classe (redistribuição), que reivindicavam a assistência social/estudantil. Acrescenta que a partir de 2007, com a implantação de ações governamentais com vistas à ampliação e democratização do acesso à universidade, houve a ascensão de camadas populares da sociedade brasileira nesta área de ensino, o que intensificou tal pauta. Segundo o autor, as mobilizações e atos políticos do movimento estudantil evidenciam a precariedade da assistência ao estudante, interferindo diretamente na permanência daqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O foco da sua pesquisa é nas mudanças de base social que estão ocorrendo nas universidades públicas federais, que refletem num novo momento de mobilizações, pautadas na sobrevivência/permanência, tornando o estudante da universidade um sujeito político. Não entra diretamente na seara da chegada de pessoas negras, indígenas, deficientes e outros oprimidos, com pautas de reconhecimento. Ou seja, o autor trata das mudanças no campo político universitário com a chegada do estudante com vulnerabilidade econômica.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção deste 'Estado da Questão', para além da revisão de literatura, se configurou numa posição da pesquisa em relação ao seu objeto de estudo e na elaboração de um texto narrativo, com esforços para trazer a concepção de ciência e a contribuição epistêmica no campo de conhecimento. O desenho da narrativa obedeceu à ordem e aos critérios com proposição descritiva e ensaios analíticos. Os mesmos dados, entregues a outras(os) pesquisadoras(es), possivelmente teriam uma nova forma de narrar, não necessariamente o seu conteúdo (THERRIEN & THERRIEN, 2004).

No total, compuseram o estudo 1.488 (mil quatrocentos e oitenta e oito) fontes de informações especializadas. Na tabela abaixo, segue uma síntese do que foi descrito e analisado ao longo desta construção:

	Número de fontes localizadas	**Número de fontes sobre o tema geral:** políticas de ação afirmativa para a educação superior	**Número de fontes sobre o tema específico:** participação política de estudantes cotistas
Artigos	230	209	4
Livros	353	168	1
Teses & Dissertações	905	582	2
TOTAL	**1.488**	**959**	**7**

Tabela 4 – Síntese numérica das fonte analisadas.

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir da pesquisa autoral de caráter bibliográfico.

Sobre o tema geral, contatamos uma predominância quantitativas e qualitativas dos debates sobre raça, racismo e relações raciais no Brasil, especialmente com problematizações e intersecções do tema quanto ao acesso à Educação Superior. No gráfico abaixo, é possível visualizar um panorama em porcentagens das abordagens temáticas nas 959 (novecentas e cinquenta e nove) fontes que compuseram o estudo:

Gráfico 2 – Principais abordagens temáticas nas fontes

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir da pesquisa autoral de caráter bibliográfico.

Nas exposições sistemáticas encontramos contribuições que possibilitaram reflexões significativas sobre a participação política de estudantes em diferentes formas e perspectivas. Porém, quanto ao tema específico em questão, os resultados mostram a escassez da abordagem indireta e inexistência de abordagem direta.

Contudo, a participação política de estudantes cotistas na construção das políticas afirmativas em universidades públicas é uma ferramenta essencial (consultiva e/ou deliberativa), que requer arranjos sociais que permitam a interação de todas e todos, considerando, pelo menos, duas condições: objetiva, na distribuição dos recursos materiais,

assegurando a independência e voz; e subjetiva, na valoração cultural, expressando igual respeito às/aos participantes e assegurando igual oportunidade para amenizar as injustiças sociais (FRASER, 2010).

Destacamos a importância da justiça social participativa, democrática e paritária, para pessoas e coletivos estudantis em processo de inclusão nas Universidades, que ainda possuem um modelo de gestão educacional permeado pelo conservadorismo, que aflora (ainda mais) em períodos de tensão social, política e econômica, como na atualidade. Reflexões críticas sobre as arenas participativas na construção de políticas educacionais locais contribuem para a mitigação da cidadania, do direito à vida e da justiça social no sentido pleno (BUENO & BATISTA, 2020; CARVALHO, 2016; FRASER, 2010).

Por fim, o que poderia ser novo? A contribuição sobre o tema específico investigado. Pois, estudos nesse viés, implicariam em reflexões e observações sobre a própria universidade, enquanto instituição promotora de formação cultural e política, na responsabilização com a construção da justiça social participativa (Fraser, 2010), por meio da inclusão das/dos novas/novos discentes nos processos de construção das políticas educacionais afirmativas no interior das instituições. As universidades públicas estão num processo de mudança em sua composição, nas formas de acesso, nas novas pedagogias, nos novos currículos, nas novas ações de permanência, e especialmente, nas novas formas de participação política com o ingresso das pessoas com direito às ações afirmativas.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Neusa Chaves. Políticas públicas de ações afirmativas para a Educação Superior: o Conselho Universitário como arena de disputas. **Ensaio**, Rio de Janeiro, Fundação Cesgranrio, v. 23. p. 95-128, 2015.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 12.711. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil Acesso em: 02 jun. 2020.

BUENO, Rita de C. Soares de Souza; BATISTA, Neusa Chaves. Protagonismo de estudantes cotistas na Ocupação Akilombada da Reitoria da UFRGS. **Políticas Educativas**. Vol. 13, nº 2. p. 39-50, 2020. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/Poled/article/view/107362/58280.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: um longo caminho. 21ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 254 p. 2016.

FRASER, Nancy. **Scales of justice**: reimagining political space in a globalizing world. New York: Columbia. Universiy Press, 294 p. 2010.

MAIA, Allan Jeffrey Vidal, et al. Juventude e política: observando a UFBA. In: SAMPAIO, Sônia Maria Rocha, org. Observatório da vida estudantil: primeiros estudos [online]. Salvador: **EDUFBA**, p. 169-186, 2011.

PAIVA, Ângela Randolpho. Cidadania, reconhecimento e ação afirmativa no ensino superior. **Civitas**, Porto Alegre, v. 15, n. 4, p. 127-154, 2015.

PASSOS, Joana Célia dos. Relações Raciais, Cultura Acadêmica e Tensionamentos após Ações Afirmativas. **Educação em Revista**, [online]. 2015. Vol.31, n.2, p. 155-182. ISSN 0102-4698. http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698134242.

PROLO, Felipe. **Possibilidades e oportunidades de atuação política**: estudo sobre a formação do grupo de trabalho de ações afirmativas no processo de reivindicação por cotas no ingresso da UFRGS. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Porto Alegre: UFRGS, p. 1-128, 2011.

SAMPAIO, Sônia Maria Rocha (Org.). **Observatório da vida estudantil: primeiros estudos** [online]. Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, Fabiano Pereira. **Juventude, política e educação**: a emergência do estudante precarizado no contexto da reforma do ensino superior, sua inserção no movimento estudantil e os conflitos no campo político universitário. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Porto Alegre: UFPB, p. 1-280, 2018.

SOUZA, Andreliza Cristina de; BRANDALISE, Mary Ângela Teixeira. Democratização, justiça social e igualdade na avaliação de uma política afirmativa: com a palavra, os estudantes. **Ensaio**: avaliação de políticas públicas educacionais. [Online]. vol.23, n.86, p.181-212, 2015.

THERRIEN, Silvia Maria Nóbrega; THERRIEN, Jacques. Trabalhos científicos e o Estado da Questão: reflexões teórico metodológicas. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 15, n. 30, p. 5-16. 2004.

CAPÍTULO 7

TEMPORALIDADES DEL EJERCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL (EZLN) Y CONGRESO NACIONAL INDÍGENA (CNI) EN ESPACIOS INSTITUCIONALES DIGNIDAD Y ESPERANZA EN EL TABLERO DE LO POLÍTICO

Data de aceite: 01/11/2021

Fernando Matamoros Ponce1
Profesor-investigador del Posgrado en Sociología ICSyH BUAP /Puebla, México). Miembro Sistema Nacional de Investigadores (SNI II).

Una versión más larga de este trabajo de investigación fue publicado en la revista *CoPaLa*, año 2, núm. 4, 2017.

CONSTELACIONES DE LA TRADICIÓN EN LA EXPERIENCIA ZAPATISTA

Las condiciones de violencia creciente en el mundo nos llevan a reflexionar el sentido social y político del pensamiento y acciones zapatistas del siglo XXI. Como evidencias empíricas constamos a nivel mundial una crisis económica estructural ligada a tendencias políticas autoritarias del poder de una ultra-derecha que administra lógicas de acumulación de riquezas. Al lado de estadísticas mitológicas del consumismo de la *sociedad del espectáculo* aparecen, como reflejo de la sociedad capitalista, una pobreza creciente en colonias-favelas; millones de migrantes atravesando mares y escalando muros; reclutamientos humanos en carteles de las drogas y prostitución alarmante en calles y centros nocturnos, guerras destructivas en todos los continentes del planeta, etcétera. Junto a estas realidades inquietantes, podemos observar que los "espectros del fascismo" en las "derechas radicales" en el mundo comparten rasgos comunes: *racismo, xenofobia, nacionalismo* (Traverso, 2016) y otras variantes análogas de la violencia estructural e ideológica capitalista. Pero, esto que no es nuevo, enfrenta la experiencia de resistencias en diversos espacios locales, regionales y nacionales con constelaciones de la lucha de clases en la historia. Al inicio de este siglo XXI, el "difunto" subcomandante Marcos (2001) afirmaba que la humanidad vivía en la *Cuarta Guerra Mundial:* un enfrentamiento entre el neoliberalismo y la humanidad entera soportando o enfrentando las consecuencias del modelo de acumulación capitalista. Es más, en un texto titulado "Chiapas: el sureste en dos vientos, una tormenta y una profecía", y que fue publicado en 1994 por la Comandancia Clandestina Revolucionaria Indígena (CCRI), el mismo subcomandante Marcos atestiguaba con datos contundentes de *sangre y lodo* que el "viento de arriba", como una "bestia", dejaba a su paso desesperanza, miseria, hambre y muerte. Frente a esta realidad contundente, Marcos subrayaba que el levantamiento indígena zapatista era signo de la Marcos subrayaba que el levantamiento indígena zapatista era signo de la resistencia

contra el despojo cotidiano, legalizado en 1994 mediante reformas al artículo 27 de la *Constitución Mexicana.*

Este lenguaje simbólico indígena, tan antiguo y nuevo a la vez, muchas veces incomprensible para subjetividades tradicionales de las ciencias sociales y políticas institucionales, contaba que los viejos, antiguos-tatas, enseñaban que *el viento, la lluvia y el sol hablaban de otra forma a la tierra; que la esperanza se siembra y se cosecha.* Frente a discursos de la racionalidad positivista de la muerte de los dioses: ¿cómo iba hablar la naturaleza? ¿qué querían decir esas metáforas poéticas o abstracciones de la esperanza como algo que está en nosotros y que nos hace pensar? No solamente, rememoraban las constelaciones de muertos que, desde 1910, Emiliano Zapata heredó con el canto de *Tierra y Libertad* para levantarse y "caminar para encontrarse con Otros".

Como lo subrayo Armand Gatti (2006: 13), les zapatistas serían como "esos guardianes imprevisibles del calendario maya"; o surrealistas que habitan con sus palabras "el glifo para vivirlo, haciendo una casa viviente". Así, los recuerdos del *Viejo Antonio*, rememorados por el Subcomandante Marcos, actualizan imaginarios de sueños-despiertos de esperanzas en las desesperanzas del autoritarismo de políticas institucionales y privatización de los medios de producción, *la tierra*. Ilustró desde la experiencia en las lenguas indígenas que mitos antiguos del padre-cielo y madre-tierra crean ritmos de vida en armonía con la naturaleza dañada en todas sus expresiones de contaminación y calentamiento solar. Sueñan con las palabras que debemos soñar, ya que morimos en el sacrificio para vivir otra vida, más allá que la condena de las armas y cañones de los poderosos.

Los recuerdos del Viejo Antonio rememoran una forma de teología-política que reivindica significaciones del *sueño zapatista* (Le Bot, 1997) en la creación y expresión de metáforas y alegorías de humor de personajes *nagualizados* por el pensamiento indígena-mestizo. Inventados desde el inconsciente para enfrentar conscientemente la violencia, estos personajes reflejan, paradójicamente, no solamente la situación de angustia y esperanza, sino la urgencia de alternativas de la vida contra la muerte, determinada por el sistema de despojo capitalista. Por ejemplo, surgen a la consciencia en *Cuentos para una soledad desvelada* (Sup Marcos, 1998) personajes imaginarios, tanto para vivir con *pesadillas* y *sueños* del alma como para caminar con los *colores del arcoíris*. En absurdos, pero hermosos delirios irreverentes de la palabra indígena en su dialogo con la naturaleza animal, aparecen escarabajos como *Don Durito,* quien, desde las oscuridades e iluminaciones de la historia, piensa como organizarse para no seguir siendo pisoteado por botas militares.

Entonces, lo que ponemos en perspectiva en esta disputa es la constante evolución de la guerra como continuidad de la política como experiencia cultural comunitaria, pero al mismo tiempo cómo imaginarios y artes de la resistencia, poéticamente, en un dialogo, aparentemente ausente en la realidad de la lucha de clases, se actualizan recuerdos del

pasado en el presente. Por esto, los últimos encuentros propuestos por los zapatistas permiten recapacitar sobre la importancia de la imaginación en las acciones concretas de paz contra la violencia desplegada por el sistema capitalista. La *Escuelita* (2012-2013), el *Pensamiento crítico contra la hidra capitalista* (2015), *Comp-Arte* (2016), *ConCiencias* (2016-2017) son los últimos ejemplos que permiten destacar que las palabras poéticas zapatistas no son lugares de reunión de izquierdistas desubicados, desviados, pervertidos, sin relaciones sociales. Parafraseando a Marc Augé (2004), aunque son *no-lugares* en las institucionalidades de la posmodernidad constituida por la modernidad, espacios y temporalidades no existen en una forma pura. La constitución de los *no-lugares* se nutre de refinamientos milenarios del *genio del paganismo* (Augé, 1982) en las comunidades para recomponer relaciones sociales con sutilidades poéticas de imaginarios mitológicos en las *artes del hacer* política comunitaria.

Las brechas entreabiertas por armas pacificas de la poesía en la historia, imaginarios en las artes del hacer han permitido el despliegue de tácticas y estrategias capaces de enfrentar la militarización guerrera en las diversas guerras de la historia. Lo importante de las motivaciones históricas en su forma completa permite comprender cómo "transgresiones juveniles" eternales se renuevan en los dramas de la historia; pues, como diría Sörel Kierkegaard (2015: 11-12 y 13), "miramos la salvación a través del pecado". Entonces, "si todo fuera equivocación en el mundo, si en realidad, la risa fue hecha de lagrimas", des-cubrir las artes de resistencias milenarias puede parecer una melancolía del *salvaje* que ama fielmente los sueños rebeldes insumisos o que quiere quedarse inmovilizado por la divinidad de la naturaleza. Sin embargo, esta mirada permite destacar que no somos nada más objetos manipulables, sino que existen otras determinaciones y complementos, sueños y utopías que actualizan la dialéctica del corazón para la vida digna: el hacer contra la repetición de violencia y mentiras institucionales. Así, el arte del pensamiento crítico zapatista es justamente la capacidad de reinterpretar las paradojas de constelaciones de belleza de la vida con las artes de tristeza en las derrotas. Se asemejan a esos encuentros imaginarios con los recuerdos de muertos que estimulan a pensar posibilidades excitantes del serpenteo de la reflexión con el Otro. El dialogo con lo ausente, el *don*, tan antiguo en el placido fluir imparable de la palabra, apunta a una utopía del entre-medio, huecos por donde podemos visualizar lo genuino y oculto de la tradición en las causas perdidas. Así, en un debate socio-religioso entre Luis Villoro y el Subcomandante Marcos, este último renacido como el SupGaleano, nos recuerda que frecuentemente fue derrocado por los contenidos filosóficos de palabras de su "ya compañero" Don Luis Villoro.

"Por lo regular esas pláticas semejaban a encuentros de esgrima. Aunque sobre decirlo, las más de las veces me vi derribado. Así sucedió cierta vez. Don Luis entonces rió y soltó: *'¡Derribado, pero no destruido¡'* Yo me reincorporé con palabras, haciéndole ver que se sería mal visto que un filósofo neopositivista cite, queriéndolo o no, la segunda carta del apóstol Pablo a los Corintos. Y él, sonriendo taimado, *'y se vería peor que un jefe zapatista*

identificará la cita'. Entonces se puso de pie y recitó dramático: *'que estamos atribulados en todo, más no angustiados; en apuros, más no desesperados; perseguidos, más no desamparados; derribados, pero no destruidos';* y luego dirigiéndose a mi: *'y me extraña que no hayas señalado que se trata del capítulo IV, versículos 8 y 9'*. Aun adolorido por la paliza argumentativa, repuse: *'siempre he pensado que ese texto más parece comunicado zapatista describiendo la resistencia, que parte del Nuevo Testamento"* (Subcomandante Marcos, 2015: 55).

Por esto, afirmamos que las lenguas determinan de forma inequívoca que no son un instrumento para la exploración del pasado, sino solamente medios para rastrear el sentido de las verdades de la historia contenidas en ellas (Benjamin, 2002, IV: 175). Es decir, en el interior de objetos históricos de las resistencias, descritos por las lenguas y representaciones artísticas, se encuentran, también, posibilidades utópicas de una *paz perpetua* que continua a provocar, o mostrar, preguntas inmemoriales de las tradiciones implícitas en la producción de espacios cultura como formas de política comunitaria. El objetivo de una sociedad emancipada de las instituciones administrativas del Capital se enfrenta a la inevitable pregunta realista contrariante de la necesidad del hambre en la cotidianidad, impuesta por instituciones de la política del poder en las ciencias sociales, administrativas de la tecnología y política del mercado.

"Y, como de por sí en nuestro modo zapatista, al final está el principio, hay que hacer más y mejores semilleros; darle su lugar a la práctica, pero también a la reflexión propia sobre esa práctica; entender la necesidad de la teoría y la urgencia del pensamiento crítico. No estamos haciendo un partido o una organización, estamos haciendo un avistamiento. Para esa vista necesitamos conceptos y no buenos deseos; necesitamos práctica con teoría y teoría con práctica: necesitamos análisis críticos y no calificativos. Para mirar afuera necesitamos mirar dentro" (SupGaleano, 2015: 17).

Entonces, desde los fondos simbólicos de la historia del *México Profundo,* las señales de constelaciones de más de 34 años de resistencia indígena*, vientos de la dignidad y la rebeldía,* resuenan ecos de muertos y desaparecidos que hablaban "por el socialismo" con la esperanza de "su deseo con el deseo de muchos y van a buscarlos". Con este aprendizaje de memoriales de artes de resistencias, tradiciones, usos y costumbres por una vida digna, actualizaron, abajo y a la izquierda, un pensamiento crítico y prácticas de *lo* político para gobernar y gobernarse contra la violencia. Sus palabras, aunque tímidas frente a los medios de comunicación y las encuestas de opinión, se han transformado en prácticas y se encuentran con otros deseos de muchos y muchas en las bifurcaciones históricas y caminos de resistencias.

"Según nuestros análisis (y hasta ahora no hemos visto a nadie ni nada que los refute, antes bien, los confirman), estamos ya en medio de una crisis estructural que, en términos coloquiales significa imperio de la violencia criminal, catástrofes naturales, carestía y desempleo desenfrenados, escases de servicios básicos, colapso energético,

migraciones, hambre, enfermedad, destrucción, muerte, desesperación, angustia, terror, desamparo. En suma: deshumanización. Un crimen está en curso. El más grande, brutal y cruel en la breve historia de la humanidad. El criminal es un sistema dispuesto a todo: el capitalismo. En términos apocalípticos: es una lucha entre la humanidad y el sistema, entre la vida y la muerte. La segunda opción, la de la muerte, no se las recomiendo. Mejor no se mueran. No les conviene. Créanme, yo algo sé de eso porque he muerto varias veces. Es muy aburrido. Como las entradas al cielo y al infierno sufren de una burocracia pesada (aunque no tanto como las de las universidades y centros de investigación), la espera es peor que en un aeropuerto o central de autobuses en épocas decembrinas. El infierno es ídem, tienes que organizar encuentros de artes, de ciencias exactas y naturales, de ciencias sociales, de pueblos originarios, y cosas igualmente terribles. Te obligan a bañarte y peinarte. Te inyectan y te fuerzan a comer sopa de calabazas todo el tiempo. Tienes que escuchar a Peña Nieto y a Donald Trump en una conferencia de prensa sin fin. El cielo, por su parte, es igual, sólo que ahí tienes que soportar el coro monótono de unos ángeles descoloridos, y todos te dan largas si lo quieres hablar al dios para quejarte de la música. En resumen; digan no a la muerte y sí a la vida. Pero no se engañen. Van a tener que luchar todos los días, a todas horas y en todo lugar. En esa lucha, tarde o temprano, se darán cuenta de que sólo en colectivo tendrán posibilidades de triunfar. Y, aun así, verán que necesitan también las artes, y que nos necesitan también a nosotras, y a otros, otras, otroas como nosotros. Organícense. Como zapatistas que somos no sólo no les pedimos que abandonen su práctica científica, les demandamos que continúen en ella, que la profundicen" (SupGaleano, "El Gato-Perro y el Apocalipsis", 2016).

Como las experiencias organizativas, abajo y a la izquierda, son *frágiles* productos de subjetividades fragmentadas por el poder totalitario del capitalismo, necesidad y consumo de mercancías, múltiples actores de lucha de clases enfrentan la violencia del Estado e instituciones: represión, prisión, tortura, y desaparición. Esta situación no solamente es una representación de espacialidades de Chiapas, sino también de otras particularidades, como lo atestiguan, por ejemplo, diversas experiencias organizadas en el *Congreso Nacional Indígena* (CNI), conocido en su origen —1996— como "la casa de los pueblos indígenas de México"[1]. Entonces, si situamos las constelaciones del EZLN en 1994 (años de clandestinidad mediada por la represión), con la fundación del CNI en octubre de 1996, podemos constatar que los esfuerzos organizativos del *Foro Nacional Indígena,* convocado ese mismo año por el EZLN (González García, 2006), significó una conjunción de múltiples resistencias en el *Estado de excepción* de violencia en México. Así, se puede constatar que, si las reivindicaciones plasmadas en los *Acuerdos de San Andrés Sakamch'en* eran el reconocimiento de subjetividades y experiencias negadas en la *Constitución Mexicana*, también eran una lucha contra la violencia del capitalismo, una

1 El CNI se fundó en octubre de 1996 y está ligado a esfuerzos organizativos del *Foro Nacional Indígena,* convocado ese mismo año por el Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN) (González García, 2006).

búsqueda de reconocimientos locales y particulares con sus singularidades territoriales.

Hay que recordar que temporalidades del sujeto en las movilizaciones de la *Marcha del Color de la Tierra* en 2001 fueron un parte-aguas que evidenció problemáticas de las identidades y sus subjetividades como partes de las contradicciones de sociedad. En este sentido, los esfuerzos de reconocimiento político en los *Acuerdos de San Andrés* fueron traicionados con una "contrarreforma", conocida como *Ley Bartlett-Cevallos-Ortega* (nombres de tres representantes de partidos políticos de derecha e izquierda institucional). A partir de ese momento, el EZLN y el CNI proclamaron los *Acuerdos de facto,* una política de autonomía para organizar gobiernos locales, municipales y regionales como formas de lucha contra las lógicas capitalistas. Algunos de los procesos más relevantes de estas autonomías son el cuidado del territorio, organización del tejido social mediante la memoria, formas de democracia directa y de gobierno para la producción de espacios y temporalidades organizativas de resistencias contra megaproyectos y multiculturalismos eco-turísticos del Tratado de Libre Comercio (TLC). Por esto, subrayamos que las transgresiones e interrelaciones dialécticas que el zapatismo del siglo XXI estableció con el CNI son interpelaciones a condiciones materiales del dolor histórico del colonialismo racista, pero también una fuerza de imaginarios inscritos en resistencias de clase a nivel nacional e internacional.

Frente a la catástrofe social, política y económica que viven los pueblos subyugados por la subjetividad dominante, las tácticas y estrategias de identidad centran, paradójicamente, interrogaciones sobre materialidades en las subjetividades de la historia. Desde luego, las propuestas de los zapatistas fueron y son *apuestas* políticas desde la experiencia concreta de la democracia directa comunitaria en sus identidades: tanto para no ser cautivos de la soledad en autonomías autocomplacientes de identidades comunalistas como para establecer agendas con otras experiencias regionales y nacionales. Frente a las determinaciones míticas del "fin de la historia" en el "mundo feliz" de la libertad del mercado culturalista y de identidades subsumidas por la necesidad y el consumo, con una "paz civil" lograda por la guerra administrada por un poder *biopolítico* (Foucault, 1997) existe una perpetuidad de fuerzas en la *guerra como continuidad de la política:* una masa enorme de pobres frente a un pequeño grupo de ricos capitalistas privilegiados y un número de estadistas haciendo reformas *ad hoc* de privatización de empresas públicas, incluyendo la salud y la educación.

EXPERIENCIA UTÓPICA E INTERRELACIONES RURALES Y URBANAS EN ESPACIOS ELECTORALES

Así, en el paisaje institucional de las elecciones presidenciales (2018), la experiencia crítica y autocrítica del pasado en el presente del zapatismo busca ampliar relaciones con otras experiencias rurales y urbanas. En la medida que los objetivos planteados no eran entrar en las reglas del poder y la dominación, reproduciendo vicios institucionales

de corrupción y explotación, sus planteamientos del 2016 parecieran “anomalías” con las formas establecidas de representación. No solamente *retembló en sus centros la tierra*, como ecos en el himno nacional mexicano, sino que establecieron diálogos y espacialidades entre comunidades en la resistencia. Como los indígenas saben que sus luchas no son aisladas, viven en las contradicciones de la sociedad, sus propuestas no son *naïves,* poéticas posmodernas, sin contenidos concretos. Para salir del aislamiento y represión cotidiana, desplegados por el “miedo”, creados por la militarización y paramilitarización, sus palabras corresponden el lenguaje con estrategias ligadas a la experiencia acumulada por las comunidades.

“Convocados por la conmemoración del 20 aniversario del Congreso Nacional Indígena y de la viva resistencia de los pueblos, naciones y tribus originarios de este país México, de las lenguas amuzgo, binni-zaá, chinanteco, chol, chontal de Oaxaca, coca, náyeri, cuicateco, kumiai, lacandón, matlazinca, maya, mayo, mazahua, mazateco, mixe, mixteco, nahua, ñahñu, ñathô, popoluca, purépecha, rarámuri, tlapaneco, tojolabal, totonaco, triqui, tzeltal, tsotsil, wixárika, yaqui, zoque, chontal de Tabasco y hermanos aimara, catalán, mam, nasa, quiché y tacaná decimos con firmeza que nuestra lucha es abajo y a la izquierda, que somos anticapitalistas y que se ha llegado el tiempo de los pueblos, de hacer vibrar este país con el latir ancestral del corazón de nuestra madre tierra. Es así que nos reunimos a celebrar la vida en el Quinto Congreso Nacional Indígena que tuvo lugar del 9 al 14 de octubre de 2016 en el CIDECI-UNITIERRA, Chiapas, desde donde nuevamente nos damos cuenta de la agudización del despojo y la represión que no han parado en 524 años […] En nuestros pueblos nos construimos cada día en las resistencias por detener la tempestad y ofensiva capitalista que no cesa, sino que se vuelve cada día más agresiva y se ha convertido en una amenaza civilizatoria no sólo para los pueblos indígenas y campesinos, sino para los pueblos de las ciudades que deben también crear formas dignas y rebeldes para no ser asesinados, despojados, contaminados, enfermados, esclavizados, secuestrados o desaparecidos. […] Considerando que la ofensiva […] este Quinto Congreso Nacional Indígena determinó iniciar una consulta en cada uno de nuestros pueblos para desmontar desde abajo el poder que arriba nos imponen y que nos ofrece un panorama de muerte, violencia, despojo y destrucción. Ante todo lo anterior, nos declaramos en asamblea permanente y consultaremos en cada una de nuestras geografías, territorios y rumbos el acuerdo de este Quinto CNI para nombrar un concejo indígena de gobierno cuya palabra sea materializada por una mujer indígena, delegada del CNI como candidata independiente que contienda a nombre del Congreso Nacional Indígena y el Ejercito Zapatista de Liberación Nacional en el proceso electoral del año 2018 para la presidencia de este país” (CNI-EZLN, 2016).

Así, en la urgencia de las crisis y la guerra, la fuerza del corazón y la dignidad, dicen los zapatistas, es un palpitar colectivo, una acumulación de tiempos de palabras y “pasitos” para tantear-se cómo refigurar-se en el mundo que niega luchas de la dignidad. Afirman

los delegados del *V Congreso Nacional Indígena,* las exigencias de los pueblos indígenas no figuran dentro de la *agenda nacional*. Ya que son *pueblos marginados… olvidados… pisoteados… golpeados… torturados…* (Video, XX Aniversario CNI, 2016), salen a enfrentar los peligros de los reflectores institucionales para exponenciar sus luchas, sus muertos y constelaciones de esperanzas. Así, las significaciones de sus actos públicos se sitúan en la urgencia frente a la *Hidra Capitalista* (EZLN, Comisión Sexta, 2015) que está destruyendo la humanidad. No importa si en la escritura aparece como una comparecencia diferenciada de filosofía, religión o ciencia. Frente a la tormenta que vivimos proponen, como Noé en el *Antiguo Testamento*, un arca donde se puedan concentrar posibilidades para salvarse del diluvio que se avecina. Como hemos mencionando, dialéctica y contradictoriamente, las imágenes de tormenta y profecías de esperanzas no son solamente fragmentos poéticos representativos. Sus formas artísticas son formas de resistencia, rebelión y revolución, diluidos en la historia de las instituciones de los vencedores, al mismo tiempo que, también, significaciones de conquistas, cambios y derrotas de esperanzas en la vida social fragmentada. En sus componentes negativos, podemos resaltar el *lugar histórico* de cicatrices-abiertas por los mismos héroes y mártires de *su* historia (Matamoros, 2005), al mismo tiempo que un movimiento para salir del encerramiento. Así, salieron hacia Europa (2021), atravesaron el Océano Atlántico en un barco llamado *Montaña en Alta Mar*.

"Al oriente el sol, apenas asomado al horizonte, detiene un poco su necia y cotidiana ronda. Le ha parecido ver que una montaña, con una corona de seres humanos, camina. Pero más allá del sol y de unas nubes grises que la noche dejó olvidadas, nadie aquí parece sorprenderse. *'De por sí así estaba escrito*', dice el Viejo Antonio mientras afila el machete de doble filo, y la Doña Juanita asiente con un suspiro. En el fogón huele a café y a maíz cocido. En la radio comunitaria se escucha una cumbia. La letra habla de una leyenda imposible: una montaña [en alta mar] navegando a contrapelo de la historia […] Siete personas, siete zapatistas, forman la fracción marítima de la delegación que visitará Europa. Cuatro son mujeres, dos son varones y *unoa* es *otroa*. 4, 2, 1. El escuadrón 421 se [encontró] en el llamado 'Centro de Adiestramiento Marítimo-Terrestre Zapatista', ubicado en el Semillero Comandanta Ramona de la zona Tzotz Choj" (SupGaleano, abril 2021).

Desde luego, algunos críticos les han cuestionado que no tienen un programa universal completo, pero construyen en la práctica concreta, con el Otro, tácticas y estrategias de un *nosotros* en movimiento. Otros han cuestionado los peligros de dividir la izquierda tradicional establecida en las instituciones, sin embargo, como lo han mencionado, participar en elecciones no es entrar en las agendas institucionales establecidas por las lógicas de la dominación, sino construir con el Otro, rural y urbano, posibilidades de palabras y prácticas invisibilizadas por los medios de comunicación. Así, las propuestas del EZLN y el CNI, desde octubre del 2016, no copian en negativo los errores del pasado, sino que presentan su experiencia de organización y gobierno como parte de un programa concreto y cotidiano de lo comunitario para enfrentar la violencia y progreso industrial destructor de

la civilización. De alguna manera sus negatividades se positivan en las contradicciones del mundo. Sus gritos, aunque expresiones de la desesperación, se vuelven estrellas de la esperanza en la oscuridad totalitaria de las lógicas de la *hidra capitalista,* cuyas cabezas cambian. Hoy en el populismo y derechas, así como en las izquierdas institucionales que hablan de unir personajes lúgubres de la historia de la invasión del territorio mesoamericano: Mañana en el pragmatismo de la política realista del mercado sin alternativas, naturalizado en el consumo cultural de la sociedad del espectáculo.

"Se nos dice, se nos repite, se nos enseña, se nos impone, que el mundo caminó su historia para llegar a donde mandara el dinero, los de arriba ganaran y nosotros, el color que somos de la tierra, perdiéramos. La monarquía del dinero se presenta, así, como la culminación de los tiempos el fin de la historia, la realización de la humanidad" (En Pozol colectivo, 2016).

Por esto, frente al fortalecimiento de prácticas verticales de un poder totalitario y antidemocrático en la moda *posmoderna,* que no deja de repetirnos el *fin de la historia y las utopías*, nos preguntamos: ¿cuáles serían las posibilidades de temporalidades comunitarias del pasado, del sentido común de verdades negadas en los medios de comunicación? ¿Invisibles en la memoria obligada que nos imponen las identificaciones y clasificaciones del otro (mestizo, indio, mujer, homosexual, joven…), qué rol juegan los *no-lugares*, utopías y esperanzas construyendo espacios de dialogo con el ausente o fragmentado en las resistencias? Como afirma Marc Augé:

"Si un lugar puede definirse como lugar de identidad, relacional e histórico, un espacio que no puede definirse ni como espacio de identidad ni como relacional ni como histórico, definirá un no-lugar [resistencias, negatividades, utopías, sueños, esperanzas…]. La hipótesis aquí defendida es que la sobremodernidad es productora de no-lugares, es decir, de espacios que no son en si lugares antropológicos y que, contrariamente a la modernidad baudeleriana, no integran los lugares antiguos: éstos, catalogados, clasificados y promovidos a la categoría de 'lugares de memoria', ocupan allí un lugar circunscripto y especifico (…) Agreguemos que, evidentemente, un no-lugar existe igual que un lugar: no existe nunca bajo una forma pura; allí los lugares se recomponen, las relaciones se reconstituyen; las 'astucias milenarias' de la invención de lo cotidiano y de las 'artes del hacer' de las que Michel de Certeau ha propuesto análisis tan sutiles, pueden abrirse allí un camino y desplegar sus estrategias" (Augé, 2004: 83 y 84).

Así, podríamos decir que los zapatistas han construido nuevos espacios de lucha, no clasificados, que no pueden definirse en la vigilancia y control de los indigenismos institucionales autorizados por los catálogos del folclor de "lugares de memoria". Desde luego, las temporalidades zapatistas no existen bajo una *forma pura*, pues, allí, en Chiapas se han recompuesto relaciones mestizas, rurales-urbanas con las imaginaciones milenarias de la invención de lo cotidiano y artes del hacer; "teologías de la liberación" abren caminos para el despliegue de tácticas y estrategias de resistencia y rebeldía.

APUESTA Y DIGNIDAD EN EL AJEDREZ POLÍTICO DE LA HISTORIA

En este juego de tácticas y estrategias de lo negado o subsumido por lógicas materiales y administrativas de las instituciones, en la *Tesis I* de la historia, Walter Benjamin (2007: 21) mencionaba que, según se cuenta en la historia, había en una mesa con espejos un juego de ajedrez mecánico que producían la sensación de transparencia e ilusiones. Estaba construida de tal manera que todos los movimientos de las piezas aseguraban el triunfo del juego de muñecos que se movían automáticamente. En el automatismo, *un muñeco vestido de turco* veía, impasible, los movimientos de las piezas, pero adentro de la caja un enano jorobado, *maestro del ajedrez, movía la mano del muñeco mediante cordeles*. Esta metáfora de Benjamin sobre materialidades de juegos del poder, como duendes, pone en evidencia maniobras de las formas de dominación de las instituciones y subjetividades que determinan quién, desde el derecho positivo y sus militares, administra los dispositivos de reproducción del sistema. En efecto, la estructura-estructurante de subjetividades está con-figurada por medios de comunicación política que producen ilusiones de transparencia, cuando en realidad todo está armado; los hilos se mueven en "encuestas de opinión" para determinar quién es *más optimo como ganador*. Zósimo Camacho (2016) rememora esta mirada dialéctica del juego de ajedrez para recordarnos que esta tesis fue actualizada por el difunto subcomandante insurgente Marcos. Hace algunos años, el 12 de marzo del 2001, durante la *Marcha del Color de la Tierra*, en un bello cuento habitado por los reconocimientos de la *Dignidad Indígena*, el EZLN puso relojes de resistencias en el orden del día de las ciencias políticas autorizadas.

"Un grupo de jugadores se encuentra enfrascado en un importante juego de ajedrez de alta escuela. Un indígena se acerca, observa y pregunta que qué es lo que están jugando. Nadie le responde. El indígena se acerca al tablero y contempla la posición de las piezas, el rostro serio y ceñudo de los jugadores, la actitud expectante de quienes los rodean. Repite su pregunta. Alguno de los jugadores se toma la molestia de responder: 'Es algo que no podrías entender, es un juego para gente importante y sabia'. El indígena guarda silencio y continúa observando el tablero y los movimientos de los contrincantes. Después de un tiempo, aventura otra pregunta: '¿Y para qué juegan si ya saben quién va a ganar?' El mismo jugador que le respondió antes le dice: 'Nunca entenderás, esto es para especialistas, está fuera de tu alcance intelectual'. El indígena no dice nada. Sigue mirando y se va. Al poco tiempo regresa trayendo algo consigo. Sin decir más se acerca a la mesa de juego y pone en medio del tablero una bota vieja y llena de lodo. Los jugadores se desconciertan y lo miran con enojo. El indígena sonríe maliciosamente mientras pregunta: '¿Jaque?'" (Supcomandante Marcos, en Camacho, 2016).

Con Georges Bataille (2008a: 235 y 232) queremos subrayar en esta actitud del ajedrez, en tanto que conjuraciones históricas de las esperanzas y utopías en las luchas institucionales, una postura crítica y negativa de los excluidos que *no implica que la ciencia*

deberá ser rechazada totalmente, sino debatida para subrayar que el conocimiento objetivo está, evidentemente, tanto en el juego de relaciones contradictorias de las apariencias como en las apuestas sagradas de la vida como esperanza y utopía. Difícil situación para los políticos y científicos que se niegan a aceptar los orígenes culturales de formas concretas de la vida como *lo político*. Con esto, podríamos decir que las artes de la política en la vida son, justamente, normas comunitarias que toman forma en el movimiento mismo. Las cuales son capaces de satisfacer las consciencias que las respetan, producen y transforman en el proceso de enfrentamiento con quien las prohíbe. Por eso, como un cuento que se habita con la juventud de imaginarios, Zósimo Camacho (2016) insiste cómo las constelaciones de la historia se actualizan en las controversias racistas y homofóbicas (incluyendo intelectuales cercanos al zapatismo), en relación a la participación del EZLN y el CNI en las elecciones presidenciales del 2018 con una mujer indígena candidata.

"Ahora el EZLN y el CNI se asoman de nuevo al *tablero* de los políticos profesionales. La propuesta de formar un Concejo Indígena de Gobierno con una candidata a la Presidencia que irrumpa en el próximo proceso electoral es congruente con las búsquedas de los zapatistas. Quienes los tachan de 'inconsecuentes' o, peor, de 'hacerle el juego a la derecha' no han sabido o no han querido leer la propuesta. Y en su soliloquio, no han escuchado ni a los zapatistas ni a los indígenas ni a las personas, colectivos y movimientos populares que no caben en los partidos políticos con registro […] El zapatismo ya se mueve, se levanta. El pasado miércoles 23 de noviembre [2016], en el local de Uníos, se dieron cita representantes de decenas de colectivos y organizaciones adherentes a la Selva Lacandona en la Ciudad de México. Se escuchó la propuesta del EZLN y el CNI y la respuesta de los concurrentes. Quedó claro: la consulta y la candidatura independiente, van. Ahí, Sergio Rodríguez Lascano recordó el cuento […] Y propuso en pequeño cambio al final, tan pequeño, como intercambiar un par de signos de puntuación. 'Luego de que el indígena colocara sobre el tablero la bota vieja y lodosa, no preguntaría: '¿Jaque?', sino que afirmaría: '¡Jaque!'" (Camacho, 2016).

Creemos que, frente a la razón instrumentalizada del fin en si mismo para la necesidad y el consumo administrado por una racionalidad instrumentalizada, figuras eróticas negativas del pasado insisten en las palabras del EZLN y el CNI: "vamos con todo y por todo" en esta sociedad que es nuestro objetivo. Por lo tanto, no es una reivindicación cerrada en las dignidades existencialistas de las autonomías egocentristas, ni antropológicas de los derechos humanos en esta sociedad basada en la desigualdad y la injusticia. Parafraseando a Kierkegaard (1990), *desde que el pecado se consumó; solamente el Bien unifica el hecho y el pasaje*. Es decir, los actos inconfortables de persistir a creer permiten establecer ese vinculo paradigmático y paradójico de la incertitud de la desesperanza y los sueños utópicos de la esperanza. Por esto, Georges Bataille (2008b: 349) diría que en los pasajes paradójicos de la desesperación resurge, otra vez, en las representaciones de mitos antiguos de la esperanza, la renovación de actos rituales sagrados y memoriales

que se sustraen a la vulgaridad de la sociedad fragmentada por el poder mitológico de las instituciones normalizadas por el poder. Así, los contenidos de verdad en palabras y actos de los zapatistas del siglo XXI comparten el deseo de transmitirnos posibilidades de entrecruzamientos de luchas por la felicidad: ilusiones poéticas del Otro, el ausente en la humanidad. En el sentido de Pascal (1964: 127), la *apuesta* que hoy se inscribe en las reconfiguraciones de la esperanza está en las encrucijadas de la historia. Es como un reencantamiento en la racionalidad dominante. Un sueño que marca la fuerza que lo causa. Una apuesta como necesidad de construir algo nuevo, para ir más allá del concepto autorizado en la vida mutilada. En *los que esperan*, mientras unos ven muros imposibles de traspasar, otros ven, aún con las habladurías autorizadas, como diría Walter Benjamin (2002: 74), veredas por todas partes. Aun cuando son caminos plagados de contradicciones, horrores y esperanzas, una fe por otro mundo se actualiza en esos *pasajes* históricos.

"El carácter destructivo sólo conoce una consigna: hacer sitio; sólo una actividad: despejar. Su necesidad de aire fresco y espacio libre es más fuerte que todo odio. El carácter destructivo es joven y alegre. Porque destruir rejuvenece, ya que aparta del camino las huellas de nuestra edad; y alegra, puesto que para el que destruye dar de lado significa una reducción perfecta, una erradicación incluso de la situación en la que se encuentra. A esta imagen apolínea del destructivo nos lleva por de pronto el atisbo de lo muchísimo que se simplifica el mundo si se comprueba hasta qué punto merece la pena su destrucción [...] El carácter destructivo no está interesado en absoluto en que se le entienda [...] En nada puede dañarle se malentendido. Al contrario, lo provoca, igual que lo provocaron los oráculos, instituciones destructivas del Estado [...] Como por todas partes ve caminos, está siempre en la encrucijada. En ningún instante es capaz de saber lo que traerá consigo el próximo. Hace escombros de lo existente, y no por los escombros mismos, sino por el camino que pasa a través de ellos" (Benjamin, 2002: 73-75).

En otras palabras, el hecho de autoprepararse cotidianamente significa que la esperanza, como violencia refinada, no debe ser forzada por la urgencia del Estado de Excepción del fascismo (poder y dominación) recurrente en la historia. Es una preparación de transformación y abnegación del creer en el Otro. Como afirma Kracauer (2008: 111-124), no cuestionamos en que lugar suceden las transformaciones —y si realmente suceden. Esto no debe preocupar a quienes se esfuerzan cotidianamente en establecer lazos para familiarizarse con la esperanza que se alcanza en los encuentros extraordinarios de la imaginación. Entonces, como lo mencionamos en estas reflexiones-reflexivas sobre los encuentros del EZLN-CNI, los esfuerzos por lo nuevo no se realizan sin las dificultades sociales, pues el sujeto de la transformación no es un sujeto puro. Sin embargo, podemos decir que el sacrificio que consiste en la actividad intensa del espíritu crítico crea por un instante la *situación*, sin ocuparla, pero que será vivida por otra gente. Es la constitución del sentido de la realidad con la existencia de la fe de utopías y sueños de la humanidad contra la violencia. Desde luego, experimentar posibilidades de destrucción de la violencia

establecida significa reapropiarse de un espíritu abierto, sin que confundamos relajación del alma con la dejadez en la soledad. Se trata de un largo camino, mejor dicho, como diría Benjamin, de un salto del tigre del presente al pasado donde encontraremos orígenes de la palabra que volverán a unir hombres y mujeres esperanzados con la *comunidad de fe* (Kracauer, 2008). Frente a la mentira, como afirmará el Subcomandante insurgente Moises:

“Si no nos llegan los datos, basta con salir en las calles ahí los encontramos los datos mirando, escuchando, como que huele lo injusto, como que se puede palpar en las calles el dolor, la amargura, las tristezas. La razón la tenemos totalmente el por qué y para qué organizarse y luchar juntos del campo y la ciudad. Cada quien por su lugar veamos qué hacer y cómo hacer, porque cada quien ve cómo es el terreno donde vive un@ y su calendario. Ahí está el ejemplo de l@s compañer@s, herman@s del Movimiento de Liberación de los Kurdos, que ellos y ellas vieron cómo se puede hacer allá en su terreno de dónde están. Por eso decimos que entonces luchemos, organicémonos […] Sólo se necesita organizarse” (Subcomandante insurgente Moises, 2015: 367).

Por esto, pensamos, para no quedarse postrados en los mitos de la madre naturaleza, inmóviles frente a la salvaje prolongación del hacer para la producción del espectáculo, mercantilizando cuerpos y subjetividades, nos parece que el salto que *aquí y ahora* que están realizando los zapatistas no es reproducir la linealidad de la desdichada sucesión de las palabras domadas por la historia escrita por los vencedores. Para no quedarse en los bordes de los caminos del desarrollo de la reproducción y riqueza como goce, que demostraría otra vez la sumisión y arbitrariedad del modelo de pensamiento de la necesidad del valor de uso en el valor de cambio, la pequeña fuerza de las palabras y acciones, el sonido de *Caracoles* organizativos del EZLN, como forma de organización, son expresiones, gestos y palabras visibles de la historia de comunidades ofrecidas al dialogo con los Otros. Como afirma el SupGaleano (2015), la mirada zapatista hacia el interior y exterior organizó un hilado para reconstruir el rompecabezas de *lo* político. Estos puntos constitutivos hacia el exterior no quieren mostrar un cumulo de ilusiones mirando, desde la autonomía, el cielo de Montes Azules y selvas sin contenidos de la violencia capitalista. Como dicen diversos movimientos de solidaridad con los indígenas zapatistas. el orgullo de la historia es precisamente la pre-esencia del vencido que reaparece espiritualmente, otra vez, contra lo inesencial y grotesco de la hidra capitalista. Lo que trasciende es la potencialidad del pensamiento crítico de *grandes momentos del indigenismo mexicano* (Villoro, 1979). La esperanza que estaría en *la historia de las ultimas cosas, antes de la ultimas*, diría Siegfried Kracauer (2010). Finalmente, como los jinetes de caballerías y el ilustre *Don Quijote* de Cervantes, *Don Durito* y el *Gato-perro* serían esos personajes imaginarios de las interioridades que actualizan espiritualidades: locas aventuras en *terras incognitas* aun sin des-cubrir en el mundo conocido de instituciones de la guerra.

BIBLIOGRAFÍA

1. Augé, Marc (1982), *Génie du paganisme,* París, Gallimard.

2. Augé, Marc (2004), *Los no lugares/ Espacios del anonimato,* España, Gedisa.

3. Bataille, Georges (2008a), *La conjuración sagrada,* Buenos Aires, Adriana Hidalgo.

4. Bataille, Georges (2008b), *La felicidad, el erotismo y la literatura,* Buenos Aires, Adriana Hidalgo.

5. Benjamin, Walter (2007), *Sobre el concepto de historia: tesis y otros fragmentos.* Apéndice, "Auguste Blanqui, contra el positivismo", Buenos Aires, Piedras de papel.

6. Benjamin, Walter (2002), *Ensayos* (Tomo IV), Madrid, Editora Nacional.

7. Camacho, Zósimo (2016), "El 'jaque' de los pueblos indígenas y el EZLN", en *Contralínea* 517, http://www.contralinea.com.mx/archivo-revista/index.php/2016/12/04/el-jaque-de-los-pueblos-indigenas-y-el-ezln/, México, 4 de Diciembre 2016 (Revisado 5 de diciembre 2106).

8. CNI-EZLN (2016a), "Que retiemble en sus centros la tierra", en http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2016/10/14/que-retiemble-en-sus-centros-la-tierra/ (Revisado 25 de febrero del 2017).

9. EZLN, Comisión Sexta (2015), *El pensamiento crítico frente a la hidra capitalista,* III Vols., México. s/d.

10. Foucault, Michel (1997), *Il faut défendre la société,* París, Gallimard/Seuil.

11. Gatti, Armand (2006), *Premier voyage en langue maya avec surréalistes à bord,* París, Syllepse.

12. González García, Carlos (2006), "Congreso Nacional Indígena, Diez años en la brecha", en *Ojarasca-Jornada*, en http://www.jornada.unam.mx/2006/09/18/oja113-cni.html. (Revisado 25 de febrero del 2017).

13. Kierkegaard, Sören (1990), *Miettes Philosophiques. Le concept de l'angoisse. Traité du désespoir.* París, Gallimard.

14. Kierkegaard, Sören (2015), *Diapsalmata*, París Allia.

15. Kracauer, Siegfried (2008), *La fotografía y otros ensayos. El ornamento de la masa I,* Barcelona, Gedisa.

16. Kracauer, Siegfried (2010), *Historia. Las últimas cosas antes de las últimas,* Buenos Aires, Las cuarenta.

17. Le Bot, Yvon (1997), *Subcomandante Marcos. El sueño zapatista,* Plaza & Janés.

18. Matamoros Ponce Fernando (2005), *Memoria y utopía en México. Imaginarios en la génesis del neozapatismo,* Jalapa, UV-BUAP.

19. Pascal, Blaise (1964), *Pensées*, París, Garnier Frères.

20. Pozol colectivo (2016), "Subcomandante Marcos, "palabras de clausura del Encuentro de pueblos indios de América en Vicam, Sonora", "El -reiterado- fin de la historia", http://www.pozol.org/?p=14366, 29 de diciembre de 2016. (Revisado 6 de febrero del 2017).

21. Subcomandante Insurgente Marcos (1997), *Cuentos para una soledad desvelada,* México, FZLN.

22. Subcomandante Insurgente Moisés (2015), “Mas semilleros”, en EZLN, Comisión Sexta (2015), *El pensamiento crítico frente a la hidra capitalista,* Vol. I, México, sin editor.

23. Subcomandante Marcos (1994), “Chiapas: el sureste en dos vientos,. una tormenta y una profecia”, en http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1994/1994_01_27.htm (Revisado 26 de febrero del 2017).

24. Subcomandante Marcos (2001), “La Cuarta Guerra Mundial”, en la *Jornada*, México, 23 de octubre de 2001, www.jornada.unam.mx/2001/10/23/per-lacuarta.html. (Revisado: 10 enero del 2002).

25. Subcomandante Marcos (2015), “Luis Villoro Toranzo, el zapatista”, en EZLN, Comisión Sexta (2015), en *El pensamiento crítico frente a la hidra capitalista,* Vol. I, México. s/d.

26. SupGaleano (2015), “De cómo llegamos a la Cofa del Vigía y lo que desde ahí miramos”, en EZLN, Comisión Sexta (2015), *El pensamiento crítico frente a la hidra capitalista,* Vol. I, México, sin editor.

27. SupGaleano (2021), “La Ruta de Ixchel”, en http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2021/04/26/la-ruta-de-ixchel/ Revisado 27 de abril 2021.

28. SupGaleano (2016), “El Gato-Perro y el Apocalipsis”, en *Enlace Zapatista,* http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2016/12/29/el-gato-perro-y-el-apocalipsis/. (Revisado: 26 de febrero del 2017).

29. Traverso, Enzo (2016), “Espectros del fascismo: pensar las derechas radicales en el siglo XXI”, en *Sin Permiso* http://www.sinpermiso.info/textos/espectros-del-fascismo-pensar-las-derechas-radicales-en-el-siglo-xxi, 10 de septiembre 2016. (revisado 20 de marzo 2017).

30. Video, *XX Aniversario Congreso Nacional Indígena* (2016), en http://radiozapatista.org/?p=19097 (Revisado, 25 de febrero del 2017).

31. Villoro, Luis (1979), *Los grandes momentos de indigenismo en México,* México, La Casa Chata.

CAPÍTULO 8

SABERES TRADICIONAIS SOBRE TERRITÓRIO E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA INTERFACE DA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM COMUNIDADES INDÍGENAS DO NORTE DE RORAIMA

Data de aceite: 01/11/2021

Arlene Oliveira Souza
Professores do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDUCARR), da Universidade Federal de Roraima (UFRR) / Brasil.

Alessandra Rufino Santos
Professores do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDUCARR), da Universidade Federal de Roraima (UFRR) / Brasil

Franzmiller Almeida Nascimento
Professores do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDUCARR), da Universidade Federal de Roraima (UFRR) / Brasil

Marília Pereira da Silva
Discente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo-LEDUCARR / Habilitação em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Roraima (UFRR) / Brasil

Vicente José de Souza
Discente do Curso de Licenciatura Intercultural / Habilitação em Ciências Sociais do Instituto Insikiran da Universidade Federal de Roraima (UFRR) / Brasil

RESUMO: O presente estudo é fruto do Programa de Extensão "Saberes indígenas e camponeses na escola: diálogo interdisciplinar entre professores e estudantes na formação docente", e busca analisar como os professores que atuam em comunidades, bem como no contexto rural, conduzem o ensino de Ciências, associando a questão ambiental ao paradigma do desenvolvimento sustentável. A pesquisa também focaliza as representações de território e natureza nas comunidades indígenas Caju e Willimon, localizadas no Município de Uiramutã, ao Norte do Estado de Roraima. Tais comunidades são habitadas pelas etnias indígenas Macuxi, Ingarikó e Patamona, que são dependentes dos recursos naturais para sua subsistência material e cultural. Nessa lógica, a região do Uiramutã guarda riqueza natural na paisagem e no modo de vida dos povos indígenas. Consequentemente, este trabalho problematizará a Educação Ambiental na interface da Educação do Campo. Para isso, suas reflexões objetivam um diálogo da Educação Ambiental com a Educação do Campo, destacando possibilidades de avanços no paradigma da Educação Ambiental dentro da proposta de Educação do Campo. Nessa perspectiva, esse estudo refere-se a uma pesquisa qualitativa, com enfoque interdisciplinar, para a qual foram utilizados os saberes locais e observação direta para realização de mapeamento do território indígena como espaço que representa o contexto rural. Assim, é pertinente o discurso de que os indígenas ao serem incluídos e instruídos formalmente sobre as questões ambientais, constroem e ressignificam o conhecimento. Dessa maneira, os registros fotográficos foram feitos com a intenção de levantar dados para a compreensão das relações culturais próprias das etnias com o ambiente natural, processos sociais, econômicos e práticas de Educação

Ambiental nas comunidades indígenas.

PALAVRAS-CHAVE: Saberes indígenas, Educação Ambiental e Educação do Campo, Roraima.

TRADITIONAL KNOWLEDGE ABOUT TERRITORY AND ENVIRONMENTAL EDUCATION PRACTICES AT THE INTERFACE OF RURAL EDUCATION IN INDIGENOUS COMMUNITIES IN NORTHERN RORAIMA

ABSTRACT: The present research is fruit of the Extension Program ''Indigenous and peasantry knowledge at school: interdisciplinary dialogue between teachers and students in educational formation", and it searches to analyze how teachers that act in communities, as well as those in rural areas, conduct the teaching of sciences, also associating the environmental matter to the paradigm of sustainable development. The research also focuses the representations of territory and nature at the indigenous communities of Caju and Willimon, located in the town of Uiramutã, to the north of the estate of Roraima. Such communities are inhabited by the indigenous ethnicities Macuxi, Ingarikó and Patamona, which are dependent of the natural resources for their material and cultural subsistence. In that sense, the Uiramutã region holds many natural riches in its landscapes and in indigenous ways of life. Consequently, this work will problematize the Environmental Education in the interface of Field Education. For this, it's reflections seek a dialogue between Environmental Education and Field Education, highlighting the possibilities of progress on the Environmetal Education insite the proposition of Field Education. In this perspective, this study refeers to a qualitative research, with intedisciplinar focus, for which were utilized local knowledge and direct observation for the realization of the mapping of the indigenous territory as an espace that represent the rural context. This way, relevating the discuss that indigenous people, as they are formally included and instructed about environmental matters, build and give meaning to knowledge. This way, the photographic registers were made with the intention to raise data for the comprehention of the cultural relations of the own ethinicities with the natural environment, social processes, economical and practices of Environmental Education in indigenous communities.

KEYWORDS: Indigenous knowledge, Environmental Education, Field Education.

INTRODUÇÃO

Os saberes e as práticas dos povos tradicionais têm sido alvo de discussão e de reconhecimento no âmbito científico. Estudiosos ressaltam a importância desses conhecimentos para identificação de espécies, gestão e conservação da biodiversidade (Johannes, 1993, Berkes, Colding &, Folke, 2000, Souza, 2016), porque são saberes sobre cada detalhe do entorno do ambiente, do ciclo anual, das espécies da fauna e flora e do solo (Cunha, 2009).

Na literatura científica, os saberes tradicionais recebem diferentes denominações. No presente estudo, adotaremos Conhecimento Ecológico Local-CEL, por compreendê-lo como "um corpo cumulativo de conhecimento, práticas e crenças sobre as relações entre os seres vivos e o meio ambiente, repassado pelas gerações por meio da cultura"

(Berkes, 1999). Portanto, a sua análise abrangerá as práticas ambientais das populações tradicionais, aquelas relacionadas ao contato direto do grupo social com os sistemas natural e cultural.

Os povos indígenas exploram os recursos naturais de forma sustentável. Eles mantêm relações ecológicas, culturais e práticas agrícolas de manejo sustentável que garantem sua sobrevivência material e cultural (Posey, 2002; Viveiros de Castro, 2007), utilizando-se de técnicas ecologicamente viáveis, produto da adaptação destas etnias aos ecosssistemas, que conservam e incrementam a biodiversidade amazônica (Clement 2007; Posey, 2002).

Por estar inserido na região Amazônica, no extremo Norte do país, o Estado de Roraima destaca-se no cenário brasileiro pela riqueza socioambiental. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a população roraimense totaliza 505.665 habitantes, correspondendo a 0,2% da população nacional. A sociodiversidade é representada pelos vários grupos indígenas (Wapixana, Maiongong, Taurepang, Yanomami, Wai-Wai, Ingaricó, Waimiri-Atroari e Macuxi), imigrantes de outros países (venezuelanos, guianenses, peruanos e cubanos), migrantes de outros estados brasileiros, principalmente do Maranhão, que chegam à Roraima atraídos pela expectativa de melhoria de condição de vida, muitos incentivados por familiares, como aponta Oliveira (2017), que analisou a diversidade cultural advinda da migração maranhense em Roraima, tratando, em especial, da questão identitária e das formas de sociabilidade. A autora ressalta a influência das manifestações culturais do lugar de origem na reafirmação da identidade e a forma como os migrantes a elas recorrem.

Mais recentemente, outro contingente populacional vem se destacando no contexto já bem diverso de Roraima: centenas de venezuelanos que cruzam diariamente a fronteira, fugindo da crise política e econômica que assola a Venezuela. Esses imigrantes buscam refúgio na cidade fronteiriça de Pacaraima e, principalmente, na capital roraimense, a cidade de Boa Vista. Assim, além da população plural, o espaço físico deste lugar apresenta diversas particularidades importantes e suscetíveis à análise sob diferentes enfoques.

O espaço territorial de Roraima possui uma área significativa legalmente protegida. No total são 32 Terras Indígenas (TI´s) demarcadas, o que corresponde a quase metade da extensão territorial (46%), além de representar um componente fundamental nas formas de sobrevivência da cultura das diversas etnias. Lauriola (2010) nos lembra que o reconhecimento constitucional dos direitos territoriais dos povos indígenas é a finalidade principal das TI´s. Há também as Unidades de Conservação-UC´s, locais que "guardam" um patrimônio natural ímpar de paisagens e diversidade animal (ISA, 2011). Ao Sul do Estado predomina a vegetação florestal e, ao Norte e ao Nordeste, situa-se o maior bloco contínuo de savanas, localmente assim denominado (Barbosa & Campos 2011). Esses últimos ecossistemas regionais possuem identidade ecológica e florística própria, ainda pouco investigadas cientificamente, todavia vulneráveis diante da expansão de atividades

do agronegócio nesses ecossistemas (Barbosa & Miranda, 2005).

Além das características já apresentadas, Cardoso (2009) expõe que o espaço de relações sociais de Roraima é marcado pelos impactos do modelo de modernização conservadora da agricultura, o que contribuiu para que, após 1964, se transformasse em um estado em que era fácil a obtenção de terras numa região onde o agronegócio e os sem-terra disputam sua territorialização. Em outras palavras, o Estado de Roraima é emblemático quando se trata de estrutura fundiária, estimulando a busca de um maior entendimento sobre a educação do campo no contexto dos assentamentos rurais e a educação indígena em meio a luta pela terra, apesar dessas temáticas não serem o eixo central deste estudo.

Em meio a esse cenário educacional, as populações indígenas e campesinas de Roraima são assistidas na educação básica – níveis fundamental e médio - pelo governo municipal e estadual respectivamente. Porém, é comum, nas comunidades, as aulas de ambos os níveis de ensino acontecerem na mesma escola. A maior parte dos professores que atuam nas escolas nas TI´s são membros das comunidades indígenas, selecionados em processo específico. Essa é uma exigência das lideranças locais, que representa uma conquista importante na manutenção das especificidades culturais. Nas demais escolas camponesas do Estado, a demanda docente tem sido atendida por professores que vivem nas localidades e, também, na zona urbana, embora muitos deles sem formação superior.

Cabe acrescentar ainda que, as escolas camponesa e indígena de Roraima possuem outras dificuldades para funcionamento, como a falta de transporte escolar, a precariedade das estradas, que dificultam a chegada e/ou regularidade dos alunos em sala de aula, além do material didático disponibilizado que não contempla a realidade indígena.

De modo geral, os saberes tradicionais não são valorizados na construção do conhecimento na educação básica oferecida nas escolas situadas nas zonas rurais, seja ela indígena ou camponesa, em oposição ao que defende Aires (2016): "pensar a Educação do Campo exige a compreensão das características do espaço cultural e as necessidades próprias do estudante que vive no e do campo, sem abrir mão da pluralidade de saberes como fonte de conhecimento prévio para aprendizagem". Os PCN´s fazem referência à necessidade do trabalho com tema transversal, cujo propósito seja o de reconhecer e o de valorizar as diferentes formas de percepção e de compreensão dos grupos étnicos, culturais e sociais que se encontram presentes nas salas de aula (Brasil, 1997).

Diante disso, este trabalho tem como objetivo apresentar resultados parciais das atividades realizadas em duas comunidades indígenas locais, no âmbito do Programa de Extensão "Saberes indígenas e camponesas na escola: diálogo interdisciplinar entre professores e estudantes na formação docente", buscando respostas aos seguintes questionamentos: Quais as práticas ambientais existentes nas comunidades? Como os professores(as) que atuam em escolas das comunidades indígenas conduzem o ensino de Ciências e Biologia, associando a questão ambiental ao paradigma do desenvolvimento

sustentável?

Dividimos o texto em sessões de modo que se possa ter uma melhor compreensão sobre a Educação do Campo como uma proposta de formação docente diferenciada, ao mesmo tempo, trazendo reflexões sobre as dificuldades e possibilidades encontradas. Buscou-se, ainda, a contextualização da Educação Indígena e Camponesa em Roraima e a apresentação do Programa de Extensão que deu origem ao estudo.

MARCO TEÓRICO/MARCO CONCEITUAL

Educação do Campo: os desafios e possibilidades na formação docente diferenciada

A educação do campo tem sua origem na luta dos movimentos sociais pelo respeito ao direito de populações tradicionais a uma educação diferenciada. Esta nova proposta de educação baseia-se na relação com a cultura e com a valorização dos conhecimentos tradicionais e as realidades locais.

Nas últimas décadas, passos importantes foram dados na consolidação de políticas públicas de educação brasileiras. Enfatizamos a Constituição do Brasil e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB, que recomendaram a criação Cursos de Licenciatura em Educação do Campo com a premissa de formação humana integral de educadores e educadoras por área de conhecimento. Além disso, que o sistema de ensino se adequasse à sua diversidade sociocultural com as necessárias adaptações de organização nas metodologias de ensino e os currículos contemplassem as peculiaridades da vida rural e os interesse dos alunos (Brasil, 1996).

Nesse sentido, o projeto de Educação do Campo focaliza a formação docente em cursos de licenciatura com uma proposta diferenciada. Dentre as inovações fundamentais, há o desenvolvimento da pedagogia da alternância, que se fundamenta no ensino em tempos alternados, isto é, Tempo Universidade-TU e Tempo Comunidade-TC. Na concepção de Aires (2016), essa proposta pedagógica contempla e valoriza os saberes em contextos socioculturais, considerando escola-família-comunidade como espaços de produção, organização e articulação de conhecimentos por meio de instrumentos pedagógicos.

A alternância possibilita aos docentes a implementação de diversas estratégias formativas. As práticas pedagógicas desenvolvidas na formação docente referenciam a reprodução aos educadores do campo em seus territórios, tornando-se possível aliar o conhecimento científico aos saberes populares, produzindo um novo olhar sobre o território com a incorporação de conhecimentos mais aprofundados, possibilitados pelo acesso ao conhecimento cientifico, sem se descolar desse território e, ao mesmo tempo, sem olhar de longe para ele, reconhecendo-se como protagonista e como sujeito capaz de intervir sobre essa realidade para transformá-la. A organização do ensino escolar é conjugada em diferentes espaços de aprendizagem, que possibilita a formação integral dos estudantes

em seus aspectos sociais, intelectuais e culturais (Gimonet, 1999 & Nascimento, 2007).

Não menos importante é a consideração de Martins e Rocha-Antunes (2009) para o desafio imposto na discussão de um modelo de projeto de educação do campo. Para o autor, este projeto se baseia no direito à cidadania, ao conhecimento crítico, ao conhecimento científico, no qual a formação docente não é para atender o mercado de trabalho, e sim para o mundo do trabalho, entendido como processo de conhecimento e de transformação da natureza para o bem-estar dos cidadãos. Logo, faz-se necessária a discussão sobre o modo de produção capitalista que, em defesa do desenvolvimento econômico com a lógica de obtenção de rendimentos imediatos, adota o modelo de agricultura produtivista e especializada em detrimento da biodiversidade. Desse modo, a estrutura dos ecossistemas naturais tem sido transformada provocando danos ambientais, como a perda de espécies, que comprometem a entrega de serviços ecológicos e a subsistência material e cultural de populações locais.

É essencial considerar, nessa discussão, que as condições de vida dos seres humanos exigem reflexões centradas nas inter-relações entre saberes e práticas, estabelecendo uma relação com a natureza. Por isso, é importante a busca pelo entendimento da relação entre os seres vivos com o meio em que se vive, visto que cada ser vivo tem um papel importante no meio ambiente.

Na dimensão dialética do processo educativo, nas escolas indígenas e do campo há saberes e conhecimentos que advém daquela realidade e do seu próprio contexto, superando a visão de "modelo de ensino e de professor", como destaca Moura et. al. (2015), e efetivando a produção de saberes e conhecimentos condizentes com suas práticas e leituras de mundo.

No caso específico da Educação do Campo, esta modalidade de ensino defende a abordagem interdisciplinar em substituição à fragmentação de conteúdos imposta no sistema educacional brasileiro. Nela, a reflexão crítica sobre aspectos culturais, econômicos, políticos e sociais é favorecida a partir de exemplos concretos da realidade local. Para sua efetivação, é primordial o planejamento conjunto visando à ampliação e aos ajustes de conteúdos programáticos das diferentes disciplinas, possibilitando, assim, o alcance e integração de novos saberes. Além do mais, é necessário considerar a alternativa de desenvolvimento de conteúdo disciplinares por meio de estratégias de ensino diferenciadas, que estimulem a formação com visão crítica da realidade e contribuam para a garantia de direitos das populações locais.

Dentre as metodologias de ensino, ressalta-se a pesquisa como forma de promoção da inevitável associação entre teoria e prática. A partir de investigações científicas pode-se avançar na construção de conhecimentos culturais, sociais e políticos dos educandos. Para isso, é imprescindível considerar que educação envolve a convivência humana e as manifestações culturais de camponeses, cujos saberes próprios dos educandos constituem-se elementos essenciais como objeto de pesquisa na área rural. Os conhecimentos são

formas diferentes de entender e agir sobre o mundo sempre em construção (Cunha, 2009). Para essa autora, o conhecimento científico e o tradicional possuem distintas potencialidades e limitações, sendo primordial a valorização de ambos.

No caso específico deste trabalho, a realização de ações de extensão, no âmbito da Universidade Federal de Roraima-UFRR, surge como possibilidade de desenvolvimento de pesquisa acadêmica no contexto do campo, locus privilegiado para investigações, pela riqueza de saberes das populações locais, que proporciona um leque de opções para pesquisas em diferentes áreas científicas. Dessa forma, as ações do Programa de Extensão "Saberes indígenas e camponeses na escola: diálogo interdisciplinar entre professores e estudantes na formação docente", foram pensadas para propiciar melhor compreensão das realidades vividas em assentamentos rurais e em terras indígenas.

EDUCAÇÃO INDÍGENA E CAMPONESA EM RORAIMA

Atualmente, professores que atuam nas escolas indígenas e camponesa têm acesso ao ensino do superior da Universidade Federal de Roraima-UFRR. A formação de docente indígenas é oferecida pela Instituição no Instituto de Instituto de Formação Superior Indígena–Insikiran, criado em 2001, que possui três cursos: Licenciatura Intercultural, Gestão Territorial e Gestão em Saúde.

Outra opção de formação específica para os sujeitos do campo, na UFRR, é o licenciamento em duas habilitações – Ciências Humanas e Sociais e Ciências da Natureza e Matemática - no Curso de Licenciatura em Educação do Campo, criado em 2010, pela iniciativa do Governo Federal, no Programa PRONACAMPO[1], com o objetivo de formar professores para atuação nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio e, também, para a gestão de processos educativos escolares e processos educativos comunitários. A ideia é promover a inclusão das populações do campo[2], público-alvo dos cursos, buscando, assim, suprir algumas das muitas necessidades da educação básica das escolas do campo. O Curso encontra-se vinculado ao Centro de Educação da UFRR.

O ingresso dos candidatos ocorre a partir de um processo seletivo específico, não convencional, garantindo o ingresso dos sujeitos do campo. Estudo realizado por Molina (2016) aponta as regiões Norte e Nordeste com *déficits* elevados de professores do campo sem graduação e uma baixa oferta no número de vagas em relações às demais regiões do país. No entanto, a autora constatou que, apesar disso, há um alto aproveitamento dessas vagas.

---

1 O Programa de Apoio a Formação Superior de Licenciatura em Educação do Campo – PRONACAMPO é uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC), pelo intermédio da Secretaria de Educação Continuada/Diversidade (SECADI) com apoio da Secretaria de Educação Superior (SESU), financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

2 O Decreto nº 7.352/2010, ARTIGO 1º, as populações do campo são definidas como: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural.(BRASIL, 2010).

Cumprindo seu papel social, a UFRR, por meio da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Extensão, oportuniza aos seus docentes a possibilidade de realizar ações de extensão. Essas atividades são selecionadas por meio de edital e podem participar docentes e discentes vinculados aos Cursos da Instituição. Os docentes respondem pelas atividades – oficinas, palestras e minicursos - desenvolvidas no processo de formação de professores que atuam nas escolas do campo. Já os discentes, atuam como bolsistas.

Programa de Extensão “Saberes indígenas e camponesas na escola: diálogo interdisciplinar entre professores e estudantes na formação docente”

As atividades do Programa de Extensão “Saberes indígenas e camponesas na escola: diálogo interdisciplinar entre professores e estudantes na formação docente”, iniciaram em agosto de 2016. O objetivo foi promover um diálogo interdisciplinar sobre a formação docente e fortalecimento das relações entre professores(as) e alunos(as), na sala de aula, a partir da inserção de estudantes da graduação em ações de extensão universitária na realidade indígena e camponesa.

Com a perspectiva de contribuir com educação nas escolas situadas nas zonas rurais, buscou-se o envolvimento de discentes e docentes das Licenciaturas em Educação do Campo e Intercultural da UFRR, alunos e professores da educação básica das escolas camponesas e indígenas nas atividades do Programa, visando ao diálogo entre universidade e a comunidade escolar (Tabela 1).

Tabela 1 - Quantitativo de pessoas envolvidas no Programa de Extensão Programa de Extensão

Função	Instituição	Total
Ministrante de Oficina	Docentes dos Cursos de Licenciatura	12
Bolsista	Discentes do Curso de Licenciatura	3
Colaboradores	Representantes de Movimentos Sociais	2
		17

Outro fato relevante para o desenvolvimento das atividades do Programa de extensão volta-se para a relação teoria-prática, bem como as especificidades das escolas indígenas e camponesas, como é o caso da língua e os costumes, que exigem um calendário escolar diferenciado e intercultural, elemento essencial no Projeto Político Pedagógico das escolas. Assim, a formação docente, na Universidade, necessita ser complementada em outros espaços sociais e educativos, garantindo o envolvimento e o engajamento da comunidade acadêmica e comunidade em geral no processo de ação e reflexão sobre a relação entre vida cotidiana e fenômenos socioespaciais.

METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido em duas comunidades indígenas, Caju e Willimon. Ambas as comunidades localizam-se no Município de Uiramutã, ao Norte do Estado de Roraima, na tríplice fronteira Brasil/Venezuela/República Federativa da Guiana. A população da comunidade do Caju totaliza 90 habitantes das etnias Macuxi e Ingarikó, e de Willemon 234 indígenas, predominantemente da etnia Macuxi, podendo ser encontrados, entre os moradores, indígenas da etnia Patamona, que passaram a habitar na comunidade em virtude de laços matrimoniais com os Macuxi (Comunicação pessoal, 2016).

O estudo utilizou-se de uma abordagem qualitativa, com enfoque interdisciplinar. As visitas às comunidades ocorreram no ano de 2016, quando foram realizadas entrevistas, observação direta no campo em diversos ambientes da comunidade e participação em reunião comunitária.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Os povos indígenas têm formas peculiares de viver e de lidar com os recursos naturais. Em razão disso, mantêm sua cultura nas comunidades. Exemplos de estratégias de conservação podem ser observadas no "fazer" a roça indígena, por exemplo, quando se dá o trabalho manual para derrubada e queima da vegetação para limpeza do terreno e realização do plantio. O trecho do depoimento de um professor, membro da comunidade indígena Willimon, informa sobre a concepção indígena de produção agrícola, ressaltando a forma de cultivar alimentos, utilizados, prioritariamente, para consumo. Nesse processo, também sobressai a relação do indígena com elementos da natureza:

> "A comunidade tem costume de ter essa relação com o ambiente, eles trabalham muito com agricultura, agricultura de subsistência, o cultivo é feito em roças, só que é uma agricultura controlada. Trabalho com roça, plantação de maniva, banana, macaxeira, cana, arroz, milho e feijão, e eles tem muito cuidado, eles não degradam. Assim, eles não usam máquinas para fazer, para mecanizar a terra. Trabalham apenas conforme suas tradições, a cultura, o como é que vai, a coivara, faz uma queimada, só que não é de grande extensão, é duas linhas - falam por linha né – duas linhas, três linhas, não é por hectares, só falam linhas" (Professor indígena, entrevista realizada em 18.12.2016).

Na fala do professor indígena, é possível ratificar práticas ambientais no cultivo de alimentos, como a preocupação com o tamanho da roça, medido em linhas, unidade de medida indígena. Cada linha corresponde a 2,5 metros, determinada de acordo com o tamanho da família. O espaço aberto é cultivado por um determinado período, depois deixado para descanso – posio - (Conklin,1957 apud Mota, 2010). Nesse cuidado com a terra, a roça tem um período de atividade de até 3 anos, quando esses espaços permanecem em descanso por, pelo menos, 5 anos. Mas, não são "abandonados". Na verdade, são manejados como

forma de prover suas necessidades alimentares (Posey, 1985).

Há uma variedade de produtos cultivados nas roças indígenas (banana, cará, cana macaxeira, cana, arroz, milho e feijão, pimenta entre outros). Porém, é muito comum encontrar roças tão-somente de mandioca *(Manihot esculenta)*, alimento mais cultivado, matéria-prima usada na produção da farinha, do beiju, alimento essencial na alimentação indígena, e do caxiri, bebida preparada a partir da fermentação da mandioca. Esses espaços de cultivo representam o modo de viver nas comunidades. É possível enxergar, nestes espaços de cultivo os significados culturais que conformam sua construção, mencionados por Emperaire (2006), e não tão somente os aspectos produtivos e ecológicos.

Normalmente, todos os membros da família participam das afazeres na roça. Para os homens, fica o serviço pesado (a derrubada, broca coivara e queima). Mas, há casos em que as mulheres também participam dessas etapas, quando são responsáveis pelo plantio e o "cuidar da roça. A elas cabe o acompanhamento do desenvolvimento dos cultivos, limpeza e a colheita dos produtos; e aos homens ainda, as atividades de caçar e pescar a fim de prover alimentos para a família.

Os saberes são compartilhados entre os membros da comunidade, com os conhecimentos que decorrem de suas experiências enquanto sujeitos culturais. O professor da escola disse que busca com os mais velhos contribuições para ensinar determinados assuntos na escola, por exemplo, sobre o lixo na comunidade. E nos diz que é priorizado no ensino de Ciências e Biologia a questão do "zelo" com o ambiente:

> "Essa situação do ensino, como se dá a educação, a questão da ciência, ela é muito vista nessa situação de ter zelo, cuidado, enfim. Quando fala sobre Biologia, cuidar do meio ambiente é tão importante, porque se não, ele pode agir até contra a própria pessoa, sofre, o aluno, enfim". Professor Indígena.

Ademais, o lixo é questão abordada pelos professores e por outros membros da comunidades indígenas, como narra uma liderança macuxi, falante de diversas línguas (Macuxi, Patamona, Ingaricó, Taurepang, Jarecuna, e Inglês), considerado mestre de cantos e danças tradicionais, fundador da comunidade Willimon, que aceitou compartilhar conhecimentos numa entrevista ocorrida durante a visita realizada à comunidade:

> "Sobre o lixo aqui, foi orientado pelas pessoas que trabalham sempre, desde os professores, os agentes de saúde que estão aqui na comunidade e em outras comunidades. Então, eu, principalmente, que tem cuidar do meio ambiente. Então, junta o lixo por aí, não deixa nem um papelzinho por aí dentro da casa, dentro do terreiro, junta-se e coloca no local, pra nós podermos queimar [...]. Só essas coisas que eu junto sacos de sal, de açúcar, essas sacolas que tiver eu junto e queimo. Agora outras coisas, latas, essas coisas separam, que já veio orientação, tem que separar as coisas, latas, os bujões, frascos de refrigerantes. Uma vez eu reclamei. Sempre que o pessoal chegava ali, têm os buraquinhos aonde os garimpeiros fizeram os buracos, eles jogavam lá, ai queimavam. Ai eu disse, quando o vento bater pra cá chega a fumaça aí, dá dor de cabeça. Aí eu falei pro meu próprio neto que é o Aisan, agora eu não quero que vocês levem o lixo ali pra queimar, tá (sic) dando dor de cabeça"

(Liderança Indígena – Entrevista realizada em 18.12.2016).

Na fala da liderança, percebe-se a preocupação e a iniciativa de coleta e de destinação do lixo gerado na comunidade indígena. Como alternativa de gestão territorial e ambiental nas TI´s, projetos têm sido desenvolvidos nas comunidades, com atividades de coleta do lixo, e também, de preservação de ilhas de mata, por meio do controle de derrubada nas áreas de buritizal, de madeiras, entre outros. Membros das comunidades participam ativamente como agentes territoriais e ambientais e, ainda, professores e alunos das escolas indígenas (ISA, 2013).

O contato com a cidade resulta na obtenção de produtos industrializados e no aumento na produção de resíduos nas comunidades. No depoimento acima, é possível deduzir que o professor e o Aisan (Agente Indígena de Saúde) têm um papel importante na orientação do destino do lixo. Percebe-se, também, o incômodo com a fumaça da queima desses materiais, motivo de reclamações pelos indígenas diante dos problemas de saúde que provocam. A questão é discutida na escola, como explana o professor:

> Existe palestra com os alunos na escola, recentemente já tivemos essa conscientização, foi explicado que não pode jogar lixo de qualquer forma, existem lixos recicláveis, lixos que vão para o ambiente como casca de mamão, esses materiais orgânicos, lixo orgânico, que serve para adubar as árvores as plantas. Então, são conscientizados dessa forma. Então, jogar o lixo de qualquer jeito, eles já têm essa ciência que se jogar o lixo de qualquer forma, pode prejudicar a natureza e até a própria saúde, né? Então, a gente trabalha muito isso como questão de Ciências e Biologia. Por que acontece isso? Por que o sol está muito quente? Então, eles também entendem sobre esse clima que estamos sofrendo hoje, tudo isso é repassado para eles. (Informante Indígena – Entrevista realizada em 18.12.2016).

Diante desses desafios também surge a preocupação em contextualizar a educação escolar com a realidade social, favorecendo a valorização da identidade individual e social, permitindo ainda que o sujeito indígena e camponês tenha acesso ao conhecimento de sua cultura. Sendo assim, a confecção de artesanato na comunidade é uma atividade de resgaste da cultura indígena. Fibras, palhas, cipós e sementes são alguns recursos naturais utilizados por homens e mulheres da comunidade. Todavia, já é registrada a escassez de matéria-prima, adquirida por meio de outras etnias vizinhas, como afirma o professor indígena.

> Aqui artesanato é produzido pelos homens, só que está sendo meio difícil devido os materiais, por exemplo, o arumã, aqui tá (sic) escasso. O papel dele é fazer abano, confeccionar abano, peneiras, tupé; são essas artes indígenas. Já a mulher, é panela de barro, crochê, tipoia [...]. Eles fazem negócio, os Ingarikó trazem para vender, eles compram do tipiti, porque material pra lá com certeza tem bastante na Região da Serra-do-Sol. Então, pra lá, com certeza, tem vários materiais. Por isso, eles produzem mais. Aqui é porque faltam esses materiais. Aqui também é confeccionado traje de sementes, de fibras de buriti, de taboca que existe na mata. E existe diferenciação, porque a menina vai usar um traje de taboca e semente, o homem já vai usar fibra de

> buriti. Os trajes são usados nos momentos festivos, e, por exemplo, vamos receber uma visita de algumas pessoas, autoridades, enfim, se preparam para fazer a recepção, e em tempos de comemorações. Por exemplo, teve a comemoração da homologação da Raposa-Serra-do-Sol, tava (sic) todo mundo trajado, as escolas, os pais, principalmente, os alunos, que tem seus materiais. (Professor Indígena – Entrevista realizada em 18.12.2016).

O depoimento do professor nos permite o entendimento de como os recursos naturais são usados no resgate e na manutenção da cultura. Ele descreve a utilização de trajes nas festas, quando apresentam danças (parixara e aleluia) e nos cantos indígenas, nas recepções de autoridades em atividades comemorativas, por exemplo, na data que comemoram a demarcação da terra indígena, e ainda, na escola, onde costumam trabalhar durante a semana cultural.

Entretanto, a comunidade Willemon já enfrenta dificuldades para encontrar espécies animais essenciais para subsistência indígena. A exploração garimpeira na Região provocou a destruição de ecossistemas locais, consequentemente o desaparecimento dos animais, além da poluição de rios importantes que abastecem as comunidades. Outras atividades econômicas em Roraima ameaçam a biodiversidade nas TI´s, como a monocultura de arroz, soja e de Acacia mangium em áreas próximas as comunidades em áreas de lavrado (Souza, 2016).

Nesse cenário, não podemos esquecer que a realidade do campo é heterogênea, é diversa e, portanto, a educação ambiental não pode ser idêntica para todos os povos, mas deve ser articulada às demandas e especificidades de cada território, de cada localidade, de cada comunidade (Zakrzevski, 2007). Ainda em relação a Comunidade Willimon, torna-se evidente na fala do professor indígena algumas consequências das ameaças ao meio ambiente recorrente do contato de indígenas com não indígenas:

> Então, tinha muita caça antes na época do tempo dos nossos avós. Tinha caça, matava anta, veado, catitu, cutia, paca, peixe, tudo isso pegava. E agora, depois que chegaram os invasores, os garimpeiros, nossos peixes diminuíram por causa da garimpagem no rio, motor que trabalha no rio, bomba que chegaram e poluiu o nosso rio. Esse pedaço aí do Uiramutã que ia dizer, garimpam e caçam também [...] Lembro da época que não tinha os brancos. Chegaram esses brancos, eles proibiam matar a caça, né? E não deixava a gente fazer caçada e pescaria. Mas desde que eles estão usando, matando caça a noite de lanterna, focando neles, matavam peixe e chegavam com os carrapichos e eles próprios que chegavam com os carrapichos e acabaram com os nossos peixes. A caça também do mesmo jeito, não tem mais caça [...]. (Liderança Indígena – Entrevista realizada em 18.12.2016).

Diante da narrativa do professor indígena, resta esclarecer que a zona rural e as terras indígenas possuem uma função ambiental a cumprir, consistente na finalidade de assegurar vida digna aos camponeses e indígenas, conforme seus costumes e tradições e na preservação dos recursos naturais. É importante mencionar também que, levantamentos socioambientais em terras indígenas de Roraima têm sido realizados para identificação de

diversos problemas ambientais que ameaçam a sustentabilidade ambiental. Hoje, muitas comunidades discutem em assembleias regras sobre o uso dos recursos naturais, áreas de matas e, também, sobre parcerias para implementação de projetos para suprir as necessidades das comunidades que foram agravadas após a demarcação das terras de forma descontínua, "ilhas". Portanto, a defesa dos seus territórios é a principal demanda dos povos indígenas e camponeses de Roraima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A garantia de educação diferenciada às populações indígena e camponesa, em consonância com os princípios da Educação Indígena e Educação do Campo, requer a superação de vários desafios. Antes de tudo, a valorização dos saberes e práticas tradicionais e dos contextos em que vivem esses grupos sociais. Nesse processo, a Universidade tem um papel fundamental na formação de docentes que atuarão nas escolas do campo, para que os educadores/as mantenham as discussões sobre a importância da conservação ambiental nas escolas, assumindo o compromisso com o projeto educativo, que contemple a diversidade e os interesses dos sujeitos do campo, a fim de transformar suas próprias realidades pelo desenvolvimento social e econômico.

Diante desse quadro, a Educação Indígena e a Educação do Campo possuem o desafio da construção da escola democrática e popular, ou seja, lutar por uma escola que trabalhe e assuma, de fato, a identidade do meio social e cultural no qual está inserida. Outro aspecto importante a ser considerado é o papel da escola na vida social das comunidades indígenas e camponesas. É na escola que acontecem os eventos sociais da comunidade, evidenciando que não é somente a escola que estende suas ações até a população, mas também esta procura a escola, demonstrando total confiança (Soares, 2007). Portanto, tudo que acontece na escola reflete na comunidade e vice-versa.

REFERÊNCIAS

Aires, H.Q.P. A proposta da pedagogia da alternância: uma possibilidade de construção de conhecimento**.** In: Silva, C.; Miranda, C.F.; Aires, H.Q.P. (Orgs). *Educação do Campo, artes e formação docente.* Palmas-TO: EDUFT, 2016.

Barbosa, R.I., & Campos, C. (2011). Detection and geographical distribution of clearing areas in the savannas ('lavrado') of Roraima using Google Earth web tool. *Journal of Geography and Regional Planning,* 4 (3), 122-136, 2011.

Barbosa, R. I., & Miranda, I. S. (2005). Fitofisionomias e Diversidade Vegetal das Savanas de Roraima. In: Barbosa, R.I., Xaud, H.A.M., & COSTA e SOUZA, J.M. (Eds). *Savanas de Roraima: Etnoecologia, Biodiversidade e Potencialidades Agrossilvipastoris*. Boa Vista: FEMACT, p.61-78.

Berkes, F., Colding, J., & Folke, C. (2000). Rediscovery of traditional ecological knowledge as adaptive management. *Ecological applications,* 10(5), 1251-1262.

Berkes, F.(1999). *Sacred ecology: traditional ecological knowledge and resource management.* Taylor and Francis, Philadelphia, Pennsylvania, USA.

Brasil. (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).* Brasília.

Cardoso, C. A. de S. (2009). Conflitos de terra em Roraima. Acampados e assentados versus estado. In: *XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires.* Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Clement, C.R. (2007). Um pote de ouro no fim do arco-íris? O valor da biodiversidade e do conhecimento tradicional associado, e as mazelas da lei de acesso – uma visão e proposta a partir da Amazônia. In: *Amazônia: Ciência & Desenvolvimento,* Belém, 3(5), 7-28.

Cunha, C. M. (2009). Relações e dissensões entre saberes entre saberes tradicionais e saber científico. In: Cultura com aspas. São Paulo: Cosac Naify.

Gimonet, J.C.(1999). Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo: as casas familiares rurais de educação e de orientação. *Revista de Pedagogia de Alternância.* 2ed. Salvador: UNEFAB, nov.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL-ISA. (2011). Diversidade Socioambiental de Roraima: subsídios para debater o futuro sustentável da região: Org. Ciro Campos. São Paulo: ISA.

INSTITUTO SÓCIOAMBIENTAL-ISA. (2013). Maruchana: Em busca da autonomia e Sustentabilidade das Terras Indígenas do Taiano. São Paulo: ISA.

INTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo demográfico de 2010. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dados referentes ao município de Boa Vista, fornecidos em meio eletrônico. Rio de Janeiro, 2010.

Johannes, R. E. (1993). Integrating traditional ecological knowledge and management with environmental impact assessment. Traditional ecological knowledge: concepts and cases, v. 1, p. 33-39.

Lauriola, M.V. (2010).Terras Indígenas e Conservação da Biodiversidade na Amazônia: o caso do monte Roraima. In: Barbosa, R.I.; Melo, V.F. (Orgs). *Roraima: homem, ambiente e ecologia.* Boa Vista: FEMACT.

Martins, A. A.; Antunes-Rocha. (2009). *Educação do campo - Desafios para a formação de professores.* Belo Horizonte*:* Autêntica Editora, 208p.

Mota, C.T. (2010). *O Saber Biodiverso: práticas e conhecimentos na agricultura indígena do baixo rio Negro.* Manaus: UFAM, 190p.

Moura, L. N. de et. al. (2015). O terrário como temática no ensino de ciências na educação do campo. In: *Revista Monografias Ambientais – REMOA*, v.14, Santa Maria, 2015, p.261-277.

Nascimento, C.G. (2007). Pedagogia da resistência: alternativa de educação para o meio rural. Guarapari: EX Libris.

Oliveira, A. A. (2016). *O Maranhão é Aqui! Sociabilidades e Identidades no Bairro Santa Luzia, Boa Vista-RR.* Tese (Doutorado em Ciências Sociais).

Posey, D. A. (2002). Indigenous knowledge and development: an ideological bridge to the future. In: Plenderleith, K. (Edit). Darrel A Posey: *Kayapó ethnoecology and culture*. London and New York: Routledge Harwood Anthropology, 58-81.

Soares, N. B. (2007). *Educação ambiental no meio rural:* estudo das práticas ambientais da Escola Dario Vitorino Chagas – Comunidade Rural do Umbu – Cacequi/RS. Monografia (Especialização em Educação Ambiental). Santa Maria, UFSM, 88p.

Souza, A. O. (2016). *Ecologia e Etnoconhecimento da invasão de Acacia mangium em terras indígenas,* Região Serra da Lua, Roraima. Manaus, 2016. Tese (Doutorado em Biodiversidade e Biotecnologia), Universidade do Estado do Amazonas.

Viveiros De Castro. (2007). A natureza em pessoa: sobre outras práticas de conhecimento. In**:** Encontro *“Visões do Rio Babel. Conversas sobre o futuro da bacia do Rio Negro”*. Instituto Socioambiental e a Fundação Vitória Amazônica, Manaus, 14p.

Zakrzevski, S. B. (2007). A educação ambiental nas escolas do campo. In: Mello, S. S. de ; Trajber, R. *Vamos cuidar do Brasil:* conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO.

CAPÍTULO 9

VALORAÇÃO AMBIENTAL DO RIO DA MADRE NA GUARDA DO EMBAÚ- SC

Data de aceite: 01/11/2021

Julio Cesar Lopes Borges
Professor do Governo de Santa Catarina
Santa Catarina/Brasil

Adriano de Amarante
Professor da Universidade do Estado de Santa Catarina Departamento de Ciências Econômicas
Santa Catarina/Brasil

RESUMO: O rio da Madre, localizado na praia da Guarda do Embaú na grande Florianópolis em Santa Catarina possui relevância significativa por ser um bem ambiental para esta localidade, também considerada a nona reserva mundial do surf, fonte de relações econômicas e culturais, assim como esportivas. Atualmenteo rio vem sofrendo impactos ambientais transformadores na realidade de sua localidade, clamando atitudes governamentais para com a preservação do mesmo. A presente pesquisa se fundamental no conhecimento da economia ecológica com objetivo a aplicar um levantamento e estudo da valoração ambiental nos trechos do rio que desembocam no mar da praia da Guarda do Embaú, também onde tem suas atividades de maior impacto ambiental e econômico que configuram-se o comércio local. Desta forma procura identificar o quanto a população está disposta a pagar pela recuperação e preservação ambiental do rio da Madre. Para tanto, realizou-se a aplicação de um questionário a uma amostra da população e apresentados três cenários. O resultado da pesquisa demonstra a capacidade de pagamento da comunidade e turistas para a preservação do mesmo.

PALAVRAS-CHAVE: Valoração; Recurso Ambiental; Disposição a pagar.

ABSTRACT: The Madre River, located on the beach of Guarda do Embaú in greater Florianópolis in Santa Catarina has significant relevance as an environmental asset for this location, also considered the ninth world surfing reserve, a source of economic and cultural relations, as well as sports. Currently the river is suffering environmental impacts that are transforming the reality of its locality, clamoring for governmental attitudes towards its preservation. The present research is based on the knowledge of ecological economics with the objective of applying a survey and study of the environmental valuation of the stretches of the river that flow into the sea at Guarda do Embaú beach, also where the activities of greatest environmental and economic impact are configured in the local commerce. In this way it seeks to identify how much the population is willing to pay for the environmental recovery and preservation of the Madre River. To this end, a questionnaire was applied to a sample of the population and three scenarios were presented. The result of the survey shows the ability of the community and tourists to pay for the preservation of the river.

KEYWORDS: Valuation; Environmental Resource; Willingness to Pay.

1 | INTRODUÇÃO

As transformações dos rios urbanos catarinenses é um dos graves problemas ambientais, muito expressivos na atualidade. Com relação aos rios perto das costas catarinenses, sobretudo em praias badaladas e com forte estrutura comercial as grandes quantidades de resíduos são depositadas sem grandes preocupações por grande parte da comunidade, seja ele resíduos sólidos ou líquidos, também por turistas que periodicamente frequentam a praia e tranformam o ambiente. Contudo a preservação setorna indispensável nesta localidade, pois detêm um título de nona reserva do surf mundial, e que ali pessoas de diversas partes do Brasil e do mundo estabelecem relaçõeseconômicas e ambientais.

Ainda sim, o rio da Madre é um importante bem ambiental para o município de Palhoça na grande Florianópolis, também para o Brasil já que integra o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Atualmente corta os municípios de Paulo Lopes e faz a divisa com Palhoça, encontrando o mar na praia da Guarda do Embaú. Não obstante carece de atenção de política públicas e ações não-governametais na busca por uma preservação economicamente racional e ambientalmente sustentável ao mesmo tempo que valorisa aspectos sociais e culturais da comunidade local. Ainda, este mesmo rio teve seu curso alterado por questões relacionadas a transformações ambientais como clima e marés, invadindo casas e formando novas rotas, porém deve ser entendido sua importância e seus impactos na vida da comunidade e de suas relações econômicas que sustentam a vida humana nesta comunidade.

Este artigo tem o objetivo de valorar ambientalmente o rio da Madre a fim de indentificar o quanto a população da Guarda do Embaú em Palhoça estaria disposta a pagar pela recuperação e preservação do mesmo. Este trabalho se fundamenta na aplicação dos conceitos de economia ecológica e as políticas de desenvolvimento. Entende-se que a valoração dos custos ambientais assim como os benefícios de caminhos alternantivos de desenvolvimentos requer colaboração interdicisplinar e a capacidade de fazer previsões a partir de modelos da realidade. Assim a pesquisa foi realizada por professores da rede pública de Santa Catarina de diferentes áreas do conhecimento e coordenada por professor da Universidade do Estado de Santa Catarina ligado o grupo de pesquisa em Economia Aplicada.

2 | REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Aspectos da economia ecológica

As tranformações ocorridas durante a metade do século XX foram intesas, sobretudo nas áreas urbanas. As cidades passaram a ofercer um contraste no Brasil onde misturava questões do atraso e aspectos modernos. Neste sentido procurou-se desenvolver um linha de pensamento que abarcasse estas trasnformações observando suas relações com o

ambiente. Assim o surgimento da economia ecológica, especificamente no Brasil, está instaurada na procura de uma abordagem preventiva contra as catástrofes ambientais eminentes, desenvolvendo a conservação dos recursos naturais com objetivo na presrvação para as geraçções futuras (MAY, 1995).

Desta forma na perspectiva da economia ecológica todos os bens e servisos ambientais tem um valor intrínseco, ainda, que esse valor lhe seja atribuído. Neste sentido deve-se buscar avaliar o valor econômico de um recurso ambiental através da determinação do que é equivalente, ou seja:

> Em outras palavras, as técnicas de valoração econômica ambiental buscam medir as preferências das pessoas por um recurso ou serviço ambiental e, portanto, o que está recebendo o "valor" não é o meio ambiente ou o recurso ambiental, mas a preferência das pessoas em relação as mudanças de qualidade ou quantidade ofertada de recurso ambiental (MAY, 2003)

É importante que saibamos ainda que valorar e conservar os recursos naturais de um território e manter a sustentabilidade da vida humana voltada para o equilíbrio do ecossistema pode ser benéfico para o ambiente e subretudo para nós humanos. Ademais, trabalhar no sentido da vida e do ambiente seja na forma de valoração e conservação oucom outras formas científicas comprovadas nos faz estar de acordo com a racionalidadehumana no intuito de preservar vidas, planejando a preservação dos recursos ainda existentes com vistas ao desenvolvimento das gerações futuras (LOPES, 2005).

Neste mesmo sentido as atividade humanas trasnformadoras do ambiente tem se estabelecido e desenvolvidos mais precisamente nas áreas urbanas, assim as questões de sustentabilidade demonstram-se grande empenho com a realidade vivida na cidade por abarcar grande parte da população, também por serem mais vunerávies em decorrencia das degradações causadas pelas ações humanas, sobretudo nestas últimas décadas (SOUSA & BEZERRA, 2001).

Assim, a mitigação dos impactos ambientais em decorrência do bem estar humano pode-se obter através da realização da valoração ambiental de um recurso natural. Ao valorar um bem natural busca-se fornecer informações de pesquisa obtendo um resultado no intuito de subsidiar a tomada de decisão, tanto por parte do poder público, da sociedade civil, de organizações não governamentais, sobre o gerenciamento de recursos naturais. Os métodos de valoração têm sido estudados e aplicados levando em consideração todos os aspectos que cercam os recursos naturais e ajudam na construção de mecanismos de preservação ambiental (SILVA & FERREIRA, 2003).

A partir da problemática ambiental que vivemos, da literatura mundial e dentro das práticas científicas, a valoração dos recursos hídricos constitui um dos principais intrumentos de gestão e avaliação urbana de águas. É neste instrumento, de valoração ambiental, que pode-se atribuir um valor monetário aos rios, podendo servir de base metodológica para definir alíquotas de impostos e taxas a serem cobradas necessários e eficientes (MARTINS

& VALENCIO, 2003). Portanto nossa sustentabilidade ambiental possui por sua vez um mecanismo que auxilia a tomada de decisão e preservação ambiental que está fundamentada na valoração dos recursos naturais.

2.2 Valoração Ambiental

Aqui entende-se que a valoração ambiental deve sempre servir de parâmetro para realização de medição de um bem ambiental cuja base está na monetarização que atribui valor mas não se esgota no mesmo. Também entende-se que a valorização ambiental que está contida nos serviços ecossistêmicos é objeto de grande discussão dentre cientistas da área ambiental de diversas correntes e vertentes. Portanto deve-se considerar a grande relevância desta avaliação e sua importância nas questões da sociedade contemporânea (MATTOS et al., 2005).

A leitura de valoração econômica ambiental é bastante vasta, existindo vários estudos disponíveis. Entende-se também que o principal objetivo da volaração ambiental é estimar os custos sociais de se usar recursos ambientais escassos, ou ainda, incorporar os benefícios sociais advindos do uso desses recursos. Segundo (MAY, 2003):

> Ou seja, o que desejamos é a inclusão dos benefícios (e custos) ambientais na análise dos custo/benefício envolvendo recursos ambientais. Desta forma, a valoração econômica ambiental é fundamental para a gestão de recursos ambientais, bem como para a tomada de decisão que envolva projetos com grande impacto ambiental.

Um exemplo de estudo a respeito de valoração foi uma pesquisa realizada no município de Passo Fundo no Rio Grande do Sul, para valorar a recurso hídrico da mesma cidade. Usou-se para isso o método de contingente, para saber quantas pessoas estariam dispostas a pagar pela preservação desse recurso natural. A pesquisa chegou ao valor de R$ 425.000,00 reais por ano para a preservação deste recurso. Ainda, concluiu que poderia direcionar este valor para a limpeza do rio Passo Fundo com a remoção de resíduos sólidos, plantio de árvores e espécies nativas no entorno do rio e criação de uma área de lazer com bancos e quadra de esportes (ARALDI et al., 2010).

Também pesquisa direcionada a partir da valoração foi realizada por Silva (2003) onde obteve seu objetos no setor mineral, mais especificamente na extração de mineral utlizando o método de avaliação contigente. O objetivo foi indentificar o quanto as pessoas estariam dispostas a pagar pelo recurso natural diante da recuperação de área que sofre o impacto desta atividade. Desta forma a valoração permitiu estimar a disposição a pagar pela recuperação e a possivel sustentabilidade ambiental na exploração do minério em determinada região.

3 | METODOLOGIA E RESULTADOS

A pesquisa foi realizada na praia da Guarda do Embaú que pertence ao municípiode Palhoça, localizado na Região da Grande Florianópolis no Estado de Santa Catarina,a qual possui cerca de 175.272 habitantes (IBGE, 2020 - Estimativa). Ainda, a cidade dePalhoça possui uma área territorial de 394,850 km², uma densidade demográfica de 347,56 hab/km² e também um IDHM de 0,757. Especificamente na praia da Guarda doEmbaú existem 536 domicílios e 493 residentes em 2010 segundo IBGE (RAMOS, 2017, p. 17). A praia da Guarda, como é nacionalmente denominada, foi internacionalmente reconhecida como a nona reserva mundial do surf, com suas belezasnaturais e ondas cristalinas que quebram da esquerda para direita, ótima para os *goofies*(não se engane, isto se refere a posição dos pés na prancha, pé esquerdo atrás e pé direitona frente) que ficam de frente para onda.

Para o estudo de Valoração, foi entrevistada a população que habita nas margens da foz do Rio da Madre (localizada no trecho da Figura 1) usando-se como referência o Ponto 1, como ponto de partida para a aplicação dos questionários, e o Ponto 2 como ponto final para essa amostragem.

Neste estudo procurou-se estimar o valor ao qual a comunidade da Guarda do Embaú esta disposta a pagar para preservar e controlar ambientalmente o Rio da Madre que desemboca na praia. A é considerada exploratória pois faz uam investigação preliminar do objeto de estudo para uma futura estimativa rigorosa do valor do recurso natural, e ao mesmo tempo descritiva pois faz um levantamento de informações e coleta de dados que caracterizam o objeto para viabilizar a valoração do Rio da Madre por parteda comunidade da praia da Guarda. O Método utilizado para calcular o valor do recurso natural é o da Valoração Contingente, com levantamento de campo por questionário anexo, ao qual por diversas caracteristicas do entrevistado e ao qual ele imputa ao ambiente estima-se uma curva de disposição à pagar (DAP). O questionário teve como base o apresentado por Grasso et al (1995). Aqui de maneira preliminar vamos propor uma estimativa econométrica aplicando um modelo Logit e uma Tabela com a distribuição das disposições a pagar médias para fazer uma análise quantitativa.

Nos resultados apresentados na Tabela 1 verifica-se as distribuição dos valores de disposição por intervalos de R$ 40,00, exeto o primeiro e último intervalo, na segunda coluna a disposição a pagar média para cada intervalo, seguida do número de pessoas entrevistadas referente a cada intervalo (ni), participação do número de pessoas entrevistadas em cada intervalo do total de entrevistados (Ni), na quinta coluna tem-se a distribuição da população[11] da comunidade da Guarda do Embaú de acordo com a participação da amostra em cada intervalo de disposição a pagar e, por fim, a última coluna apresenta a distribuição da estimativa do valor social e do valor social total do recurso

1 A população estimada foi calculada utilizando uma taxa de crescimento populacional para a localidade equivalente a taxa crescimento populacional do Brasil de 0,9% ao ano, obteve-se assim, uma população de 544 habitantes na localidade.

natural.

Intervalo	Média DAP-Ni	Pessoas ni	% ni/Ni	População	Valor Social do Rio da Madre em R$
0,0	0	5	17,24	94	-
0,1-40	20	4	13,79	75	1.500,87
40,1-80	60	4	13,79	75	4.502,60
80,1-120	100	10	34,48	188	18.760,82
120,1-160	140	2	6,90	38	5.253,03
160,1-200	180	2	6,90	38	6.753,89
200,1-240	220	1	3,45	19	4.127,38
240,1-	280	1	3,45	19	5.253,03
Total	-	29	100	544	46.151,61

Tabela 1 - Valor Social do Rio da Madre para os Residentes e Turistas Locais da Guardado Embaú.

Na Tabela 1 temos uma amostra de 29 entrevistados, dos quais 23 são residentes na guarda, 3 são moradores da Praia da Pinheira com disposições à pagar de R$ 0,00, R$ 25,00 e R$ 50,00, 1 do Bairro Centro da Palhoça com DAP de R$ 0,00, 1 de Morretes bairro da Palhoça com DAP de R$ 200,00 e 1 do Município de Florianópolis com uma DAP de R$ 125,00. Como nesta tabela utilizou-se a população estimada da comunidade da Guarda, o valor pode estar subestimado, dado que a população de outras regiões da Palhoça e de Florianópolis não foram adicionadas para manter certo conservadorismo nas estimativas. Como alternativa calculou-se na Tabela 2 o valor social somente com os residentes da Guarda do Embaú.

Intervalo	Média DAP-Ni	Pessoas ni	% ni/Ni	População	Valor Social do Rio daMadre
0,0	0	3	13,04	71	-
0,1-40	20	3	13,04	71	1.419,30
40,1-80	60	3	13,04	71	4.257,89
80,1-120	100	10	43,48	237	23.654,94
120,1-160	140	1	4,35	24	3.311,69
160,1-200	180	1	4,35	24	4.257,89
200,1-240	220	1	4,35	24	5.204,09
240,1-	280	1	4,35	24	6.623,38
Total		23	100	544	48.729,18

Tabela 2 - Valor Social do Rio da Madre para os Residentes da Guarda do Embaú

O que pode se verificar é que o valor social total do bem ambiental passou de 46,15 mil reais por ano para 48,73 mil reais por ano. Os residentes de fora da comunidade, 4 deles faziam parte das faixas inferiores da distribuição e 2 das faixas superiores, o que de certa medida afetou o valor de um programa de preservação e controle ambiental do Rio da Madre.

Na Figura 1 apresenta-se a curva de probabilidade das disposições a pagar versus opreço ou o valor das disposições á pagar com ajuste de uma tendência linear. Antes da construção do gráfico aplicou-se o modelo Logit com ajuda do software Gretl para obter as probabilidades estmadas. O resumo dos resultados do modelo Logit é apresentado na Tabela 3.

	Coeficiente	Erro Padrão	z	Inclinação	p-valor
Constante	3,44702	1,6928	2,036		0,0417
Preço	-0,00878	0,00715	-1,228	-0,001098	0,2193
Renda	-0,00021	0,00023	-0,921	-2,69E-05	0,3571

Tabela 3 – Modelo Logit Binário para Estimar as Probabilidades das Disposições à Pagar.

O que pode se verificar é uma estatística *z* baixa e p-valores que não regeitão a hipótese dos coeficiêntes para as duas variáveis serem iguais a zero, principalmente para renda, um R2 de McFadden de 0,08845 que retrata um fraco ajustamento e um Teste de Razão de Verossimilhança com Qui-quadrado igual a 2,358 que não se rejeita a hipotese nula de que todos os coeficientes angulares em conjunto sejam iguais a zero. Apesar dos resultados estatisticamente ruins, o sinal do coeficiente de preço ficou dentro do esperado.

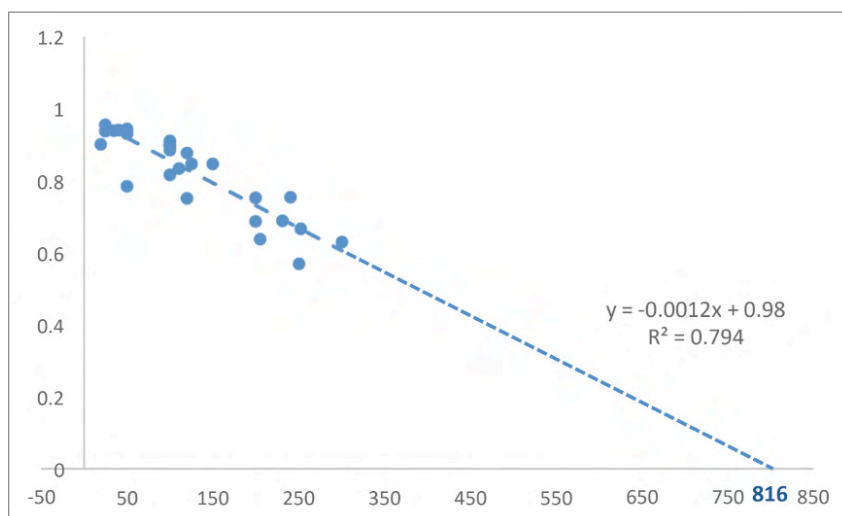



Figura 1 - Probabilidade das Disposições á Pagar (DAP) ajustada ao preço oferecido pelos

entrevistados.

Na Figura 1 observa-se que o máximo que se estadisposto a pagar pode alcançar o valor de R$ 816,00 com probabilidade próxima de zero. Ao aplicarmos a integral definida no intervalo [0, 816] a função da tendência linear estimada y = -0,0012x + 0,98, mas que pode ser representada por

$$prob\,(DPA) = -0{,}0012p + 0{,}98$$

E quando temos a integral:

$$\int_0^{816} prob(DPA) = -0{,}0006p^2 + 0{,}98p + C]_0^{816} = 400{,}17$$

Determina-se a disposição a pagar média de R$ 400,17, logo uma maneira de cálcular o valor social total pode ser pela multiplicação da disposição à pagar média estimada multiplicado pela população da localidade, neste caso R$ 217,7 mil reais.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo buscou-se investigar o quanto a comunidade da Praia da Guarda do Embaú estaria disposta a pagar para instituir e manter um programa de preservação e controle ambiental do recurso Rio da Madre por meio da Valoração Contingente com intuito de contribuir para o entendimento das possibilidades da preservação de um recurso ambiental tão importante

Para obtenção dos resultados utilizou-se dois métodos de valoração contingente com base na pesquisa de campo, uma tabela contingente com médias por faixa das disposições à pagar e outro a partir do modelo Logit Binário, porém o estudo requer um avanço maior considerando esta etapa um introdução a pesquisa referente a valoração ambiental do rio da Madre.

Os resultados apresentados divergem em valor de maneira significativa e o último método sinaliza que a amostra está subdimencionada e pouco estratificada. Assim, o objeto de estudo necessita de maior investigação na busca por estimativas mais robustas de valor. Ainda, requer um desenvolvimento maior para obtenção de resultados mais significativos, ou seja, resultados mais profundos que se obterá com o decorrer desta pesquisa em suas etapas a seguir.

REFERÊNCIAS

ARRIAL, L. R; CALLONI, H. Considerações sobre o conceito de habitação a partir danoção da complexidade: uma contribuição à educação ambiental para a sustentabilidadesócioambiental. **Revista eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 19, n. 19, p. 14-22, 2007.

BARBISAN, A. et al. O processo de viabilização de ações de requalificação do meio ambiente em área degradada utilizando a técnica de valoração econômica. In: - Seminário sobre Sustentabilidade, 2, 2007, Curitiba. **Anais...** Paraná: UNIFAE, 2007. p. 1-16.

BOVEA, M.D.; VIDAL, R. Increasing product value by integrating environmental impact, costs and customer valuation. **Revisit Science Direct**, España,V. 41, n. 2, p. 133-145, 2004.

CORAZZA, J. **Rios urbanos e o processo de urbanização: o caso de Passo Fundo/RS**.Passo Fundo, 198p., 2008. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Passo Fundo.

ELDHO, T, I. Sustainable Water Management and Pollution Abatement through Common Effluent Treatment Plants in Industrial Areas. **Workshop 1**: International Targets and National Implementation. World Water Week in Stockholm, Stockholm, 2007. p. 12–18.

GONÇALVES, C. S. **A disposição a pagar pela água como fundamento para imvestimento na proteção e recuperação de unidades de conservação: o caso do Parque Estadual da Pedra Branca, no Rio de Janeiro**. Niterói, 84 p. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambiental) – Universidade Federal Fluminense.

GRASSO, M.; TOGNELLA, M. M. P.; SCHAEFFER-NOVELLI, Y.; COMUNE, A. E. **Aplicação de técnicas de Avaliação Econômica ao Ecossistema Manguezal**. In: MAY, P. H. Economia ecológica: aplicações no Brasil. Rio de Janeiro, 179 p. 1995.

IBGE. **Dados de 2010**. Dados disponíveis em: <//www.ibge.gov.br/cidadesat> Acessoem: 28 de mar. 2021.

LOPES, N. Z. **Potencialidades e vulnerabilidades dos instrumentos de planejamentoambiental no Estado de São Paulo**. 2005. Disponível em: < http://www.ecoviagem.com.br/ >. Acesso em: 20 de julho. 2021.

MACHADO, M. **Maricultura como base produtiva geradora de emprego e renda: estudo de caso para o distrito de Ribeirão da Ilha no município de Florianópolis – SC, Brasil.** Florianópolis,240 p. 2002. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) –Universidade Federal de Santa Catarina.

MATTOS et al. Valoração econômica do meio ambiente dentro do contexto do desenvolvimento sustentável. **Revista Gestão Industrial**, Ponta Grossa, v. 01, n. 1, p. 248-259, 2005.

MAY, P. H. **Economia ecológica: aplicações no Brasil**. Rio de Janeiro, 179 p. 1995.

ORTIZ, R. A. Valoração econômica ambiental. In: MAY, P. H.; LUSTOSA, C. L.; VINHA, V. (Org.). **Economia do Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. p. 81-99.

RAMOS, B. V. de Castro; WALKOWSKI, M. da Conceição; MOTTA, M. A. C. **Relatório do estudo da oferta turística da Guarda do Embaú Palhoça/SC**. Palhoça,SC: FMP, 2017.

SANTOS, F. F. et al. A utilização da gestão do conhecimento no processo de valoraçãoeconômica ambiental. **Revista Gestão Social e Ambiental**, Santa Catarina, Florianópolis, v.2, n. 1, p. 107-120, 2008.

SILVA, J.R. **Métodos de valoração ambiental: uma análise do setor de extração mineral.** Florianópolis, 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina.

SOUSA, E. A; BEZERRA, L. Encontro Regional do Sul Contribuições para a Agenda 21 Brasileira. In: Encontro Regional – Sul, 1, 2001, Distrito Federal. Anais do Ministériodo Meio Ambiente. **Anais...** Brasília: Agenda 21. 2001. p. 23-53.

SOUSA, G. B. de.; MOTA, J. A. Valoração econômica de áreas de recreação: o caso doParque Metropolitano de Pituaçu, Salvador, BA. **Revista de Economia**. Curitiba, v. 32,n. 1, p. 37-55. 2006.

TEIGA, P. et al. O Envolvimento da população na reabilitação de um rio urbano (Barcarena – Oeiras). In: Congreso Internacional de Educación Ambiental dos Países Lusófonos e Galiza, 1., Santiago de Compostela. **Anais...** España: CEIDA, 2007, p. 1- 16.

ANEXO I

QUESTIONÁRIO – VALORAÇÃO CONTINGENTE

1. Nome:
2. Telefone:
3. Endereço:
4. Sexo:
5. Idade:

6. Qual o último grau de instrução aprovado?

( ) Sem instrução
( ) Primária incompleta
( ) Primária completa
( ) Secundária incompleta
( ) Secundária completa
( ) Nível superior incompleto
( ) Nível superior completo
( ) Outros:

7. Profissão:

( ) Profissional liberal
( ) Técnico
( ) Comerciante
( ) Cargo administrativo
( ) Operário
( ) Pensionista
( ) Dona de casa
( ) Outros:

8. Qual foi a renda mensal de casa por componente da família que trabalha?

Membro	Salário	Outras fontes de renda

9. Qual o principal local de recreação utilizado pelos membros da família durante as férias?

( ) Praia
( ) Interior
( ) Parques
( ) Campo
( ) Outros:

10. Que tipo de atividade mais gosta de exercer ao ar livre?

( ) Pescar
( ) Caçar
( ) Passear de barco
( ) Fazer caminhada
( ) Montanhismo
( ) Ciclismo ( ) Surf
( ) Outros:

11. Qual aspecto lhe é mais importante na escolha de um local para recreação:

( ) Qualidade da água
( ) Estoque de peixes
( ) Locais para camping
( ) Locais para barcos
( ) Boas ondas
( ) Locais para hotéis
( ) Presença de florestas
( ) Diversões noturnas
( ) Outros:

12. Conhecimento dos aspectos naturais.
Já ouviu falar:

( ) Maguezal
( ) Praia
( ) restinga
( ) Mata
( ) Rio

13. Se já tem conhecimento sobre rio:
Qual sua opinião sobre este ambiente?

( ) Agradável
( ) Bonito
( ) Desinteressante
( ) Rico em recursos
( ) Feio
( ) Pobre
( ) Outros:

14. Conhece algum recursos do rio utilizado pelo homem?

( ) Carangueijo
( ) Peixes
( ) Camarão
( ) Ostras
( ) Madeira
( ) Outros:

15. Utiliza algum recurso vindo do rio?

( ) Sim, se a resposta for sim ir para a questão 17.
( ) Não

16. Este recurso contribui para sua renda mensal?

( ) Sim, quanto?
( ) Não

17. Sabendo que este rio vem sendo transformado e pode sofrer problemas ambientais futuros ou mesmo destruido, reduzindo o equilibrio ambiental local, você estaria disposto a pagar pela preservação do ambiente através de um programa de preservação e uso controlado do rio da Madre na Guarda do Embaú? Esse valor seria pago mensalmente a uma associação de proteção ambiental.

( ) Sim – E a quantia de R$_________________Você pagaria? ( ) Sim ( ) Não
( ) Não – Ea quantia de R$__________________Você pagaria ( ) Sim ( ) Não

18. Caso tenha respondido NÃO, porque?

( ) Motivos econômicos
( ) Não se interessa
( ) Não acredita que funcionará
( ) Não acredita que seja necessário
( ) Não entendeu a pergunta
( ) Falta informações na pergunta
( ) Não sabe
( ) Outros:

19. Se a rio da Madre fosse deestruido, você conheceria outro lugar com a mesma beleza?

( ) Sim. Qual?
( ) Não

CAPÍTULO 10

UNA ESTRATEGIA DE PREVENCIÓN PARA DISMINUIR EL ÍNDICE DE CÁNCER DE MAMA EN MUJERES MAYORES DE 25 AÑOS, EN EL CENTRO ESTATAL DE ATENCIÓN ONCOLÓGICA DE MORELIA MICHOACÁN

Data de aceite: 01/11/2021

Gaudencio Anaya Sánchez
Dr. en Educación y en Salud Pública, Profesor Investigador de la Facultad de Salud Pública y Enfermería de la Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo.Director de Salud Pública de la Secretaria de Salud del Estado de Michoacán
Morelia, Michoacán. México

Adriana Calderón Guillén
Dra. en Educación y en Salud Pública, Profesora Investigadora de Tiempo Completo de la Facultad de Salud Pública y Enfermería de la Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo. Morelia, Michoacán, México

Víctor Hugo Anaya Calderón
Médico Cirujano Partero
Morelia, Michoacán México

Estefany del Carmen Anaya Calderón
Dra. en Salud Pública, Docente de la Facultad de Salud Pública y Enfermería de la Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo
Morelia, Michoacán México

Roger Nieto Contreras
Maestro en Derecho, Docente de la Facultad de Salud Pública y Enfermería de la Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo. Morelia
Michoacán México

RESUMEN: El cáncer de mama es un problema de Salud Pública con una tendencia ascendente por su incidencia y mortalidad en mujeres cada día más jóvenes, a pesar de los esfuerzos que se están haciendo para contener este padecimiento; en el aspecto psicológico resulta devastador desde el momento que se da el diagnostico ya que existe una confrontación inicialmente con la idea de la proximidad de la muerte y por lo tanto la lleva a pensar en la orfandad de su familia, aunado a esto, el nivel educativo de las pacientes que acuden al Centro Estatal de Atención Oncológica (CEAO), los aspectos culturales y la pobreza en que viven, en gran medida determina el que no acudan a consultar en forma oportuna. El objetivo de esta investigación fue establecer una estrategia de prevención para disminuir el índice de cáncer de mama en mujeres mayores de 25 años de edad, en el CEAO de Morelia, Michoacán. México. Se trató de un estudio transeccional, correlacional causal, utilizando un método cuanticualitativo. La muestra estuvo conformada por 33 mujeres con diagnóstico de cáncer de mama que acudieron a atención médica al Centro Estatal de atención Oncológica. Se aplicó un cuestionario integrado por 48 ítems, el cual fue avalado por expertos. Se incluyeron a las mujeres mayores de 25 años de edad con diagnóstico de cáncer de mama del CEAO, las cuales decidieron participar libremente, se excluyeron a las pacientes oncológicas del CEAO que habían sido intervenidas quirúrgicamente o que estaban con quimioterapia o radioterapia. El estudio permitió elaborar una estrategia de prevención para disminuir el índice de cáncer de

mama en mujeres mayores de 25 años de edad, tomando como base los siguientes ejes fundamentales: sensibilización, difusión, prevención y evaluación.
PALABRAS CLAVE: Estrategia, prevención, cáncer de mama.

A PREVENTION STRATEGY TO REDUCE THE INDEX OF BREAST CANCER IN WOMEN OVER 25 YEARS OLD, AT THE MORELIA MICHOACÁN STATE CARE CENTER

ABSTRACT: Breast cancer is a public health problem with an upward trend due to its incidence and mortality in women who are younger every day, despite the efforts that are being made to contain this condition; in the psychological aspect it is devastating from the moment the diagnosis is given since there is a confrontation initially with the idea of the proximity of death and therefore leads her to think about the orphanhood of her family, together with this, the level of the patients who come to the State Center of Oncological Care (CEAO), the cultural aspects and the poverty in which they live, to a great extent, determines that they do not go to consult in a timely manner. The objective of this research was to establish a prevention strategy to reduce the rate of breast cancer in women over 25 years of age, in the CEAO of Morelia, Michoacán. Mexico. It was a transectional, causal correlational study, using a quantum-qualitative method. The sample consisted of 33 women diagnosed with breast cancer who attended medical care at the State Center of Oncology. A questionnaire was applied consisting of 48 items, which was endorsed by experts. We included women over 25 years of age with a diagnosis of breast cancer from the CEAO, who decided to participate freely, oncological patients were excluded from CEAO who had undergone surgery or who were undergoing chemotherapy or radiotherapy. The study allowed us to develop a prevention strategy to reduce the rate of breast cancer in women over 25 years of age, based on the following fundamental axes: awareness, dissemination, prevention and evaluation.
KEYWORDS: Strategy, prevention, breast cancer.

INTRODUCCIÓN

El cáncer de mama en México es un problema de Salud Pública con una tendencia ascendente por su incidencia y mortalidad, está determinada en gran medida por el envejecimiento de la población y el aumento de la prevalencia de los factores de riesgo, así como por la falta de un programa nacional de detección oportuna integral. Lo que resulta evidente por el diagnóstico de cáncer de mama en etapas tardías en un 90%.

Los esfuerzos que se están haciendo para contener el número de casos de cáncer de mama no son suficientes y la respuesta la tenemos al revisar el comportamiento epidemiológico de esta pandemia ubicándose en el primer lugar de causa de muerte por cáncer en la mujer en edades más tempranas y en estadios más avanzados (II, III Y IV), asistiendo a un proceso de evolución natural de la enfermedad que llevara a la muerte de la paciente en un corto tiempo si no se trata de manera adecuada desde el principio. El informar sobre un padecimiento de cáncer a una mujer resulta devastador, ya que se impactan la estructura biopsico social, cultural, educativa y espiritual. (Mohar, 2009).

En el aspecto médico, el estado de salud de la paciente se complica cuando algunos médicos con una idea mercantilista o sin el conocimiento, ni estudio previo dan respuestas confusas a las paciente diciéndoles que es solo leche cuajada, que es una bolita de grasa, que es solo una fibrosis que no se preocupe que no es malo, que la van a observar, dándole cita médica y que con el medicamento que va a tomar o aplicar en pomada en su seno que por lo regular son antiinflamatorios va a mejorar, esto es referido por la mayoría de las usuarias.

En el aspecto psicológico resulta angustiante desde el momento en que se le da un diagnóstico de tumoración maligna en virtud de que se genera una confrontación inicialmente con la idea de la proximidad de la muerte en donde la mujer piensa en la orfandad en la que dejará a su familia. En lo biológico su autoestima se ve disminuida porque se visualiza sin uno o ambos senos.

En lo social se presenta una tendencia al aislamiento de la comunidad a la que pertenece, la mayoría de las veces genera ansiedad al saber lo que padece la usuaria y asume comportamientos de compadecer a la paciente y compararla con otras integrantes de la comunidad que padecieron cáncer y que en la mayoría de las veces fue atendido de manera tardía con pérdida de la calidad de vida y en otras ocasiones con la muerte.

En lo cultural llega a vivir en algunas comunidades la marginación por la idea equivocada de que pueda resultar contagiosa la enfermedad, de igual manera se enfrenta a una lluvia de recomendaciones sobre infinidad de remedios caseros, que le aseguran que cura el cáncer, generando retraso en la consulta con el médico de primer contacto y gastar el poco recurso económico sin resultados para resolver su padecimiento.

En lo espiritual dada la idiosincrasia del mexicano este lo vive como un abandono de Dios generándose la interrogante de ¿Por qué a mí?, o enfrentado sentimiento de culpa, o de castigo. Por lo anterior tiende a refugiarse en su fe llevándola a pensar en que ella ya vivió y que se haga lo que Dios decida, retrasando su tratamiento médico y por lo tanto teniendo un mal pronóstico para su salud.

El nivel educativo de nuestras pacientes es de relevancia, si consideramos que existen aspectos deprimentes en donde muchas de nuestras usuarias son analfabetas y provienen de un estrato socioeconómico pobre y marginado, que les limita entender muchas veces las indicaciones médicas y la gravedad de un diagnóstico de cáncer de mama.

La pobreza en que viven nuestras pacientes determina que no acudan a la consulta, aunque en su autoexploración se hayan detectado lesiones en sus senos, porque priorizan como madres las necesidades de los hijos, del marido y otras veces de sus padres que viven con ellas y que enfrentan problemas de salud por su edad. Es de suma tristeza saber que su ingreso económico es tan pobre que muchas veces no tienen unos pesos para la alimentación de ellas y su familia, para el transporte, mucho menos para ir al médico, posponiendo su tratamiento y por lo tanto complicándose su recuperación, reduciéndose su calidad de vida. (Consenso Nacional sobre diagnóstico y tratamiento de cáncer mama, 2011).

Por lo que es importante reeducar al médico y paramédico de primer contacto sobre la importancia de actualizar sus conocimientos y enseñarlo a pensar que lo que está interrogando y escuchando de su paciente puede ser cáncer además de recordarle que para tener más claridad sobre un diagnóstico debe de palpar ambos senos haciendo énfasis en el que la paciente señala como afectado, siempre acompañado de un personal enfermería, esto nos permitirá hacer énfasis sobre la educación para la Salud, que debe ser vista como uno de los pilares fundamentales de la Salud Pública. La educación para la salud imparte conocimientos cuyo objetivo es que las personas recuerden cuidar de sí mismas, de su familia o comunidad llegando a modificar conductas y adquirir nuevos estilos de vida que nos permitan superar las resistencias a partir de un difuso concepto de auto cuidado para conservar la calidad de vida de nuestras usuarias l y disminuir los índices de cáncer de mama. (De vita, 2000). El objetivo de la presente investigación fue establecer una estrategia de prevención para disminuir el índice de cáncer de mama en mujeres mayores de 25 años de edad, en el Centro Estatal de Atención Oncológica de Morelia, Michoacán.

1 | MARCO TEÓRICO/MARCO CONCEPTUAL

La Información y educación son dos de los elementos que debemos conjugar para disminuir en la comunidad la prevalencia de los factores de riesgo implicados en la causalidad del cáncer, que permita tener un impacto significativo en la reducción de la morbimortalidad. Sin embargo, desde la perspectiva de la salud pública las actividades de prevención incluyen la comunicación educativa a la población para el conocimiento de los factores de riesgo, la promoción de los estilos de vida sanos que contribuyan a reducir la morbilidad por el cáncer de la mama y el fomento de la demanda para la detección temprana con el objeto de mejorar la oportunidad y el diagnóstico y tratamiento.

Las estrategias de enseñanza son procedimientos que utilizan en forma reflexiva y flexible para promover el logro de aprendizaje significativos en los usuarios (Mayer, 1984; Shuell, 1988; West, Farmer y Wolff, 1991).

Por tanto, los tipos de estrategias de aprendizaje y de enseñanza, se encuentran involucrados en la promoción de aprendizajes constructivos de los contenidos de los programas de prevención (Díaz, 2010).

Para Monereo (1994), las estrategias de aprendizaje son procesos de toma de decisiones en los cuales el alumno elige y recupera, de manera coordinada, los conocimientos que necesita, dependiendo de las características de la situación educativa en que se produce la acción.

Desde una perspectiva socio constructivista, la enseñanza situada puede definirse como aquella propuesta pedagógica que se diseña y se estructura con la intención de promover aprendizajes situados, experienciales y auténticos en las usuarias, que les permitan desarrollar habilidades y competencias sobre el cáncer de mama femenino y el aprendizaje

de la autoexploración teniendo como fundamento la teoría del autocuidado. (Freire, 2004).

Algunas propuestas pedagógicas, que por sus características propias pueden incluirse son el aprendizaje basado en problemas (ABP) y el aprendizaje basado en el análisis y estudio de casos (ABAC).

Resulta de suma importancia considerar que la falta de sensibilización del médico de primer contacto puede ser multifactorial, primero porque en la mayoría de los casos tiene una formación de medicina general llegando a presentar en muchos casos insuficiencia de conocimientos sobre las estructuras anatómicas y el funcionamiento de las glándulas mamarias, además de encontrar resistencias culturales en la mujer, su pareja y su familia, para poder llevar a cabo la exploración de los senos de la usuaria.

El tiempo que media entre la decisión de buscar un servicio de salud y recibirlo se divide en tiempo de traslado y tiempo de espera en la unidad de salud. El primero afecta más a las poblaciones rurales, donde la oferta de servicios puede ser escasa y se deben recorrer distancias más largas para recibir atención. Por el contrario, en las ciudades la queja más habitual es el excesivo tiempo de espera para recibir atención.

Los tiempos de espera prolongados pueden ser indicadores de una organización deficiente de la prestación del servicio que impactan fuertemente en la percepción que tiene el usuario de la calidad del servicio. El promedio nacional de tiempo de espera para recibir atención en consulta externa es de 26.2 minutos. Las diferencias en el tiempo de espera promedio entre entidades federativas son considerables: el mejor promedio corresponde a Veracruz, con 13.5 minutos, y el tiempo promedio más alto corresponde a Baja California, con 67 minutos.

La mayoría de las mujeres que han sido diagnosticadas de cáncer de mama hablan que existen barreras sociales y culturales a las que se enfrentan para acceder a los servicios de salud y tener un diagnóstico temprano de cáncer.

La percepción cultural del cáncer y de género que alude a las normas y expectativas socialmente construidas sobre las características, comportamientos y roles que se consideran apropiados y se asignan tanto a hombres como mujeres, es determinante para que el cáncer sea considerando como sinónimo de muerte, creencia que llega a ser un obstáculo para que las mujeres vayan voluntariamente a hacerse una mastografía o a revisarse por su prestador de salud. Además, en su papel de cuidadoras son las ultimas en cuidarse y atenderse, generándose miedo a que se desestructure la familia al estar enferma; en la cultura de la autoexploración hay muchos tabúes respecto a tocar su propio cuerpo, o bien a que otros varones (médicos) toquen su cuerpo, sus senos; además de que los esposos no permiten que sean tocadas por otros varones (médicos). En la percepción de las mujeres jóvenes se sientes sanas y libres de enfermedad por lo que no piensan en que ellas puedan tener esta enfermedad.

La autoconcepción que tiene la mujer en su núcleo familiar es de no verse débil, no sufrir, no llorar por lo que muchas veces oculta su enfermedad, aunado a esto la creencia

religiosa sobre la presencia de un ser supremo que determinará si se sana o si se cura o bien hay una resignación a depositar en el poder divino la salud o la enfermedad de la paciente. La pobreza es otro factor que influye para que las mujeres no sean diagnosticadas y tratadas; a pesar de que existen programas gubernamentales que brindan apoyo económico y/o en especie a estas pacientes; para la mayoría de las mujeres sin aseguramiento, la carga económica representa una preocupación más en el proceso que deben vivir. Los costos de los exámenes para confirmar el diagnóstico, así como los costos del tratamiento (generalmente incluye cirugía, quimioterapia, radioterapia y medicamentos de control) y traslado son muy altos por lo cual en muchos casos no asisten; abandonan el tratamiento o bien terminan generando un gasto que empobrece a su familia sin contener la evolución natural de la enfermedad teniendo desenlaces en muchas ocasiones en corto tiempo fatales. (Goldman, 2014)

El cáncer de mama es una enfermedad con una evolución natural compleja por lo que, a pesar de los avances de la oncología moderna, es la primera causa de muerte por neoplasia en la mujer en el ámbito mundial, con cerca de 500 mil muertes cada año, de las cuales el 70% ocurre en países en desarrollo. El riesgo de enfermar es superior en la mujer de países con nivel socioeconómico alto, pero el riesgo de morir es mayor entre las mujeres que habitan países pobres, debido a un menor acceso a los servicios de salud para la detección temprana, tratamiento y control.

En México, con una población de aproximadamente 117 millones de habitantes (INEGI) el cáncer de mama es hoy uno de los desafíos más importantes para la salud de la mujer de 25 años y más, esta enfermedad se considera una amenaza mucho mayor para la salud y la vida de las mujeres pobres; este patrón epidémico sorprendió a la infraestructura médica oncológica, misma que está llegando de manera tardía.

Esta nueva realidad para el cáncer obliga a plantear nuevas medidas para controlar los factores de riesgo conocidos de esta tumoración, la forma de mejorar la detección oportuna, el diagnóstico, tratamiento y la infraestructura de servicios médicos necesarios para el optimó control, lo cual implica ofrecer educación para la salud; mejorar programas de prevención y detección oportuna de cáncer (DOC); optimizar el diagnóstico e instituir tratamiento específico; y suministrar cuidados paliativos para mejorar la calidad de vida.

Es por ello que resulta impostergable que se considere una prioridad los programas de prevención y promoción ampliando el presupuesto destinado para implementar estos.

2 I METODOLOGÍA

Se trató de un diseño de investigación no experimental, de corte transversal, correlacional causal, cuanticualitativo (enfoque mixto). Se consideró como unidad primaria a las mujeres mayores de 25 años de edad con diagnóstico de cáncer de mama que acudieron a tratamiento médico al CEAO. Para determinar la muestra se utilizó el método de Juan

Castañeda Jiménez quedando de la siguiente manera:

$$n = \frac{Z^2pq}{e^2}$$

VALOR	DATOS
Z= Nivel de confianza	75%
e= precisión o error	10%
p= variabilidad positiva	0.5
q=variabilidad negativa	0.5

Z= 1.15 (valor encontrado en la tabla Z)

$$n= \frac{(1.15)^2 (0.5)(0.5)}{10^2} = 33.08$$

n= 33.08

Las pacientes que fueron excluidas del estudio fueron mujeres con tratamiento quirúrgico, quimioterapia y/o radioterapia.

Se aplicó un cuestionario con 48 preguntas cerradas, a mujeres mayores de 25 años, con diagnóstico de cáncer de mama las cuales estaban internadas en hospitalización II, y aquellas que acudieron a consulta al área de clínica de mama, durante los turnos matutino, vespertino o nocturno; el instrumento estuvo orientado a indagar sobre los factores de riesgo de cáncer de mama para generar una estrategia de prevención en mujeres mayores de 25 años en el CEAO de Morelia, Michoacán.

El cuestionario fue avalado por 4 especialistas de reconocido prestigio.

3 | ANÁLISIS Y DISCUSIÓN DE DATOS

En el cuestionario aplicado a las pacientes oncológicas se determinó que las mujeres que están siendo más afectadas se encuentran en el rango de edad de los 28 a los 46 años con un porcentaje de 51.5, además es de señalar que el promedio de estudio en la mayoría de ellas es de primaria, este bajo nivel educativo es determinante para no tener conciencia sobre la importancia de cuidar su salud y ocupándose en el hogar donde prioriza el bienestar de la familia sobre sus propias necesidades de salud, aunado a tener un solo ingreso que es insuficiente frente a un problema de cáncer que aunque está cubierta por el seguro popular,

su grado de pobreza extrema y el ser del interior del estado y de la zona rural en mucha de ellas la hace posponer o abandonar su tratamiento.

Aunado a lo anterior se encontró que de la muestra total de mujeres encuestadas, 89.9% durante el año próximo pasado, no se les invito a platicas o talleres sobre cáncer de mama, y en un porcentaje de 75% no se les dio información por escrito (dípticos trípticos folletos carteles)con lo que se puede inferir que los programa de prevención y detección oportuna de esta enfermedad no se están aplicando de manera correcta por parte del personal médico de la secretaria de salud, dejando a la población femenina desinformada, sin conocimiento, lo que evita además que no socialice con su familia, amigas y grupo social los contenidos, generando que las pacientes estén llegado a la consulta oncológica con cáncer de mama en estadios avanzados y con mal pronóstico de vida. Llama la atención que la técnica de la autoexploración, aunque se le ha dado mayor difusión, exista un número importante de usuarias que nos dicen que no las han enseñado, lo que traduce es que el personal médico sigue enfrentando insuficiencia de conocimientos, barreras culturales, temores, falta de pericia, o de apoyos didácticos para enseñar esta técnica auto exploratoria.

Pero además, cuando la mujer llega a identificarse alguna lesión en su seno mediante la autoexploración, se encuentra que no es una prioridad para ella porque no acude a consulta médica sino hasta varios meses después de haber identificado el tumor en alguno de los cuadrantes de su glándula mamaria, lo que denota falta de sensibilidad a que pueda ser cáncer y a que cada día que se pierde, la enfermedad se disemina (metástasis celular) y pasa a otros estadios con resultados fatales para la mujer y su familia. Y cuando decide ir a la consulta lo hace con un médico general que sigue siendo el primer contacto y no con un médico oncólogo.

Sin embargo, se debe de mencionar que este médico de primer contacto en la opinión de un 69.7% de mujeres encuestadas señalan que no fueron bien orientadas y 63.6%observaron una falta de conocimientos sobre esta enfermedad y falta de sensibilidad para pensar que puede ser cáncer y referirlo con un especialista. Esto lleva a la reflexión en torno al poco conocimientos que se tiene sobre la transición demográfica y epidemiológica que está viviendo nuestro país y se cuestiona el perfil del egresado de la carrera de medicina, así como la falta de aplicación real de un programa de capacitación continuo sobre el cáncer a todos los médicos generales por parte de la Secretaria de Salud que les permita, conocer la Norma Oficial Mexicana y mantenerse actualizado sobre el diagnóstico, tratamiento y manejo de esta enfermedad, que en el panorama epidemiológico está representando un serio problema de salud pública al estar ocupando el primer lugar como causa de muerte por cáncer de mama en la mujer.

En este mismo sentido se señala que hay un desinterés en la consulta por parte del médico que lo lleva a no atender a tiempo a la paciente por lo que genera incomodidad, desconfianza y en algunos casos cancelación o abandono de la consulta de la paciente generando con esto una imagen del médico de falta de seriedad y ética que debe prevalecer

en la relación médico paciente, por lo que debe de ocupar al sistema de salud para evitar que se incurra en simulación laboral y sub registro de datos estadísticos, practica muy frecuente en algunos trabajadores de la salud.

De igual manera podemos contrastar la actitud del médico, con la actitud de la usuaria quien muestra un gran interés por no perder sus consultas, ya que al conocer que enfrenta un diagnóstico de cáncer, esta enfermedad la relaciona con la muerte. Frente este temor acepta practicarse todos los estudios que se le indican por parte del médico, incluidos los de mastografía, procedimiento que es vivido por mucha de ellas como invasivo de sus intimidades.

Otro elemento que debemos considerar como una barrera es la economía de la salud de la paciente, ya que muchas de ellas se encuentran en pobreza extrema, debiendo considerar que frente a esta enfermedad no hay recurso que económico que alcance, aun con el apoyo de su familia y del seguro popular.

En este mismo sentido se debe observar que hay una falta de información hacia la paciente sobre el comportamiento epidemiológico de esta enfermedad que ocupa el primer lugar como causa de muerte en las mujeres cada día más jóvenes, el no concientizar y educar en la salud a las pacientes es reducir la participación de ellas en su tratamiento y que puedan sumarse como sujeto activo e informado que oriente a su familia y comunidad para reducir la presencia de esta enfermedad.

De las 33 pacientes oncológicas encuestadas, el 84.8% refieren que el cáncer se desarrolló por la influencia del estilo de vida, considerando que el 30.3% tiene antecedentes de cáncer de mama por vía materna, el 18.2 por vía paterna y el 54.5% por otros tipos de cáncer, resulta de suma importancia en virtud de que si bien no podemos modificar la carga genética de cáncer de mama, si se puede corregir el estilo de vida ya que incluye alimentación, ejercicio, recreación, descanso, saneamiento ambiental, vivienda entre otros.

Resulta de suma importancia los aspecto culturales en la paciente oncológica ya que en la respuesta sobre sus creencias, la fe es una determinante de mucha trascendencia en el proceso salud enfermedad, lo que determina en gran medida la actitud sobre el cáncer de mama, la cual es mal interpretada al desplaza en una imagen divina y esperar la generación de un milagro para la curación de esta enfermedad, generando desconocimiento, desidia e inmovilidad en la paciente y su familia al buscar la atención médica oportuna.

De igual forma es de considerar que el número de pacientes que responde que no tienen conocimiento sobre el estadio en el que encuentra su enfermedad es muy elevado, lo que permite inferir que si hay un bajo nivel de compresión de su riesgo personal y por lo tanto hay un bajo nivel de conciencia de vida, y autocuidado de su salud, lo que puede generar una falta de adherencia al tratamiento médico, así como en integrar con eficiencia una adecuada estrategia de prevención que nos permita modificar la evolución de la enfermedad y así reducir las complicaciones.

En este mismo sentido es de mencionar que en relación médico paciente el proceso

de la comunicación enfrenta limitantes ya que en un alto porcentaje se señala que no han recibido información suficiente sobre su enfermedad lo cual implica el tratamiento y pronostico, lo que estaría limitando la efectividad de las intervenciones y por consecuencia el pronóstico y su calidad de vida.

4 I CONCLUSIONES

De acuerdo a los resultados obtenidos en la presente investigación se cumplió con el objetivo general y los específicos toda vez que se logró establecer una estrategia de enseñanza y prevención para disminuir el índice de cáncer de mama en mujeres mayores de 25 años de edad en el Centro Estatal de Atención Oncológica de Morelia, Michoacán, logrando identificarlos factores que están influyendo para que se esté presentando el cáncer de mama en mujeres cada día más jóvenes.

La hipótesis planteada en relación a que una estrategia de prevención disminuye el índice de cáncer de mama en mujeres mayores de 25 años de edad, está apoyada por los resultados obtenidos en esta investigación, lo que permite demostrar que el trabajo realizado sobre la prevención del cáncer de mama está siendo insuficiente, como se demuestra al revisar la incidencia y la tasa de morbimortalidad del panorama epidemiológico de esta enfermedad.

La presente propuesta de una nueva estrategia de prevención para disminuir el índice de cáncer de mama en mujeres mayores de 25 años de edad en el Centro Estatal de Atención Oncológica de Morelia Michoacán, surge de los resultados obtenidos de la presente investigación; donde se consideran 4 ejes básicos para lograr el objetivo planteado.

1.- Sensibilización

2.- Difusión

3.- Prevención

4.-Evaluación

SENSIBILIZACIÓN

En este eje, se considera necesario retomar la importancia de la figura de medico como un prestador de servicio que debe de sustentar su quehacer en la medicina a partir de una identidad humanista que le genere un valor ético y moral, en donde la educación y formación profesional sea una prioridad para hacerse llegar un conocimiento integral que le permita ser guía, consejero, amigo, quien atiende, más allá de los males somáticos, sus repercusiones espirituales, incluida en ellas la interpretación delirante que puede hacer la enferma de su mal, de la amenaza de morir, del temor y la esperanza; considerando lo anterior se propone:

Impartir un taller sobre bioética, a través del cual permita favorecer la reflexión crítica sobre su quehacer como médico de primer contacto, donde se retomen los valores,

tomando como referencia el juramento hipocrático.

DIFUSIÓN

Gestionar espacios en radio y televisión, que permita informar a la población en forma permanente sobre el cáncer de mama, generando un espacio de diálogo entre la población y el personal médico para aclarar y orientar sobre esta enfermedad.

PREVENCIÓN

Capacitar al personal médico de primer contacto de la secretaria de salud en relación a la importancia que tiene la prevención del cáncer de mama en virtud de ser la neoplasia que está ocupando el primer lugar en morbimortalidad en mujeres cada día más jóvenes.

Promover que los consultorios médicos de la Secretaria de Salud, cuenten con la Norma Oficial Mexicana 041.

Promover en toda mujer de 25 años y más, la autoexploración de la glándula mamaria.

Identificar factores de riesgo de cáncer de mama en toda mujer que acuda a consulta a partir de los 25 años de edad

En mujeres con factores de riesgo para cáncer de mama, otorgar orientación sobre el padecimiento.

En mujeres con factores de riesgo, realizar ultrasonido mamario, a partir de los 25 años de edad.

Implementar en el plan de estudios de la carrera de medicina la materia de oncología.

EVALUACIÓN

La evaluación de impacto calcula el cambio en el bienestar de los individuos que puede ser atribuido a un programa o política en particular. Esta evaluación es útil dado que contribuye a mejorar la efectividad de los programas sociales al identificar si la meta esperada es alcanzada debido a la presencia del programa en sí o a otras variables, si existen efectos no esperados y si los beneficios compensan el costo del programa.

Se considera evaluar el impacto de la estrategia de prevención al año de haberla implementado en la Secretaria de Salud, esperando que los índices de morbimortalidad de cáncer de mama disminuyan en las mujeres mayores de 25 años de edad, en donde se generen cambios en sus estilos de vida.

BIBLIOGRAFÍA

Álvarez, A, R. (2008). Salud pública y medicina preventiva. (Sexta Reimpresión). México: Ed. Manual Moderno.

Bland, K. Copeland III. (2012). Historia del tratamiento de cáncer de mama. 4ª. Edición. México: Ed. Panamericana.

Bland, K. Copeland, E. (2007). La mama manejo multidisciplinario de las enfermedades benignas y malignas (3ª edición). Argentina: Ed. Panamericana.

Briones, G. (2002). Metodología de la investigación cuantitativa en las ciencias sociales, programa de especialización en teoría, métodos y técnicas de investigación social. México: Ed. Trillas. Cárdenas, S, J. (2013). Consenso Mexicano sobre diagnóstico y tratamiento del cáncer mamario. Colima: Ed. Elsevier.

Coll, C. (2008). Ayudar a aprender en contextos educativos: el ejercicio de la influencia educativa y el análisis de la enseñanza. Barcelona España: Ed. Universidad de Barcelona.

Consenso Mexicano sobre diagnóstico y tratamiento del cáncer mamario. (2013). Colima.

Consenso Nacional sobre diagnóstico y tratamiento del cáncer mamario. (2011). Colima.

Cordera, R. et.al. (2010). Las determinantes sociales de la salud en México. México: Ed. Fondo de Cultura Económica.

Creswell, J, W. (2003). Diseño de investigación. Enfoques cualitativos, cuantitativos y métodos mixtos 2ª, edición. Thousand Oaks, California: Sage Publications.

Cruz, H, J. Rodríguez, S, C. y Barco, M, E. (2012). Oncología clínica. (5ª edición). México: Ed. Aula Médica.

De la Fuente, R. (2004). Psicología Médica. México: Ed. Fondo de Cultura Económica.

De Vita, V. et. Al. (2000). Principios y práctica de oncología epidemiológica del cáncer. 5ª. Edición. México: Ed. Panamericana.

Delors, Jacques. (1998). La Educación Encierra un Tesoro. UNESCO. Ed. Santillana.

Díaz, B, F. (2006). Enseñanza situada: Vínculo entre la escuela y la vida. México: Ed. Mc Graw Hill.

Díaz, B, F. Hernández, R, G. (2010). Estrategias docentes para un aprendizaje significativo una interpretación constructivista (décima edición). México: Ed. McGraw Hill.

Diccionario Terminológico de Ciencias Médicas (2009). México. Edit. Salvat.

Domjan, M. (2010). Principios de aprendizaje y conducta. México: Ed. Trillas.

Fermoso, E. (2009). Teoría de la educación. México: Ed. Trillas.

Fernández, M,N. (2011). Instrumentos de evaluación en la investigación educativa. México: Ed. Trillas.

Flores, M, H. (2004). Creatividad y educación. México. D.F: Ed. Alfaomega.

Fonseca, C. (2001). Cambios mágicos con PNL: Cómo invitar a tu vida los cambios que realmente necesitas. México: Ed. Pax.

Foster, C. et. al. (2011). Manual Washington de Terapéutica Médica. (33ª edición). España: Ed. Gea.

Freire P. (2004). Pedagogía da autonomía. Saberes necesarios para la práctica educativa.

Freire, P. (1970). Pedagogía del oprimido. Uruguay: Ed. Siglo XXI.

Frenk, G, P. Gómez, D, L. et al. (2007). Reforma integral para mejorar el sistema de salud en México. Vol. 49. México: Interamericana.

Ganong, W. (2014). Fisiología médica. (24ª edición). México: Manual Moderno.

García, F, R. (1999). Medicina nuclear en la clínica oncológica. México: Ed. McGraw- Hill.

García, F. et.al. (2007). Educación para la salud. 1ª. Edición. México: Ed. Santillana.

García, M. y Esquivel, C. (2010). Ética, bioética y conocimiento del hombre. México: Universidad Nacional Autónoma de México.

Gilroy, A. Macpherson, B. y Ross, L. (2012). Atlas de Anatomía. Madrid, España: Medica Panamericana.

Goldmand. (2014). Medicina interna de Cecil: Oncología médica. México: Ed. Elsevier.

Gómez, G. (2007). Desarrollo psicológico y aprendizaje. México: Ed. Trillas.

Gómez, I. (2005). Enseñanza y aprendizaje. Cuadernos de pedagogía. No. 250.

González, B, M. (2007). Tratado de medicina paliativa y tratamiento de soporte del paciente con cáncer. México: Ed. Panamericana.

González, F. (2011). El pensamiento de Vigotsky: Contradicciones, desdoblamiento y desarrollo. México: Ed. Trillas.

González, O,V. (2001). Estrategias de enseñanza y aprendizaje. México: Ed. Pax.

Granados, G, M. (2013). Oncología y cirugía. México: Ed. Manual moderno.

Guía para elaborar trabajos Académicos y de Investigación. (2011). Universidad Durango Campus Morelia. México.

Harrison. (2012). Medicina interna: Manejo del paciente oncológico. México: Ed. MacGraw Hill.

Hernán, S, M.(2010). Salud y enfermedad. México: Ed. La Prensa Médica.

Hernández, A, M. (2009). Epidemiología: Diseño y análisis de estudios. México: Ed. Panamericana.

Hernández, B.F. (2001). Desarrollo estratégico para la investigación científica. México: Eumed.net.

Hernández, R. Fernández, C y Baptista, P. (2003). Metodología de la Investigación. México: Ed. McGraw Hill.

Hernández, S. et. al. (2007). Fundamentos de Metodología de la investigación. México: Ed. McGrawHill.

Hernández, S. et.al. (2006). Metodología de la investigación. México: Mc.Graw Hill.

Hernández, S. et.al. (2010). Metodología de la investigación. (4ª edición). México: McGraw Hill.

Hilgard. E. (1967). Teorías del aprendizaje. México: FCE.

Jinich, H. et. Al. (2013). Síntomas y signos cardinales de la enfermedad. México: Ed. Manual Moderno.

Latarjet, M. Liard, A. (2012). Anatomía humana (4ª edición). Buenos Aires: Ed. Médica Panamericana.

Ley General de Salud, (2007). México: Secretaria de Salud.

Manso, S, L. (2015). Urgencias Oncologías. México: Ed. Ergon.

Mares, A. (2004). Tratamiento primario para el cáncer de mama temprano. Revista de especialidad Médico-Quirúrgica, septiembre-diciembre, año/vol.9 número 0003 ISSSTE. México.

Marie, K, F. López, L. et al. (2007). Cáncer de mama: un reto para la sociedad y los sistemas de salud. México: Ed. Interamericana.

Martínez, M.et.al. (2009). Políticas públicas para la detección de cáncer de mama en el siglo XXI, México: Salud Pública de México, vol.51, núm. 2, Cuernavaca: Ed. Instituto de Salud Pública.

Medina, H. (2013). Oncología clínica: Manual para médicos no oncólogos. México: Ed. Pydesa.

Mendoza, A, D. (2011). Guía para elaborar trabajos académicos y de investigación. Universidad de Durango, Campus Morelia. México.

Mondragón, C, H. (2009). Obstetricia básica. (5ª. edición). México: Ed. Trillas.

Monereo, C., Castellón, M., Clariana, M, Palma, M. (2012). Estrategias de enseñanza y aprendizaje: formación del profesorado y aplicación en la escuela. Barcelona, España: Ed. Grao.

Moore, K. Persaud, T. Torchia, M. (2013). Embriología clínica. Barcelona, España: Ed. Elsevier Saunders.

Munuera, N, J. et.al. (2004). Psicología para ciencias de la salud. España: Ed. MacGraw Hill. Murray, R. Mayes, P. et. Al. (2014). Bioquímica de Harper. (28ª edición). México: Manual Moderno.

Nigenda G, Caballero, M. González, LM. (2009). Proceso social de cáncer de mama en México. México: Interamericana.

Norma Oficial Mexicana 041SSA (2011). Prevención, diagnóstico, tratamiento y control estableciendo una apegada vigilancia epidemiológica del cáncer.

Parker, C, A. et.al. (2007). Anatomía y fisiología. México: Ed. MacGraw Hill.

Plancarte, S, R. (2006). Medicina perioperatoria en el paciente con cáncer. México: Ed. Manual Moderno.

Porter, R. Kaplan, J. (2014). El Manual Merck: Cáncer de mama. México: Ed. Interamericana.

Querci, G. Warren, R. Benson, J. (2014). Cáncer de mama. Madrid, España: Ed. Marbán Libros.

Quiroz, G, F. (2009). Anatomía humana. México: Ed. Porrúa. Rev. Cubana de higiene y epidemiología. (2011). Vol. 49, no.3. Cuidad de la Habana.

Sánchez, B, C. et.al. (2010) Tratado de las enfermedades de la glándula mamaria. (segunda edición). México: Ed. Manual Moderno.

Sánchez, C. et. al. (2010). Aspectos Históricos del Cáncer de Mama. 2ª. Edición. México: Ed. Alfil.

Sandín, M. (2013). Investigación cualitativa en educación, fundamentos y tradiciones. España: Ed. McGraw Hill.

Skeel, R, T. Khlief, S, N. (2012). Manual de quimioterapia del cáncer. México: Ed. Lippincott.

Suárez, D, R. (2002). La educación: Estrategias de enseñanza y aprendizaje, teorías educativas. México: Ed. Trillas.

Tapia, C, R. (2006). El Manual de Salud Pública. (Segunda edición). México: Ed.Intersistemas. Tendencias contemporáneas en educación. (2013). Unidades UPN Michoacán, de la Universidad Pedagógica Nacional.

Vara, S, E. et.al. (2011). Tendencias de la mortalidad por cáncer de mama en México 1980-2009. México: Ed. Instituto Nacional de Salud Pública.

Verástegui, A, E. et al. (2013). Calidad de Muerte en México. Ed. Instituto Nacional de Cancerología y Comité de Ética en Investigación.

CAPÍTULO 11

TURISMO E IMPACTOS AMBIENTAIS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL EM MARAÚ-BA

Data de aceite: 01/11/2021
Data de submissão: 06/10/2021

Andressa de Sousa Santos Ferreira
Mestra em Economia Regional e Políticas Públicas
UNEB - Universidade do Estado da Bahia
Ipiaú – Bahia
https://orcid.org/0000-0002-4565-7562

Helena Maria de O. Martins
Mestra em Economia Regional e Políticas Públicas
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz
Ilhéus – Bahia
https://orcid.org/0000-0002-1072-7452

Kamile Ferreira Araújo
Mestra em Economia Regional e Políticas Públicas
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz
Ilhéus – Bahia
http://lattes.cnpq.br/4639305640909138

RESUMO: O presente artigo investiga as relações entre turismo e desenvolvimento local, buscando identificar os impactos decorrentes dessa atividade sobre a reconfiguração socioeconômica e ambiental do município de Maraú-BA. Para tanto, utilizou-se como embasamento teorias de Território, definição do turismo como um valor econômico territorial, e de Desenvolvimento Local, relacionando os resultados que essa dualidade promove. Adotou-se o método de pesquisa exploratória e coleta de dados por meio de pesquisa documental e de campo, realização de entrevistas semiestruturadas e observação. A análise do material coletado considerou variáveis referentes às dimensões de infraestrutura e urbanização, economia, educação e aspectos sociais. Os resultados apontaram forte precariedade infraestrutural, revelada pelo descarte inadequado do lixo, ausência de saneamento básico e dificuldades de acesso rodoviário. Identificou-se em âmbito econômico um nível de renda relativamente baixo, decorrente de falhas educacionais como o elevado número de analfabetos em idade laboral e a ausência de qualificação profissional. Denota-se a preocupação sobre o uso da terra ao serviço do turismo local em relação aos recursos naturais da Península, por sua vez, inserida em uma Área de Preservação Ambiental (APA). Diante desse quadro, fica evidente a necessidade de uma gestão territorial sustentável, de modo a direcionar os investimentos e ações públicas a disseminar os efeitos das potencialidades turísticas como um instrumento de desenvolvimento local.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Local; Turismo; Maraú.

TOURISM AND ENVIRONMENTAL IMPACTS ON LOCAL DEVELOPMENT IN MARAÚ-BA

ABSTRACT: This article investigates the relationship between tourism and local development, seeking to identify the impacts resulting from this activity on the socioeconomic and environmental reconfiguration of the municipality of Maraú-BA. For that, it was used as a basis theories of Territory, definition of

tourism as a territorial economic value, and Local Development, relating the results that this duality promotes. It was adopted the exploratory research method and data collection through documental and field research, semi-structured interviews and observation. The analysis of the collected material considered variables related to the dimensions of infrastructure and urbanization, economy, education and social aspects. The results showed a strong infrastructural precariousness, revealed by inadequate garbage disposal, lack of basic sanitation and difficulties in road access. In the economic sphere, a relatively low level of income was identified, resulting from educational failures such as the high number of illiterates of working age and the lack of professional qualification. There is concern about the use of land in the service of local tourism in relation to the natural resources of the Peninsula, in turn, inserted in an Environmental Preservation Area (APA). Given this situation, the need for sustainable territorial management is evident, in order to direct investments and public actions to disseminate the effects of tourist potential as an instrument of local development.
KEYWORDS: Local Development; Tourism; Maraú.

INTRODUÇÃO

A abordagem territorial tem dado suporte analítico à consolidação das ações de promoção ao desenvolvimento local, tomando por base o espaço como um ambiente social que congrega relações de poder. Diante dessa complexidade, valores são atribuídos ao território mediante suas particularidades, como no viés econômico em que uma atividade principal dinamiza as demais, inclusive políticas de desenvolvimento (DINIZ, 2001).

A organização territorial de Maraú, localizado no Território Litoral Sul da Bahia, foi fortemente influenciada pela paisagem que sustenta a atividade turística. Formado por 18 povoados e 2 distritos, destaca-se os povoados costeiros de Barra Grande, Saquaíra, Taipu de Fora e de Dentro, Algodões etc. que compõem a Península de Maraú, responsável pelo dinamismo econômico. Essa região detém pousadas, hotéis, *resorts*, restaurantes e atividades culturais de alto padrão frequentados, principalmente, por turistas nacionais.

A partir desse cenário, o processo de consolidação do turismo em Maraú evidencia contradição com o coeficiente no Índice de Gini de 0.71 e o baixo IDH-M de 0,593 em 2010, pois apontam uma configuração socioeconômica desigual. O município pode ser considerado um bolsão de pobreza com renda per capita de R$ 437,51 em 2010, em comparação com a alta arrecadação municipal de R$ 37.726.776,46 em 2013 (Atlas Brasil, 2017; SETUR, 2015).

Logo, a problemática do estudo reflete sobre: De que maneira o turismo ordena a territorialidade e desenvolvimento em Maraú-BA? Assim, o objetivo é investigar as relações entre turismo e território, através da análise da atividade turística e seus impactos sobre a reconfiguração socioeconômica do município, o modo de vida dos moradores e condições ambientais de Maraú-BA.

TERRITÓRIO: CONCEPÇÕES E VALORES

A incorporação do território ao eixo da Economia Regional foi impulsionada pela mudança global ocorrida após as duas primeiras guerras mundiais, as crises entre elas, seus impactos econômicos. Por meio desse novo olhar, os planejadores de políticas públicas passam a priorizar o território, como fundamento do desenvolvimento, analisado conforme as relações sociais que nele se materializam (DINIZ, 2001; ALCOFORADO, 2006).

Dado como um termo polissêmico, o território não é homogêneo e apresenta dinâmicas complexas, conforme resumo conceitual da Tabela 1.

Teórico	Características
Milton Santos	O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.
Carlos Brandão	O território é uma mera superfície recipiente, de embarque e desembarque de capitais/coisas/pessoas, construir-se-á, graças à proximidade de atores cooperativos, um poderoso consenso, baseado nas relações de confiança mútua comunitária, que sustentaria, ao fim e ao cabo, o processo de avanço e progresso para todos.
Rogério Haesbaert	O território deve ser visto como revelador de parte ou de todas as dimensões: sociais, políticas, culturais, econômicas e, até mesmo, ambientais. É fruto de uma relação complexa entre os processos sociais e o espaço material e imaterial.

Tabela 1- Dimensões conceituais e teóricas que envolvem a terminologia do território

Fonte: Adaptado de Fernandes (2013).

Essa construção conceitual, que valoriza as dimensões material, de identidade e organizacional, incorpora-se o desenvolvimento sustentável e o planejamento, confirmando a importância da governança, das escalas de gestão, principalmente em nível local como fundamento para combater as fragilidades cíclicas da globalização. Por isso, o planejamento territorial tem se tornado cada vez mais participativo, correlacionando as dinâmicas locais e territoriais, um contexto econômico e societário em que transcorrem os processos de mudança social (SCHNEIDER, 2004; BRANDÃO, 2011; SALEM, 2014).

Entretanto, efetivar um prisma escalar de desenvolvimento se pauta em um conjunto de diversos valores produzidos na sociedade: sociológico, político, psicológico, econômico, segundo Lévy (1986). Sendo que em muitas situações o valor econômico é simplificado apenas ao valor de uso do território e de troca das coisas, porém a configuração econômica deve se pautar em um conjunto de atividades que subsidiem a principal, conforme sinaliza o conceito da cesta de bens, desenvolvida por Lancaster (1966), que propõe a geração de renda através da diferenciação territorial.

Independente do setor, o ativo será determinado pela peculiaridade do território como quando a paisagem se destaca e há uma tendência natural de impulsionar a economia para atividades produtivas e serviços relacionados ao turismo. Nesse caso, o turismo se torna um valor para o território e sua cesta de bens estará voltada à urbanização, conservação do patrimônio, melhor qualidade de vida das comunidades receptoras e sustentabilidade (MARTINS, 2007; ESPÍRITO SANTO; MACEDO, 2014).

TURISMO E DESENVOLVIMENTO

Assim como na maioria dos fenômenos socioeconômicos, o turismo não tem um conceito unidimensional. Adotando a vertente inclusiva, compreende-se o turismo relacionado ao "desenvolvimento de ações para minimizar impactos negativos e maximizar os positivos [...] que envolvam a sociedade em todos os seus aspectos econômicos, políticos, culturais, sociais e ambientais [...]" (Panosso Netto, 2010, p. 17). Ao longo do tempo, foi incorporada à classificação, os tipos de turismo, a saber: Ecoturismo, Turismos Rural, Cultural, Social, de Estudo e Intercambio e de Sol e Praia etc. Segundo Brasil (2008), o Turismo de Sol e Praia, caracterizado por relacionar o lazer ou descanso às praias, predomina no Nordeste.

O turismo se apresenta como uma atividade econômica multidimensional que tem o potencial de desenvolvimento, porém, quando "desenvolvido sem planejamento adequado, pode ocasionar mudanças no território dos lugares onde se insere [...] tanto no ambiente natural, quanto cultural da população receptora e tem um papel na produção e consumo do espaço". Dessa forma, o turismo se torna um "agente estressor" que causa desordem ao local e às relações que nela se constituem (MARTINS; MOLINA, 2008, p.1).

Visto sob essa ótica, o turismo passa a servir apenas o crescimento econômico e não ao desenvolvimento sustentável, ocasionando atrasos no progresso local e afetando a qualidade de vida da comunidade. Entretanto, ressalta-se que o turismo, quando devidamente explorado pelo poder público, proporciona muitos outros benefícios, além do quesito emprego, afinal, "o desenvolvimento verdadeiro só existe quando a população em seu conjunto é beneficiada" (Furtado, 2002, p. 21).

Historicamente no Brasil, o turismo está ligado à paisagem litorânea e confirma a relação direta entre a atividade econômica e desenvolvimento territorial por meio de dois caminhos: o urbanismo e o ordenamento. Se por um lado o urbanismo ficou marcado pelo grande número de construções, infraestrutura e serviços; o ordenamento proporcionou o crescimento urbano, decorrência do êxodo rural. Martins (2007) ressalta o estabelecimento dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) como reforço do alinhamento entre o turismo e ordenamento e aponta como tendência uma inflexível convergência na urbanização.

METODOLOGIA

Este trabalho é fundamentado em uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa. A coleta de dados envolveu i) pesquisa bibliográfica e documental através de planos e documentos da política pública de incentivo ao turismo: livros, estudos teóricos e publicações governamentais; e ii) pesquisa de campo por meio de entrevistas que seguiram roteiros semiestruturados e direcionados aos representantes dos atores locais nas dimensões: população, poder público e mercado (4 moradores locais, 2 empresários hoteleiros, a prefeita, a chefe do gabinete e os secretários de Infraestrutura e de Turismo).

As entrevistas semiestruturadas foram registradas em gravador, através da função dos *smartphones*, em fotos e vídeos. Vale ressaltar que o critério de escolha dos entrevistados foi a relevância de sua atuação no processo do desenvolvimento turístico local, daí a necessidade de analisar e comparar as diferentes percepções dos impactos que o turismo gerou ao município de Maraú-BA.

Outro procedimento metodológico utilizado para a coleta de dados foi a iii) observação que tornou possível às pesquisadoras uma análise qualitativa de maior impacto, tendo em vista o aperfeiçoamento da compreensão da realidade dada, seus impactos e a tentativa de corroborar para as melhorias futuras. Seguindo a proposta deste trabalho, a observação foi arrematadora tanto para o processo fechamento da problemática e objetivos quanto para a análise da caracterização da atividade turística e o desenvolvimento local em Maraú.

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARAÚ

O município de Maraú (Figura 3), localizado no litoral do estado da Bahia, em uma área total 848.381 km², situado na zona turística da Costa do Dendê, a 251 km ao sul da capital Salvador, foi originado em 1705, a partir da descoberta, por frades capuchinhos italianos de uma aldeia indígena conhecida como *Mayra*[1]. Ao final da década de 1930, por meio do Decreto Lei nº 10.724, de 30 de março de 1938, a área foi elevada à categoria de Cidade, cuja nomenclatura oficial tornou-se Maraú (IBGE, 2010).

1 Anos depois, em 1717, foi fundado o distrito de *Mayrahú* que, ainda no mesmo ano, foi elevado à categoria de freguesia, denominada São Sebastião de *Mayrahú*. Mais tarde, em 1761, foi criada a Vila de *Mayrahú*, que perdurou durante aproximadamente dois séculos (IBGE, 2010).

Figura 1 - Localização do município de Maraú-BA e principais povoados da Península

Fonte: Dados da pesquisa.

Como levantado pelo IBGE (2010), Maraú conta com dois distritos: Ibiaçú e Piabanha, e, além da sede, abarca dezoito povoados, dentre os quais se destacam os costeiros: Barra Grande, Ponta do Mutá, Saquaíra, Taipu de Fora, Taipu de Dentro e Algodões (Figura 1), localizados na extensão da península onde predominam as atividades turísticas. O município é constituído por sessenta e seis setores censitários, sendo sete deles urbanos e quarenta e nove rurais. Em 2010, do total de habitantes correspondente a 19.101, cerca de 15.540 concentravam-se em áreas rurais, IBGE (2010). Com base em dados recentes, a população prevista para o ano de 2016 foi de 21.246 habitantes, IBGE (2016).

A configuração histórico-econômica de Maraú teve como pilar central a agricultura, especificamente a cultura do cacau, seguida da emergência das atividades turísticas, como constatado por (ESPÍRITO SANTO; MACEDO, 2014, p.8) ao afirmarem que "ao final do século XX, principalmente após a crise na lavoura cacaueira o turismo despontou como uma potencial atividade econômica na Península de Maraú". Ainda assim, Ione Faria, chefe de gabinete da prefeitura de Maraú, relatou que a agricultura familiar continua sendo a atividade econômica que concentra o maior número de trabalhadores, sobressaindo-se a produção de coco, piaçava, dendê, cravo da índia, pupunha, cacau, guaraná e pimenta do reino, bem como a atividade pesqueira, Silva e Souza Filho (2011).

Entretanto, este panorama vem passando por mudanças, tendo em vista o acentuado crescimento da atividade turística na Península. Ao observar a Tabela 2, nota-se o avanço do setor terciário entre os anos 2010 e 2014, dado que o valor adicionado por parte dos serviços

ao Produto Interno Bruto do município de Maraú, em 2014, aproximou-se do dobro do seu resultado em 2010. A elevação da atividade terciária decorre, principalmente, do avanço dos serviços turísticos no município.

Setor de Atividade	2010[a]	2011	2012b	2013	2014	Taxa de evolução %
Agropecuária	37.241	37.308	36.781	39.914	47.610	28%
Indústria	5.905	6.582	6.726	7.331	9.602	63%
Serviços	29.355	36.724	43.435	50.000	57.925	97%
Serviços públicos	37.655	42.458	48.215	58.920	63.246	68%
Impostos-subsídios	3.220	3.869	3.816	4.317	4.324	34%
PIB	**113.376**	**126.941**	**138.973**	**160.481**	**182.707**	**61%**

Tabela 2 - Evolução do PIB do município de Maraú, por grandes setores de atividade, entre os anos 2010-2014.

Fonte: IBGE (2010), em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

[a] Os dados da série revisada (2010 a 2014) têm como referência o ano de 2010, seguindo a nova referência das Contas Nacionais. b Os dados da série encerrada (1999 a 2012) têm como referência o ano de 2002.

TURISMO EM MARAÚ

O turismo no município de Maraú é considerado uma atividade econômica de relevância responsável, em grande parte, pela arrecadação local. Observa-se que os produtos e serviços derivados do turismo estão fundamentados na beleza natural do lugar, divulgado como Caribe brasileiro. Maraú é um dos quatro maiores destinos da Bahia em questão de turismo, conforme Brasil (2010) cujos atrativos são as belas praias e o estilo de vida tranquilo do local.

A Península de Maraú é o local do município que concentra as demandas turísticas, situada entre a foz do Rio Jaguaripe e a Baía de Camamu, com 115 km de extensão de litoral que abrange praias, baías, manguezais, área de restinga, piscinas naturais etc. De modo que, a cesta de bens do município está vinculada ao potencial do Turismo de Sol e Praia e se fortalece pelos atrativos: i) naturais: cachoeiras, praias, rios; ii) aventura: passeios de barco, mergulho e jardineiras; iii) cultural: festas e eventos locais; iv) diferencial: recanto pouco explorado com acesso difícil e serviços de alto padrão (Brasil, 2008).

Recentemente, em maio de 2017, a Prefeitura Municipal de Maraú em parceria com o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) lançou a marca turística (Figura 2) para fortalecer imagem da Península, com foco na identidade local. De acordo a Prefeitura Municipal de Maraú (2017), a ação contempla as metas do Plano

Estratégico de Desenvolvimento e Implementação de Marketing Turístico, lançado no mesmo evento, para construção da imagem e melhor posicionamento do município como destino turístico, eliminando a visão dos povoados desvirtuados do município de Maraú. Portanto, foi criada a marca mãe que se diferencia pelo acento agudo na letra “u” a depender do povoado.

Figura 2 - Marca turística da Península de Maraú

Fonte: Recuperado de http://www.marau.ba.gov.br/, Prefeitura Municipal de Maraú, 2017.

Serviços Básicos

Existe uma clara subdivisão socioeconômica no interior do município de Maraú que, como já mencionado, é retratada na clara dualidade entre o rural e o urbano. Essa circunstância também é determinante no que diz respeito aos aspectos de infraestrutura da localidade em questão. Assim, foram observadas variáveis concernentes ao suprimento de necessidades básicas que assegurem a sobrevivência digna de qualquer indivíduo e o acesso a serviços públicos elementares e de qualidade.

O primeiro ponto analisado se trata do mecanismo de abastecimento de água oferecido aos domicílios, o sistema de canalização da rede geral de distribuição. Considerando os 66 setores censitários de Maraú, de acordo com IBGE (2010), 35 deles apresentaram privação superior a 80% nesse quesito. Segundo SETUR (2015) apenas 26,87% dos domicílios são atendidos pelo sistema e os demais precisam recorrer a um poço na propriedade, como comprovado durante a visita técnica, a maior incidência em áreas rurais.

A segunda variável investigada, saneamento básico, reflete a existência, ou não, de banheiros e esgotamento sanitário nos domicílios de Maraú. Foi constatado que apenas 7,15% dos domicílios são atendidos pela rede geral de esgotamento sanitário, por conta disso 41,13% das residências utilizam fossas rudimentares, segundo SETUR (2015). De

acordo o líder comunitário, o escoamento do esgoto é um grande problema, pois *“a fossa fica próxima do poço, então a contaminação da água é comum e causa problemas de saúde, infecção intestinal*”.

Quanto ao fornecimento de energia elétrica, observou-se um baixo nível de privação em relação às demais, visto que poucos setores sofrem com a ausência de energia elétrica. O panorama positivo quanto a esta variável se dá pelos últimos esforços governamentais, de âmbito Federal, como o Programa Luz para Todos. Por fim, foi verificada a variável do destino do lixo, um problema exposto com maior frequência por parte dos moradores. O secretário de Infraestrutura ressaltou que como *“Maraú tá dentro da área de APA, não pode ter aterro sanitário no município. O lixo coletado é depositado no lixão perto da estrada de chão da Península”.* Já o líder comunitário destacou que *“em 2014 foi feito o estudo sobre resíduos sólidos com a proposta de um aterro compartilhado entre Itacaré, Camamu e Maraú”.*

Economia

As Atividades Características do Turismo (ACTs) concentradas na Península de Maraú são atividades de alojamento (*resorts*, hotéis, pousadas e *hostels*) e alimentação (cabanas de praia, bares e restaurantes). As unidades produtivas são formadas, na sua maioria, por empresas de micro e pequeno porte, totalizando 85 que representam 37,6% dos empreendimentos locais de Maraú (SETUR, 2015). Segundo a chefe do gabinete da prefeitura, “*o turismo move o município... Se concentra na Península de Maraú e é o principal responsável pelos empregos gerados à população, seguido da prefeitura e das atividades de agricultura familiar, extrativismo e pesca”*.

Os empregados pelo turismo atuam em atividades de construção civil, limpeza, garçons, camareira, ajudante de cozinha etc., porém a taxa da informalidade do trabalho apresenta índice considerável, predominando no ambiente rural com maior incidência nas temporadas, eventos culturais e festas. Os ocupados por conta própria, acima de 18 anos, representam cerca de 40,7%, seguido dos trabalhadores sem carteira, com 32,7%, e os profissionais em situação de formalidade no emprego totalizam 23% (SETUR, 2015).

Dentre os moradores entrevistados da comunidade de Mangue Verde, região periférica de Barra Grande, um dos entrevistados foi o mestre de obras e carpinteiro que, na ocasião, estava dirigindo a construção de uma sauna em um hotel com mais 4 ajudantes também moradores da comunidade. O entrevistado apontou que *“o pessoal dos hotéis e restaurantes sempre procura meus serviços... É difícil ficar sem serviço”*. Em relação à renda familiar, disse que é suficiente e que a esposa também trabalha em Barra Grande. Outro destaque é que ele espera que o filho adolescente assuma seu lugar posteriormente, para tanto pretende passar toda a experiência profissional.

Outra entrevistada foi a recepcionista de um hotel de alto padrão, também moradora

de Mangue Verde, de 22 anos com o ensino médio completo que ocupa um cargo de confiança. Quando perguntada sobre o trabalho, ela demonstrou estar satisfeita, *“gosto de trabalhar aqui, é um bom emprego”*. Em relação aos cursos de qualificação, ela disse: *“muito difícil ser oferecido e quando tem não posso ir por causa do horário e transporte. O único curso que fiz foi o do* hotel de atendimento ao cliente”. Surgiu então a dúvida sobre a necessidade de ser fluente em outro idioma, e ela respondeu que não tem contato com estrangeiros, pois os clientes do hotel são turistas brasileiros das regiões Sul e Sudeste do país.

Educação

Partindo para a esfera educacional, os dados fornecidos pelo IBGE (2010) revelam alto número de analfabetos, de acordo com a situação censitária, com predominância no intervalo etário entre 15 e 59 anos, com 2.229 pessoas na área rural e 328, na urbana. Apesar de ser a maior faixa de classificação, o resultado chama a atenção inicialmente por corresponder ao momento esperado para a conclusão do ensino médio e ingresso no nível superior e a busca por empregos. Apenas 16,22% da população jovem entre 18 a 20 anos possui ensino médio, de acordo com dados do IBGE (2010).

Além do comprometimento do desempenho profissional, o analfabetismo acarreta dificuldades quanto às duas possibilidades supramencionadas, sendo um fator limitante à entrada e a continuidade de grande parte dos habitantes – que dependem da educação pública – em universidades e faculdades, bem como o avanço no mercado de trabalho e a garantia de oportunidades melhores e até mesmo um plano de carreira. Vale lembrar que essa é uma carência que afeta diretamente todas as outras, por ser um canal para oportunidades que, a longo prazo, tenderia a atrair novos rumos para o município.

Nas entrevistas foram relatadas queixas por parte dos moradores quanto à escassez de capacitação por parte do munícipio e por descontinuidade do aprendizado por parte dos empreendedores. Ao tempo em que os empresários reclamaram da falta de qualificação tanto para atividades consideradas simples, quanto para funções táticas e institucionais. Segundo a proprietária de uma pousada em Barra Grande: *“a gente tem dificuldade para encontrar funcionários capacitados aqui. Na maioria das vezes, tenho que promover um curso básico ou quando o cargo exige, contratar alguém de fora”.*

IMPACTOS AMBIENTAIS

As unidades de conservação representam 58,9% de toda a área do município de Maraú (SETUR, 2015). A Península faz parte da APA (Área de Proteção Ambiental) Baía de Camamu, criada em 2002, com 118.000 ha e que abrange os municípios de Camamu, Maraú e Itacaré, o principal objetivo é preservar o ambiente natural dessa região rica pela diversidade genética tanto da fauna e flora, como do sistema aquático (SILVA; SOUZA

FILHO, 2011). Inclusive, o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável da Costa do Dendê incluiu a implementação de 2 programas voltados para o abastecimento de água e esgotamento sanitário de Barra Grande com orçamento de R$ 1.451.088,78 e R$ 1.403.160,57, respectivamente.

Entretanto, apesar dos esforços para a minimização os impactos ambientais, ainda se faz recorrente muitos problemas. Dentre os entrevistados foram destacados alguns impactos negativos recorrentes no meio ambiente e ocupação do território. Segundo o líder comunitário de Barra Grande a atividade pesqueira, que era a principal fonte de renda do povoado, praticamente não é feita desde a consolidação do turismo. Segundo o entrevistado, *"as construções dos hotéis e pousadas fechou a passagem dos alevinos [peixes recém-saídos do ovo] dos rios para o mar e a pesca na região foi acabando"*.

Outro aspecto negativo foi a gentrificação que interfere na qualidade de vida da comunidade receptora e no ordenamento territorial, impactado a paisagem natural. A primeira gentrificação ocorreu devido à supervalorização imobiliária, em que os moradores de Barra Grande venderam os imóveis para dar lugar ao comércio, pousadas e hotéis. Então, esses moradores ocuparam uma região periférica, próximo ao mangue, por isso se chama Mangue Verde com *"cerca de 50 famílias que ocuparam a área e moram hoje em dia"*, segundo o líder comunitário.

Dentre os entrevistados há um consenso ao afirmarem que *"a moradia no Mangue Verde é muito boa, tranquila. Gosto de morar aqui porque é perto de tudo"*, segundo o mestre de obras. Apesar da precariedade dos serviços básicos, o segundo momento da gentrificação já começou devido à valorização imobiliária devido à proximidade de Barra Grande. Segundo o Secretário de Infraestrutura, terrenos e casas pequenas são vendidos por R$ 50.000,00. Inclusive, um dos entrevistados, um jovem autônomo, descreveu o seguinte: *"recebi uma proposta muito boa pela minha casa, aí vendi e construí outra em Taipu de Fora"*.

Outro importante aspecto se refere ao descarte incorreto dos resíduos sólidos e dejetos. A partir do momento em que o lixo é despejado de forma inadequada, uma série de efeitos encadeados comprometem a saúde dos moradores. O chorume presente na grande quantidade do lixo jogado no lixão, acabam contaminando os lençóis freáticos da Península. As predominantes fossas rudimentares, resultado da ausência de saneamento básico, tornam-se canais para dispersão da poluição, principalmente em dias de chuva, quando o conteúdo dessas fossas se mistura ao lençol freático.

CONCLUSÃO

O turismo tem dinamizado a economia local e faz parte de uma integração regional inserida no Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) da Costa do Dendê. Nota-se que a cesta de bens (transporte, alojamento, alimentação, passeios e eventos) do município de Maraú, especialmente da Península, tem agregado valor econômico

ao território e atraído turistas do Brasil e do mundo que buscam um lugar tranquilo, afastado, com pouca intervenção humana, rico de belezas naturais e paisagem exuberante.

Entretanto, a população local não tem usufruído de tantos benefícios. Muito pelo contrário, os processos de gentrificação alteraram a qualidade de vida das comunidades quanto aos serviços sociais básicos (esgotamento sanitário, abastecimento de água, acesso a saúde etc.), ao modo de vida, à fonte de renda (da pesca para prestação de serviços), além dos impactos ambientais ocasionados pela modificação do ordenamento territorial. Sendo assim, a problemática do estudo permitiu revelar que o turismo ordena a territorialidade e desenvolvimento em Maraú, favorecendo os empresários que utilizam sua força econômica para obterem êxito em suas reivindicações.

Foi possível observar ainda a relação negativa entre turismo e impactos ambientais e de infraestrutura. As carências relacionadas à infraestrutura básica como saneamento básico, destinação correta dos resíduos sólidos, dificuldades no acesso rodoviário e péssimas condições da estrada de chão, se destacaram. Foi constatado que a população recorre à informalidade por não possuir qualificação para atender as demandas da rede hoteleira e de restaurantes, sendo atribuído ao poder público falta de investimento.

Dessa forma, ratifica-se a complexidade que envolve a articulação entre os grupos de interesse e relações de poder do território, que em Maraú se concentra na atividade turística. Além de apresentar lacunas que impedem o avanço do turismo de forma sustentável, visando o desenvolvimento local que combate as privações de liberdade. Portanto, o turismo no município de Maraú deve se apoiar em uma reestruturação dos valores que movam a consolidação da atividade econômica.

REFERÊNCIAS

ALCOFORADO, F. **Globalização e desenvolvimento**. São Paulo: Nobel. 2006.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Atlas cidades:** *Maraú, BA*. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/marau_bae14e3>. Recuperado em 09 jan. 2017 de 2016.

BRANDÃO, C. A. Descentralização enquanto modo de ordenamento espacial do poder e de reescalonamento territorial do Estado: trajetória e desafios para o Brasil. In: V. R. Dallabrida (Org.), **Governança territorial e desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais**. Rio de Janeiro: Garamond. 2011.

BRASIL. **Marcos conceituais**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Brasília: Ministério do Turismo. 2008.

______. **Índice de Competitividade do Turismo Nacional**: Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional. Relatório Brasil. Brasília: Ministério do Turismo. 2010.

DINIZ, C. C. **A questão regional e as políticas governamentais no Brasil**. Universidade Federal de Minas Gerais (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional). 2001).

ESPIRITO SANTO, L. E. V. ; MACEDO, J. R**. Patrimônio cultural e turismo no município de Maraú – Bahia**: construções de um destino indutor. *Turismo: Visão e Ação*, 16(2), 294-318. 2014.

FERNANDES, M. de O. **Conceitos de território e lugar na contemporaneidade: a produção nas teses de pós-graduação em geografia de 2001-2011**. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Santa Maria. Rio Grande do Sul, RS, Brasil. 2013.

FURTADO, C. **Em Busca de um Novo Modelo:** Reflexões sobre a crise contemporânea. São Paulo: Paz e Terra. 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo 2010:** Cidades. 2016.. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=292070>. Acesso: 26 dez. 2016.

LANCASTER. **A new approach to consumer theory**. Journal of Political Economy, 74, pp. 132-57. 1966.

LÉVY, J. Centre-ville: toutes directions. Espaces Temps (33), pp. 50- 58. 1986

MARTINS, L. S. **Território, ordenamento e turismo**: entre os excessos da construção e os valores da conservação. Inforgeo, pp. 99-103. 2007.

MARTINS, J. S.; MOLINA, S. M. G. **Turismo e a emergência de novas territorialidades**: o caso de Itaúnas-ES. 2008.

PANOSSO NETTO, A. **O que é turismo**. São Paulo: Brasiliense. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAÚ. **Maraú:** rumo ao progresso. 2017. Disponível em: < http://www.marau.ba.gov.br/>. Acesso em:10 jun. 2017.

SALEM, E. **Planification Territoriale et Développement Durable** : quelles avenues pour la ville de sept-îles? Maîtrise em environnement. Université de Sherbrooke. 2014.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec. 1996.

SCHNEIDER, S. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. Sociologias, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 88-125.

SECRETARIA DO TURISMO. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável** (PDITS): Costa do Dendê. Governo da Bahia. 2015.

SILVA, I. R.; SOUZA FILHO, J. R. **Sensibilidade ambiental de praias:** um exemplo de análise para a península de Maraú, sul do estado da Bahia, Brasil. Pesquisas em Geociências, pp. 147-157. 2011.

CAPÍTULO 12

VOICES REFLECTING THE BURDEN OF DISEASE IN MEXICO

Data de aceite: 01/11/2021
Submission date: 06/10/2021

Blanca Estela Pelcastre-Villafuerte
Centre for Health Systems Research, National Institute of Public Health
Cuernavaca, Morelos México
https://orcid.org/0000-0003-4755-1881

María Guadalupe Ruelas-González
Center on Evaluation and Surveys, National Institute of Public Health
Cuernavaca, Morelos México
https://orcid.org/0000-0002-9692-3509

Tonatiuh González-Vázquez
Centre for Health Systems Research, National Institute of Public Health
Cuernavaca, Morelos México
https://orcid.org/0000-0002-6834-9909

Héctor Gómez Dantés
Centre for Health Systems Research, National Institute of Public Health
Cuernavaca, Morelos México
https://orcid.org/0000-0002-2025-3641

ABSTRACT: The health profile of the Mexican population today is very different from that of a few decades ago. Talking about the new face of health care in Mexico requires approaches that are not only based on quantitative approaches. **Objective:** To analyze the experiences of people with different diseases in order to understand the paths they navigate in seeking health care and the perceived quality of service received. **Material and methods:** A qualitative study was carried out with semi-structured interviews and focus groups, as well as analysis based on categories indicative of the health-care process. **Results:** The family network was identified as the most important resource for people who are ill. The response from health services was insufficient, with families and social networks promoting diversified health-care options. The experiences analyzed reflected lack of warmth and quality of care on the part of public healthcare providers, as well as the need for families to incur out-of-pocket expenditures in order to cover their health needs. **Conclusions:** From the perspective of health-care systems, the voices of those reached by this study indicate multiple challenges for the health sector, particularly for public health services, as regards resources and quality of care.

KEYWORDS: burden of disease, qualitative study, seeking health care, quality of health care

VOZES DO FARDO DA DOENÇA NO MÉXICO

RESUMO: O perfil de saúde da população mexicana hoje é muito diferente do de algumas décadas atrás. Falar sobre a nova face da saúde no México requer abordagens que não se baseiam apenas em abordagens quantitativas. **Objetivo:** Analisar as experiências de pessoas com diferentes doenças a fim de entender os caminhos percorridos na busca de cuidados de saúde e a percepção da qualidade do serviço recebido. **Material e métodos:** Foi realizado um estudo qualitativo com entrevistas semi-estruturadas e grupos focais, bem como análises

baseadas em categorias indicativas do processo de atendimento à saúde. **Resultados:** A rede familiar foi identificada como o recurso mais importante para pessoas que estão doentes. A resposta dos serviços de saúde foi insuficiente, com as famílias e as redes sociais promovendo opções diversificadas de assistência à saúde. As experiências analisadas refletiram a falta de calor e qualidade do atendimento por parte dos provedores públicos de saúde, bem como a necessidade de as famílias incorrerem em gastos extra-orçamentais a fim de cobrir suas necessidades de saúde. **Conclusões:** Da perspectiva dos sistemas de saúde, as vozes dos atingidos por este estudo indicam múltiplos desafios para o setor de saúde, particularmente para os serviços públicos de saúde, no que diz respeito aos recursos e à qualidade do atendimento.
PALAVRA-CHAVE: carga da doença, estudo qualitativo, procura de cuidados, qualidade dos cuidados.

1 I INTRODUCTION

The health profile of the Mexican population today contrasts sharply with the face it presented several decades ago. Each year, fewer children and women die prematurely, and fewer sudden deaths occur as a result of infectious diseases. Presently, people remain ill longer and suffer from several health conditions simultaneously, disease-related disability increasingly restricts the ability of patients to meet the requirements of daily life, and the moment of death is receding: people are dying later, but not necessarily healthier.[1-3]

Discussing the current health profile of Mexico[2] requires approaches that do not rely on numerical measurements and statistics alone; decoupling people and numbers from the social, cultural, educational, environmental and political contexts where they evolve does not permit an accurate understanding of the complexities inherent to implementing and ensuring the sustainability of health interventions. The process of providing care for people, whether they are healthy or ill, requires complementary viewpoints that enable a better understanding of behavior in the face of a wide spectrum of complex and varied health needs. As well as providing a more comprehensive understanding of the statistics based on a more humanitarian, caring, and just standpoint. To truly consider health as universal human right, it is essential to understand it from the perspective of healthcare service providers and the experiences of those who are ill and their families.[4]

Based on a humanized perspective, our study captured the experiences of a group of individuals suffering from different diseases. Our objective was to explore not only the paths they navigated when seeking medical attention, but also their perception of the quality of care they received from public healthcare providers.

2 I METHODS

We designed a qualitative study in order to recover the experiences and voices of individuals - and/or their family members - affected by the most representative health problems

as identified in a recent study of the Burden of Disease in Mexico.[2]

Our selection of diseases included the principal causes of premature death and disability tabulated by the Global Burden of Disease Visualizations Hub (2010).[5] We analyzed the data by age group and sex,[5] taking into account the magnitude and representativeness of the diseases in relation to their burden at various levels: physical, emotional and service demand. The study population was composed of males and females within the following age groups: children under five years of age, children aged five years and older, adolescents, individuals of reproductive age, adults, and older adults. Table 1 shows number of informants by group.

Age	Health Condition	Location Contacted				Total Informants
		Chihuahua	Morelos	CDMX	Chiapas	
0 – 4	Congenital malformation	CREE*	CREE	CRIT£	Community Shelter	23 mothers, 2 fathers
5 – 14	Epilepsy	CREE		CRIT		11 mothers
12 – 18	Adolescent pregnancy	CAPSβ	CREE		Women's Hospital	4 mothers 7 adolescent women
15 – 49	Musculoskeletal problems/ Injuries, violence	CEPAVIΩ	CREE		Home Address	8 women 5 men
50 – 64	Diabetes/ Hypertension/ Cervical Cancer / Breast Cancer	UNEMEα Hospital Gral.		ISSSTEπ	Home Address	10 women 10 men
65 y +	Diabetes / Limited mobility	Health Center	CREE	ISSSTE	Home Address	17 women 8 men

Table 1. Number of informants by age group, health problem and interview location.
*CREE Rehabilitation and Special Education Center
£CRIT Infant Rehabilitation Center
βCAPS Primary Health Care Center
ΩCEPAVI State Center for Domestic Violence Attention and Prevention
αUNEME Medical Specialist Groups
πISSSTE Institute of Security and Social Services of State Workers.

The following health conditions were analyzed: congenital malformations, epilepsy, musculoskeletal problems, diabetes, hypertension, cervical cancer (CCA), breast cancer (BrCa), limited mobility, as well as accidental injuries, adolescent pregnancy, and gender-based violence.

Data were collected under convenience sampling in four states of Mexico (north, Chihuahua; center, Mexico City and Morelos; south, Chiapas).

To identify potential informants, we followed several strategies: mothers of children

with congenital malformations and epilepsy (0-4 and 5-14 years old, respectively) were invited to participate through Telethon Children's Rehabilitation Centers (*CRIT* by their Spanish initials), the Rehabilitation and Special Education Center (*CREE* by its Spanish initials), and a community hostel; adolescents (12-18 years old) were contacted at the Advanced Centers for Primary Health Care (*CAAPS* by their Spanish initials), and subjects of reproductive age (15-49 years old) were approached at outpatient health services and a State Center for Prevention and Treatment of Domestic Violence (*CEPAVI* by its Spanish initials). Subjects with musculoskeletal problems were contacted at rehabilitation centers, and adults (50-64 years old) as well as older adults (65 years and older) at promotional, self-help and sharing groups pertaining to public health services, as well as in Medical Specialty Units (*UNEME*s by their Spanish initials) at public hospitals.

Additionally, 12 focus groups were organized (comprised of six-to-eight participants each) by age group and location (state), and 15 in-home semi-structured interviews were carried out where group formation was not possible. Both techniques were performed according to a thematic guide describing the health-care process for each of the selected diseases; the objective was to capture the experiences of the participants throughout their health-care process. The guide was organized into the following thematic categories: (a) perception of the health problem; (b) life experiences of individuals with a health problem; (c) paths to medical attention; (d) perception of healthcare quality; and (e) obstacles to medical attention.

We performed a qualitative content analysis based on the preceding categories. Data were coded using Atlas-ti v.7 software. To analyze the data collected, we organized the testimonies of the participants around the five aforementioned categories indicative of the health-care process. The results provided a description of the experiences that the participants or family members in the study groups endured throughout their care-seeking process, as well as a summary of the attention they received at healthcare facilities.

This project was approved by the ethics and investigation committee of the Instituto Nacional de Salud Pública. Informed consent was obtained orally for all participants once the study objectives, extent of participation required, and the management of participant confidentiality and privacy was explained. All information collected was transcribed, and participant information was deidentified. Those that agreed to participate were given a card with the contact information of the research team responsible for the study. An investigator of the team with a background working with vulnerable groups and in crisis containment training was responsible for the information collection.

3 I RESULTS

a) Perception of the Health Problem

According to the narratives of participants, the medical diagnoses were never well received. They were accompanied by a cascade of emotions including pain, anger, suffering, impotence, sadness, anguish, devastation, hopelessness, and annoyance. Even an adolescent who mentioned feeling happy knowing she was pregnant acknowledged feeling dread and fear at the same time.

In general, the participants expressed the need to gain a better understanding of their health condition - whether acquired or congenital – and to obtain more information about its origin, evolution and treatment. Those without medical information about their condition constructed explanations interweaved with religious beliefs, tradition, probability assumptions, and allusions to professional errors. For instance, the majority of older adults with diabetes were unable to clearly identify the origin of their disease: many mentioned hereditary factors while others referred to life experiences (traumas) as the cause of their condition.

b) Life experiences

The experiences of both the patients and those surrounding them were disrupted by the disease. It was not unusual for guilt to be associated with virtually all of the health conditions analyzed and to be assumed by the sufferers, who regretted not having taken care of themselves - the causes of their conditions ranged from poor diets to intake of toxic substances - not having recognized their condition in time and failing to act accordingly (particularly in cases of violence), and not having followed recommended medical treatment. They were also blamed by others for their situation, for example, the mothers of children with congenital malformations were often viewed as responsible for the condition of their children by family members. Testimonies of participants are presented in Table 2.

Category	Testimonial
a) Perception of the health issue	
Causes	*"…but in general, you're saying to yourself, seeing so [healthy] many children, it's not that they've done you wrong…but was it medical negligence? Was it because God wanted it that way? Better yet, I don't know if I should say God wanted it or not, or because it was time, or for some reason He sent this, there are so many things…" (Mother of a child with epilepsy)*
Blame	*"…for my husband's family, I'm to blame for what happened to the girl, I was always to blame. Why? -why didn't you take care of yourself, why didn't you eat better, why this, why that- and how would they know if I took care of myself if they never saw me during my pregnancy? We're married and they would put ideas in my husband's head -but no, she is to blame, if I were you, I'd leave her to carry her burden." (Mother of a child with a congenital malformation)*
b) Life experiences	
Changes	*"Well, the difficult thing about having diabetes is getting together with family and friends, it's not the same as when you didn't know about diabetes, because you could go out with friends or have family parties and grill steak and drink alcoholic beverages, so now what happens when the family has a reunion is that you isolate yourself, you leave to avoid the temptation (…), there are foods you shouldn't eat, so many times what one does, at least in my case, is have a small sample of everything and then leave, (…) -it's a lot of sacrifice to be here enduring this-…" (Man with diabetes)*
Feelings	*"- Well what happens when one realizes that they have diabetes is that one loses a lot of self-esteem, it is a matter of feeling as if you can't do anything, everything tires you out, you create an excuse for work, exercise, and even interacting with family, but I'm being well cared for and with control you can come back, like people say, to life, you are better again, you live better and exercise, you try to be useful, you don't stop being who you are -I'm sick and here I am- Right? So, with medication and help they give me, I move forward, while the diabetes can't be removed, it can be controlled…". (Man with diabetes)*

c) Pathways to medical attention	
Allopathic medicine	*"…when they see me and I meet those kind of people [people that do not visit clinics] I tell them, -no, look, they already took one [they removed one of her breasts], because I did not get a check-up on time and that's what's going to happen to you if you're stubborn like me, if you don't go and get checked- and they stay quiet, and then they start asking me questions, -what does it feel like, something?-, and I start to give my speech, I tell them -go and tell a family member to go too, and if you find something abnormal go, don't be stubborn like me-, I told them, -because you will end up just like me-…". (Woman with breast cancer)*
Traditional medicine	*"…I give him a special tea and look, he stopped convulsing (…), they cleansed him, maybe it was just the cleansing, well because my oldest brother mentioned that he was also like that, that he didn't want them to give him anything, he also says they cleansed him with an egg, and using herbs. (…) there are some things that are scientifically true, right? Especially when talking about if [healers] are actually effective, not all of them are charlatans, there are some where you say, -No, he is good…" (Mother of a child with epilepsy)*
Domestic Medicine	*"…we massaged him ourselves, with the ointments they prescribed and the compresses and nothing more…". (Mother of an adolescent son that suffered accidents and injuries)*
Syncretism	*"…when [my daughter] was in grave condition, in front of the house there lived a women that did cleansings and all of that, so my father in law went to that women and then called me, he told me, -you know what? The woman read my fortune and she told me someone with whom you have problems has hurt [your daughter] and that is why she is sick, since she is not baptized, all of the bad they were sending you fell onto the girl instead (…), they wanted to hurt you but it fell to the child and now what they want is to finish her, the woman also says that you should cleanse her with an egg and send her [to the woman] in order for her to see what is going on and so she can perform a vigil with a candle (…)-;I took an egg with me, and there in intensive care, I secretly cleansed [my daughter]…". (Mother of a child with epilepsy)*

d) Perception of healthcare quality	
Long wait times	*"…the wait for a consultation, they always give us one after two and a half or three months, for example now that I had a [muscular] tear, they did not attend me like they should have, I had to go to the Red Cross, so that they could give me a prescription for the pain, for the medicine, they gave me a shot there because when I arrived I could not walk, whereas at the Seguro Popular they will not attend you and well [I said], -doctor, I have a tear-, [they said] -well we can see you in two and a half months-…". (Woman with mobility issues)*
Efficiency	*"…so that is what is most difficult, that there is no timely and prompt medical attention, it is not difficult to wake up at 3 in the morning, at 4 in the morning, that is not hard, what is hard is that there is no decent medical care for us (…) you know? You go to the hospital and unfortunately there is no medical personal, the secretary is not there, the social worker is not there, the doctor has not arrived, and they start to hand out your number and you wait for two hours, that's it, why do you have to wait so long? (…) Here, do you have an emergency? Sit over there in a chair, a very uncomfortable chair, and you wait your two hours…". (Mother of a child with a congenital malformation)*
Information	*"…they didn't give me information, instead they told me, -you need to be in a course-, but they don't tell you for what reason, or why, so after 15 days you go to one of the courses and they [finally] tell you what they are for, so I say that the doctor should tell you, -you know what? You have cancer, this is what it is, they should tell you -the problem you have is this, you have to analyze the situation,- (…) I had to go to other places because I didn't know what cancer implied, what it was, nothing, they bombard us with information but we don't actually know what it means…" (Woman with breast cancer).*
Treatment	*"When Guillermo was born, honestly, I had to fight, fight is the correct word, I had to get down from the hospital bed after just giving birth, after a cesarean, with my catheter and my baby because he wouldn't eat, so I knew he needed something, I'm not a doctor but I'm also not ignorant, they wouldn't listen to me, until I left my bed and told them, -hey, my son hasn't eaten for 4 hours, he won't eat, he won't latch- (…) far from being rude, I had to be vulgar, but the only thing I gained was that they sent [my son] to the third floor, he didn't need an incubator but he did need some type of catheter (…) he needed platelets and I told the doctor, -doesn't the hospital have a [blood] bank? Please realize what you're asking me to buy, where do I look for [platelets]? Where can I find them?- as if I could just go to OXXO [a store] to buy platelets, when in the hospital they had platelets…". (Mother of a child with a congenital malformation)*

d) Obstacles to medical attention	
Limited Resources	*"…we have IMSS [insurance] but even so, there are times when the child needs medicine or catheter kits and we have to buy it all ourselves, medicine that sometimes our insurance does not have, we also have to buy ourselves, so yes, sometimes our insurance helps, but there are times we really need help, and we are pressed for money…". (Mother of a child with a congenital malformation)*
Costs of the illness	*"…the doctor told me, -no, you know what? We have to perform a biopsy because it looks like there is something wrong-. So then I asked the doctor, -well, how much money are we talking about for the biopsy?-, -around 5 to 8 thousand pesos- he told me, so I said -I don't have that, but it's not much, I can get it, but what happens if I am sick? He then says -if there is something wrong it will cost you an arm and a leg-, so my children told me -mom, stop there because we don't have the means, if they remove that, then it will be like pruning the cancer, it will just return with more-, [the cancer] would invade [my body] faster…". (Woman with breast cancer)*
Social values	*"…I have neighbors, that no matter how many times I tell them to get checked [they say], -oh, later on-, -oh no-, -I'm scared-, -I don't have time-, -I'm too embarrassed-, but it's better to lose a short time than everything…". (Woman with breast cancer)*
Discrimination	*"…we live in a society where we still do not have that culture where special children are treated equally, they are people and they make different sounds because they are different, that is, children can be cruel, but even adults are cruel sometimes with their stares, it's the type of stare, you don't know what the child is feeling, but when the child starts to understand, when they look in the mirror or when people look at them differently, they start to feel depressed…". (Mother of a child with a congenital malformation)*
Lack of social networks	*"It is because of the problem I have [the illness], because before [my daughters] would come see me, they would visit me when I was fine, when I worked, and all of that and now that I can't work, not anymore, they don't come anymore…". (Man with limited mobility)*

Table 2. Testimonials about the perceptions of the health care process.

The lives of the participants were changed by disease. Their conditions posed specific needs that forced them and their families to modify their lifestyles. One of the adjustments made most frequently by the families of adolescents with injuries was to reduce recreation and leisure, thereby limiting their interactions with other family members.

On receiving a diagnosis of breast cancer, the women interviewed felt compelled to immediately adhere to the restrictions indicated by the medical staff and distribute their household tasks among other family members, most frequently their sons and daughters, although their partners also shared the work.

Men with diabetes repeatedly recounted the activities they could no longer perform and the restrictions they had been forced to accept as a consequence of their disease, especially emphasizing diet changes. They also reported changes in their character and mentioned the need to "once again learn how to live, but differently" in virtue of all the adjustments they had

been obligated to make, beyond diet changes and regarding their interpersonal relations and family lives.

The participants related feeling discouraged and disappointed by their situation, with lower morale and affected self-esteem. It is noteworthy, however, that these emotions may be overcome or eliminated if their conditions were properly controlled and monitored.

c) Paths to Medical Attention

The paths to health care were contingent on circumstances involving both the disease and the patient (e.g., age and sex). Participants were motivated to seek care for a number of reasons. For instance, women with BrCa recalled symptoms that drew their attention such as nipple discharge and lumps or bulges, and then with information they had heard through various sources such as television or other women, they became concerned enough to seek medical attention. Other women recognized, however, that the presence of these signs and even information from outside sources, had not been sufficient reason for them to take action. In many cases, the influence of people who were close to them and had experienced the same problem was key to seeking assistance early on and in identifying and adopting preventive behaviors.

Persistent pain was the symptom that most frequently compelled participants to seek medical care. Disability was also cited as a cause for seeking care, with a large proportion of older women postponing the search for assistance until reaching a state of immobility without knowing why. In some cases, family members contributed to a delay in seeking care by underestimating the symptoms and/or discomfort expressed by the participant.

The testimonies of the participants concurred that allopathic medicine and its various options represented the optimal health-care recourse, in which they had placed their hopes and expectations for improvement in either their own condition or that of their sons and daughters. However, the course of events surrounding their illness had forced them to knock on other doors and seek alternative resources for their needs. For instance, as regards emergency services, women and their partners felt an urgency to receive care, which tended to differ from the perceptions of the medical and administrative staff. Therefore, participants did not receive assistance when requested and were thus forced to seek other providers and/or spaces to be attended to.

Likewise, affiliation with a public health institution did not always guarantee the provision of care. For instance, several families covered by the Seguro Popular government insurance program had been forced to seek other health-care options since the Seguro Popular did not include many of the healthcare interventions they required.

Participants with sufficient economic resources utilized private healthcare providers, which they believed provided more a accurate diagnosis due to the usage of better technology. Some participants also mentioned practice of traditional and domestic medicine, as well as religious rituals. When health-care services became inaccessible due to lack of resources or

other reasons, some patients continued their care at home.

d) Perception of Healthcare Quality

When participants sought medical attention at public healthcare providers, they were met with long wait times and delayed appointments which gave rise to a perception of a system that offered neither efficiency nor quality.

An examination of some of the diseases included in this study revealed difficulties associated with the quality of healthcare services that were received. For example, many who sought medical assistance at public health facilities for congenital malformations described the care as mistreatment, characterizing it as inappropriate, rough, rude, unfriendly, and inhumane, with some women reporting that they were forced to demand timely care, as they had neither been listened to nor acknowledged. In addition to the quality of the care itself, the constant rotation of service providers was identified as a problem that often interfered with follow-up care for their condition.

The lack of information provided by medical professionals was a recurring complaint of patients and their families, along with insensitivity on the part of personnel on different occasions. Women with BrCa reported that the information they received from medical staff was limited, preventing them from making sense of the numerous interventions recommended by staff themselves, and from pursuing any needed additional measures. This situation combined with what patients had heard from people outside the medical profession (lay knowledge) led to erroneous explanations that lacked medical expertise and in turn mitigated the anxiety of patients; this gave patients a false sense of security. In contrast, individuals receiving care for certain chronic diseases such as diabetes reported that they had received a favorable response from medical providers.

e) Obstacles to Medical Attention

The respondents faced many obstacles in their care-seeking process. Firstly, they were often forced to see multiple professionals in order to receive the most complete diagnosis and treatment possible. This led to increased expenses, given the need to buy medications, pay for required therapy and cover the travel costs incurred when referred to other providers. Those with congenital malformations often faced out-of-pocket expenses despite being insured through a health institution. In general, the cost of care (for transportation, medication and rehabilitation) often exceeded the ability of patients to pay, becoming the principal obstacle to seeking and obtaining medical attention. Some conditions such as diabetes and accidental injuries required prolonged care and/or rehabilitation. Several women also mentioned the need to pay for follow-up treatment of their adolescent children until their resources were depleted. Among older women, problems of mobility were often complicated by the lack of employment, limiting their income and hence their access to medical care. Women frequently listed the following reasons for their procrastination in seeking medical attention: the need to

take care of their children – their highest priority - excessive work both inside and outside the home, the lack of support from their partners, and limited resources.

Several respondents emphasized that diseases such as cancer required many years of specialized treatment not guaranteed by health services. For women with BrCa, the lack of access to public health services and the high cost of care were problems which interfered with the need to address their health condition. Notwithstanding these limitations, they continued to seek alternatives when possible.

Older adults with diabetes explained that controlling their condition obligated them to take on more responsibility as they required in-home procedures. However, for them, this sort of domestic follow-up was difficult, as it represented additional expenses (buying glucometers and test strips) which they were unable to afford.

Many participants had manifested symptoms that were misunderstood or not seen as linked to serious health problems, leading them to postpone seeking medical assistance in a timely manner. Moreover, some health conditions went unnoticed, such as domestic violence, which had in many cases been normalized and become part of the difficulties of daily life. In these cases, somatization was common, with participants often failing to connect these symptoms to the violence, at times even refusing to acknowledge it. Women also frequently mentioned that medical professionals had little time to explore the underlying causes of their symptoms, making it difficult to identify domestic violence as a health problem in a timely fashion.

Another kind of obstacle reported pertained to the social sphere, specifically as regards discrimination. Several participants were discouraged from seeking care for reasons related to the fear and shame of being criticized and/or judged.

For most participants, support networks were present at the beginning of the life cycle but weakened or disappeared with age. Illness itself affected the social networks, since it involved not only the patients, but also the family and the people around them. As stated by one woman with cancer, "when one has cancer, the whole family is sick," referring to the involvement of family members who shared the burden of the diagnosis and arranged treatment for the disease. According to the self-reports of participants, particularly of older adults with diabetes, it also fell to the family, mostly the daughters, to offer words of encouragement and help motivate their mothers, who often felt downhearted.

Even if family was a bulwark of support for many facing illness, this resource was not always present for all health conditions, nor in all stages of life. Accounts from older adults with limited mobility indicated the loss of their support networks after retirement. The departure of children from the family home, with the consequent lack of needed practical and emotional support that this entailed, affected older women, who became more vulnerable as they no longer enjoyed the autonomy of youth, and were forced to face their risks and need for care alone. Main results are concentrated in Figure 1.

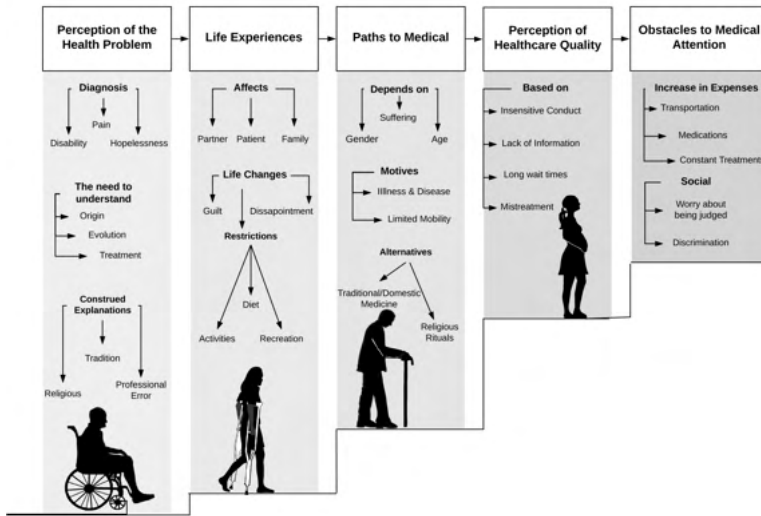



Figure 1. Perception of network support.

DISCUSSION

The health situation prevailing in Mexico today reflects a complex epidemiological reality combining communicable diseases with a growing burden of chronic and degenerative conditions affecting an increasingly older population.[6,7] Health services confront a continuing demand for consultations where conditions are no longer acute or unique but chronic, and resulting from multiple causes (e.g., comorbidity). Solutions therefore require a more sophisticated and comprehensive medical framework.[8,9] It is imperative to adapt the Mexican model of care to the new health demands. Given the qualitative nature of our work, listening to the voices of ill people and/or their families allowed us to clearly visualize the gap between the experiences of people suffering from the most relevant health problems in Mexico and the response of health services charged with resolving them. Our findings point to a number of opportunities for improvement in the care offered by providers and health services.

It is clear that seeking medical attention is not always synonymous with finding satisfactory assistance, because of failures in the health-care system. Furthermore, care is often not sought at all or is delayed because of cultural factors such as the lack of importance accorded to individual health, and/or a perception of low risk with regard to certain health conditions. As other authors have noted, understanding these factors is necessary for implementing actions to improve the organization of health services in pursuit of a more effective, equitable, efficient, and accessible response to the health needs of the population.[11,12] Listening to the voices of service users clearly indicates the need to adapt

health-care institutions towards providing continuity of care for long-term conditions (e.g., diabetes mellitus, congenital malformations, problems of mobility among older adults, breast cancer, and somaticized domestic violence). The experiences analyzed also spotlight the need for incorporating new treatments and rehabilitation programs[13] (particularly for congenital malformations, injuries, limited mobility and gender-based violence). The voices of the ill, and/or their families were expressed as a wave of complaints regarding the quality of health services. Above all, the interpersonal aspect of care, one of the main criteria for judging all health care systems was reported as having inadequate or completely lacking dignified treatment of patients, timely and clear information, and patient education to promote better decision making in regard to disease treatment.[12,14-16]

The narratives of our informants also point to gaps in the supply and coverage of health programs, lack of interventions targeted at problems characterized by their frequency as opposed to their severity, persistent out-of-pocket expenses, and the devastation of having to pay for catastrophic health care as documented by other authors.[17-19]

Although the health-care system undertakes actions that – from the perspective of our respondents – represent good service and generate important advances, the challenges persist. Actions must be oriented around the needs – rather than the diseases - of patients, thus fostering a person-centered model. Additional approaches promoting new strategies for services and care are also needed.[20-23]

All the health conditions discussed in this study immediately alter the course of life, not only for the patients, but also for those close to them, a phenomenon also documented by other authors.[24] Emotions marked by rejection, fear, anger, guilt or self-blame, as well as the need to make adjustments to the environment, also require the creation of new or improved approaches to care including psychological strategies and sources of support capable of promoting wellbeing in the population.

Studies on the burden of chronic degenerative diseases[2] situate these among the principal causes of multimorbidity. Conditions not prevented or detected at the primary-care level – with the patients often having to consult several physicians before receiving a diagnosis - ultimately require care that is expensive from a social, physical and economic perspective, and become a burden for services as well as for patients and families. In light of the current health needs of the population, coupled with the ongoing socio-demographic and epidemiological transition in Mexico, health services must be reoriented not only towards health promotion and disease prevention, but also towards strategies for controlling chronic illnesses. Special emphasis must be placed on ensuring long-term care, avoiding obstacles and providing services that are able to resolve the needs presented by patients.[25]

Long-term health conditions, such as those addressed in this study, affect not only the patients, but the families too, as all share the experience of suffering. The support and care provided by the family are vital for recovery. However, families dynamics have sustained significant changes - partly as a result of migration and employment demands - and are often

no longer in a position to provide the care and support that patients may need.[26,27] This is a relevant factor which the health-care system must take into account.

One of the limitations of this study is that the states in which information was collected were chosen for convenience, and thus, do not necessarily represent a methodological criteria that could amplify the diversity of the patient experiences within different contexts and enrich the understanding of the subject.

Nevertheless, we consider this study a first approach that may enrich future quantitative analysis of the disease burden in Mexico.

In conclusion, the voices in our study underscore the importance of drawing on public input in determining health-care needs and priorities. Taking the affected population into account, and understanding their experiences with disease as well as their life conditions, environments and needs provide guidelines for improving the organization and provision of health services. We hope that the present document contributes to this effort.

REFERENCES

1. Lozano R, Gómez-Dantés H, Garrido-Latorre F, et. al. La carga de enfermedad, lesiones, factores de riesgo y desafíos para el sistema de salud en México. **Salud Publica Mex** 2013;55:580-594.

2. Lozano R, Gómez-Dantés H, Pelcastre B, Ruelas MG, et. al. **Carga de la enfermedad en México, 1990-2010. Nuevos resultados y desafíos.** Cuernavaca, México: Instituto Nacional de Salud Pública/ Secretaría de Salud, 2014.

3. Lozano R, Naghavi M, Foreman K, et. al. Global and regional mortality from 235 causes of death for 20 age groups in 1990 and 2010: a systematic analysis for the Global Burden of Disease Study 2010 [published correction appears in Lancet 2013; 381(9867):628]. **Lancet** 2012;380(9859):2095-2128.

4. Hamui Sutton L, Fuentes García R, Aguirre Hernández R, et. al. **Expectativas y experiencias de los usuarios del sistema de salud de México. Un estudio de satisfacción con la atención médica.** México, D.F.: UNAM, 2013. Accessed December 2, 2020. http://www.facmed.unam.mx/bmnd/SatisfaccionAtencionMedica.pdf

5. **Visualizaciones de la carga global de la enfermedad para México.** Accessed August 14, 2020. http://viz.healthmetricsandevaluation.org/gbd-compare/

6. Mathers CD, Stevens GA, Boerma T, et. al. Causes of international increases in older age life expectancy. **Lancet** [Internet]. World Health Organization. Published by Elsevier Ltd/Inc/BV. All rights reserved.; 2015;385(9967):540–8. Accessed August 17, 2019. doi.org/10.1016/S0140-6736(14)60569-9

7. Córdova-Villalobos JA, Barriguete-Meléndez JA, Lara-Esqueda A, et. al. Las enfermedades crónicas no transmisibles en México: Sinopsis epidemiológica y prevención integral. **Salud Publica Mex.** 2008;50(5):419–27.

8. García-Peña C. **La enfermedad crónica y los costos de la salud al envejecer.** 2010; 205–14. Accessed July 20, 2015. http://www.inger.gob.mx/bibliotecageriatria/acervo/pdf/envejecimiento_y_salud_14.pdf

9. Prince MJ, Wu F, Guo Y, et. al. The burden of disease in older people and implications for health policy and practice. **Lancet** [Internet]. Elsevier Ltd; 2015;385(9967):549–62. Accesed March 29, 2020. http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736(14)61347-7

10. Arredondo A. Factores asociados a la búsqueda y uso de servicios de salud: Del modelo psicosocial al socioeconómico. **Salud Ment** 2010;33(5):397–408.

11. Hirshon JM, Risko N, Calvello EJ, et. al. Health systems and services: the role of acute care. **Bull World Health Organ** [Internet]. 2013;91(5):386–8. Accessed August 11, 2020. http://www.who.int/entity/bulletin/volumes/91/5/12-112664.pdf

12. USAID. Health Systems 20/20. 2012. **The Health System Assessment Approach: A How-To Manual. Version 2.0.** Accessed June 5, 2020. www.healthsystemassessment.org.

13. Céspedes GM. La nueva cultura de la discapacidad y los modelos de rehabilitación. **Aquichan** [Internet]. 2005;5(1). Accessed August 9, 2020. http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=74150111

14. Alcántara MA. (coord.). **La calidad de la atención a la salud en México a través de sus instituciones: 12 años de experiencia.** México, D.F.: Secreatría de Salud/DGCES; 2012. 239 p. Accessed August 9, 2020. https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/60111/libro_02.pdf

15. Fajardo G, Dolci FTH **Definiciones y conceptos fundamentales para el mejoramiento de la calidad de atención a la salud.** Secretaría de Salud. México; 2012. Accessed June 5, 2020. http://www.calidad.salud.gob.mx/site/editorial/dgr-editorial_00.html

16. Saturno PJ, Gutiérrez JP, Armendáriz DM, et. al. **Calidad del primer nivel de atención de los Servicios Estatales de Salud. Diagnóstico estratégico de la situación actual.** Cuernavaca, México: INSP, 2014. Accessed August 14, 2020. https://www.insp.mx/produccion-editorial/publicaciones-anteriores-2010/3328-calidad-atencion-servicios-estatales.html

17. Urquieta-Salomón JE, Figueroa JL, Hernández-Prado B. El gasto en salud relacionado con la condición de discapacidad. Un análisis en población pobre de México. **Salud Publica Mex**. 2008; 50(2):136–46.

18. Sales F. **El gasto catastrófico en salud como factor de vulnerabilidad.** México, D.F.: CESOP; Documento de trabajo 119/2011. Accessed Augus 9, 2020. http://cesop.blogspot.mx/2012/01/el-gasto-catastrofico-en-salud-como.html

19. Knaul F, Arreola-Ornelas H, Méndez O, Martínez A. Justicia financiera y gastos catastróficos en salud: Impacto del Seguro Popular de Salud en México. **Salud Publica Mex.** 2005;47(SUPPL. 1).

20. Ceballos PA. Desde los ámbitos de enfermería, analizando el cuidado humanizado. **Ciencia y Enfermería** 2010; XVI (1): 31–5.

21. Díaz-Veiga P, Sancho M, García A, et. al. Efectos del Modelo de Atención Centrado en la Persona en la calidad de vida de personas con deterioro cognitivo de centros gerontológicos. **Rev Esp Geriatr Gerontol** 2014; 49(6):266–271.

22. Martínez T. La atención centrada en la persona. Enfoque y modelos para el buen trato a las personas mayores. **Sociedad y Utopía. Revista de Ciencias Sociales** 2013; 41, 209-231.

23. Contel JC, Muntané B y Camp L. La atención al paciente crónico en situación de complejidad: el reto de construir un escenario de atención integrada. **Atención Primaria** 2012; 44(2): 107–113.

24. González NG, García AMT, González LEB. Salud mental y emociones en pacientes con enfermedades crónico-degenerativas. Un acercamiento a la diabetes mellitus tipo 2. **Espac Públicos** 2011;14(32):258–79. Accessed June 29, 2020 http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=67621319013

25. Organización para la Cooperación y Desarrollo Económicos. **Estudios de la OCDE sobre los Sistemas de Salud: México 2016.** 35. Accessed June 29, 2020 http://funsalud.org.mx/portal/wp-content/uploads/2016/01/ocde_rhsmx_sp.pdf

26. Luna AGR, Garduño AG, Velázquez LET, Silva PO. Cambios en la cotidianidad familiar por enfermedades crónicas. **Psicol y Salud** 2010;20(1):111–7.

27. Pelcastre-Villafuerte BE, Treviño-Siller S, González-Vázquez T, Márquez-Serrano M. Apoyo social y condiciones de vida de adultos mayores que viven en la pobreza urbana en México. **Cad Saude Publica.** 2011;27(3):460–70.

CAPÍTULO 13

TEORÍA SOCIAL CRÍTICA MÁS ALLÁ DE LA MODERNIDAD

Data de aceite: 01/11/2021

Susana Raquel Barbosa
Iifleo -Universidad del Salvador

RESUMÉN: Si estamos de acuerdo sobre el punto de que los pensadores de la primera generación de la escuela de Frankfurt conforman un eje clásico de pensamiento y se desenvuelven entre la herencia del idealismo y la del marxismo postulando una crítica de la sociedad y la ciencia, vamos a estar de acuerdo también en que es difícil separar su propuesta de la última modernidad. Nuestra intención es pensar cómo se puede establecer una continuidad de crítica no moderna en estos pensadores a partir de algunas preguntas sin respuesta a la polémica Habermas-Marcuse en torno a la tecnología. Nuestra intención es también pensar los límites que vuelven (im)posible un diálogo entre la sociedad, la ciencia y la tecnología en torno a la persistente idea de dialéctica y tensión, presente en el interior de los problemas.Desde una historia crítica de las ideas filosóficas y asumiendo los postulados básicos de la primera teoría crítica, intentamos ofrecer un estado de la cuestión relevando los argumentos de Habermas y Marcuse pero especialmente la interpretación que Andrew Feenberg aporta casi dos décadas después y las suturas que ofrece desde su propuesta de racionalidades/modernidades alternativas.

PALABRAS-CLAVE: Teoría social, perspectiva crítica, modernidad alternativa.

SOCIAL THEORY CRITICAL IN ADDITION MODERNITY

ABSTRACT: If we agree on the point that the first generation of Frankfurt School's thinkers form a classic axis of thought and develop between in heritance of Idealism and Marxism postulating a critique of society and science, we will also agree that it is difficult to separate his proposal from the latest modernity. Our intention is to think about how a no-modern continuity of criticism of these thinkers can be established from some unanswered questions in the Habermas-Marcuse controversy about technology. Our intention is also to think the limits that make (im) possible a dialogue between society, science and technology around the persistent idea of dialectics and tension, present in the interior of problems. From a critical history of philosophical ideas and assuming basic postulates of the first critical theory, we try to offer a state of the question relieving the arguments of Habermas and Marcuse but especially the interpretation that Andrew Feenberg contributes almost two decades later and the sutures offered from his proposal of alternative rationalities/modernity.

KEYWORDS: Social theory, critical perspective, alternative modernity.

INTRODUCCIÓN

Sobre la teoría social crítica de la sociedad y de la ciencia del siglo XX y sus herederos en el siglo XXI

Cuando los integrantes del Instituto de

Investigación Social de Frankfurt organizaron unas jornadas para el estudio del trabajo a principio de los años ‘20 del siglo XX ignoraban que sus propuestas seguirían inquietando a la academia sudamericana cien años después. La intersección de variables que se cruzara entre 1880 y 1920 en la dimensión cultural y política, produjo en la teoría social y filosófico-social importantes cambios. La retracción del último sistema político de la modernidad, el idealismo, generó un vacío teórico que sólo pudo ser compensado con la fuerza de impacto con que se configuró la praxis y la filosofía que la secundara. En este punto, precisamente, se encuentra la propuesta del Instituto de Investigación Social de Frankfurt. Con la ventaja que le concedía la importancia de su mirador de privilegio, la teoría crítica pudo arrogarse el gesto de revisar toda la historia de Occidente desde este enclave de fusión, enclave que concilia segmentos del ideario idealista con certezas sueltas de la filosofía de la praxis.

En Hegel y Marx entonces se diseñó este producto capaz él mismo de desarticular la caja negra de la filosofía dogmática y de exhibirla en sus partes al mundo académico, de mostrar la endeblez de muchas de sus tesis incontrovertibles, de desnudar la frágil estructura que la sostenía. La crítica de la sociedad y de la ciencia se realizó desde este nuevo iluminismo que no temió exponer sus reservas frente a una razón que en su recorrido había sido esquiva de su propio carácter, ya que había incumplido lo que desde el inicio, estuvo reputado en primer orden, la emancipación.

Aquellos primeros integrantes del círculo interior y exterior del Instituto de Frankfurt, según la expresión de Honneth[1], ignoraban también que serían posteriormente considerados como la generación primera a la que luego seguirían otras, con Jürgen Habermas a la cabeza de la segunda y Axel Honneth liderando la tercera. Desoímos esta obligada sucesión de generaciones y colocamos al filósofo canadiense Andrew Feenberg[2] como el heredero legítimo del Instituto de Frankfurt en el mundo académico no europeo.

1 I RAZÓN Y TÉCNICA EN SUS USOS NO MODERNOS

Hacemos girar la cuestión ahora en torno a dos problemas y campos epistémicos, la razón/racionalidad, la técnica/ tecnología.[3] Tal como lo hemos investigado, la tradición que instala la teoría crítica se caracteriza por gestionar usos no modernos de un campo cognitivo, la razón.[4]

1 Axel Honneth: „Kritische Theorie. Von Zentrum zur Peripherie einer Denktradition“, Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie, 1 41 (1989), 1-32.

2 Proyecto actual bajo mi dirección, “Riesgo, cultura y técnica en la organización social. El aporte de Mary Douglas, Jürgen Habermas y Andrew Feenberg para interpretar el proyecto de la modernidad”, Iifleo, Universidad del Salvador (Sigeva-Usal/Conicet 80020200100118US) – 2022-2020.

3 La teoría crítica es crítica de la sociedad y la ciencia, según la concepción de Horkheimer y Adorno en 1920 y 1930. Consideran a la técnica y a la tecnología en forma separada. Hoy, en el campo de la filosofía de la tecnología, podemos hablar de tecnociencia, con lo cual unimos lo que en el siglo XX estaba separado. Cfr. Susana R. Barbosa, 2003: Primera Parte.

4 Proyecto (concluido) bajo mi dirección, “Usos del cambio, la razón y la técnica en la crítica de la metafísica, Max Horkheimer, Theodor Adorno, Herbert Marcuse-Andrew Feenberg”, Instituto de Investigaciones en Filosofía, Letras y Estudios Orientales (Iifleo), Facultad de Filosofía, Universidad del Salvador, 2018-2016, Código VRID: 1536. Sus resultados aparecen en S. Barbosa, R. Conti, C. Segovia y otros, *Razón, técnica, historia en sus usos no modernos como pilares de la crítica de la metafísica: Theodor Adorno, Hannah Arendt, Andrew Feenberg*, - 1ª ed. – Mar del Plata:

Estos usos son recibidos por Horkheimer, Adorno y Marcuse como el legado de Nietzsche (especialmente los trabajos de 1870) y de Marx (principalmente *Los Manuscritos de Paris*). ¿Qué significa que los usos del campo epistémico de la razón sean no-modernos? Mucho. En principio no se trata de una razón à la Kant, escindida y fracturada en secciones sin contacto, tampoco se trata de una razón reducida a su mero uso instrumental.[5] Se trata de una razón que busca ser racional, expresión paradójica que derivamos de Herbert Marcuse, 'razón irracional'. Con respecto al segundo concepto y campo epistémico, la técnica, encontramos un muro en el interior de la teoría crítica. Hoy podemos decir con la ventaja que nos concede el conocimiento de las innovaciones que llegaron después, y a riesgo de caer en un anacronismo, que la concepción de la técnica es pobre. Y lo es porque el grueso de las producciones de Horkheimer, Adorno y Marcuse registra un uso del concepto de técnica que Andrew Feenberg colocaría del lado de las definiciones esencialistas y sustantivistas[6] y que él opone a las definiciones constructivistas. El apetito esencialista de la definición descubre que la exhaustividad es inalcanzable y que Porfirio en todo caso fue el guión legítimo para las definiciones del cuatrocento.

2 | URGENCIA POR UN ENCLAVE LATINOAMERICANO

En primer lugar cabe aclarar que lo técnico es el aspecto con el que la globalización cultural se presenta en la sociedad altamente desarrollada; en nuestra sociedad, como una emergente o menos desarrollada, la globalización cultural presenta el aspecto de una sociedad que encierra la equis ('x') de su evolución futura. En ambas sociedades la presencia de lo técnico parece ser la esfera predominante, pero la diferencia que enfrenta las dos posiciones sociales es la de quién manda y quién obedece. La filosofía crítica de la tecnología toma la palabra desde la idea y el discurso para modificar la sumisión obediente de los países en desarrollo, para obviar el mandato de la sociedad altamente desarrollada acerca de lo que nos cabe esperar en materia de técnica y tecnología, y a fin de ofrecer una visión crítica de la mano de Andrew Feenberg.

En segundo lugar, este autor canadiense ha planteado el tema de América latina y su desarrollo activo en varias oportunidades en las que estuvo en Buenos Aires y en su propuesta de una modernidad alternativa[7]. Andrew Feenberg propuso esta tesis durante la década que él residiera en Japón y a propósito del afán del academismo europeo por identificar modernización y racionalidad con la civilización occidental. Nosotros pensamos que la propuesta elaborada a propósito de la modernidad japonesa en la posguerra es un enfoque aplicable a la interpretación de la modernidad acorde como se ha dado en América

Universidad Nacional de Mar del Plata, 2016. Libro digital, PDF (ISBN 978-987-544-726-4).
5 Max Horkheimer, 1992, Introducción.
6 Sin embargo, en algunos tramos de su producción reciente, Andrew Feenberg parece aceptar que Marcuse vislumbró un alcance de lo técnico mucho más extendido y, en ese sentido, superador del *corset* del límite esquemático de esencialismo-sustantivismo.
7 Andrew Feenberg, 1995: Parte IV.

latina, con desfasajes entre la modernización y el modernismo, tal como lo interpretara en su hora José Joaquín Brunner.[8]

3 I OBSERVACIONES DE ANDREW FEENBERG A LA TEORÍA DE LA TÉCNICA DE HABERMAS[9]

Feenberg es el principal referente de la filosofía de la técnica no solo porque ha sabido estilizar su propuesta desde la filosofía clásica en diálogo con la teoría crítica, sino porque ha establecido intercambio con los estudios sociales de la ciencia y la técnica y por su militancia vociferante de cambios sociopolíticos radicales. A Andrew Feenberg le interesa especialmente el lado político de la técnica, interés que pudo hacer fructificar en la teoría general de la instrumentalización.

Su teoría toma ventaja de las teorías esencialistas y constructivistas de la técnica.[10] Las teorías esencialistas se organizan en torno a la pregunta por el *qué* (*esencia*) de la técnica y provienen de la filosofía y las teorías constructivistas se organizan en torno a la pregunta por el *cómo* (*mediante contrastación empírica*) y proceden de los estudios sociales de la técnica. La particularidad de la teoría de la instrumentalización radica en aprovechar la propuesta desde la esencia (*qué*), pero reformulando la idea misma de esencia[11] y aprovechando también el *cómo* de la sociología de la técnica.

3.a- Ambigüedad de las distinciones analíticas y reales

En el artículo temprano "Ciencia y técnica como ideología" de 1968, Habermas ofrece una teoría transhistórica (sistemática) de la esencia de la acción técnica en general: mientras las formas históricas específicas de la ciencia y la técnica dependen de arreglos institucionales variables, su estructura lógica básica está arraigada en la naturaleza de la 'acción racional con arreglo a fines'. En un principio Habermas argumenta que 'trabajo' e 'interacción' poseen su propia lógica; la tendencia tecnocrática de las sociedades modernas es una consecuencia de la falta de equilibrio entre estos dos tipos de acción.

El *sistema* está integrado por instituciones reguladas racionalmente por los *medios* (mercado, administración) y el *mundo-vida* (dimensión cotidiana de la interacción comunicativa); la patología de la sociedad moderna es la colonización del *mundo-vida* por el *sistema* ('tecnificación del mundo de la vida').

Dice Feenberg que hay una ambigüedad de las distinciones analíticas y reales entre *sistema* y *mundo de la vida*. Es decir, para Habermas la diferenciación entre *sistema* y *mundo de la vida* es analítica: el *sistema* no es exactamente una institución social pero se refiere a instituciones existentes como estado o mercado en las que predominan las interacciones guiadas por *medios*. El *mundo-vida* no es exclusivamente una institución comunicativa sino

---

8 José Joaquín Brunner, 1987.

9 Por un tema de espacio hemos quitado la crítica de Feenberg a Marcuse.

10 Andrew Feenberg, 2006: 21-25.

11 Esta idea la desarrollamos en el apartado b- de este mismo punto.

que describe instituciones como la familia, en las que predomina la comunicación. Pese a que Habermas dice que son analíticas y que no se identifican con instituciones reales, para Feenberg tienden a identificarse con las reales. El estado y la familia terminan ejemplificando el *sistema* y el *mundo-vida*.

Con respecto a una racionalidad alternativa, Habermas advierte que el proceso de racionalización de Max Weber es muy limitado porque se refiere exclusivamente a control técnico y en cambio propone la posibilidad de una racionalidad comunicativa, capaz de realizar la libertad humana, que fuera bloqueada en la modernidad.

Para Andrew Feenberg, Habermas no ofrece un criterio concreto para cambiar la tecnología. La interpretación habermasiana de la modernidad es esencialista porque interpreta los fenómenos históricos específicos de la técnica en términos de una construcción conceptualista de tipo sistemático, que da la espalda a la historia.

Habermas apunta a extraer demasiado, una teoría de la historia, a partir de unas pocas propiedades dispersas y abstractas. La debilidad de esta concepción salta ante la periodización histórica ¿cómo fijar el flujo histórico en una esencia singular? En Habermas distinguiendo estadios tempranos de tardíos en la historia de la acción técnica en términos de grado de pureza en los que se diferenciara respecto de otras formas de acción.

3.b- Esencia histórica, una corrección a la idea de la filosofía clásica

Nos interesa detenernos en el tema de la esencia; tomamos la propuesta de la instrumentalización secundaria de Andrew Feenberg para así poder convertir el tono agorero de Heidegger y Habermas de un futuro negro para el género humano a causa de una tecnología opresora, en una nueva mirada que ignora la idea de tecnología como destino.

Si la pregunta por la técnica en Heidegger se topa con la esencia de la técnica y con la interpretación del encuadre, la misma pregunta en Habermas, supone una idea de técnica tan platonizante como la anterior. En uno y otro caso se trata de concepciones sustancialistas del fenómeno de lo técnico; hay un *qué básico e indestructible*, axioma éste que posibilita una definición de la tecnicidad de lo técnico, de su esencia. Desde la Grecia antigua, desde antes de Sócrates, con Parménides, la esencia es por definición lo invariante, fijo, estático. Y desde la Academia de Platón, a la esencia se asocia la idea, no como representación sino como el ser en tanto forma y, en tanto tal eterno.

Tanto Heidegger como Habermas, inscritos en diferentes tradiciones inmediatas de referencia –hermenéutica y teoría crítica- pertenecen sin embargo al suelo compartido del Occidente conceptualizador que fija, en forma determinante, las características de las cosas con esencias invariantes. Con dialéctica o sin ella, ambos, Habermas y Heidegger, tienen certeza de que la técnica y su esencia, entran en una teoría con delimitaciones claras y explícitas. Y esta certeza acaso fuera la responsable de confirmar el gran prejuicio filosófico contra lo empírico y lo concreto en el campo de la filosofía de la tecnología.

Es este prejuicio, precisamente, el punto que intenta desafiar Andrew Feenberg con

el esfuerzo por ofrecer una idea alternativa no sólo de técnica sino de esencia de la técnica. Curiosamente la esencia de la técnica à lo Feenberg tratará de asir su socio-historia y de no isolarla de sus contextos políticos, económicos y culturales. Se trata de una concepción de esencia que atiende al enclave histórico del que proviene y que se abre, a la vez, a horizontes de futuros muy diferentes de los avizorados por las teorías referidas. En términos de la teoría filosófica de la tradición, esta formulación no está lejos de ser considerada como una *contradictio in terminis.* Pero ubico la intención de Feenberg para desalentar la argumentación precedente: quiere volver productivo el diálogo de sordos entre una teoría filosófica estancada en el campo del estudio de la tecnología y los resultados de la evolución de los estudios sociales de la ciencia y la tecnología.

CONCLUSIONES O LOS USOS DE LA MODERNIDAD

Con respecto a este punto y con relación a los discursos de los años '70 no se ha avanzado mucho más que en la firme convicción de la imposibilidad de algo local en sentido absoluto y estricto. Aquí podemos acudir a una teoría de la innovación y a otra de la recepción. Desde esta última, sabemos que no hemos recibido sin más las ideas que vinieron de afuera sino que incorporamos el plus de nuestra tarea de desincorporación o desagregación de las partes ensambladas de la teoría de la apropiación, y desde una teoría de la innovación admitimos que hemos gravado nuestro propio cuño en la teoría filosófica externa o hemos copiado creativamente.

Sabemos por estudios de los '80 que nuestra modernidad está inconclusa y para advertirlo no precisamos las convicciones de Habermas; y ello porque la cotidianidad de nuestro mundo-vida es una evidencia de peso y porque hay otras teorías interpretativas como las estadounidenses (por ejemplo, M. Berman) o las latinoamericanas (por ejemplo, J. Brunner) capaces de discutir una modernidad que en el Conosur asume modelizaciones y modulaciones de heterogeneidad, hibridación y asimetría que, si bien pueden resumirse con expresiones descriptivas como 'modernidad periférica', con ellas no se comprenden ni se superan.

Proponer una modernidad alternativa es intentar sustraerse a visiones colonizantes o prehibridadas; es admitir que los procesos de modernización en su peculiaridad abrieron la posibilidad de quebrar la idea de una modernidad única y universal.

BIBLIOGRAFÍA

Susana R. Barbosa (2003), ***Max Horkheimer o la utopía instrumental***, 1ª ed. Buenos Aires, Fundación de Estudios para el Pensamiento e iberoamericano.

José Joaquín Brunner (1987), ***Los debates sobre la modernidad y el futuro de América latina***, Materiales para el debate contemporáneo N° 14, Clacso, Santiago de Chile.

Andrew Feenberg (2000): “From Essentialism to Constructivism: Philosophy of Technology at the Crossroads” en E. Higgs, D.Strong and A. Light (eds.), ***Technology and the Good Life,*** Univ. of Chicago Press, 2000.

Andrew Feenberg (2006): **“Del esencialismo al constructivismo. La filosofía de la tecnología en la encrucijada”**, trad. A. Lo Bianco e Ignacio Perrone, Universidad Nacional de Quilmes, 2006.

Axel Honneth (1989): **„Kritische Theorie. Von Zentrum zur Peripherie einer Denktradition“**, Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie, 1 41, 1-32.

Jürgen Habermas (1984), “Ciencia y técnica como ‚ideología‘” en J. Habermas, ***Ciencia y técnica como ‚ideología‘*** (*Techinik und Wissenschaft als “Ideologie”,* Frankfurt 1968), trad. M. Giménez Redondo y M. Garrido, Tecnos, Madrid, pp. 53-112.

Max Horkheimer (1992), ***Eclipse of Reason*** (1947), Oxford University Press, New York.

--

CAPÍTULO 14

EL "ENVERDECIMIENTO" DE COSTA RICA: UNA GUERRA CONTRA LA SUBSISTENCIA

Data de aceite: 01/11/2021

Ana Isla
Profesora del Department of Sociology and the Centre for Women's and Gender Studies. Brock University, Canada.

Este articulo fue presentado como ponencia en el Congreso de Sociologia, Uruguay, 2017.

RESUMEN: El Informe Brundtland de 1987 fue decisivo para establecer vínculos entre desarrollo y medio ambiente a través del concepto de desarrollo sostenible (SD). En este articulo analizo el SD, de acuerdo a como se discutió en la Cumbre de la Tierra de Río de 1992, y extiendo su evaluación a la "economía verde" desarrollada en Costa Rica, el primer proyecto neoliberal verde. En la "economía verde", los bienes y servicios provistos por la naturaleza dependen de la bolsa de valores. Un concepto clave en esta última versión del SD es el "capital natural", que se utiliza para referirse a los bienes y servicios que proporciona el planeta, como son agua, tierra, aire y recursos renovables y no renovables. Como resultado de la definición de la naturaleza como 'capital natural,' se abrieron nuevas áreas de intervención global y la naturaleza entró en el dominio de la política neoliberal. El argumento es que SD es bueno y deseable para el mundo entero, incluyendo y más particularmente para el llamado mundo subdesarrollado. Costa Rica ha sido un importante "laboratorio" para la experimentación en mecanismos innovadores de gobernanza ambiental utilizando los intercambios deuda-por-naturaleza. He llamado a esta ecología política "enverdecimiento" para indicar cómo los ecosistemas de un país endeudado se están desestabilizando cada vez más.

PALABRAS CLAVE: Enverdecimiento/ Enverdeciendo', Desarrollo Sustentable, Canje de Deuda por Naturaleza, Ecofeminismo, Genero y Naturaleza.

INTRODUCCION

En este articulo, presento la perspectiva ecofeminista para generar dudas sobre el mensaje predominante de que el Desarrollo Sustentable (DS) crea igualdad de género y social, reduce la pobreza, confronta la destrucción ecológica y combate el cambio climático. La perspectiva ecofeminista muestra la necesidad de utilizar un enfoque critico a la doble crisis - ecológica y social.

La primera parte presenta las criticas del ecofeminismo al capitalismo y al DS. Silvia Federici (2004) ha señalado al 'enclaustramiento' y Maria Mies (1986) ha apuntado al 'trabajo sin pago o mal pagado' como parte del funcionamiento del capitalismo patriarcal. Estas autoras argumentan que el sistema capitalista patriarchal mantiene relaciones de dominación y subordinación en general, y dominación de las mujeres por parte de los hombres, en particular. En seguida aplico estas perspectivas al analisis

del Canje de Deuda por Naturaleza entre Canada y Costa Rica (CDxN-C/CR) que se implementó entre el 1995 y 1999 por dos ONGs de 'medio ambiente,' operando en el Area de Conservación Arenal-Tilaran (ACA-Tilaran), este nombre ha sido cambiado por Area de Conservación Arenal Tempisque.

Esta segunda parte documenta una Guerra en Contra de la Subsistencia – esto significa una guerra en contra de una economia vivible al cual se desarticula - a traves de examinar tres crisis producidas por las 'soluciones' promovidas por el DS usando el CDxN-CR/C. Crisis con efectos dramáticos en la vida de las mujeres y los niños, campesinos e Indigenas, y de la naturaleza misma.

La tercera parte esboza el 'enverdecimiento' de la infraestructura para la extracción financiera de los nuevos bienes y servicios que se han creado como resultado del llamado desarrollo sustentable. Este articulo concluye introduciendo el termino "enverdeciendo" al capitalism, como una nueva fase de acumulacion de capital, y sosteniendo que la real Guerra del DS no es en contra de la pobreza, la insostenibilidad, y el cambio climatico sino en contra de la subsistencia.

CRITICAS DEL ECOFEMINISMO AL CAPITALISMO Y AL DESARROLLO SUSTENTABLE

He adoptado la perspectiva ecofeminista de la Subsistencia para discutir la experimentación de governanza del medio ambiente en Costa Rica, porque esta perspetiva critica al DS dentro de la estructura del crecimiento economico. El ecofeminismo argumenta que ha sido possible sostener la ilusión del crecimiento económico como proceso positivo y benigno porque los costos han sido forzados primeramente sobre las espaldas de aquellos a quienes se les ha devaluado: mujeres, campesinos, Indigenas, el llamado mundo subdesarrollado y la naturaleza.

Las teorias ecofeministas en particular han contribuido con el analisis de dominación de la naturaleza. Esta dominación tiene un significado especial para las mujeres, porque en el pensamiento patriarcal, a las mujeres se les ve más cerca de la naturaleza que a los hombres. Ariel Salleh (1994:110) mantiene que "A travez de introducir la conexión de naturaleza-mujeres-trabajo como una contradicción fundamental, el ecofeminismo afirma la primacía de una división del trabajo explotativa, basada en el genero, el cual simultaneamente altera el analisis de todas las opresiones hacia una problematica ecológica."

Programas asociados con el crecimiento económico tienden a resultar en 'enclaustramientos' y 'trabajos sin pago o mal pagados.' El movimiento del enclaustramiento empezó en Inglaterra en el siglo XVI con la expropiacion de las tierras comunales y la eliminación de los derechos basados en la costumbre (Hobsbawm 1996). Silvia Federici (2004) muestra que la acumulación primitiva no solo fue una precondición para el desarrollo del capitalism (Marx 1995), sino una cualidad esencial y permanente. Ella observa como la

privatización de los comunes ocurrió en el mismo periodo histórico de la Caza de Brujas que comandó la devaluación del estatus de las mujeres. Este proceso produjo una nueva división del trabajo basado en el genero, en el que la posición de las mujeres en la sociedad como proveedoras fue redefinido en relación a los hombres, convirtiendo a las mujeres en esposas, hijas, madres, y viudas. Todas estas denominaciones 'esconden el estatus de las mujeres como trabajadoras, mientras le dan a los hombres acceso libre al cuerpo de las mujeres, a su trabajo, y al cuerpo y trabajo de sus hijos' (2004:97). Federici muestra una linea historica del capitalismo patriarcal desde el enclaustramiento de los comunes y los juicios a las mujeres acusadas de brujas, hasta los tiempos modernos de prostitución y la venta de la naturaleza, de los cuerpos y el trabajo. Ella revaloriza el trabajo reproductivo, reconecta nuestra relación con la naturaleza, con nuestros cuerpos y con otros cuerpos, para recuperar el sentido de totalidad de nuestras vidas.

Maria Mies (1986) critica la cultura Occidental de que el trabajo de las mujeres no tiene valor y extrapola la idea de que el trabajo no pagado no tiene valor. Ella establece que el origen de la opresión de las mujeres está en la interconexión de tres sistemas: patriarcal, capitalista y colonial, y argumenta que cuando se describe a las mujeres, campesinos, Indigenas como 'cerca de la naturaleza', es para hacerlos mas explotables. Mies usa el termino 'housewifization' (trabajo domestico no pagado o mal pagado) para capturar el proceso por el cual el trabajo que sustenta la vida es devaluado, pero puesto al servicio de la production asalariada. Esta división del trabajo, entre trabajo reproductive (domestico, de subsistencia, y no pagado) y trabajo productivo (asalariado) es indispensable para el funcionamiento del capitalismo. Housewifization es la devaluación del trabajo definido como femenino, pero este concepto tambien se aplica a todos aquellos que no son biológicamente mujeres, pero son socialmente marginados, externalizados economicamente, y por tanto feminizados como son las comunidades Indigenas, los campesinos, y los subdesarrollados del mundo (en el Norte y el Sur) cuando sus tierras y productos son apropiados pagando poco o ninguna compensación a traves de la violencia structural.

Vandana Shiva (1989) revela otro componente importante en la Cultura Occidental, de que la vida en subsistencia es sinónimo de pobreza. Ella muestra que 'las economias de subsistencia, que satisfacen necesidades basicas a traves del trabajo de sus miembros, no son pobres en el sentido de estar desposeidos.' (1989:10) Despues de la II Guerra Mundial, esas economias fueron universalmente señaladas como 'pobres' por que el Producto Nacional Bruto – que cuenta solo bienes y servicios que pasan a travez del Mercado – fue introducido como standard internacional para medir la riqueza de las naciones. (Waring 1988) Bajo el analisis de Costo y Beneficio, es decir calculando el valor y la riqueza solamente en terminus monetarios, se hace invisible la abundancia de la naturaleza, las habilidades y la producción de las mujeres, campesinos, e Indigenas. Shiva le llama a este proceso 'maldevelopment' (malogrado) porque destruye la riqueza que pertenece a todos y trae miseria y privacion a las comunidades al 'permitir la violación de la integridad orgánica,

interconectada e interdependiente entre la gente y la naturaleza, y que reemplaza por un proceso de explotación, desigualdad, injusticia y violencia.' (1986:6/7) Shiva concluye de que las 'politicas globales,' de las Naciones Unidas (N.U.) y del Banco Mundial, para confrontar la 'crisis global' han creado una nueva división internacional del trabajo en el cual 'el Norte gana un nuevo espacio politico para controlar al Sur. Declaraciones acerca de confrontar la 'crisis global' crea una base moral para el imperialism verde.' (1994:198)

Ariel Salleh (1994) concluye que la opresión de las mujeres y la destrucción de la naturaleza no es simple económica. Por lo que expandir el sistema de valoración económica en la naturaleza 'es asumir que el sistema capitalista en general y la familia patriarcal como su microcosmos son instituciones que valen la pena preservarlos.' (1994:10) Por todas estas razones los proyectos y politicas que las N.U. y el Banco Mundial han impuesto bajo la bandera del DS y el 'capitalismo verde' no estan separadas de la vida diaria de las mujeres y los cuerpos feminizados, por lo que el análisis crítico del feminism es especialmente relevante.

EL CANJE DE DEUDA POR NATURALEZA ENTRE CANADA Y COSTA RICA: GENERO Y NATURALEZA EN LA GUERRA CONTRA LA SUBSISTENCIA

Para reestructurar la naturaleza local en areas de conservación que tengan significación global, muchos Canjes de Deuda por Naturaleza (C/DXN) fueron firmados entre los paises acreedores y los deudores. (Sheikh, 2007, 2010) Entre ellos está el C/DXN entre Canada y Costa Rica (1995), una iniciativa bilateral que implementó programas del llamado DS en el Area de Conservación-Tilaran (ACA-Tilaran). Los acreedores han creado reglas internacionales por los cuales ninguno de los gobiernos participantes están permitidos de recibir títulos de deuda directamente, sino que ellos tienen que donar a sus ONGs. El acuerdo firmado en 1995, exonera la mitad de la deuda de Costa Rica que debía al gobierno Canadiense, mientras la otra parte de la deuda fue donada a sus respectivas ONGs. En el caso de la deuda que estoy presentando, Canada donó los títulos de la deuda al World Wild Fund-Canada (WWF-C), que manejó, en asociación con el Ministerio de Ambiente y Energia (MINAE), el ACA-Tilaran. Costa Rica entregó la otra parte al Instituto Nacional de Biodiversidad (INBio). Las dos ONGs se convirtieron en acreedores del gobierno de Costa Rica. (Government of Canada and Government of Costa Rica 1995) El objetivo de éste C/DXN, de acuerdo al WWF-Canada, era "proteger el area de mayor degradacion ambiental, ayudar a estabilizar el uso de la tierra a travez de fortalezer las capacidades de manejo de los recursos naturales, y mejorar la calidad de vida de la gente Costaricense" (Tremblay & Malefant, 1996, pp. 9,10, 11). En ACA-Tilaran, el Ministerio de Recursos Naturales, Energia y Minas (MIRENEM, luego MINAE), la Agencia Internacional de Desarrollo Canadiense (CIDA) y el WWF-C desarrollaron un programa al que llamaron El Plan General de Uso de la Tierra (o El Plan de la Tierra).

El Plan de la Tierra permitió a los managers remover estratégicamente el derecho

a la tierra de los pequenos y medianos agricultores, y poner esas tierras en las manos de las ONGs y el MINAE. Este proceso logró la eliminación de los comunes naturales y enclaustraron 250,000 ha., de tierra del cual la gente local dependía para su vida diaria.

En ACA-Tilaran se examinan tres de los varios tipos de enclaustramientos: el de la biodiversidad para promover la competencia para el inventario y la prospección del conocimiento local de las plantas y animales; la venta de oxigeno como crédito de carbono; y el paisaje para el ecoturismo. Primero discutiré cada tipo de enclaustramiento para luego explicar como cada uno de esos resultó en una guerra en contra de la naturaleza, de los campesinos e Indígenas, y de las mujeres en Costa Rica.

I. Enclaustramiento de la Biodiversidad para la Biotechnologia

La Convención de la Diversidad Biológica, firmada en la Cumbre de la Tierra del año 1992, en Brazil, abrió las puertas para la expropiación de los recursos genéticos, convirtiendo al conocimiento comunitario de la naturaleza en lugares secretas y paranoicas. En el año 1998, Costa Rica creó la Ley de Biodiversidad (No. 7788) donde el artículo 6 determina que las propiedades bioquimicas y genéticas de la vida silvestre y de la biodiversidad doméstica están en el dominio público; por lo tanto el estado autoriza su exploración, investigación, bioprospección, y uso de la biodiversidad.

El gobierno tambien creó la Comisión Nacional para la Gestión de la Biodiversidad (CONAGEBIO) para desarrollar y coordinar políticas sobre la biodiversidad. Este estableció 4 tipos de permisos, uno de los cuales es la bioprospección, al cual CONAGEBIO lo ubicó al centro de sus actividades. La colección y selección de los genes de plantas y animales fue iniciada en las areas de conservación por los parataxonomistas trabajando para las ONGs internacionales, y su experimentación fueron realizadas en los laboratorios de las industrias farmaceuticas, medicas y agrícolas del mundo desarrollado.

La protección de los recursos naturales a traves del management es muy costoso. Desde fines de 1970s, algunas ONGs han construido una maquina de extracción multimillonia a traves de donaciones internacionales y transacciones de C/DXN privadas para obtener fondos internacionales (Hitz 1989). Esto continúa, por ejemplo, en el año 2009, Costa Rica Forever Association (CRFA por sus siglas en Ingles), compuesta por Nature Conservancy, the Linden Trust for Conservation, the Gordon and Betty Moore Foundation, y the Walton Family Foundation organizaron esta ONG con C/DXN. En el 2010, el Sistema Nacional de Areas de Conservación (SINAC) y la CRFA firmaron un acuerdo por 5 años para facilitar los derechos de propiedad intellectual de las investigaciones y otros estudios que se llevaron a cabo en las areas silvestres protegidas. Para el 2010, la creciente deuda externa de los paises con selva tropical ha sido la mejor vía para atraparlos en transacciones de C/DXN bajo un nuevo nombre – The Tropical Forest Conservation Act (Acta de Conservacion de la Foresta Tropical) (Sheikh 2010:14) La bioprospección a menudo se convierte en biopirateria porque expropia el conocimiento tradicional y biogenético de las comunidades Indigenas y

campesinas para alimentar la maquinaria de las corporaciones colonialistas.

II. Enclaustramiento de la Foresta como Sumidero de Carbono

En la Cumbre de la Tierra, del año 1992, los gobiernos acordaron enfrentar el cambio climático a traves del enclaustramiento de la foresta como sumidero de carbono. Las teorías cientificas han subrayado el hecho de que la vegetación de la foresta absorbe y guarda carbón que de otra forma se queda en la atmosfera, incrementando la temperatura y accelerando el cambio climático. En la Convención del Cambio Climático que se llevo a cabo en Kyoto en el año 1997, las corporaciones mas grandes, con el apoyo de sus gobiernos, propusieron una solución interesada: la creación de un Mercado Global en Dioxide de Carbón como parte de la agenda del DS, centrado en la foresta tropical de los paises endeudados.. El Protocolo de Kyoto se propuso estabilizar las emisiones del CO_2, para el año 2000. Entre las 6 clases de gases emitidas, el C02, descargado desproporcionadamente por el mundo industrial, se convirtió en imperativo debido al alto costo que implica para la industria.

Desde Kyoto, la foresta tropical ha empezado a ser valorizado económicamente en terminos del monto de carbón que sequestra. Como los sumideros de carbón se compra y vende en los Mercados internacionales, CR fue el primer país que 'voluntariamente' tomó parte en el Programa de Implementación Conjunta (Join Implementation Program - JIP) organizado por las Naciones Unidas (UNFCCC 2005). JIP (por sus siglas en Ingels) permitió a los paises industriales reducir la emission de cabón a travez de comprar creditos desde otros paises. Desde entonces numerosos certificados de pagos por servicios de ecosistemas se han creado, entre ellos están la Reduction of Emissions from Deforestation and Forest Degradation (REDD+) y el European Emissions Trading Systems (ETS) que están siendo implementados en varios de los paises endeudados con dramáticas consequencias para sus poblaciones locales.

III. Enclaustramiento del Paisaje para el Ecotourismo

Desde principios de los años 1990, bajo la presion del IMF y del Banco Mundial, la endeudada Costa Rica se convirtió en el destino ecoturistico más importante de America Latina. CR adoptó el ecoturismo como una estrategia del DS, como una prioridad para el empleo con la esperanza de atraer divisas internacionales e inversiones para pagar su deuda externa (Honey 2008). En el año 1996, el Presidente Jose Maria Figueres firmó la Ley Forestal No. 7575 y puso en efecto el Artículo No. 2 sobre expropiación de pequeños y medianos dueños de la tierra, en muchos casos sin compensación a los dueños (Vizcaino 1999). Nuevas areas de intervención para las ONGs fueron declaradas 'areas silvestres', que son vendidas como areas de recreación a los consumidores del Norte.

El ecoturismo es pomovido como una actividad que contribuye al crecimiento económico y genera ingresos a las comunidades locales mientras proteje el medio-ambiente. El ecoturismo promueve benificios recreacionales y esteticos para restaurar la salud espiritual,

emocional y fisica del visitante. Ofrece un mundo de diversión, libertad y buen gusto, libre de riesgos para los que tienen dinero para gastar. Simultaneamente declara empoderar politica y económicamente a los grupos menos aventajados de la sociedad, como son los campesinos pobres, las mujeres rurales y las comunidades indigenas (Honey 2008; Stronza and Durham 2008).

TRES CRISIS CREADAS POR EL "ENVERDECIMIENTO' DEL DESARROLLO SUSTENTABLE

Desde la perspectiva del ecofeminismo, las pasadas prácticas del colonialism y las actuales del desarrollo económico, y los proyectos del DS son instrumentos del capitalismo patriarchal porque usan violencia en contra los cuerpos que han sido feminizados y la naturaleza. Si la naturaleza es violentada para las ganancias capitalistas, entonces los hombres y mujeres campesinos/as e Indigenas, quienes han sido feminizadas y definidas como 'cerca de la naturaleza', mas que otros, pueden ser igualmente violentadas.

En esta sección, explico como los tres tipos de enclautramientos que se has organizado con la agenda del 'enverdecimiento' del DS han resultado en una guerra contra la naturaleza, los campesinos, las comunidades Indigenas y las mujeres y ninos en Costa Rica.

IV. 'Enverdeciendo' la biodiversidad para la apropiación por la biotecnologia y los Derechos de Propiedad Intelectual.

Varias caracteristicas anti-democraticas ejemplifican las debilidades de los enclaustramiento en Areas de Conservación-Publicas-Privadas. Aqui ejemplifico solo uno de los problemas y explico cómo las relaciones privilegiadas con el estado de algunos individuos ha jugado un rol central en controlar grandes segmentos de los recursos naturales. Muchos de esos recursos se pasaron gratis al dominio privado de las ONGs, asegurandoles un tremendo poder económico. Por ejemplo, el WWF-C se estableció en el Area de Conservación Arenal-Tilaran (ACA-Tilaran) considerada como una de las areas mas ricas en biodiversidad en CR (MINAE, 1993). El proyecto PROACA del WWF-C, en contubernio con La Asociación de Conservacion Monteverde, colectó material e investigó la flora y fauna en los parques nationales, reservas biológicas, areas protegidas, santuarios de vida Silvestre, y reservas forestales (Asociación Conservacionista Monteverde & WWF-C, 1996). Este proyecto tuvo 2 fases, cada uno de ellos limitados a 5 años: en la primera fase el objetivo era 'ayudar a regenerar la foresta tropical' a travez de un inventario de la flora; en la segunda fase, se organizó para producir bienes para el Mercado originadas en la biodiversidad.

Otro ejemplo similar es INBio, establecido en el año 1991 por 15 socios muchos de ellos funcionarios de alto nivel del gobierno de Costa Rica. El principal objetivo de CR era promover investigaciones en el area de la biotecnologia y bioquimica para la producción industrial, es decir, para producir valor agregado. Bajo la perspectiva neoliberal,

esos funcionarios transfirieron al INBio el derecho de vender los recursos biológicos que pertenecen al pais (y paises conlindantes) y a las comunidades locales. En 1994, INBio estableció asociación con el MINAE para colectar plantas y animales desde las areas de conservación para las industrias interesadas. Para manejar la biodiversidad, INBio creó 4 divisiones donde la División de Prospeccion de la Biodiversidad recibió fondos del C/DXN/ de Canada y Costa Rica. Esta División sistematicamente investiga sobre nuevas fuentes de componentes quimicos, genes, y proteínas producidas por plantas, insectos y micro-organismos que puedan ser usadas en las industrias farmaceuticas, medicas, y agrícola del mundo (Mateo 1997).

El nuevo manejo de areas comunes transformó la tierra de ACA-Tilaran; por ejemplo, el Volcán Arenal cambió de catagoria, de Reserva Forestal con 5 hectareas protegidas pasó a la categoria de Parque Nacional con 12,010 ha., al que convirtieron en centro de la bioprospeccion (o biopirateria). Cuando las areas se convirtieron en centros de bioprospección, se prohibió la entrada de las comunidades rurales lo que rompió el conocimiento y las conecciones íntimas de las comunidades locales con su tierra. Solamente los que trabajaron como parataxonomistas de los programas de investigación de las ONGs mantuvieron sus contactos con la naturaleza.

Estas transformaciones de la naturaleza en productos para el Mercado ha robado a las comunidades su subsistencia diaria. Organismos vivos se convirtiron en recursos materiales, el conocimieto vivo de las comunidades es eliminado, y el trabajo milenario de las comunidades como guardianes de la naturaleza no tiene valor, mientras que el trabajo cientifico es percibido como valor agregado. El Area Nucleo para la bioprospección se convirtió en tierra privada controlada por los Guarda Parques organizados en Unidad de Control Policial, entrenados y designados para evitar 'invaciones de las areas protegidas.' Cuando los Guarda Parques encuentran a los miembros de las comunidades sin permiso (sin pago) en areas designadas, o sin pagar los derechos de caza o pesca, ellos confiscan el pescado o el animal cazado por esos individuos incluyendo sus instruments usados en la actividad, para luego reportar 'la ofensa' en la Oficina del Fiscal.

En suma, el Plan de la Tierra ha eliminado los derechos consetudinarios de las comunidades locales a usar su naturaleza porque las tierras comunes han sido convertidas en areas de conservación usadas para la colección de potencial material genético, químico o otras materias para los negocios 'verdes' de las industrias interesdas.

V. 'Enverdeciendo' la Foresta Tropical para Vender Creditos de Carbono

Desde la perspectiva del DS, la venta del oxygen como crédito de carbono hace a la foresta 'capital natural' y las comunidades que viven de la foresta son declaradas enemigas de su foresta. El gobierno de CR, a travez del MINAE, calcula la habilidad de la producción forestal de gran escala en asociación con el capital internacional, para vender creditos de carbono. Estas asociaciones promueven especies forestales geneticamente

modificadas como gmelina (Gmelina arborea), eucalyptus (Eucalyptus deglupta) and teak (Tectona grand) que son arboles nativos de Asia del Sur y Australia y que han sido geneticamente modificadas para ser plantadas en otros ecosistemas. Las plantaciones de esos árboles han sido definidos como 'reforestacion' aun cuando usan inmensas cantidades de agroquímicos para crecer que incrementan los niveles del C02. Como resultado, esos árboles son suceptibles de producir incendios, se llenan de pestes y enfermedades, y las corporaciones están permitidas para cortar los árboles despues de 15 años de crecimiento y transformarlos en madera para pisos, cajas de frutas para exporter y/o muebles.

Esos árboles, genéticamente modificados, están implicados en la destrucción del ecosistema en particular por su inhabilidad para regenerar foresta secundaria que conserve la biodiversidad y regule la hydrologia. Por ejemplo, las plantaciones de Teca han resultado en la erosión de las tierras planas, por que su sistema de raices crece profundamente en la tierra. En general los nutrients y agua en el trópico están concentradas entre 70 y 100 centrimetros de la superficie. Consecuentemente, los arboles de Teca estan circuladas por suelo escamosa y cuando llueve sus hojas acumulan grandes cantidades de agua que caen violentamente sobre el suelo, destruyendolo. La profundidad de sus raices y la sombra que producen sus hojas evita el crecimiento vegetativo en la superficie de la foresta, el cual evitaría el daño a la tierra que se producen por las cascadas violentas desde sus hojas grandes. Bajo esos arboles, la alimentación de las bacterias, viruses, y de la gente ha desaparecido. Por que los 'enverdecedores' 'ignoran' que los arboles naturales estan conectados directamente entre ellos a traves de una multitude de criaturas que se relacionan con los arboles como comida, habitat para la comunidad de aves, o como acceso a la produccion de agua, aire y luz solar, formando un sistema debajo la tierra que vincula a los arboles como superorganismo. El monocultivo de arboles se ha convertido en una bomba de tiempo para la biodiversidad en CR.

VI. 'Enverdeciendo' el Cuerpo de Mujeres y Niños a travez del Ecoturismo

El ecoturismo crea empleo pagado, pero elimina las actividades de subsistencia. Para los campesinos, mujeres y hombres a quienes se confisca la tierra, la desaparición de la foresta es un asunto de sobrevivencia que a menudo les fuerza a migrar a las ciudades en busca de un salario para ellos y sus desposeidas familias. Muchas mujeres con sus niños migran a las areas del ecoturismo en busca de trabajos. En ACA-Tilaran, por ejemplo, la construcción de hotels, cabinas, bed and breakfast, y resort ecoturistas ha significado que no solo volcanes, montanas, rios, y forestas han sido 'marqueteados' y vendidos como productos de recreación, sino tambien los residents de esas comunidades. Mujeres y niños son afectados de manera significativa por los procesos de enclaustramiento que produce el 'enverdecimiento'.

Cuando los habitants de las forestas son expulsados de sus tierras y tienen que moverse a areas urbanas, los niños y mujeres desposeidas son usualmente los mas

vulnerables, convirtiendose en victimas de voraces individuos o industrias. Detras de la fachada del 'benigno' ecoturismo, el turismo sexual ofrece los cuerpos feminizados de mujeres y niños como productos puros, exoticos, y eroticos. Como Costa Rica internacionalmente se submerge en una posición subordinada, el pais se convierte en un paraíso sexual, de pedofilos y pornografia infantil. De esta forma, igual que la naturaleza se comercializa como 'capital natural', a los cuerpos de las mujeres y niños se les ha convertido en 'capital humano' para contribuir a la industria del turismo global, la riqueza de los negocios sexuales y del estado para pagar sus deudas externas.

Esta imagen de CR sustenta dos aspectos de la actual economia patriarchal capitalista: la dominación de los acreedores (Estados Unidos y Canada); y la dominación de los hombres sobre las mujeres y sus hijos. Esta relación de dominación se puede ver en CR entre el crecimiento de la deuda externa y el enclaustramiento de sus comunes, y el poder internacional de las relaciones de genero que se estampan en los cuerpos de sus mujeres y niños. Jacobo Schifer estima que hay entre 10,000 y 20,000 trabajadoras sexuales en Costa Rica, and entre 25,000 y 50,000 turistas sexuales. Schifer les llama 'whoremongers' que significa 'clients regulares que visitan cada año'. La mayoria – 80% - son ciudadanos de los Estados Unidos (Schifter 2007:43). Rogers (2009) reporta que los E.U. se ha convertido en el 'caficho' de Costa Rica, por que la cocaina y el sexo con prostitutas ayuda a los turistas hombres y viejos retirados a afirmar su sexualidad y 'escapar de la declinación social y financiera de su realidad.'

Desde el año 2001, grupos internacionales de derechos humanos han puesto al gobierno de Costa Rica bajo intense escrutinio por la inacción en contra de los abusos de los turistas sexuales a los niños. Por ejemplo, el ex-presidente Miguel Angel Rodriguez, dijo al programa 20/20 de ABC que solo entre '20 y 30 niños' estaban siendo explotados sexualmente en CR, aún cuando el Departemento de Estado de los Estados Unidos habia estimado en 3,000 niños victimas de la explotación sexual en C.R. (Casa Alianza 2002). La mayoría de los cafiches que hacen ganancias con el turismo sexual son hombres de paises del Norte, tales como los E.U., Espana, Alemania, e Italia. En el periodico Tico Times, un periódico semanal en Ingles en CR, las agencias sexuales anuncian varios tipos de prostitución, como son ordenamiento de novias, acompanamiento y socialización especificamente para turistas y migrantes de E.U. En el Internet cientos de sites venden mujeres y niños Costaricenses.

Esos problemas que afectan a mujeres y niños Costaricences son preocupación de algunas ONGs internacionales, por ejemplo desde el año 2004, World Vision ha lanzado una campaña en CR para detener a potenciales pedófilos (World Vision 2006). En el 2006 la ONG Ayuda, del Banco Inter-Americano de Desarrollo, y la Fundacion de Ricky Martin establecieron una campaña contra el trafico de personas titulada "Llama y Vive" (Martin 2008).

EL ‘ENVERDECIMIENTO’ DE LA INFRAESTRUCTURA (PPP, IIRSA) PARA COMPLETAR LA EXTRACCIÓN FINANCIERA.

Como los recursos materiales y el trabajo pobremente pagado se encuentra en el Sur, la Cumbre de la Tierra de 1992, 2002, y 2012 se han propuesto la captura completa de ellos. La riqueza expropiada a travez de canjes de deuda por naturaleza, convertidos en mercancias y servicios, necesitan ser enviadas a los paises industriales donde viven los consumidores globales, por lo que la infraestructura para el transporte y las comunicaciones se han convertido en una prioridad.

En America Central se ha organizado el Plan Puebla Panana (PPP), y en Sur America se ha implementado la Integracion de la Infraestructura Regional de SurAmerica (IIRSA). Estos proyectos de infraestructura complementan el programa neoliberal de la privatización de los recursos publicos en areas de conservación, expanden el sistema de precios, y el mercado de la biodiversidad. Pero éste financiamiento de la infraestructura, está envuelta en multiples garantías que obligan a los gobiernos ‘subdesarrolloados o malogrados’ a dar asistencia financiera al sector privado.

Algunas de esas garantias son: la minima taza de retorno, compensaciones por cambios en leyes o regulaciones que afectan adversamente el ingreso del proyecto. Esta politica se implementa por que los inversores en infraestructura son los pensionistas, las companies de seguros, las fundaciones filantropicas de los paises industriales. Este nuevo asalto a los recursos de los campesinos y comunidades Indigenas, que dependen de los comunes locales, significa pérdida de dignidad e independencia, seguridad, salud y a veces perdida de sus vidas.

CONCLUSION

En este articulo, he demostrado que el discurso del DS en Costa Rica refuerza la ideología de que los problemas del medio ambiente son parte de la racionalidad económica global, lo que significa que los estados individuales pierden su poder de decisión sobre el uso de sus territories para servir a la maquina del mercado global. Aqui he expuesto como las enormes deudas externas y los intereses de los préstamos han destruido las economias sustentables y vivible en CR, e inagurado una nueva fase de acumulacion de capitales al que he llamado ‘enverdeciendo’.

Esta fase desarrolla 4 aspectos:

Primero, expande el capital financiero a traves de canjes de deuda por naturaleza donde los deudores están obligados a asignar recursos domésticos para financiar proyectos ‘ecológicos’ a cambio de reducir una parte de su deuda externa. Para eso, los paises deben estar cerca del colapso financiero para que sus deudas se vendan a una fracción de su valor en el Mercado Secundario, donde uno de los inversores compra los titulos de deuda desde otro inversor en vez de comprar desde el pais emisor.

Segundo, es dirigido por el Banco Mundial quien da licencia a grandes NGOs y lobbistas para negociar los recursos de los paises endeudados con corporaciones envueltas en restructuración económica y globalizatión. El rol de las ONGs es establecer los valores monetarios de los 'Comunes Globales' de los paises perifericos endeudados como la biodiversidad, la foresta, el paisaje, las montanas etc. y exportar esos valores hacia el Mercado de Valores de Wall Street y otros, como el London Stock Exchange. El ejemplo del CDXN entre Canada y Costa Rica ha canalizado fondos al WWF-Canada y al INBio de Costa Rica. Esos nuevos expertos, muchos de ellos biólogos agrupados en ONGs, han emergido como modelos de modernización y protección del medio ambiente usando el discurso de 'protegiendo' los comunes globales en areas protegidas.

Tercero, se han organizado nuevos tipos de mercado en las areas de conservación, tales como la biodiversidad para la biotecnologia y Derechos de Propiedad Intellectual, la foresta para creditos de carbón, el paisajismo para el ecoturismo, las montanas para la mineria de cielo abierto. Una area de conservacion es una designación para la acumulación de capitales donde las actividades publicas-privadas se interrelacionan para 'manejar y conservar' la naturaleza de una región.

Cuarto, nuevos roles como proveedores de servicios en nuevas industrias como el ecoturismo se han creado para los campesinos y/o Indigenas. Esos roles reproducen los caracteres femeninos y masculinos del capitalismo patriarcal: los hombres trabajan como guias turisticos mientras que las mujeres trabajan en hotels y resorts tendiendo camas o como prostituras.

Quinto, expande la infraestructura para la extraccion financiera de los comunes ahora enclaustrados en areas de conservacion.

Visto desde la perspectiva ecofeminista, el 'enverdecimiento', el enclaustramiento, y el pago de miserable salaries (housewifization) se juntan para producir una Guerra contra la Subsistencia. Basado en éste análisis, my conclusión es que el Desarrollo Sustentable (DS) de las Naciones Unidas promueve la pobreza de los cuerpos feminizados y la insustentabilidad en sus vidas. Asignando valores monetarios a los comunes require la devaluación de otras formas de existencia social, por ejemplo se transforma las habilidades de los agricultures en deficiencias, los comunes (biodiversidad, paisaje, foresta) del cual depende la vida local se les convierte en recursos, el conocimiento de la biodiversidad se torna en ignorancia, a los campesinos e Indigenas se les hace dependientes cuya pérdida de dignidad se expresa en la prostitución de los cuerpos de las mujeres y ninos.

En oposición al DS, el ecofeminismo propone la perspectiva de la subsistencia para transformer la estructura de nuestra economía y crear fronteras sociales y políticas antes que la acumulación capitalista alcance los limites ecológicos y ya no podamos respirar. Algunas ecofeministas ven en la economía de subsistencia un modelo social, económico, de justicia de género y ecológica. Por ejemplo, Veronika Bennholdt-Thomsen and Maria Mies (1999) proponen la 'perspectiva de la subsistencia', basada en la producción que incluya todo el

trabajo que se utiliza en la creación y mantenimiento immediate de la vida y que no tiene otro proposito. Para esas autoras 'la producción de subsistencia está en contraste con la producción de mercancias y la producción de ganancias' (1999:20). Ellas presentan ésta perspectiva como una forma de resistencia a los efectos del capitalismo global y colonialista, y asegurar que 'la vida proviene de las mujeres y la comida viene de la tierra.' (80). Los productores de subsistencia estan en todo el mundo – la mayoria de ellos son mujeres y aquellos que han sido feminizados. Todos ellos deben ser vistos como los expertos quienes pueden liderar la recuperaración de las vías de vida autónomas, empezando desde el territorio y la autonomía de los cuerpos, la seguridad alimentaria en pequeñas parcelas y la eficiencia energetica.

*Este artículo está basado en mi libro 'The "Greening" of Costa Rica: Women, Peasants, Indigenous People and the Remaking of Nature,' publicado in 2015 por University of Toronto Press.

METODOLOGIA

La información fue recogida entre 1997 y 2009 en numerosos lugares del Area de Conservación Arenal-Tilaran (ahora llamado Area de Conservación Arenal-Tempisque) localizado en la parte Nor Oeste de Costa Rica donde entrevisté 70 miembros de diversas comunidades, y mantuve comunicación con cientos de personas. La información sobre la estructura y funcionamiento del area de conservación proviene de la biblioteca y entrevistas a varios oficiales del MINAE en Tilaran. En San José, entrevisté a un official del WWF-Canada y a 2 oficiales del INBio. El Desarrollo Sustentable de CR, desde el 2009, año en que termine de escribir este libro, se refleja en el siguiente ejemplo: El modelo del ecolaboratorio desarrollado en CR destruyó los comunes naturales del cual dependian los habitants del area. Desde entonces ellos han iniciado una campaña en contra de los simbolos nacionales. Por ejemplo en Guanacaste, el 9 de Mayo del 2001, 'cazadores ilegales,' es como el gobierno les llama, han quemado La Casona de Santa Rosa. Este acto simbólico ha revelado la existencia de esos cazadores tradicionales y el status marginal de este segmento dentro de la sociedad. En el año 2001, la entonces Directora del MINAE, Elizabeth Odio, reconoció que los cazadores actuaron en venganza por que los guardaparkes les acosan cuando cazan venados y otras especies (Loaiza &Zeledon 2001). MINAE tambien reportó que en CR fueron incendiadas 699 hectareas (2014) y 2999 (2015) hectareas (Arguedas 2015) y que solo en Guanacaste se quemarón cerca de 1500 hectareas en el Parque Nacional Diriá. Luis Diego Roman, de MINAE, dijo que esos quienes originan incendios se presume que son cazadores de venado (Arguedas 2015).

REFERENCIAS

Arguedas, C. (2015, April 21). Mano criminal provoca cuatro incendios en Parque Diriá. La Nación.
Asociacion Conservacionista de Monteverde & World Wildlife Fund-Canada. (1996). Programa de Investigación para el uso racional de la biodiversidad en el Area de Conservación Arenal: Proposal Presented to MINAE. (n.p.).

Bennholdt-Thomsen, V. and Mies, M. (1999). The Subsistence Perspective, Beyond the Globalized Economy. New York, NY: Zed Books.

Boserup, E. (1970). Woman's role in economic development. London, England: Allen& Unwin.

Casa Alianza (2002, January 31) Costa Rica policeman convicted for helping child pimp escape (Online forum post). Retrieved from https://groups.google.com/forum/#!topic/misc.activism.progressive/gQEUubF9Vxg.

Federici, S. (2004). Caliban and the Witch: Women, the Body and Primitive Accumulation. New York, NY: Autonomedia.

Fenech, A., Hansell, R., Isla, A. and Thompson, S. (eds.) (1999). Report of an April 23, 1999 Workshop on Natural Capital: Views from Many Perspectives. Toronto, ON: University of Toronto, Institute for Environmental Studies. Government of Canada and Government of Costa Rica (1995).

Memorandum of Understanding between the Government of Canada and the Government of the Republic of Costa Rica concerning the Canadian Debt Conversion Initiative for the Environment. (n.p): Authors. Hamilton, K. (2001, September). Genuine Savings, Population Growth and Sustaining Economic Welfare. Paper presented at Conference on Natural Capital, Poverty and Development, Toronto, Ontario, Canada.

Hitz, W. (1989). The "debt for nature swap": Meeting Costa Rica's conservation needs? (Master's thesis). University of California, Los Angeles, CA

Hobsbawm, E.J. (1996). The Age of Revolution, 1789–1848. New York, NY: Vintage Books.

Index-Mundi (n.d). Unemployment, Youth Female (% of female labour force ages 15- 24). Online. Available: http://www.indexmundi.com/facts/costa-rica/unemployment (accessed 15 October 2015).

Loaiza V.& Zeledon, I. (2001, May 10). Golpe a la Historia: Ardio la Casona. La Nación.

Martin, R, (2008). Latin Heartthrob Ricky Martin is using his star power to launch "llama y vive" or "call and live," a campaign to prevent human trafficking. Retrieved from http://arhiva.dalje.com/en-celebrities/video--ricky-martin-fights-humantrafficking/144775.

Mateo, N. (1997). Wild biodiversity: the Last frontier?: The case of Costa Rica. In C. Bonte-Friedheim & K. Sheridan (Eds.), Globalization of science: The place of agriculture research (pp. 113-122). New exp. Ed. The Hague, Netherlands: International Service for National Agricultural Research.

Mies, M. (1986). Patriarchy and Accumulation on a World Scale: Women in the International Division of Labour. London: Zed Books.

Mies, M., and Bennholdt-Thomsen, V (1999) The Subsistence Perspective: Beyond the Globalized Economy. Zed Books: London and New York.

MINAE. Ministerio de Recursos Naturales, Energía y Minas. Area de Conservación Arenal (1993). Plan General de Uso de la Tierra. Vols. I–IV. San José: MIRENEM, Agencia Canadiense de Desarrollo Internacional, and Fondo Mundial para la Naturaleza de Canadá.

Pearce, W. D. and Warford, J. J. (1993). World Without End: Economics, Environment and Sustainable Development. New York, NY: Oxford University Press.

PEN (Programa Estado de la Nación) (1996). Estado de la Nación en Desarrollo Humano Sostenible. San Jose, Costa Rica.

PEN (Programa Estado de la Nación) (2010). Estado de la Nación en Desarrollo Humano Sostenible. San Jose, Costa Rica.

Petch, T. (1988). Costa Rica. In J. Roddick (Ed.) The Dance of the Millions: Latin America and the debt crisis (pp. 191-215). London: Latin America Bureau.

Quesada, C. (1990). Estrategia de Conservación para el Desarrollo Sostenible de Costa Rica. [San José, Costa Rica]: Ministerio de Recursos Naturales, Energía y Minas, República de Costa Rica.

Rogers, T. (Producer) (2009). Costa Rica's Sex-Tourism Is Growing. Online. Available: http://ticotimes.com/costa-rica/sex-prostitution-growing (accessed 15 October 2015).

Salleh, A. (1994). Nature, Woman, Labor, Capital: living the deepest contradiction. In O'Connor, M. (Ed.) Is Capitalism Sustainable? Political Economy and the Politics of Ecology (pp.106-124), New York, London: The Guilford Press.

Schifter, J. (2007). Viejos Verdes en el Paraiso: Turismo Sexual en Costa Rica. San José, Costa Rica: Editorial Universidad Estatal a Distancia.

Sheikh, P.A. (2007). Debt-for-nature Initiatives and the Tropical Forest Conservation Act: Status and implementation (CRS report for Congress RL31286). [Washington, DC]: Congressional Research Service, Library of Congress.

Sheikh, P.A. (2010). Debt-for-nature Initiatives and the Tropical Forest Conservation Act: Status and Implementation (CRS report for Congress RL31286). Online. Available: http://www.cnie.org/NLE/CRSreports/10Apr/ RL31286.pdf (accessed 15 October 2015).

Shiva, V. (1989). Staying Alive: Women, Ecology and Development. London: Zed Books.

Tremblay, C., & Malenfant, D (1996). Estrategias locales para favorecer la sostenibilidad de acciones de desarrollo El Caso del Proyecto de Conservacion y Desarrollo Arenal, Costa Rica. Paper presented at Congreso Mundial para la Conservacion. Montreal, PQ.

Ulloa, C. (1996). Diagnostico socioambiental de la unidad territorial priorizada. La Fortuna, San Carlos: Proyecto de Conservación y Desarrollo Arenal, Tilaran, Costa Rica.

United Nations Environment Programme (n.d.). What is the Green Economy? Online. Available: http://www.unep.org/greeneconomy/AboutGEI/WhatisGEI/tabid/29784/Default.aspx (accessed 15 October 2015).

Waring, M. (1988). If Women Counted: A New Feminist Economics. San Francisco, CA: Harper and Row.

World Vision (2006) World Vision's work to prevent child sex tourism. Retrieve from:// www.worldvision.org/worldvision/pr.nsf/stable/child_sex_tourism_.

CAPÍTULO 15

TRAJETÓRIA DE AGRICULTORES FAMILIARES: SUAS POTENCIALIDADES E PERSPECTIVAS DE AÇÕESCOLETIVAS COM CONTRIBUIÇÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA-UFSM

Data de aceite: 01/11/2021

Alice do Carmo Jahn
UFSM- BRASIL

Antonio Joreci Flores
UFSM - BRASIL

Elaine Marisa Andriolli
UFRGS - BRASIL

Marta Cocco da Costa
UFSM - BRASIL

Ethel Bastos da Silva
UFSM - BRASIL

Gabriela Manfio Pohia
UFSM - BRASILJéssica

RESUMO: O presente estudo teve como objetivo primordial conhecer a trajetória de agricultores familiares do município de Redentora, região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, e analisar como estes se constroem no território rural, através de suas atividades produtivas e potencialidades. Os atores sociais do estudo pertencem a quatro comunidades rurais do referido município, somando em torno de 200 famílias. A coleta dos dados aconteceu no período de janeiro de 2016 a março de 2017. Como metodologia adotou-se a pesquisa-ação. A adoção de metodologias participativas possibilita chegar mais próximo dos atores sociais, de suas trajetórias e demandas, na perspectiva de intervenções coletivas com a contrapartida das institucionais, mediante a troca de saberes e ações concretas. Conclui-se que para contribuir para as principais demandas dos atores sociais é importante e necessário realizar mais atividades de sensibilização coletivas, com discussões sobre as políticas públicas e valorização dos atores, visando sua articulação e fortalecimento nos espaços dialógicos com gestores e entidades. Outros elementos observados revelaram que a presença da Universidade no contexto social dos agricultores é considerada uma forma de valorizá-los como pessoas inseridas no Território Rural, com capacidade de produzir e gerar excedentes para a comercialização.

PALAVRAS-CHAVE: agricultores familiares; Território; Potencialidades; Contribuições.

ABSTRACT: The present study had the main objective of learning the trajectory of family farmers from Redentora, a municipality in the Northeast region of Rio Grande do Sul state and of analyzinghow they configure themselves in the rural territory through their productive activities and their potential for development. The social players of this study belong to four rural communities of the mentioned municipality comprising around 200 families. The data collection was carried out in the period from January 2016 to March 2017. The adopted methodology was the research-action one. The adoption of participative methodology allows getting closer to the social players, to their trajectories and demands in the perspective of collective interventions with institutional counterpart by exchanging knowledge and concrete actions. The conclusion drawn highlights the importance of contributing to the

social players´ main demands and to the need of performing additional activities of collective awareness withdiscussions on public policies and the players´ valorization by aiming at their articulation and strengthening in dialogue spaces with managers and entities. Other observed elements have revealed the University presence within the social context of the farmers what is considered a way of appreciating them as subjects inserted in the Rural Territory being able to produce and to generate surpluses for marketing.
KEYWORDS: Family farmers; Territory; Potential; Contributions.

INTRODUÇÃO

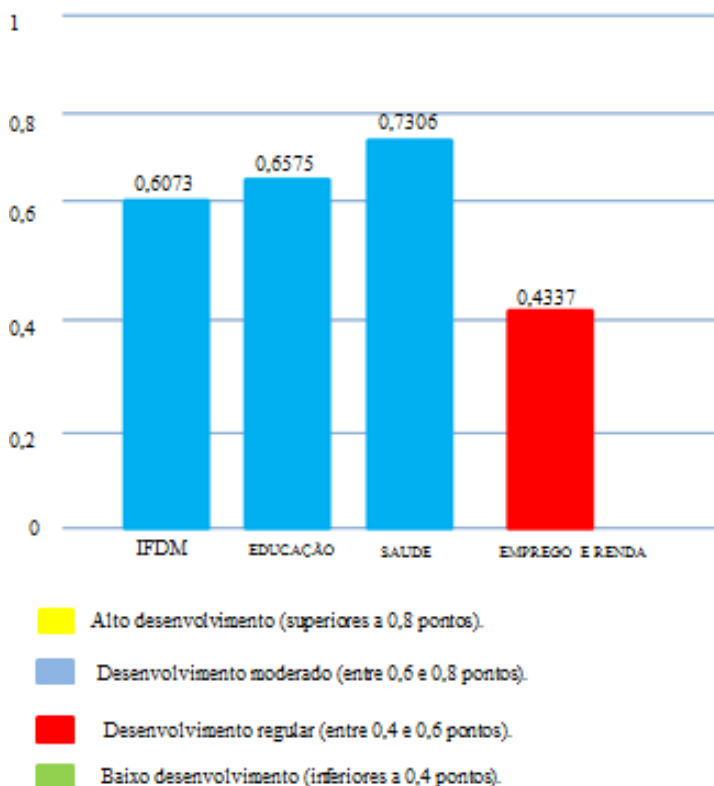
A interface cultural entre a Universidade Federal de Santa Maria - UFSM/RS, neste caso, através de seu Campus de Palmeira das Missões, e os atores sociais das comunidades rurais busca fomentar e ampliar o debate sobre as potencialidades existentes no território, para que estes venham a intervir no seu contexto de vida, considerando a diversidade socioeconômica. A inserção acadêmica nas comunidades rurais busca a aproximação intercultural e troca de saberes, a fim de fomentar e problematizar o espaço de vida dos indivíduos, ressignificando suas práticas. Entende-se que as discussões e atividades pensadas no coletivo podem contribuir para o surgimento de iniciativas sustentáveis e estilo de vida saudáveis, partindo-se das potencialidades que existem nas comunidades.

A Universidade Federal de Santa Maria UFSM-RS, no ano de 2006 aderiu à proposta do Ministério da Educação pela expansão e interiorização do Ensino Público Federal de qualidade, criando o Campus de Palmeira das Missões-RS, e uma de suas finalidades era contribuir para diminuir as assimetrias regionais e impulsionar o desenvolvimento no território Norte e Noroeste do estado do Rio Grande do Sul-RS. A presença da UFSM há mais de uma década no território mencionado vem explorando e envidando esforços nas potencialidades regionais, no sentido de colaborar com as demandas e necessidades das diferentes comunidades de modo a impactar as condições de vida dos atores sociais.

Destaca-se que a região de abrangência do Campus de Palmeira das Missões é caracterizada pela concentração de atividades no contexto rural, predominantemente distribuída entre agricultores familiares. Em função da estrutura fundiária — com propriedades de pequeno porte e número significativo de habitantes no meio rural em relação a outras regiões do Estado e do país — esse espaço geográfico vem recebendo a atenção das políticas públicas dos governos estadual e federal, visando ao melhor aproveitamento dessas características em relação à produção agrícola e ao capital social de seus habitantes.

Refletindo-se sobre essa perspectiva e observando as singularidades regionais de contexto da UFSM-RS, docentes e discentes do Campus de Palmeira das Missões/RS vêm mantendo vínculo com atores sociais do município de Redentora – RS, explorando e envidando esforços nas potencialidades existentes, mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão em territórios caracterizados pela agricultura familiar.

Considerando-se essas informações estruturou-se um projeto de pesquisa-ação

com agricultores familiares de quatro comunidades rurais de Redentora – RS. O município apresenta elementos importantes que vêm merecendo atenção e investimentos nas mais variadas frentes, em especial em políticas públicas e sociais, por se tratar de um município com um dos menores índices de Desenvolvimento Humano (IDH), que é de 0.631 (Firjan 2013). Essas informações são visualizadas na figura abaixo:

Fonte: Firjan, 2013.

O município de Redentora - RS possui uma população de 10.222 habitantes, e deste total, 3.002 pessoas vivem em área urbana, e 7.220, na zona rural. Nesse território destaca-se a presença e a maior concentração indígena, do RS, com, aproximadamente, 6.500 índios, predominando o grupo étnico Kaingang (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2010). No que se refere à economia, prevalece à agricultura, subdividida em agricultura de subsistência, com o cultivo de soja, trigo e milho; e a criação de animais, destacando-se a pecuária de pequeno porte, agroindústria familiar, suinocultura e a criação de aves para corte.

As informações referentes à economia do município são caracterizadas pela

agricultura, representada por pequenos agricultores nas comunidades rurais. A agricultura familiar assume importância por agregar diferentes culturas e também pelas singularidades locais dos diversos segmentos, em especial quando se observa a tendência e a perspectiva dos atores sociais em permanecerem no meio rural, a manutenção de vínculos sociais que estabelecem e a continuidade de seus projetos de vida, apesar das adversidades que enfrentam. Várias fontes de informação destacam que a agricultura familiar vem merecendo destaque e maior valorização pela produção de alimentos. Cerca de 70% dos alimentos consumidos no país vêm da agricultura familiar (PORTAL FEDERATIVO, 2014).

REFERENCIAL TEÓRICO

A agricultura familiar no território

Na década de 1970 o país presenciou um fenômeno sem precedente na história de vida do homem do campo, com o movimento da expressiva saída de famílias do seu contexto de vida, levando-as a outros direcionamentos e arranjos. Os reflexos desse movimento são observados ao se conviver com as famílias nas comunidades rurais, as quais, na contemporaneidade, buscam caminhos e estratégias alternativos para o atendimento de suas necessidades e permanência no território, considerando-se que muitos agricultores vivenciaram ou são remanescentes do movimento de saída do campo para centros urbanos e que buscam resgatar suas origens e culturas. Para os agricultores, o território e espaços que habitam e convivem expressa movimento. Para Santos (1999, p.2), o território é o chão da identidade, a identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. É o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas e do exercício da vida.

A magnitude que envolve o contexto de vida das famílias, na atualidade, requer uma atuação coletiva de esforços no debate ampliado que agregue saberes e corresponsabilidades entre gestores e entidades, com a garantia da participação dos atores sociais. Refletindo-se sobre as informações apresentadas e na perspectiva de buscar alternativas para a resolubilidade das demandas dos agricultores familiares, defende-se a importância de agregar potenciais humanos. Prioriza-se a voz dos agricultores familiares, via democracia dialógica, para a valorização dos saberes e trocas interculturais (Giddens, 1994).

A proposição e troca de saberes culturais entre a universidade, gestores e entidades, visando ao planejamento de ações, poderá surtir maior impacto no contexto de vidas das famílias. À medida que os saberes se solidificam, teias vão sendo tecidas, fortalecendo as ações pensadas no coletivo, e poderá impactar os indicadores que envolvem o território, e contribuir com iniciativas de promoção e prevenção das questões inerentes ao estilo de vida dos atores sociais.

Assim, questiona-se: Como a Universidade poderá articular e fomentar saberes e práticas com agricultores familiares ao conhecer suas potencialidades para a construção coletiva de encaminhamentos? Na tentativa de encontrar caminhos à problematização

apresentada, o presente estudo tem como objetivo primordial conhecer a trajetória de agricultores familiares do município de Redentora-RS, região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, e analisar como estes se constroem no território rural, suas atividades produtivas, potencialidades e as contribuições da UFSM-RS-Campus de Palmeira das Missões/RS.

O caminho adotado no encontro dos atores sociais

Na proposição de maior aproximação da Universidade com o contexto regional de sua área de atuação, mais precisamente no Território da Cidadania Noroeste Colonial/RS, do qual faz parte o município de Redentora, RS, definiu-se como prioridade a busca de maior conhecimento sobre as questões que envolvem a agricultura familiar. Para desenvolver o estudo foi realizado um recorte geográfico das comunidades rurais a serem incluídas. As comunidades foram identificadas a partir das informações obtidas junto a entidades. Este estudo faz parte de um projeto de pesquisa-ação, atrelado a um programa de extensão, e vem sendo desenvolvido com agricultores familiares de quatro comunidades rurais do município já mencionado. O trabalho está em andamento há um ano e meio, porém com interrupções em função das campanhas ao pleito eleitoral. Consiste de uma parceria entre o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Saúde Coletiva - NEPESC e o Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial (NIPEDET), ambos da UFSM. Busca-se interagir, refletir e observar o movimento dos atores sociais no território para dialogar e conhecer as potencialidades e as possibilidades de ações coletivas com as interfaces de práticas interculturais. Os conhecimentos construídos com os atores sociais que revelaram elementos de suas trajetórias e como se constroem no território com suas atividades produtivas e potencialidades. Nessa perspectiva, a abordagem metodológica que vem ao encontro da proposta deste estudo é a pesquisa-ação.

A Pesquisa-ação, de acordo com Thiollant (2012), de modo ideal pode ser desenvolvida articulada com ensino, pesquisa e extensão. Essa metodologia tem sido aplicada em estudos sobre mudanças sociais e em práticas relacionadas às áreas da educação, organização, serviço social, extensão rural e movimentos sociais, e, mais recentemente, nas áreas de saúde, meio ambiente, engenharia e urbanismo. Ressalta-se que as áreas se apresentam inter-relacionadas, resultando em projetos interdisciplinares. A metodologia se direciona aos desafios da complexidade das situações e dos problemas com múltiplas interconexões entre as disciplinas cientificas e os campos de saberes práticos dos diferentes atores. Também consiste no trabalho de pesquisadores, docentes, estudantes, extensionistas, de atores e públicos interessados em mudanças e melhorias (Thiollant, 2012).

O principal objetivo da pesquisa-ação é identificar problemas e encontrar caminhos para resolvê-los, mas também aumentar a consciência, os níveis de reflexão e de comprometimento dos atores com a intenção de fazer avançar a situação problemática

por meio de ações significativas. Os impactos dessas ações são avaliados e se consegue reconhecer o sucesso ou fracasso das experiências resultando em aprendizado. Nesse processo, asseguram-se a participação ativa dos atores interessados e a geração de um conhecimento apropriado às necessidades e adequado às situações (Thiollant, 2011).

O planejamento da pesquisa-ação segue as fases: exploratória; tema da pesquisa; colocação de problemas; o lugar da teoria; hipóteses; seminário; campo de observação, amostragem e representatividade qualitativa; coleta de dados; aprendizagem; saber formal e saber informal; plano de ação; divulgação externa, através das quais se organiza a prática da pesquisa visando obter resultados mais confiáveis (Thiollant, 2011). Salienta-se que essas fases não têm uma sequência rigorosa.

Nesta pesquisa, apresenta-se a fase exploratória, contato inicial com a equipe de pesquisa e os participantes, momento em que a equipe apresenta o projeto e os objetivos e pactua o desenvolvimento do trabalho, essencial para a busca de informações sobre o objeto de estudo. São privilegiadas modalidades que oportunizam a participação coletiva dos atores sociais nessa construção. Assim, foram valorizados diálogos informais, rodas de conversa, cartografia das comunidades, observações participantes com registro em diário de campo, além de relatórios e atas. O período das aproximações culturais iniciou no segundo semestre do ano de 2015, mas para fins da coleta dos dados abrangeu o período de janeiro de 2016 a março de 2017. Os encontros foram planejados em conjunto e de acordo com a disponibilidade dos agricultores para se reunirem e receber o grupo de trabalho. Os encontros aconteceram quinzenalmente, e dependendo da disponibilidade dos atores sociais a cada trinta dias, em local que aglutinasse o maior número de famílias e fosse o mais próximo possível das suas residências.

Nos deslocamentos para as comunidades rurais o grupo de trabalho contou sempre com a presença e acompanhamento de um técnico da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/RS, e, algumas vezes, do Secretário da Agricultura. A distância da UFSM/RS até as comunidades rurais é de 130 quilômetros. Ao todo, atingiu-se cerca de 200 famílias de agricultores familiares (800 pessoas), um público de 300 pessoas, entre gestores, órgãos e representantes de entidades.

A aproximação com os atores sociais

As aproximações com os atores sociais foram motivadas por vários elementos. Um deles foi a inserção de docentes da Universidade que desenvolviam um projeto através do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial, em 2015, proposta apoiada pela Chamada Pública 11/2014 – CNPq/MDA/SPM, em que Redentora destacava-se por seus baixos índices de desenvolvimento. Entre outros elementos identificados como importantes para intervenções, a equipe do projeto pretendeu dar mais atenção a municípios menos desenvolvidos. Por isso, esse município recebeu atenção diferenciada dos demais. Além disso, o gestor da época procurou a Universidade para buscar apoio em encaminhar soluções

para as questões preocupantes do município, propondo, inclusive, a assinatura de um Termo de Cooperação Técnica com a Universidade.

Outros elementos que colaboraram para a aproximação intercultural foram: a receptividade das comunidades às iniciativas acadêmicas; o baixo Índice de Desenvolvimento Humano (0,631), e também o fato de o território ser essencialmente agrícola e necessitar de apoio dos gestores com uma prática compromissada com as causas e necessidades das comunidades rurais, mediante recursos financeiros e humanos, assessoria técnica e contrapartida de várias entidades e órgãos para suas demandas.

As etapas nas aproximações com os atores sociais

Num primeiro momento, tendo-se tomado conhecimento das informações do município, organizaram-se ações junto às comunidades definidas para expor a proposição, percebendo-se grande curiosidade e expectativa das famílias dos agricultores que participaram das reuniões em relação ao que lhes era proposto. A curiosidade estava mais centrada na novidade de estar recebendo profissionais de uma Universidade Pública em seu espaço de convivência. Essa ocorrência não comum no meio dos agricultores familiares, a não ser na realização dos denominados ‘diagnósticos’ que muitos acadêmicos, orientados por professores, realizam, colhendo informações junto aos agricultores, simplesmente para estudos acadêmicos, sem retorno para os atores sociais.

A proposição pretendia ser inovadora, quer dizer, propor a realização de um estudo participativo entre as famílias dos agricultores, estruturas públicas diversas secretarias e outras entidades que atuam com os atores sociais foi necessário um esforço significativo para esclarecer aos agricultores a pretensão do projeto: propiciar-lhes a percepção de que eles eram os agentes principais na caminhada da agricultura familiar, nos seus diversos aspectos – social, econômico, cultural e de lazer, e que as entidades locais, estaduais ou nacionais, seriam as estruturas de apoio para suas demandas.

Um dos destaques nesta caminhada ficou claramente dividido em dois entendimentos significativos: de um lado, os agricultores passaram a entender que, na condição de agentes no processo de construção e manutenção de seu espaço de convivência, deveriam assumir o papel de coadjuvantes e atores principais, contrariando a sistemática vivenciada em sua trajetória de vida, desde seus primórdios, no meio rural, que foi sempre a de seguir o que agentes externos, até bem intencionados, consideravam positivo e importante para as suas atividades, principalmente as produtivas.

Nesse contexto, notou-se certa perplexidade das famílias dos agricultores participantes do projeto, pois passaram a entender que suas potencialidades, principalmente na definição dos rumos de suas atividades, deveriam ser definidas por eles mesmos, restando às estruturas de apoio contribuir, cada uma com sua competência, para apoiar os rumos definidos pelos agricultores.

Por outro lado, principalmente no que se refere às entidades e estruturas de apoio

aos agricultores, houve surpresa por parte de seus profissionais, os quais entendiam que suas atividades estavam sendo realizadas de maneira satisfatória e que os agricultores e suas famílias estavam entendendo suas proposições e praticando as "orientações" técnicas recebidas. Assim, percebeu-se resistência por parte das entidades, pois entendiam que a extensão rural, sempre foi feita seguindo a tipologia da oferta. Ou seja, de forma verticalizada, entendendo que são detentores do saber e que devem ensinar o que sabem a quem supostamente não sabe. Agindo assim, esses profissionais desconsideravam os ensinamentos de Paulo Freire (1977) sobre a prática da extensão rural, com destaque para a intenção da extensão, principalmente no contexto da modernização da agricultura brasileira, de tentar definir o que os agricultores camponeses devem fazer, mesmo fora de seu contexto:

> "Persuadir, assim como propaganda, são termos que aparecem conciliados com conotação fundamental que, de um ponto de vista semântico, encontramos no termo extensão. Jamais, por isso mesmo, conciliáveis com o termo educação, tomada esta como prática da Liberdade. Nem aos camponeses, nem a ninguém, se persuade ou se submete à força mítica de propaganda, quando se tem uma opção libertadora. Neste caso, aos homens se lhes problematiza sua situação concreta, objetiva e real, para que, captando-a criticamente, atuem também criticamente sobre ela" (Paulo Freire, 1977, p.24).

Nessa importante contribuição de Paulo Freire, constante em sua publicação Extensão ou Comunicação, encontra-se um referencial balizador que foi utilizado no contexto da proposição desse projeto com as comunidades rurais do município de Redentora. São vários componentes importantes que a publicação apresenta e que foram de muita valia na caminhada proposta.

Os desafios que se apresentavam eram grandes, pois os agricultores vêm recebendo em sua caminhada, uma orientação da extensão na tipologia 'oferta', em que os técnicos e suas estruturas direcionavam as orientações conforme as conveniências do mercado, nem sempre de acordo com a realidade e demandas dos agricultores. E isso causou, e ainda causa, resultados não muito satisfatórios para os agricultores, pois muitas vezes realizaram atividades produtivas que não contemplavam as demandas de sua realidade, e, muitas vezes, fora de suas competências.

O que se desejava, e já era notório, é que os agricultores fossem os agentes e demandassem suas necessidades, e, portanto, assumissem sua condição de agentes de mudança. E que as estruturas a serviço da agricultura, nos diversos níveis, local, estadual ou federal, também entendessem o que se pretendia com o projeto e se capacitassem para essas demandas. Isso significava uma inversão de valores, pois os atores principais, os agricultores deviam assumir seu papel de agentes, e as entidades assumissem seu papel de apoiadores e facilitadores.

A caminhada na identificação das demandas das comunidades.

Com o devido planejamento, realizado em conjunto com as comunidades rurais, entidades locais e profissionais da Universidade (professores, bolsistas, alunos), as atividades passaram a ser desenvolvidas em cada uma das comunidades definidas. A metodologia comas comunidades propunha que as famílias das comunidades realizassem atividades identificadoras de suas realidades: número de moradores, situação de infraestrutura, condiçõessociais e condições de geração de renda. Esse momento era de competência das famílias, com orientação metodológica participativa dos professores da Universidade.

Os resultados que as comunidades buscavam centravam-se em entender as competências das famílias, cada uma na sua propriedade, e que da porteira para dentro as responsabilidades eram delas e não das entidades ou do poder municipal. Nesse contexto, deviam identificar, no caso da inclusão produtiva, o que estavam cultivando para seu consumoe os excedentes para a venda. Logo concluíram que suas práticas agrícolas não estavam nem resolvendo a questão da produção para consumo, muito menos gerando sobras para a comercialização externa. Naquele momento, entenderam que sua matriz produtiva contribuía ainda mais para seu empobrecimento como agricultores. Essa temática gerou um rico debate com as pessoas envolvidas no projeto, as quais passaram a entender que deveriam rediscutir suas práticas agrícolas, com certa urgência, na tentativa de, no médio prazo, reverter essa situação.

As demandas identificadas nas comunidades apontavam para vários destinos, sinalizando que cada estrutura – entidade, pública ou privada – que atua na região dessas comunidades, possui suas competências e por elas são responsáveis. Por exemplo: um dos gargalos identificados nas demandas das comunidades foi o de que existem vários problemas em relação à luz elétrica. Os agricultores recebem somente a luz e não a força necessária para acionar seus equipamentos nas propriedades. Nesse caso, foi sugerido que a empresa concessionária da energia se manifestasse sobre o caso. A concessão é para luz e força, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, reguladora desse serviço no país. Então, quando a concessão foi assinada, a empresa concessionária sabia disso e mesmo assim assinou. A partir desse fato, os agricultores encaminharam solicitação ao gestor municipal para que solicitasse à concessionária que se manifestasse sobre o caso, até que a demanda fosse resolvida.

Assim, sucessivamente, as demandas eram encaminhadas para os órgãos competentes até que cada caso fosse resolvido, e as demandas da porteira para dentro deveriam serresolvidas pelos próprios agricultores. As questões além da porteira deveriam ser encaminhadas e resolvidas pelas entidades estabelecidas para tanto, no município: EMATER, STR, Secretarias Municipais, e poderes Legislativo e Executivo.

Variadas demandas foram surgindo e sendo documentadas pelos monitores e

facilitadores, sempre deixando clara a competência de cada ator no processo. A caminhada seguiu normalmente e notava-se, cada vez mais, o entusiasmo e a esperança de dias melhores para as comunidades, tanto nos aspectos produtivos quanto sociais, culturas, de saúde e de lazer, principalmente.

Nessa caminhada, nas comunidades rurais do município, percebeu-se que a assimilação da proposição estava sendo mais entendida pelos agricultores do que pelas entidades. Isso porque o que se buscava era contribuir para que as competências do que fazer no rural fossem definidas por seus agentes endógenos, pois eles sabiam o que seria melhor para sua caminhada de produção e convivência.

Um fato não previsto ocorreu nessa caminhada. Foi no início do envolvimento, tanto dos gestores públicos quanto das comunidades, no contexto da campanha eleitoral municipal, sabendo-se que em comunidades de pequenos municípios a ocorrência de eleições é bastante envolvente. A partir desse fato a equipe de trabalho decidiu dar uma pausa até que a questão eleitoral fosse encaminhada.

No contexto histórico deste projeto, já no ano de 2015, quando a Universidade desenvolvia ações através de seu Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial proposta apoiada pela Chamada Pública 11/2014 – CNPq/MDA/SPM, em que Redentora se destacava por seus baixos índices de desenvolvimento, a equipe do projeto pretendeu dar mais atenção aos municípios menos desenvolvidos. Por isso, Redentora recebeu atenção diferenciada dos demais. Além disso, o gestor da época procurou a Universidade em busca de apoio para encaminhar soluções às questões preocupantes do município, propondo a assinatura de um Termo de Cooperação Técnica com a Universidade.

Pelo exposto, o município recebeu um conjunto de apoios do núcleo da UFSM, no intento de identificar as demandas mais urgentes. A partir de então, definiu-se, junto com entidades municipais, de se trabalhar, inicialmente, as questões do rural, sendo escolhidas algumas comunidades rurais para iniciar essa caminhada. Esse processo andou de metade de 2015 até início de 2017.

Durante a segunda metade do ano de 2016, o projeto teve poucas ações em função da eleição municipal. Com a redução das ações também se tentou evitar conotações políticas partidárias, tanto para os candidatos quanto para as comunidades.

Passado o período eleitoral de 2016, aguardou-se o início da nova gestão para, a partir dessa nova legislatura, construir e documentar o Termo de Cooperação Técnica entre a Universidade e o município. Mas a proposição iniciada em 2016, e com grande aceitação pelas comunidades, passou a não ser mais pretendida pelo município.

Essa atitude permite que se entenda a dinâmica do processo de exclusão que estava em andamento no referido município. Assim, cada vez menos os agricultores de pequeno porte têm condições de permanecer em seu meio, e constata-se que estão arrendando suas terras para médios e grande produtores, passando a viver disso, deixando de exercer sua cidadania com dignidade.

Entende-se que aqui pode estar o gargalo principal no contexto municipal. Como as dificuldades são enormes, os pequenos agricultores passam suas terras para outros cultivarem. Não há, portanto, por parte do poder público, interesse em apoiá-los, pois se o fizesse poderia diminuir a oferta de terras para os grupos dominantes.

Com grande preocupação com as pessoas das comunidades, a equipe de profissionais da Universidade teve dois caminhos a seguir: encerrar as ações com o projeto, escolhendo outros municípios, ou continuar as ações diretamente com as comunidades. O caminho seguindo, nesse momento e nesse contexto, foi a retirada da equipe do referido município. O lamentável é que são poucas as possiblidades dos pequenos agricultores no contexto municipal. Por isso, o município continua a ser um dos mais pobres do Estado. Não se vislumbra interesse em resolver a questão, pois as gestões do município se enredam em interesses coorporativos, tanto do seu quadro funcional quanto de atores locais que entendem que não é necessário reverter essa situação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na incursão da Universidade pelo município de Redentora, em ações com agricultores familiares, vislumbrou-se um conjunto de possibilidades para se entender melhor sua realidade. Isso pode não significar que a Universidade tenha responsabilidades sobre as questões identificadas no meio desses agricultores, que vão desde a falta de crédito qualificado para financiar suas atividades até a comercialização de seus produtos. Além disso, ficou evidente a desconexão das entidades locais e regionais no entendimento das demandas da agricultura local.

Aqui se destaca que o município demanda bons recursos em manutenção de entidades para apoiar seu meio rural. Mas fica evidente que os gestores têm pouca influência e pouco poder de decisão sobre as atividades, tanto das entidades conveniadas quanto de sua equipe de apoio, muitas vezes escolhidas politicamente. Não se tem nada contra esse modelo de formação dos quadros de técnicos municipais, desde que os interesses da comunidade sejam priorizados.

O uso da pesquisa-ação como método para mediar o protagonismo dos produtores rurais foi se consolidando com o desenrolar da investigação de campo nas idas da equipe de pesquisa aos municípios. O fato de os agricultores refletirem sobre suas condições precárias de trabalho e o pouco suporte recebido dos gestores municipais e órgãos da agricultura ficou evidente na intervenção feita pela equipe de pesquisa.

Por meio do método pesquisa-ação foi possível empoderar os participantes da pesquisa, com base nas reflexões, e levá-los a uma maior conscientização de seus problemas e mobilização para a solução.

Conclui-se que para contribuir para as principais demandas dos atores sociais é importante e necessário realizar mais atividades de sensibilização coletivas, com discussões

que versem sobre as políticas públicas e valorização dos atores, visando sua articulação e fortalecimento nos espaços dialógicos com gestores e entidades. Outros elementos observados revelaram que a presença da Universidade no contexto social dos agricultores é considerada uma forma de valorizá-los como pessoas inseridas no Território Rural, com capacidade de produzir e gerar excedentes para a comercialização, na inclusão produtiva, além de avançar no entendimento de suas possibilidades de qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

Freire, P. (1977). *Extensão ou comunicação*. 10ª ed. Editora Paz e Terra: Rio de Janeiro. Giddens, A. (1994). Admirável mundo novo: o novo contexto da política. *Caderno CRH*, Salvador, UFBA/CRH, n.21, (p.9-28), jul./dez.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. (2017). *Censo 2010*. Rio Grande do Sul,2010. Recuperado de http://www.ibge.gov.br/home.

PORTAL FEDERATIVO. *No Brasil, a parceria entre União e municípios na execução de programas voltados para o setor melhora a vida dos agricultores. 2014.* Recuperado de http://www.dialogosfederativos.gov.br/?p=3208#ixzz50ZnQlKw2

Santos, M. (1999). O dinheiro e o território. Geographia, *UFF*, (1)1. p. 7-13.

Sistema FIRJAN. (2017). «Sistema *FIRJAN - Missão»*. Consultado em 30 de nov.

Thiollant, M. (2011). *Metodologia da Pesquisa-ação*. 18 ed. São Paulo: Editora Cortez.

Thiollant, M. (2012). Fundamentos e desafios da pesquisa-ação. Contribuições na produção de conhecimentos interdisciplinares. In: TOLEDO RF, JACOBI PR. *Pesquisa-ação na interface da saúde, educação e ambiente: princípios, desafios e experiênciasinterdisciplinares*. (p. 17- 40). São Paulo : Anablume.

CAPÍTULO 16

PROPUESTA DE EDUCACIÓN SUPERIOR INTERCULTURAL PARA LA DESCOLONIZACIÓN DE LA VIDA. CASOS DE LA UNIVERSIDADES INDÍGENAS TUPAK KATARI, BOLIVIA E INSTITUTO SUPERIOR EUGENIO ESPEJO, ECUADOR

Data de aceite: 01/11/2021

Aquiles Alfredo Hervas Parra

Tania Leonor Parra Proaño

RESUMEN: Los países andinos hoy están viviendo procesos de revitalización de sus raíces culturales, la educación intercultural (crítica) a la luz de las demandas del movimiento indígena se manifiestan en varios rincones del continente. La educación en lo endógeno (pedagogías y contenidos) como en lo exógeno (sentido y objetivos) debe abrirse a nuevas perspectivas, por ello la educación intercultural crítica en general y la de tipo superior en lo específico es una vía de entendimiento de la posibilidad descolonizadora a través de los saberes no funcionales al mercado. La educación intercultural crítica como forma de descolonización de los saberes se convierte en suceso transformador de la subjetividad humana y con ello de la dimensión social, se devela y describe el encuentro en la configuración del tiempo, pasado por quiénes eran cuando se incorporaron los sujetos, presente por la experiencia y futuro por la prospectiva de la vida después del modelo recibido.

PALABRAS CLAVE: Interculturalidad, Descolonización, Subjetividad, memoria, educación.

1 I BREVE CONTEXTUALIZACIÓN

No existe una versión única de la educación superior intercultural, de hecho de estas categorías en tanto tales, -interculturalidad-, -educación- y -indígena-, pueden abrirse prolongados y largos debates sobre su concepto y contexto de desarrollo. Sin embargo en términos generales deberemos abrir el tema con el ejercicio educativo de parte del sujeto periférico y subalterno étnico que en términos coloquiales denominamos como sujeto indígena. Dónde estudia, quién imparte los programas, en qué espacio, urbano o rural se instalan las ofertas educativas, o de qué manera los estados nacionales garantizan la educación propia son las especificidades que definirán el carácter descolonizador o no de la educación intercultural.

Por motivos de extensión no se puede hilvanar todo el proceso histórico de desarrollo de la educación rural, la cual en términos comunes en la región latinoamericana se resume en tres hitos durante el siglo XX y una demanda presente durante todo este transcurrir:

1) Educación rural para la capacitación de necesidades propias de los sistemas feudales en decadencia. 2) Educación rural para la tecnificación mínima de la mano de obra en el surgimiento de la etapa liberal. 3) Educación intercultural acorde a las reformas educativas del esquema neoliberal, “la educación intercultural bilingüe, las reformas educativas de los noventa y las políticas educativas emergentes del siglo XXI” (Walsh, 2012). Y la demanda presente en

todo el recorrido es la de: Educación indígena propia y autónoma[1] para los problemas de las comunidades, desde la perspectiva de los derechos sociales como de la revitalización de la identidad y la forma educativa pre-colonial.

Sobre este tercer elemento podemos distinguir con claridad las formas de educación que se establecieron a la luz de la categoría intercultural. No se puede cometer el error de concebir a la educación intercultural como un producto exclusivo del neoliberalismo, de ninguna manera, en la misma medida en la que las instituciones neoliberales impulsaban reformas en los aparatos estatales y de política pública, el movimiento indígena de cada país hacía públicas sus demandas y luchas por la adjudicación de derechos específicos como etnias, nacionalidades y pueblos insertos en un Estado nacional unívoco que los desconocía en su condición de sujetos de derechos colectivos, “la relación entre pueblos indígenas y educación superior, en tanto las demandas por cambios profundos en este nivel educativo son resultado, en muchos países de la región, del movimiento indígena organizado y de la interpelación a su condición educativa por parte de líderes indígenas” (López, Moya, & Hamel, 2009).

Sin embargo, en promedio durante la década de los años noventa este encuentro doble del poder y las luchas tuvo nodos de inflexión y pacto social, las constituciones políticas en varios países de la región latinoamericana se reformaron[2] con la tendencia a aprobar, entre otros temas, la educación en idioma materno para ciclos formativos escolares en especial. Éste sería el tema central de estudios de las ciencias sociales interesadas en el área durante no menos de dos décadas.

Como no puede ser de otra manera, la tendencia creciente de niños que habrían ingresado a aulas educativas (precarias en su mayoría) se convertirá en el plazo promedio de dos décadas en el entramado social en la nueva demanda de colegios, y en el mediano plazo posterior en los sujetos con expectativa de educación universitaria, “El mayor acceso de los pueblos indígenas a la educación superior puede parecer un proceso lógico después de años de expansión de la cobertura educativa primaria y secundaria en casi todos los países de América

Latina” (Bello, 2009). Podemos caer en un error de percepción lineal pensando que una proporción elevada de población indígena desde su incorporación a las escuelas tiende a la formación universitaria, no es así debido a que otros factores, en especial socioeconómicos y de discriminación racial cierran el cuello de botella y a modo de goteo estadístico son una extrema minoría quienes se incorporan a los programas universitarios públicos o privados.

La Educación Intercultural y en específico la educación indígena universitaria se abre en dos ramas claramente diferenciables. La incorporación de jóvenes indígenas a universidades

1 Sobre esto se puede revisar tanto la historia de luchas del movimiento indígena en los quinientos años de colonia y república -colonial-, como en casos concretos, véase el caso de Warisata la Escuela Ayllu de Bolivia en la década de 1930, las escuelas libres de indígenas entre los años 20 y 30, entre muchas otras experiencias.

2 Los casos más emblemáticos son las Constituciones aprobadas en los mismos países mencionados en la década de los años 90. Su

del contexto urbano o la creación de alternativas comunitarias de educación universitaria, algunas de ellas al margen de la aprobación del estado, otras en solicitud y negociación de su reconocimiento legal. Muchos trabajos de investigación sobre estas entidades se han hecho en la década primera del presente siglo.

Lo primero se manifestó mediante cuotas, becas, porcentajes mínimos u otras políticas públicas de integración/asimilación del sujeto a las instituciones y con ello a la sociedad mercantil-capitalista que amparaba el Estado hacia lo privado y/o público, a pesar de que las instituciones educativas poco o nada reformaban sus contenidos y estructura académica interna en ese plano intercultural que se anunciaba "los indígenas entran indios y salen blancos (Marcos Seizer)" citado en (Bello, 2009), proceso réplica símil de la integración de niños y adolescentes a las escuelas estatales durante el segundo hito de educación rural con el principal objetivo de enseñar a leer y escribir el castellano como lengua oficial de los Estados liberales de mediados del siglo XX, pero, con sus especificidades en términos generacionales y de objetivos programáticos universitarios. No aprenderán a leer y escribir en la lengua oficial sino aprenderán a pensar y valorar la vida como en el sistema moderno que legitima el mercado y su paragón estatal.

Lo segundo, la creación de proyectos propios, arrojó muchas semillas interesantes al cabo de pocos años de funcionamiento, sin embargo la mayoría de las universidades o centros comunitarios prontamente se vieron abocados a cumplir requisitos absolutamente ajenos a su lógica o sentido educativo, algunos entraron al escenario de disputa o negociación siendo los unos simplemente suspendidos, clausurados o cerrados. Tampoco es correcto justificar de manera absoluta todas las iniciativas, no faltaron espacios de oportunismo privado en el seno de etnias indígenas que se plantearon ofertas educativas sin cumplimiento de mínimos básicos de infraestructura o cuerpo docente, pero en la tensión Estado versus comunidad más significativo es el evidente ejercicio del poder de éste primero sobre las formas de educación alternativa.

A pesar de ello, nos parece que esta discusión binaria sobre estudiantes indígenas en universidades mercantilizadas versus universidades indígenas de corte puro es una falacia polarizada que no profundiza ni la realidad de los sujetos, comunidades y estados, como tampoco ofrece un camino común para el fin mayor de la descolonización, "los propios indígenas se plantean hoy la necesidad de imaginar un desarrollo con identidad sobre la base de una relación distinta entre los saberes, conocimientos y valores propios y aquellos que tomados de Occidente son necesarios en las condiciones actuales, apostando a la complementariedad antes que a la oposición (www.fondoindigena.org)" Citado en (López, Moya, & Hamel, 2009). Tanto en las comunidades la modernidad capitalista con las lógicas de mercado han irrumpido en mayor o menor medida según los casos específicos, como en las ciudades existen y persisten fuertes bases de memoria alternativa y polarizadora de modelo hegemónico mercantil.

El gran desafío se encuentra en cómo los sujetos con sus diversidades no

universalizadas tanto del espacio urbano y/o rural puedan encontrar a través de la interculturalidad crítica un sendero factible hacia la descolonización efectiva, tanto en transformación de la educación pública diseñada por el estado y por ende autonomizando a ésta de su control de mercado así garantizando la existencia de universidades alternativas y comunitarias con el cumplimiento de mínimas normas no homogeneizadoras ni controladoras, sino de precautela de la creación de pequeño intereses privados y por ende también mercantiles, "la interculturalidad en tanto imaginario social, es alternativa radical, este espacio mítico -que otros autores denominan proyecto utópico- es necesariamente crítico y subvertor del orden dominante" (Viaña & Claros, 2009). Siendo la descolonización en relación al ámbito educativo un tema de horizonte en el trabajo es pertinente definir en términos teóricos la misma.

2 | EDUCACIÓN Y COLONIALIDAD

Se ha citado en varios momentos que una de las institutuciones de reproducción de las matrices coloniales son las educativas, tanto por el enfoque programático utilitarista para sus sujetos, los estudiantes, como por los contenidos, limitados e insuficientes que se dictan en sus mallas y estructuras curriculares. La educación superior con sus orientaciones profesionalizantes y utilidad laboral no es la excepción.

> La formación profesional [que ofrece la universidad], la investigación, los textos que circulan, las revistas que se reciben, los lugares donde se realizan los posgrados, los regímenes de evaluación y reconocimiento de su personal académico, todo apunta hacia la sistemática ***reproducción de una mirada del mundo*** desde las perspectivas hegemónicas del Norte. (Lander, 2000).

Sobre los contenidos no podemos en esta investigación sino resumir la necesidad de la transverzalisación de teorías críticas en cada uno de los campos del conocimiento, es decir en cada una de las carreras universitarias o de educación superior que se otorgan en las instituciones de este nivel "la tarea de una teoría crítica de la sociedad es hacer visibles los nuevos mecanismos de producción de las diferencias en tiempos de globalización" (Castro Gómez, 2005).

Sobre la configuración del sujeto, tenemos mucha tela que cortar, el rol que asumen los centros de educación superior en términos críticos está orientado a la obtención de un mecanismo de utilidad laboral al cual llamamos título o profesión. Esta profesión que permita obtener un mejor nivel de ingresos económicos[3], y esto por tanto como consecuencia un ascenso en la escala social de valoración marginal capital.

> Una civilización que se muestra incapaz de resolver los problemas que suscita su funcionamiento es una civilización decadente. Una civilización que escoge

3 Cuando hablamos de mejor, no estamos refiriéndonos a un nivel digno o justo, tan sólo un nivel mayor o ligeramente elevado al promedio que se obtiene en la compensación de la mano de obra de fuerza física directa. Es una especie de intelecto de obra si analizamos este aspecto en términos marxistas.

> cerrar los ojos ante sus problemas más cruciales es una civilización herida. Una civilización que le hace trampas a sus principios es una civilización moribunda. El hecho es que la civilización llamada europea, la civilización occidental, tal como ha sido moldeada por dos siglos de régimen burgués, es incapaz de resolver los dos principales problemas que si existencia ha originado: el problema del proletariado y el problema colonial. Esta Europa, citada ante el tribunal de la razón y ante el tribunal de la conciencia, no puede justificarse; y se refugia cada vez másen una hipocresía aún más odiosa porque tiene cada vez menos posibilidades de engañar (Césaire, 2006).

En menos medida pero no menor influencia que épocas anteriores a la modernidad, a nivel mundial con extensiones latinoamericanas los centros de educación superior obtienen laatribución de ser generadores de las verdades, cumpliendo los métodos y leyes de procesamiento de las informaciones para crear esas verdades, "las ciencias sociales y las humanidades que se enseñan en la mayor parte de nuestras universidades no sólo arrastran la "herencia colonial" de sus paradigmas sino, lo que es peor, contribuyen a reforzar la hegemonía cultural, económica y política de Occidente." (Castro Gómez, 2007a).

Se reproduce una manera central de entregar conocimiento, de validarlo en las instancias reguladas por los mismos productores y sobre todo de poseerolo, su propiedad es determinante para cerrar el círculo de la lógica colonial centro periférica dependiente, "La estructura ramificada del colonialismo interno-externo tiene centros y subcentros, nodos y subnodos" (Rivera Cusicanqui, 2010).

3 | LA PRODUCCIÓN DE CONOCIMIENTOS

Hilvanando la crítica establecida sobre la forma de reproducción colonial de la Universidad se debe emprender una tarea más compleja pero no por ello desprovista de argumento y realidad: la Universidad no es el único lugar de producción del conocimiento. Si bien es cierto la modernidad otorgó este rol, no se constituye como el exclusivo lugar donde pueden pensarse conceptos que se traducirán a verdades, "La universidad es vista, no sólo como el lugar donde se produce el conocimiento que conduce al progreso moral o material de la sociedad, sino como el núcleo vigilante de esa legitimidad" (Castro Gómez, 2007a) entonces la Universidad se convierte en el filtro de división de aquello que se oficializa como conocimiento científico y aquello que no lo es. Entre la división tradicional que hiciera Foucault entre la episteme y la doxa, un panóptico de la verdad.

Ante esto, en algunos centros de educación superior de entorno social diverso por su composición étnica se han asumido dos posturas, la primera que procura incorporar dentro de la misma Universidad los saberes ancestrales dándoles espacio en centros de investigación para el efecto o en algunos casos abriendo cátedras, y, la segunda que busca descentralizar la producción y validación del conocimiento para darle ese derecho amplio a todos los rincones donde se pueden producir saberes logrando de esa manera fragmentar la institución única y poderosa de producción del saber, o al menos con esa intención en el

discurso.

Ahora bien, eso no significa que el Estado pueda desentenderse de su obligación para con la diversidad cultural en el plano de la institucionalidad educativa. Más bien denota con más firmeza que el Estado debe comprender que los saberes no necesitan que el poder enseñe cómo deben ser transmitidos o qué debe ser compartido, sino que se debe crear condiciones para que ese ejercicio sea más dinámico, mientras eso no se haga, seguiremos en la emulación de formas coloniales de concebir el conocimiento, lo que se ha dado en denominar neo- colonización del conocimiento, "Tanto la estrategia colonial como neocolonial han intentado, mediante innumerables intentos, subsumir al/a la otro/otra al proyecto hegemónico" (Estermann, 2014).

La descolonización del saber no es más que un proceso paralelo y sistemáticamente llevado de la mano de la descolonización del poder, mientras el poder no se abra a las nuevas luces que surgen espontáneamente de la revitalización de nuestras memorias y el fortalecimiento de nuestra identidad, ese poder seguirá siendo un caldo de cultivo de la misma lógica colonial que formalmente pretende declarar como superada.

4 | EDUCACIÓN INDÍGENA INTERCULTURAL

Finalmente para darle sentido a la perspectiva de educación superior indígena, se la debe relacionar con la educación como institución de la sociedad y la educación superior como espacio de actual disputa, "las universidades interculturales y los espacios interculturales no denominados de esa manera, pueden construir las condiciones para el establecimiento del diálogo de saberes" (Velázquez & Argueta, 2013). Los territorios universitarios tradicionales, y, las fomentación de espacios de aprendizaje superior reconocidos y legitimados por el Estado son el espacio geo-cultural, político y estratégico para la consolidación de la sociedad (llámese nación o Estado) intercultural, pluriversal, multiétnico según el contexto de cada caso.

Uno de los espacios más propicios para provocar el encuentro dimensional con la además obligatoria responsabilidad de apertura de espacios para la revitalización de una de esas dimensiones, en este caso del mundo andino, es el terreno educativo. Y hacerlo desde una forma correcta que no repita errores de la historia, como los intentos de folklorización de las culturas extrañas a la dominante, se trata más bien de una "igualdad en la diferencia" (Mato, 2008).

Esta, no es una cuestión de mera conclusión discursiva o de enfoque eminentemente academicista, se trata más bien de la necesidad de intervenir en la educación para la influencia social sobre las personas, la educación intercultural indígena rebasa las expectativas cuando de sensibilización se trata, por ello al hablar de universidades interculturales, pluriversidades[4]

4 Pluriversidad es la denominación de un proyecto pendiente de modelo de centros de educación superior que combinen las dimensiones culturales entre el campo y la ciudad, entre lo rural y lo urbano, entre las diferentes lenguas y entre los diversos saberes

u otros modelos de interacción cultural nos dirigimos mucho más allá que del encuentro sencillo entre diversos, "busca la articulación y complementación entre creencias, saberes y conocimientos locales, regionales y universales, y contribuye al logro de un pluralismo incluyente" (Gigante, 1995) y es en ese esquema que la educación no se miraría como olla dónde se fundiría el alimento de la interculturalidad, sino como horizonte de encuentro, espacial, temporal y simbólico ¿Para quién? para las sociedad con sed de sentido, colonizada y vaciada de muchos contenidos que otorguen identidad y otros principios constitutivos del vivir en bienestar integral y común.

Enseñar y aprender desde el otro, no del uno al otro, y junto con los otros, humana y sensiblemente, comprometidos con la construcción de una cultura además más profunda, jamás pura, sino más armónica, más feliz, intercultural, y esta idea de mayor felicidad traducida a la utopía social que buscan los modelos tiempo atrás: el bienestar social, o traducido a nuestra lengua kichwa, el *sumak kawsay*[5]. Ésta no deja de ser una disputa, donde además de asumir la responsabilidad de construcción de esta idea en la práctica se confronte a las barreras del sistema que limitan tal propósito, Paulo Freire decía "las sociedades cuyas estructuras generaron la ideología por la cual la responsabilidad por los fracasos y frustraciones que ellas misma crean corresponde a los fracasados como individuos y no a las estructuras o a las maneras como funcionan esas sociedades" (Freire, 2005). Por ello el contexto de definición y ejercicio de la interculturalidad se presenta como un camino de lucha, tanto de los sentidos como de la materialización de esos sentidos.

La educación intercultural concebida desde la perspectiva crítica y asociada a la lucha por los derechos de los diversos es patrimonio histórico de las disputas del sector indígena y quienes empáticamente se han incorporado. Aquello que es cierto, es que el inicio de este nuevo siglo marca nuevas luces para la configuración de la interculturalidad en le educación y en la vía como una respuesta a varias crisis tanto del ser humano en su concepción individual, como de las sociedades y su funcionamiento estructural. Citando el texto de Ariruma Kowi respecto a la idea de educación que se construye sobre las bases de la diversidad:

Educación fundamentada en la vida. Educación y seguridad alimentaria: uso adecuado de los pisos ecológicos. Educación basada en la prevención: desarrollo de tecnologías orientadas a conservar los alimentos para garantizar estabilidad en el presente y futuro. La educación con un sentido pragmático desarrolló una actitud de suficiencia. Educación de valores a través de los mitos. Educación sinónimo de alegría. (Kowi, 2006).

5 | RAZÓN MODERNO-COLONIAL

También llamado racionalismo, se describe como una etapa temporal, histórica y

5 Traducido al castellano significa Buen Vivir, se trata de una concepción de vida en la cual el ser humano armoniza su vida con la de la naturaleza, en la actualidad es un concepto en disputa, tanto entre sectores de los pueblos originarios como en instituciones públicas. También se ha denunciado que esta concepción ha sido usurpada simbólicamente en términos políticos en el Ecuador. Ver criterios del profesor Patricio Guerrero al respecto.

dimensional que pone al individuo como centro de la actividad, trasladando la idea o noción divina a un segundo plano. Su puesta en marcha se dio junto al proceso revolucionario de varias áreas de la vida humana: el Renacimiento en el campo artístico, la democracia representativa en el campo social, la sociedad liberal en el campo político y la iluminación en el campo filosófico. Como lo diría Habermas citando al filósofo alemán Friedrich Hegel "los acontecimientos históricos claves para la implantación del principio de la subjetividad (moderna) son la Reforma, la Ilustración y la Revolución Francesa" (Habermas, 1988), que no implica la negación absoluta de éstas, salvando de las mismas sus instancias de contradicción al poder respectivo que les corresponde.

Es necesaria la puntualización de la modernidad ya que Europa y Occidente no fueron eternamente racionalismo; en su seno convivieron varias culturas que en procesos bélicos de conquistas y expansiones de unos y otros imperios fueron desapareciendo o transformándose. Ejemplos de ellos son las sociedades Sumeria, Fenicia, Asiria, entre otras, las cuales no necesariamente se sustentaron en los mismos principios del racionalismo colonial e instrumentalizado, hoy imperante, "la mitológica Europa es hija de fenicios, de un semita entonces, esta Europa venida del Oriente es algo cuyo contenido es completamente distinto a la Europa definitiva, la Europa moderna" (Dussel, 2005, pág. 41). Y además, son culturas de manifestaciones similares en varios campos de reproducción de la vida (Franz Hinkelammert) a aquello que hoy en día se está revitalizando y redescubriendo de nuestros antecesores.

La revolución de la razón puede ser definida como una contradicción directa de la religión, misma que antes de lograda esta etapa, fue la referencia de la dirección de la vida de los individuos y de sus maneras de organización social. La razón ocupó un rol de tipo revolucionario en su momento, ya que se presentó como una luz de salida al abuso extremo de la etapa que la precedió "la modernidad es una emancipación, una salida de la inmadurez por un esfuerzo de la razón como proceso crítico" (Dussel, 2005), lastimosamente posterior a su momento justificativo de salto de etapas, se instrumentalizó por los poderes ascendentes como una herramienta de control, "la conformación colonial del mundo entre occidental o europeo (concebido como lo moderno, lo *avanzado*) y los –Otros-, el resto de pueblos y culturas del planeta" (Lander, 2005), una confrontación con fines de dominio. Dicho esto con el fin de evitar la discusión vaciada del de contexto histórico y afirmada monolíticamente en el binarismo (razón versus lo nuestro) que nos lleva a abstracciones ajenas a la necesidad revolucionaria descolonizadora pertinente con la realidad contemporánea.

En el contexto de la colonialidad observamos sus elementos críticos, sin dejar de resaltar los logros que consiguió cuando le correspondió, por lo tanto no estamos en posición de satanizar completamente su existencia. "El gran reproche que estamos autorizados para hacerle a Europa es haber quebrado en su impulso a civilizaciones… es no haberles permitido desarrollar y hacer realidad toda la riqueza de las formas contenidas en su mente" (Césaire, 2006)

La razón, forma de pensamiento y proyecto legitimado ante las demandas de su momento histórico, guió la vida de quienes gobernaron y por tanto de sus gobernados en la mayoría de reinos e imperios situados en Europa[6] Occidental, fue la concepción desde la cual se consolidó el proceso de la civilización occidental y por lo tanto tendió a servir de forma instrumental con el pasar de los años, experimentó una transición de uso. Tanto en sus inicios de sociedades post religiosas, como en sus manifestaciones más modernas como la ética kantiana o los pensadores de varios grupos de siglos seguidos a partir del XVI, y con ellos sus culturas y los sujetos que las reproducen, han aterrizado los principios generales del racionalismo a las diversas propuestas, filosóficas, antropológicas, ontológicas o deontológicas que conforman el pensamiento europeo occidental.

No hay duda que el racionalismo responde a un momento determinado de la historia, su formalización la hallamos en Descartes, como el pensador que ordenó las nociones en un pensamiento orientador de los preceptos modernos, orden que daría luz a una ruptura ontológica de la cual surgen los postulados racionales, más detalladamente universalizados después por Immanuel Kant en el conjunto de máximas morales.

> La ruptura ontológica entre la razón y el mundo quiere decir que el mundo ya no es un orden significativo, está expresamente muerto. La comprensión del mundo ya no es un asunto de estar en sintonía con el cosmos, como lo era para los pensadores griegos clásicos. El mundo se convirtió en lo que es para los ciudadanos el mundo moderno, unmecanismo desespiritualizado que puede ser captado por los conceptos y representaciones construidos por la razón. (Apfeel-Marglin, 1996).

Esta postura que divorció la relación existente entre la connotación y contexto del mundo, y entre ello, los sistemas de creencias de ese mundo. La vida de la persona, giró la comunicación mundo con mente, para volver a lo primero un instrumento específico de la razón. Se colocaron las personas en una postura ajena y externa a la del mundo, se encerraron en varios postulados, que aunque universales, se aplicaron a la medida del pensamiento de cada uno “el proyecto de modernidad formulado por los filósofos del iluminismo en el siglo XVIII se basaba en el desarrollo de una ciencia objetiva, una moral universal, y una ley y arte regulados por lógicas propias” (Habermas J. , 1989), así se individualizó el comportamiento social, y se redujo las relaciones a meros encuentros de función o de uso.

Poder aseverar con certeza, y menos aún matemática en el tiempo, el origen exacto de la modernidad como proceso cultural, ideológico y político, sería una arbitrariedad. Se puede remontar a la ruptura histórico política del surgimiento del imperio romano con influencias helénicas, así como podemos citar algunos referentes bibliográficos Galileo (1616), Bacon (Novus Organum, 1620) o Descartes (El discurso del Método. 1636). Vendríamos más adelante en el tiempo con las disputas políticas de la configuración del Estado Moderno,

6 Insistimos en no mirar la palabra Europa en una única y obstinada connotación ideológica de la Europa más recientemente conocida, la moderna.

Italia (siglo XV), Alemania (siglos XVI-XVIII), Francia (siglo XVIII) o Inglaterra (siglo XVII), pero, nuestro interés en esta intervención no es de corte histórico y mucho menos filosófico por el momento, requerimos determinar cuál fue el punto en el cual las ideas modernas eurocéntricas[7] se trasladaron en las carabelas de Colón para irrumpir como una forma de colonización a las culturas del Abya Yala, “con la colonización de Abya Yala, la modernidad se articula con la organización colonial del mundo, que organiza la totalidad del espacio y tiempo” (Garcés Velázquez, 2009).

Es así como la crítica se intensifica a varias formas sistemáticas que derivaron del seno del Occidente racional, y más hoy en día moderno, aquel que ha levantado un modelo económico denominado capitalista, un modelo filosófico denominado utilitarista y un modelo social aún vigente denominado colonial con aplicaciones contemporáneas como global y homogeneizador, “un síntoma revelador del creciente dominio de la racionalidad del mercado es la tendencia no sólo a tratar todas las formas de riqueza como capital en la práctica, sino a conceptualizarlas como tales en la teoría” (Coronil, 2005).

6 I NEGACIÓN DEL OTRO Y DE LO OTRO

No basta con la oficialización de un conocimiento, el status epistemocéntrico del poder requiere asegurar la invalidación de cualquier amenaza que subsista frente a los conocimientos formalizados y avalados, para ello plantea dos maneras:

- Negar toda forma de conocimiento o sabidurías que se contrapongan a las oficiales e instrumentales.
- Negar a quienes asumen esos saberes o sabidurías negadas en su condición de auto identificación y ascención de derechos.

Dos pasos para la consolidación del ejercicio de control sobre los colonizados y aún dependientes de esta forma de estructura, como si la “colonialidad del saber y la colonialidad del poder se encontraran emplazadas en la misma matriz genética” (Castro Gómez, 2005). Sin regular el silencio de los otros, no existe real condición de poder y con ello de colonialidad sobre los silenciados. El ejercicio de violencia simbólica que esto implica ni siquiera ha significado la coerción impajaritable sino la progresiva ubicación de instituciones que lleven a modo de vehículo este modelo único de pensamiento central e impositivo ante lasdiversidades.

“No puede haber un discurso de decolonización sin una práctica decolonizadora” (Rivera Cusicanqui, 2010), por lo tanto el proceso de saltos hacia la autonomía, libertad, independencia o cualquier descripción del flujo de las diversidades en el terreno de lo social. La disputa de la validación del otro no surge de manera espontánea, se la provoca con el ejercicio de la palabra, insurgencia mínima que dibuja la existencia de ese otro

7 Acuñamos la palabra eurocéntrica, debido a que el pensamiento, las lógicas y los sentidos del modelo moderno surgen después de muchos y dispersos procesos en los senos de los Estados Europeos, es decir vienen de fuentes intra-europeas.

anulado anteriormente.

La mejor manera de eliminar la anulación del otro es aparecer, y, la de eliminar la anulación de la palabra del otro, es hablando. "La estructura dislocada, la estructura descentrada abre la posibilidad de pensar consistentemente la libertad y el sujeto, dos términos que se implican mutuamente" (Viaña & Claros, 2009). Ese ejercicio práctico y real provoca la abolición de las relaciones coloniales, tiene como efecto inmediato la existencia, la destrucción de la invalidación y a partir de ello, entonces, logra los estados de autonomía e independencia reales que en los tiempos contemporáneaos no calan aún en las culturas y replican la colonialidad del saber, el poder y con transversalización del ser.

7 | DESCOLONIZACIÓN DEL SABER

Es particularmente destacable que frente a una historia descrita que ha interpuesto una forma de pensar, aprender y conocer -en este caso lo estipulado sobre la tradición occidental- claro contenido etnocéntrico, coherente con el objetivo político e ideológico de la sociedad moderno-capitalista, que busca "erigirse a sí misma como el paradigma de la razón universal" (Guerrero, 2002). Ha habido múltiples procesos de saberes relativamente periféricos que han subsistido en el tiempo.

Esas formas de saberes se traslucen en escenarios múltiples tan íntimos como la tradición oral de padres a hijos o tan institucionales como el centro de estudios de educación superior que estamos investigando. El saber cómo una manera de referirnos a todo el compilado de conocimiento y maneras en que se enseña ese conocimiento está profundamente colonizado aún, eso es una realidad, lo destacable es que se ponen en escenario propuestas que procuran descolonizar a la persona y antes de ello su matriz conceptual que aquí en breves rasgos de identificación lo hemos llamado saberes.

La libertad está limitada a las condiciones del sistema de pensamiento, su paradigma se asienta en un campo sensorial de satisfacciones momentáneas, creemos ser libres pero estamos seguros de no disponer de felicidad[8], sacrificamos lo uno por mantener lo otro "estos juegos de temporalidades impregnaron las sociabilidades e identidades, tanto del colonizador, como de los colonizados, e impregnarán en el interior y más allá del vínculo político-jurídico colonial" (De Sousa, 2009). En ese debate interior se transfigura la libertad a la forma de lo que compramos, adquirimos y recompramos, en la continuada y dilapidante cadena de necesidades vinculadas a un modo de pensar y conocer específico y utilitario.

8 Palabra de amplia discusión y debate, utilizad en este trabajo como una descripción de un estado de mayor permanencia que la mera y reducida satisfacción o placer.

8 | LA DESCOLONIZACIÓN SUBJETIVA Y LA EDUCACIÓN SUPERIOR INDÍGENA

Una denominación que desarrolló originalmente el filósofo puertorriqueño Nelson Maldonado Torres (2006) fue la del giro decolonial, noción que resulta inspiradora a la perspectiva que se desea abordar con la descolonización subjetiva o reversión interna de la colonialidad, la cual de forma hipotética se podría dar a la luz del encuentro intercultural crítico (con su proyecto histórico de lucha) en el seno de la educación indígena. No es la intención de un trabajo ampliado sobre la libertad dentro de la modernidad o el traspaso de la sociedad moderna a la post o transmodernidad, esa discusión tiene mucho hilo por hilvanar aún. El fin es más simple y con ello humilde: procurar comprender la posibilidad que la persona como parte de la naturaleza y el entorno social tiene de decidir tomar otra vía que lo libere y descolonice en el espectro de su vida, es decir, el giro que la persona puede optar para ser más libre de lo que dentro de la cultura predominante y el mercado, lo es relativamente.

La descolonización subjetiva no asume un proyecto social amplio en primera instancia, como lo habrán intentado otras corrientes, como el marxismo tradicional o contemporáneo, la teoría de la dependencia o los mismos estudios sobre subalternos, las cuales deberían confluirse de manera complementaria. La descolonización subjetiva busca crear un debate inicial de la persona consigo misma desde su condición material de sujeto explotado, pero, además desde su condición étnico cultural de sujeto tendiente a un permanente blanqueamiento o ascenso a la élite, mediante su nivel de consumo, “el ámbito discursivo/simbólico que establece una división entre poblaciones blancas y no blancas no es una geo-cultura en el sentido de Wallerstein, sino que es un ámbito constitutivo de la acumulación de capital a escala mundial desde el siglo XVI” (Castro Gómez, 2007b).

La idea fuerte es que esta vigencia tierna y palpitante del colonialismo en la contemporaneidad reside en que, la noción de relativa libertad e independencia está defendida ideológicamente de parte de los mismos sectores subordinados, es el ser el que no descubre en primera instancia su condición colonial, ese ser dirigido y determinado por la voluntad personal, “deberíamos empezar por hacer la crítica fundamental a los cimientos de lo que en este trabajo llamamos la matriz cultural única del sistema capitalista” (Viaña, 2010). Esa voluntad puede tener como sustento la diversidad cultural, la existencia de espacios culturales, que no son meta espacios, personas en tiempo presente y espacios reales que se encuentran revitalizando la vida entre diversos y retomando a esos diversos “El pensamiento de frontera apunta hacia un tipo diferente de hegemonía, una múltiple. Como un proyecto universal, diversidad nos permite imaginar alternativas al universalismo (podríamos decir que la alternativa al universalismo en esta perspectiva no es particularismo sino multiplicidad)” (Escobar, 2003).

9 | LA DESCOLONIZACIÓN DE LA VIDA EN EL ESPACIO DE LA EDUCACIÓN INDÍGENA

Como hemos hecho un análisis anterior sobre la libertad, la contextualización de la descolonización subjetiva no es sino el logro inmediato de la superación a esas formas de limitación de la libertad, devenientes principalmente de los aspectos de consumo de la sociedad global-capitalista actual, en la cual además de las condición de opresión sistémicas se hallan nuestros hábitos, costumbres y enajenaciones de la memoria en el ejercicio de la vida. Mucho mejor sí esta descolonización es lograda desde las dos vertientes más importantes de la actualidad, el modo de vida de nuestros pueblos ancestrales preservados aunque con sus transformaciones a la actualidad, como un mecanismo histórico de resistencia e insurgencia simbólica; y el aporte reflexico conceptual del pensamiento crítico enunciado desde Nuestroamérica "No es accidental que la conceptualización del sistema mundo desde las perspectivas decoloniales del Sur cuestione las conceptualizaciones tradicionales producidas por pensadores del Norte" (Grosfoguel, 2006).

No basta con actuar de un modo más saludable con la vida y su entorno, sino saber que esa actuación proviene de otra matriz de pensamiento, que se ha logrado decolonizar las dimensiones más trascendentales como materiales, no son suficientes la configuración de conocimientos de contradicción provenientes de la periferia, ya que aunque pesemos desde lossentires del sur lo estaríamos haciendo con la matriz lógica eurocéntrica impuesta culturalmente. Debemos construir en la misma lingüística de la cuestión nuestros propios saberes, con sus propias formas de validación, métodos y herramientas, para que salgan a la luz saberes decolonizados y libres que puedan ayudar en la liberación de los demás.

> Deben enseñarle a sus hijos que el suelo que pisan son las cenizas de nuestros abuelos. Inculquen a sus hijos que la tierra está enriquecida con las vidas de nuestros semejantes a fin que sepan respetarla. Enseñen a sus hijos, como nosotros hemos enseñado a los nuestros que la tierra es nuestra madre. Todo lo que le ocurre a la tierra le ocurrirá a loshijos de la tierra – Gran Jefe Seatle[9]

Ser libres no pasa por actuar sin ataduras solamente, sin por sentir una verdadera expansión de nuestra capacidad senso-volup-emocional (Sentimientos, Voluntad y emociones). Tarea compleja dentro del marco cultural capitalista de dependencia parmanente a las relaciones materiales de reproducción y ciclos de la vida, "es preciso atender de manera especial y prioritaria la cuestión indígena en tanto interpela el carácter mismo de nuestras sociedades" (López, Moya, & Hamel, 2009). Sentir libertad descolonial subjetiva implica la destrucción interna de laforma relacional de dependencia al consumo, la adquisción material de bienes y servicios y sobre todo la libertad de producir sabidurías fruto de la memoria histórica y la acción presente.

¿Dónde se puede abrir la punta de lanza de un proyecto descolonizador? Para responder

9 Citado del texto "Corazonar" de Patricio Guerrero en el capítulo "Usurpación Simbólica, Ética, Patrimonio y Turismo"

retomamos el momento histórico de la educación superior indígena, con sus contradicciones, peculiaridades y diversas formas, ésta es un espacio preciso para transversalizar el debate. Por ello es que la misma no puede ni debe ser problematizada en exclusiva cerrazón del problema de su garantía y funcionamiento, tales elementos son la base, pero se proyecta como demanda para las dificulatades de una sociedad moderno capitalista en constantes crisis que reclama alternativas creativas, "a experiencia de la contemporaneidad nos compromete en el presente –aka pacha– y a su vez contiene en sí misma semillas de futuro que brotan desde el fondo del pasado –qhip nayr uñtasis sarnaqapxañani" (Rivera Cusicanqui, 2010).

Si la educación indígena debe ser exógena a la urbe o garantizada en los centros radicionales de educación superior, no es un problema menor, pero la exigencia de la elección entre una y otra opción nos lleva una y otra vez a ese binarismo que no llega a nada, por tanto en su sustitución y como forma sincretizadora se plantea el encuentro pluriverso y su materialización en la Pluriversidad: tanto en las universidades existentes debe transversalizarse el sentido de vida de las culturas, los sujetos indistintamente de su situación de divorcio con su identidad acarrean en la memoria vivida su pasado pre-capitalista y pre-colonial, el encuentro con los símbolos culturales que les corresponden en el ámbito de su formación educativa a través de materias u otras actividades extracurriculares transformará sus subjetividades "la posibilidad de una reforma cultural profunda en nuestra sociedad depende de la descolonización" (Rivera Cusicanqui, 2010).

De la misma manera las colectividades indígenas en su derecho a realizar educación propia con infraestructuras autónomas fuera del encierro de las urbes, y poniendo en acción modelos auto definidos garantizados y respaldados (no controlados) por los Estados será la mejor forma de plurinacionalidad política e interculturalidad simétrica del derecho universal a la educación, todo "dialogo de saberes o cosas por el estilo, entre desiguales que acaban reproduciendo la colonialidad del ser y del saber en la mayoría de las prácticas pedagógicas y/o educativas" (Viaña, 2009, 2010, 2011).

La interculturalidad crítica con carga anatagónica a la dimensión valorativa de la modernidad capitalista en el escenario educativo indígena a nivel superior expresado en proyectos de pluriversidades establece como posible que tanto unos como otros de los particpantes de las dos formas de espacio educativo enunciadas solventen la descolonización subjetiva y en suma colectiva. Los sujetos que además contienen muchísmos más elementos de lo común que de su legítima diferencia, entrarían según sus diversidades en la posibilidad descolonizadora de su valoración de la vida a través del tiempo-espacio real de la educación indígena. Configurando así, y a la vez, proyectos colectivos que trasciendan del individuo y altere a su entorno social en la vía de otro mundo posible a partir del sentido simbólico y material que implica la educación antagónica de alter valoración de la vida y sus dimensiones.

BIBLIOGRAFÍA

Apfeel-Marglin, F. (1996). *Introduction: Racionality and the World.* Oxford: Clarendon Press.

Bello, Á. (2009). Universidad, pueblos indígenas y educación ciudadana en contextos multiétnicos en América Latina. En L. López, *Interculturalidad, educación y ciudadanía.* La Paz, Bolivia: FUNPROEIB y Plural.

Castro Gómez, S. (2005). Ciencias Sociales, violencia epistémica y el problema de la "invención del otro". En E. Lánder, *La Colonialidad del Saber* (pág. 271). La Habana: Editora de Ciencias Sociales.

Castro Gómez, S. (2007). *Decolonizar la universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de saberes.* Bogotá: Iesco Pensar.

Castro Gómez, S. (2007). Prólogo. *Giro decolonial, teoría crítica y.* Bogotá: Siglo del Hombre. Césaire, A. (2006). Discurso sobre el Colonialismo. Madrid: Akal.

Coronil, F. (2005). La Colonialidad del Saber, Eurocentrismo y Ciencias Sociales. En E. LANDER. LaHabana: de Ciencias.

De Sousa, B. (2009). Una Epistemología del Sur, la reinvención del conocimiento y la emancipación social. México: Siglo Veintiuno.

Dussel, E. (2005). Europa, Modernidad y Eurocentrismo. En E. Lander, *La Colonialidad del Saber* (pág. 271). La Habana: de Ciencis Sociales.

Escobar, A. (2003). *"Mundos y conocimientos de otro modo": el programa de investigación de Modernidad Colonialidad Latinoamericano.* Buenos Aires: Tábula Rasa.

Estermann, J. (2014). Colonialidad, descolonización e interculturalidad. *Polis,* s/n. Freire, P. (2005). Pedagogía de la Esperanza. Buenos Aires: Siglo XXI.

Garcés Velázquez, F. (2009). *¿Colonialidad o Interculturalidad? representaciones de la lengua y conocimiento quechuas.* La Paz, Bolivia: PIEB & Universidad Andina Simón Bolívar.

Gigante, E. (1995). Una Interpretación de la Interculturalidad en la Escuela Básica. *Revista de la Escuela y del Maestro,* 49-55.

Grosfoguel, R. (2006). *La descolonización de la economía política y los estudios postcoloniales. Transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global.* Tábula Rasa.

Guerrero, P. (2002). Módulo Pensamiento No Occidental. Quito: Universidad Politécnica Salesiana.

Habermas, J. (1988). Der Philosophische Diskurs der Moderne. Frankfort: Suhrkamp.

Habermas, J. (1989). Modernidad, un Proyecto Incompleto. En N. Casullo, *El Debate modernidad posmodernidad.* Buenos Aires: Puntosur.

Kowi, A. (2006). *Historia de la Educación de los Kichwas.* Quito: UASB.

Lander, E. (2000). *¿Conocimiento para qué? ¿Conocimiento para quién?, Reflexiones sobre la universidad y la geopolítica de los saberes hegemónicos".* Bogotá: Centro Editorial Javeriano.

Lander, E. (2005). Ciencias Sociales: Saberes Coloniales y Eurcéntricos. En E. LANDER, La *Colonialidad del Saber* (pág. 271). La Habana: de Ciencias Sociales.

López, L., Moya, R., & Hamel, R. (2009). Pueblos Indígenas y educación superior en América Latina y el Caribe. En L. López, *Interculturalidad, Educación y Ciudadanía.* La Paz, Bolivia: FUNPROEIBy Plural.

Mato, D. (2008). *Diversidad Cultural e Interculturalidad en Educación Superior.* Bogotá: IESALC.

Rivera Cusicanqui, S. (2010). *CH'IXINAKAX UTXIWA : UNA REFLEXIÓN SOBRE PRÁCTICAS Y DISCURSOS descolonizadores.* Buenos Aires, Argentina: Tinta Limón.

Velázquez, M., & Argueta, A. (2013). Interculturalidad y Educación Superior: Conocimeintos, Saberes y Enseñanza. En C. C. 1, *Diálogo de Saberes* (págs. 33-40). Quito: SENESCYT.

Viaña, J. (2009, 2010, 2011). La lucha por rupturas y reconstrucciones ontológicas y epistemológicas profundas y generalizadas como problemática de fondo de las universidades indígenas. La Paz, Bolivia: Convenio Andrés Bello.

Viaña, J. (2010). Reconceptualizando la interculturalidad. En J. Viaña, L. Tapia, & C. Walsh, *Construyendo Interculturalidad Crítica.* La Paz, Bolivia: Instituto Internacional de Integración Convenio Andrés Bello.

Viaña, J., & Claros, L. (2009). La interculturalidad como lucha contrahegemónica: Fundamentos no relativistas para una crítica de la superculturalidad. En J. V. Otros, *Interculturalidad crítica y descolonización, fundamentos para el debate.* La Paz, Bolivia: Convenio Andrés Bello.

Walsh, C. (2012). Interculturalidad Crítica y Decolonialidad. Quito: Abya Yala.

SOBRE OS ORGANIZADORES

MARCELO MÁXIMO PURIFICAÇÃO – Pós-doutorado em Educação pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (FPCE/UC Portugal, 2014-2016). Pós-doutorado em Formação de professores, Identidade e Gênero pelo Instituto Politécnico da Escola Superior de Educação de Coimbra ESEC (2017-2021); Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Goiás PUC/Goiás (2010-2014, CAPES 5); Doutorado em Ensino (em andamento), com objeto de tese na área da Educação Matemática/Desenvolvimento Profissional de Professores e tecnologias pela Universidade do Vale do Taquari/UNIVATES (2018 -, CAPES 4); Doutorado em Educação (em andamento), com objeto de tese na área de Currículo e Identidade Juvenis pela Universidade Luterana do Brasil/ ULBRA (2020 -, CAPES 5); Mestre em Teologia: Educação Comunitária Infância e Juventude pelas Faculdades EST (2007-2008, CAPES 5). A nível de graduação possui formação multidisciplinar com: Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Goiás; Licenciatura em Pedagogia habilitação: séries iniciais, orientação e supervisão escolar, pelo Instinto de Ciências Humanas e Sociais ICSH e Licenciatura em Filosofia pela Faculdade Batista Brasileira/FBB. É professor Titular C-II da Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior/FIMES/UNIFIMES desde 2014 (Onde atua em atividades de ensino, pesquisa e extensão na graduação e pós-graduação) e professor P-IV da Secretaria Estadual de Educação de Goiás desde 1999 na disciplina de Matemática. Atua, ainda, como Docente Permanente nos seguintes Programas: Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado) da Faculdade de Inhumas FACMAIS, Linha 2 Educação, Cultura, Teorias e Processos Pedagógicos; Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado) da Fundação Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul UEMS, Linha 1 Currículo, Formação Docente e Diversidade (Cooperação técnica nº 1038/2019. Publicado no D. O. nº 10038 de 28/11/2019) e do MPIES Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social da Universidade do Estado da Bahia UNEB (Colaboração Técnica, sem vínculo empregatício), na Linha 2 Novas Formas de Subjetivação e Organização Comunitária. Coordenador do Grupo de Pesquisa (NEPEM/UNIFIMES-CNPq); Colíder do Grupo de Pesquisa em Educação, Tecnologias Sociais e Desenvolvimento no interior do Amazonas (do IFAM). Associado na ANPED/Nacional. Membro da Comissão Editorial da Revista Científica em Educação da FACMAIS (2020 -); Membro do Comitê Científico da Editora Atena (2019 -); Editor da Revista Científica Novas Configurações Diálogos Plurais (2020 -). Tem experiência na área da Educação atuando no eixo da Diversidade. Atualmente interessa-me pesquisa em dois grupos temáticos: I Processos Educativos: Formação de Professores, Políticas Educacionais, Currículo, Desenvolvimento Profissional, Ensino e Tecnologia; II Estudos Culturais: Identidade, Representação, Gênero, Violência, Negritude, Religiosidade e Cultura.

MARIA FILOMENA RODRIGUES TEIXEIRA – Doutora em Didática pela Universidade de Aveiro em Portugal. É professora – coordenadora na Escola Superior do Instituto Politécnico de Coimbra e membro efetivo do Centro de Investigação em Didática e Tecnologia na Formação de Professores da Universidade de Aveiro. É, desde 2010, coordena na Escola Superior de Educação de Coimbra (ESEC), do Mestrado em Educação para Saúde. Tem experiência na área da Sexualidade e Educação em Sexualidade. De entre as unidades curriculares que leciona na ESEC, salienta, Sexualidade e Saúde (Licenciatura em Educação Básica); Sexualidade, Saúde e envelhecimento (Licenciatura em Gerontologia Social); Sexualidade, Saúde, Cultura e Media (Mestrado em Educação para Saúde). É, desde 2012, professora visitante da UNESP, Araraquara, SP/Brasil, na Pós-Graduação em Educação Sexual.

SILVÂNIA MARIA ROSA - Graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás -(UEG) em 2001). Graduada em Informática pela UEG (Universidade Estadual de Goiás; Especialista em Docência Universitária (FACER) e em Gênero e Diversidade na Escola pela (UFG) Universidade Federal de Goiás - Campus Catalão; Mestranda em Educação, pela Faculdade de Inhumas - FACMAIS – É professora concursada na - Secretaria Estadual de Educação de Goiás e na Secretaria Municipal de Educação de Rubiataba – GO, atuando no Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

ÍNDICE REMISSIVO

R

S

T

U

V

Ano 2021

SOCIOLOGIE:

ORDEM E POLÍTICAS SOCIAIS NA ATUALIDADE

2

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ano 2021

SOCIOLOGIE:

ORDEM E POLÍTICAS SOCIAIS NA ATUALIDADE

2

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

@atenaeditora

www.facebook.com/atenaeditora.com.br